

N.Cham. 944.083 P832 2.ed.

Título: Por uma história política .

COLEÇÃO RESERVA
(Não Emprestado)

2481488

64664

Ex.2 FAED

Nº Pat.:73053

A legitimidade da história política entre os historiadores franceses é um fato indiscutível, e talvez até, como diria René Rémond, tenha-se tornado uma nova "moda intelectual". Também no Brasil os estudos de história política ganham espaço nas universidades, mas os caminhos da renovação estão em plena discussão. Por todas essas razões, e por suas contribuições historiográficas, metodológicas e teóricas, esta é uma obra da maior relevância para o público universitário brasileiro.

ISBN 852250445-8



9 798522 504458

René Rémond
ORGANIZADOR

OR UMA HISTÓRIA POLÍTICA

2ª edição


FGV
EDITORA

René Rémond
ORGANIZADOR

POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA

2ª edição

Dora Rocha
TRADUÇÃO


FGV
EDITORA

ISBN — 85-225-0445-8

Copyright by © Édition du Seuil, 1988

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14º andar

22250-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 0-XX-21-2559-5543

Fax: 0-XX-21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988)

1ª edição — 1996

2ª edição — 2003

Editoração eletrônica: BAW

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Por uma história política / [Direção de] René Rémond;
tradução Dora Rocha. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Editora
FGV, 2003.
472 p.

Tradução de: Pour une histoire politique.
Inclui bibliografia e índice.

1. Cultura política — França — História — Séc. XX. 2. França — Vida intelectual — Séc. XX. 3. França — Vida intelectual — Séc. XX — Historiografia. 4. França — Política e governo — Séc. XX. 5. França — Política e governo — Séc. XX — Historiografia. I. Rémond, René. II. Fundação Getulio Vargas.

CDD - 944.083

Autores

René Rémond

Jean-Pierre Azéma

Jean-Jacques Becker

Serge Berstein

Aline Coutrot

Jean-Noël Jeanneney

Philippe Levillain

Pierre Milza

Antoine Prost

Jean-Pierre Rioux

Jean-François Sirinelli

Michel Winock

UNIVERSIDADE
Biblioteca Universitária
Data: 19 10 6 1007
Acervo: 64624
Ex: 248 1488
C.P.D.: PROC. 028535

PATRIMÔNIO
FAED UDESC
Nº 73053

NF 11098

L. Lemos

R\$ 24.00

4.6.07

Sumário

Introdução	9
Uma história presente <i>René Rémond</i>	13
As eleições <i>René Rémond</i>	37
Os partidos <i>Serge Berstein</i>	57
A associação em política <i>Jean-Pierre Rioux</i>	99
Os protagonistas: da biografia <i>Philippe Levillain</i>	141
A opinião pública <i>Jean-Jacques Becker</i>	185
A mídia <i>Jean-Noël Jeanneney</i>	213
Os intelectuais <i>Jean-François Sirinelli</i>	231
As idéias políticas <i>Michel Winock</i>	271
As palavras <i>Antoine Prost</i>	295
Religião e política <i>Aline Coutrot</i>	331
Política interna e política externa <i>Pierre Milza</i>	365
A guerra <i>Jean-Pierre Azéma</i>	401
Do político <i>René Rémond</i>	441
Índice	455

Apresentação

Nos ÚLTIMOS tempos tem sido constante a preocupação dos historiadores em produzir balanços que proporcionem um quadro geral da disciplina histórica ou de algum setor específico desse campo de conhecimento. O objetivo básico desse tipo de trabalho é mapear os desafios e problemas da área, e ao mesmo tempo apontar novos caminhos e perspectivas. Esta coletânea, coordenada por René Rémond, pode ser enquadrada nesse tipo de produção. Lançado na França em 1988, o livro *Por uma história política*, que é agora oferecido ao público brasileiro, tem como objetivo central fazer a defesa da história política, ressaltando sua importância para a compreensão do todo social, mas apontando também os caminhos já percorridos, e a percorrer, para a sua renovação.

Auxiliado por 11 historiadores, René Rémond apresenta um inventário dos estudos recentes de história política na França, chamando a atenção para novas abordagens, objetos e problemas.

Os autores, dedicados ao estudo de temas da história contemporânea e aglutinados em torno da Fondation Nationale des Sciences Politiques e da Universidade de Paris X-Nanterre, em sua maioria ingressaram na vida acadêmica francesa na década de 1950, no auge da hegemonia do modelo de história proposto pela chamada *école des Annales*. Foi a partir desse *background* — ou seja, de uma situação de predomínio de uma história econômico-social, voltada para a longa duração e para as grandes massas, apoiada em séries quantitativas — que esses pesquisadores fizeram sua escolha: dedicar-se à história política, então vista como à síntese de todos os males, caminho que todo bom historiador deveria evitar.

O ponto de partida do livro é uma análise historiográfica arguta feita pelo próprio René Rémond. Este será o instrumento fundamental para a compreensão da trajetória da história política na França, desde seu apogeu no século XIX, passando por seu desprestígio concomitante à afirmação da *école des Annales*, até a recuperação delineada a partir da década de 1980. Mas não é só isso o que o livro deseja mostrar. Não é suficiente descrever o recente processo de legitimação do estudo do político. É preciso também apontar os caminhos da renovação da história política, seja através do estudo de temas já tradicionais, como partidos, eleições, guerras ou biografias, trabalhados porém em uma nova perspectiva, seja através da análise de novos objetos, como a opinião pública, a mídia ou o discurso.

Nesse movimento de *renovação*, mais que de simples recuperação, o contato com outras disciplinas, e principalmente com a ciência política, desempenhou um papel central. Foi a partir daí que o tema da participação na vida política passou a ocupar um espaço fundamental na história. Desde então proliferaram os estudos históricos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais. Os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia também frutificaram, resultando no desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, a história da cultura política e ainda em análises de discurso. Os artigos contidos neste livro são a prova incontestável dessa expansão.

Talvez por pertencer a uma geração anterior à de seus colaboradores, René Rémond não se contenta, contudo, em mostrar a realidade de sua “disciplina em movimento”.

Sem perder de vista a concepção de história proposta pelos *Annales*, rebate as antigas acusações de que a história política só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas, de que seu objeto são os fatos efêmeros e superficiais,

inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades. Outra acusação contestada é a de que a história política não dispõe do apoio de uma massa documental passível de ser tratada estatisticamente, o que explicaria a presumida superioridade dos dados econômicos sobre suas características subjetivas e impressionistas.

A nova história política, segundo René Rémond, preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo. Finalmente, a história política também dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos.

Se alguns princípios propostos pela *école des Annales*, como a longa duração e a quantificação, ainda são respeitados pelo conjunto dos autores como forma de legitimar os caminhos inovadores da história política, por outro lado são advogadas abordagens e propostas alheias às tradições dos *Annales*, como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história. Os caminhos percorridos pelos autores são diferentes, mas um ponto parece comum a todos — a referência a uma mesma noção, a do político como domínio privilegiado de articulação do todo social.

Passados oito anos da publicação de *Por uma história política* na França, o debate que o livro expressa está ganho

naquele país. A legitimação da história política entre os historiadores franceses é um fato indiscutível, e talvez até, como diria René Rémond, tenha-se tornado uma nova “moda intelectual”. Também no Brasil os estudos de história política ganham espaço nas universidades, mas os caminhos da renovação estão em plena discussão. Por todas essas razões, e por suas contribuições historiográficas, metodológicas e teóricas, esta é uma obra da maior relevância para o público universitário brasileiro.

Marieta de Moraes Ferreira
Pesquisadora do CPDOC/FGV
Professora adjunta do IFCS/UFRJ

Introdução

NÃO FAÇAMOS mistério: na decisão dos autores aqui reunidos de redigir juntos esta obra, pesou a surpresa que sentiam ao ver perpetuada, por autores displicentes ou interessados, e até mesmo em várias obras ambiciosas de síntese historiográfica, a caricatura de uma história política cada vez mais distanciada da realidade de nossa disciplina em movimento.

Para quem relê com atenção os historiadores chamados “positivistas” da Universidade da primeira década da Terceira República, fica claro que seus adversários do período entre guerras algumas vezes desvirtuaram suas intenções e sua prática a fim de obter uma vitória mais fácil sobre livros cujo alcance foi artificialmente limitado. Mas enfim sabemos que a ampliação das curiosidades e aspirações provocada pelos fundadores da *École des Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, foi benéfica para a ciência histórica como um todo. Ao final de seu percurso, esses mestres puderam, legitimamente, encontrar a satisfação e a razão de sólidos triunfos. Em seguida, os diádocos e epígonos, apoiados em um trabalho inventivo e uma convivência sociológica, acharam agradável continuar a rachar ao meio, num ritual cada vez mais preguiçoso, uma história política que para eles era cômodo imaginar imóvel, quando não recurvada ainda sobre os clássicos de antes da Primeira Guerra Mundial. Era esse fantasma que chamavam em socorro, para garantir para si, em contraste com um inimigo imaginário, superioridades baratas.

Sentimos, pois, o gosto de acabar com essas falsas aparências da única maneira que interessa, ou seja, contrapondo-

lhes a realidade do trabalho executado e a vontade alegre de continuar a enriquecer suas perspectivas e métodos — em particular passando pela prova dos temas mais controversos que são impostos pelos dilaceramentos franco-franceses.

Este livro não é exatamente um manifesto: o termo implicaria que nos situássemos num ponto de partida, nas origens de um empreendimento comum. É mais uma afirmação coletiva, feita numa etapa do caminho e animada por duas ambições gêmeas: a de cristalizar, no espírito do público interessado, a consciência do que já se realizou, ressaltando sua unidade, e a de suscitar novas vocações, que estimulem, perturbem e inovem.

Não nos animou nenhum desejo de imperialismo — outros historiadores teriam podido juntar-se a nós —, mas apenas a convicção de que a história política rejuvenescida encontra todas as suas virtudes num ambiente científico que as duas últimas décadas agitaram. Cada vez menos pesquisadores acham que infra-estruturas governam superestruturas, e a maioria prefere discernir (como os autores deste livro) uma diversidade de setores — o cultural, o econômico, o social, o político — que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios. E também sua especificidade: a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira. Sob essa luz, o historiador político sabe tirar partido dos procedimentos e descobertas de seus vizinhos. A história política não pensa em opor a hierarquias obsoletas uma contra-hierarquia que a recolocaria no topo de uma pirâmide. Mas está convicta de que tem muito a contribuir em troca — não apenas marginalmente — para todos os outros setores da história.

Esta é a nossa motivação. Mas, como muitas vezes ocorre, este livro provavelmente não teria nascido se não refletisse

(outra de suas razões de ser) a existência concreta de um grupo de historiadores que foram pouco a pouco constituindo entre si, com o passar dos anos, uma familiaridade intelectual, dentro de um espírito de confiança e amizade. A própria variedade de seus temperamentos e itinerários só pode tornar mais clara a evidência dessa coerência, garantindo ao mesmo tempo que não se trata, absolutamente, de um clã fechado sobre si mesmo, e que nos queremos abertos a todas as contribuições externas.

Existe uma solidariedade de fato, que tem a sua topografia. Ela se constituiu em torno de um eixo formado pela Université de Paris-X-Nanterre e a rua Saint Guillaume-Institut d'Études Politiques e Fondation Nationale des Sciences Politiques: todos nós temos vínculos com uma ou outra instituição, muitas vezes com ambas, e muito devemos às facilidades que nos ofereceram essas duas casas para a pesquisa, para o confronto das hipóteses entre nós, e também para a prova das conclusões no fogo da pedagogia.

Esse eixo deve sua existência a René Rémond. Ninguém mais que ele, por temperamento e por doutrina, foi estranho à obsessão de formar uma escola de discípulos, com seus incensos e suas rivalidades obscuras. Mas a verdade é que, em torno de sua personalidade, de seu ensinamento e de sua obra, agregou-se a equipe que assina este livro: se ele for recebido como a homenagem afetuosa e fiel que lhe devemos, não teremos do que nos queixar.

Uma História Presente
René Rémond

A HISTÓRIA, cujo objeto precípuo é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. Existem portanto modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina e a configuração de suas orientações: sob o impulso de uma personalidade excepcional, ou pela irradiação de alguma obra-mestra, ou ainda devido à convergência de vários fatores contingentes, uma geração abre uma passagem em alguma direção que descortina novas perspectivas e enriquece o conhecimento global. Assim se deu com a demografia histórica, na interseção da história geral com a demografia, cujos progressos e aquisições recentes conhecemos. Ou, um pouco mais atrás, com toda uma geração que chegou à idade adulta no pós-guerra, e que identificou a história com aquele de seus ramos que tinha como especificidade observar os fatos econômicos e suas conseqüências sociais. Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando

a herança da geração anterior. Era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo. Ora, o movimento que leva a história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje traz de volta essa história ao primeiro plano. Ao lado da história das relações internacionais, profundamente renovada, da história religiosa, também reformada e em pleno desenvolvimento, da história cultural, a última a chegar e que desfruta de um entusiasmo comparável àquele de que se beneficiaram tempos atrás a história econômica e a história social, eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido.

É a razão de ser deste livro registrar este fenômeno e tratá-lo como objeto de história, escutar-lhe as causas, medir-lhe o alcance, apreciar-lhe a significação. Isto será feito aplicando-se-lhe as interrogações e observando-se as regras próprias da história. Para começar, situaremos o fato numa perspectiva temporal, por meio de um resumo dos estados sucessivos da história política e de uma síntese da evolução de suas relações com o conjunto da disciplina que caracterizará três momentos sucessivos.

Como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. E isso tanto para ontem como para hoje, para os períodos prósperos da história política como para seus tempos de desgraça e retraimento.

Durante séculos, a chamada história política — a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam — desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas — já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito — e estar classificadas e conservadas, e portanto acessíveis em um momento posterior. Mas também se refletia nesse tipo de história o brilho que emanava do Estado, realidade suprema e transcendente que é uma expressão do sagrado em nossas sociedades secularizadas — o que mostra o quanto é verdade que o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade. No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas.

Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história

política. Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola necessita. Suas características, que pareciam constitutivas do estudo do político, faziam dela uma espécie de suma de todos os defeitos que uma nova concepção denunciava na história tradicional, que a jovem geração aspirava a substituir por uma visão mais conforme à realidade profunda: pois havia, subjacente ao requisito contra a história política, uma controvérsia fundamental sobre a natureza das verdadeiras realidades sociais.

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas.

Ora, a história política apresentava uma configuração que era exatamente contrária a essa história ideal. Estudo das estruturas? Ela só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou *événementielle* — sendo o termo aí evidentemente usado

no mau sentido —, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas. Quanto tempo perdido em estabelecer fatos menores, em precisar o encadeamento das circunstâncias! Até afundar na anedota, superestimando o papel do acaso em detrimento da necessidade encarnada nos movimentos de longa duração. Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica.

Enquanto a vocação do historiador é interrogar-se sobre o sentido dos fatos, enquanto sua especificidade reside, em consequência disso, numa atitude interrogativa, e seu papel é formar hipóteses explicativas, a história política permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor, que então fazia com que sua obra se aparentasse mais com a literatura que com o conhecimento científico.

Como uma desgraça jamais vem sozinha, e como o acontecimento em geral tem a ver com a ação dos indivíduos, o biográfico era para essa história o complemento e o corolário do circunstancial. A história política não concentrou sempre sua atenção em alguns personagens de prestígio, que se agitavam no prosclênio e faziam esquecer as multidões laboriosas, combatentes, sofredoras? Luís XIV escondendo os 20 milhões de camponeses que constituíam o povo da França. A única mudança após o desaparecimento da monarquia foi que os chefes de Estado eleitos tomaram o lugar dos soberanos hereditários, mas onde estava a diferença? A história política continuava a dar uma atenção desmedida aos humores, aos problemas de saúde dos dirigentes. Caía no psicologismo e perdia-se em conjecturas sobre as suas verdadeiras inten-

ções, como se estas pudessem mudar o curso de uma história que é essencialmente conduzida por movimentos impessoais e anônimos, cuja amplidão transcende às escolhas individuais. Ao persistir em atribuir aos protagonistas, tão bem chamados de figuras de proa, um papel que acreditavam determinante, os paladinos da história política tardaram em fazer sua revolução: perpetuaram os reflexos adquiridos no Antigo Regime. Uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia.

Anedótica, individualista, essa história incorria ainda no erro de cair no idealismo. Por desconhecer as forças profundas e as causas ocultas, e ignorar as necessidades e os mecanismos, ela imaginava que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, e às vezes levava mesmo a cegueira até ao ponto de acreditar que as idéias conduzem o mundo. Quando as idéias nunca são mais que a expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos sócioeconômicos.

Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse retrato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava portanto escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na

medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino.

Esse conflito de concepções não opunha apenas duas epistemologias: tinha raízes numa dissensão, mais fundamental, sobre a própria natureza da realidade, objeto do conhecimento histórico. Se a nova orientação lançava o anátema sobre a história política, não era porque os historiadores do político tivessem uma visão estreita e incompleta da política, mas porque a política em si não passava, como disse Barrès da inteligência, de uma pequena coisa na superfície do real: a verdadeira realidade não estava ali.⁹ Essa recusa da história política implicava todo um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com as outras séries de fenômenos sociais. Inscrevia-se numa filosofia global que participava do clima da época, e encontrava conivências e pontos de apoio na “ideologia dominante”. As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos “esquecidos da história” inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito: ao contrário da divisa da Ação Francesa, não foram os 40 reis que primeiro fizeram a França, mas gerações de camponeses e algumas centenas de milhares de burgueses: a grandeza do reino fora edificada sobre o sofrimento dos humildes, a solidez dos regimes apoiava-se na obediência dos povos, e o crescimento das economias no esforço de multidões trabalhadoras. Quem ganha as guerras? O gênio dos capitães ou a resistência dos combatentes? Era já a lição repisada por Tolstoi em *Guerra e paz*. A história política tradi-

cional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor.

Marx e Freud, cada um à sua maneira e por vias diferentes, contribuíram igualmente para acabar com o prestígio da história política. Um, fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político.

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições. Ora, a noção de Estado está há meio século exposta ao fogo de uma crítica que não se contentou, como a crítica liberal, em denunciar a ameaça que ele podia fazer pesar sobre as liberdades essenciais, mas que lutou contra a sua própria realidade, contestando que ela existisse por si mesma. Rompendo com a tradição herdada do direito romano, que erigia o Estado em árbitro soberano acima dos interesses particulares, e contrariando o ensino da teologia, que o tratava como o defensor imparcial do bem comum, os críticos modernos proclamam que ele não é nem soberano nem imparcial: é sempre açambarcado e não tem nem existência própria nem independência efetiva. O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é portanto deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às

estratégias dos grupos de pressão. Eis por que historiadores e sociólogos se desviaram da observação do Estado: Alain Touraine chegou a dizer com razão que há 30 anos se lançou uma interdição na historiografia e nas ciências sociais ao estudo do Estado.

A convergência desses diversos fatores explica razoavelmente o descrédito em que a história política foi lançada pela evolução das realidades e a revolução dos espíritos. Tudo levava a crer que ela não tinha mais futuro. Ora, eis que, há duas ou três décadas, esboçaram-se os sinais anunciadores, e depois multiplicaram-se as manifestações de um retorno com força total. Os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas. O ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos. Até mesmo os programas dos concursos de recrutamento dos futuros professores — que registram com atraso as flutuações na bolsa das cotações historiográficas, e que contribuem em troca para atestar o prestígio desse ou daquele tipo de história — inscrevem novamente os fatos propriamente políticos em seu cardápio. Pois um dos mais recentes não continha uma questão intitulada “A vida política na França, na Alemanha Federal e na Grã-Bretanha de 1945 a 1969”? Era sem dúvida uma das primeiras vezes que um recorte estritamente orientado para o político era elevado a tal dignidade pedagógica: uma homenagem de peso à volta às boas graças da história política, ao mesmo tempo que um reconhecimento do *status* científico dos estudos sobre um período que ainda não caiu num passado encerrado.

É dessa ressurreição da história política que as contribuições reunidas na presente obra irão detalhar os principais as-

pectos, explicitar os postulados, descrever os componentes e prolongamentos. Deixarei a elas o cuidado de demonstrar a realidade do fato e desenhar a amplitude do movimento. Limitarei minha ambição a registrar essa inversão de tendência e a propor uma explicação que permita medir seu alcance provável e apreciar sua significação. Esta na verdade está ligada à discriminação das causas do fenômeno. Será ele simples efeito mecânico da alternância das modas, a que não escapa a vida intelectual, ou fruto de um aprofundamento da reflexão sobre o objeto do conhecimento histórico? Conforme se adote uma ou outra dessas interpretações, a significação do fato muda completamente. No primeiro caso, não passa de uma desforra passageira das tendências conservadoras da historiografia: essa reação só poderia durar um tempo, e não poderia prevalecer de forma duradoura sobre as orientações que têm a seu favor corresponder à realidade e às aspirações. No caso contrário, não é uma restauração, mas antes uma etapa nova no desenvolvimento da reflexão que a história faz sobre si mesma, e o fenômeno tem então grandes chances de sobreviver à geração que desencadeou o movimento.

Assim como, para explicar o declínio e o desaparecimento progressivos da história política, foi necessário considerar ao mesmo tempo o movimento próprio da pesquisa histórica e o ambiente ideológico, também para compreender as razões da sua volta com plena força é necessário escrutinar alternadamente os dados gerais que desenham o contexto e as iniciativas que são obra apenas dos historiadores. A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem.

A história como realidade, tomada no sentido da seqüência dos acontecimentos, teve seu papel nessa volta às boas graças do político: a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social. As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram à política a oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior. Uma escolha política que pode nada dever à análise econômica, e obedecer apenas a considerações ideológicas, como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia conseqüências incalculáveis.

Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. As fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido da extensão: pode-se dizer que também o universo político está em expansão. Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para

satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política.

— Análises de processos de decisão relativos a escolhas importantes demonstraram, contrariando uma afirmação que deve mais à referência a crenças que a uma observação sem *a priori*, que as escolhas políticas não são o simples decalque das relações de forças entre categorias socioprofissionais. Estas, em primeiro lugar, são múltiplas e estão longe de se entender; só o observador externo pode ter a ilusão de sua homogeneidade. Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da idéia que fazem do interesse superior da coletividade nacional. Na França, a sucessão de experiências comprovou que as instituições não eram neutras. Longe de ser

apenas a tradução de uma relação de força na extremidade de uma cadeia causal, numa posição de completa dependência, elas têm uma eficácia própria, e suas conseqüências desequilibram e tumultuam as relações de forças. O tipo de escrutínio tem efeitos poderosos sobre a estruturação da opinião e os sistemas partidários. Se uma mudança de lei eleitoral tem o poder de modificar a expressão da opinião pública, como pretender que o político não tem interesse?

A opinião pública não ficou indiferente a essa metamorfose do político e tirou dela as suas conseqüências. Nenhuma afirmação é tão contrária à evolução quanto a de que estaria supostamente havendo uma despolitização: atesta-o o aumento regular da participação nas consultas eleitorais. Que me seja permitido, já que há um quarto de século tenho comentado na mídia a maioria dos grandes acontecimentos políticos, e em particular todas as consultas eleitorais, proclamar minha experiência e atestar que em 25 anos percebi quase fisicamente a elevação progressiva do nível de compreensão, assim como das exigências do público em matéria de informação política. O desenvolvimento de um jornalismo político próximo da ciência política, o surgimento de um gênero novo, o livro político, são outras modalidades e outros indícios disso. Os cidadãos sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade.

Talvez até ocorra que esse interesse pela política às vezes passe da medida e não esteja livre de algum excesso. Algumas pessoas passaram assim alegremente da constatação de que o político está em toda parte à idéia de que tudo é político. A contestação torna então a política responsável por tudo o que deixa a desejar numa sociedade, e a utopia leva a crer que é também a política que detém a solução de todos os problemas, inclusive os das vidas pessoais: bastaria modificar o regime para que todas as dificuldades se resolvessem; mude-

mos a maioria e a vida mudará. O movimento de 1968, através de um uso extenso e um tanto abusivo do conceito de poder, não contribuiu pouco para reconduzir o político ao primeiro plano da reflexão.

Para a compreensão das inversões de tendência em epistemologia, os fatores exógenos não são suficientes: são precisas também convivências internas. A virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. É a conjunção dos dois movimentos que explica o fato de a história política ser hoje na França um dos ramos mais ativos e fecundos da historiografia. Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica.

No caso, a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. E neste ponto, a contestação de que foi objeto a história política lhe foi muito salutar: o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa.

Além do mais, a história política não tinha que se renegar: encontrava em seu próprio passado alguns exemplos daquilo que devia se tornar. A geração que redescobriu a importância da história política teve precursores, tanto é verdade que quase nunca existe um começo absoluto e que na ordem do conhecimento as descobertas freqüentemente são redescobertas. Os contemporâneos nem sempre perceberam que esses pioneiros abriam os caminhos do futuro, mas, relendo hoje suas obras à luz dos avanços recentes, medimos a extensão de nossa dívida para com eles. E tanto a justiça como a gratidão impõem que seus nomes sejam inscritos no frontispício deste livro, dedicado integralmente à ilustração de uma história da qual eles foram os anunciadores.

Aposto que o primeiro desses nomes surpreenderá, e não é sem uma ponta de provocação que o adianto, pois ele continua associado, na memória coletiva da corporação dos historiadores, à história acadêmica mais clássica, chegando mesmo a simbolizar a forma de história que os inovadores não queriam: Charles Seignobos. Reputação em parte injusta, como muitas lendas. Ele foi um dos primeiros a se dar conta de dois fatos importantes cuja constatação foi determinante nas origens da sociologia eleitoral: a diversidade dos “temperamentos” políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento. Seignobos acentuou a constância, na superfície do território, da divisão direita-esquerda através das vicissitudes políticas, mudanças de regime, flutuações aparentes da opinião pública. Por outro lado, seu livro, hoje caído no esquecimento, sobre a história política da Europa, que misturava um considerável volume de informações, era novo para a época pelas possibilidades que oferecia de análises comparativas.

Em compensação, ninguém se espantará ao me ver citar em seguida o nome de André Siegfried, que todos concordam em considerar o pai da geografia eleitoral. Seu magistral *Tableau politique de la France de l'Ouest*, publicado em 1913 e reeditado mais recentemente, é uma obra-prima sempre admirada, mesmo que o desenvolvimento posterior das pesquisas sobre os comportamentos eleitorais tenha levado a uma percepção mais viva da complexidade das manifestações da opinião e da insuficiência das explicações reducionistas. De André Siegfried a François Goguel e Alain Lancelot há uma linha contínua que indica um veio no qual o mundo inteiro vê uma especialidade da escola francesa de história política.

Sou tentado a aproximar de André Siegfried um outro nome não ligado à Universidade: Albert Thibaudet, crítico literário de profissão, mas também grande conhecedor da história e da geografia, e que degustava a política como se degustam os

vinhos. Alguns dos livros que escreveu sobre o político, onde se unem cultura e sensibilidade, tiveram influência segura sobre a formação de vários historiadores: *Les princes lorrains*, *La République des professeurs*, *Les idées politiques en France*.

O nome seguinte nos traz de volta à história acadêmica: Georges Weill, hoje bastante esquecido. A nomenclatura dos assuntos que constituem sua bibliografia esboça antecipadamente a configuração das principais direções que a ciência política tomaria mais tarde: não há praticamente temas pelo quais ele não se interessou um terço de século antes de eles se tornarem os títulos de capítulos da nova história política: Partido Republicano, catolicismo liberal, movimento social, pensamento leigo, ensino. A mesma observação vale para o nome de Marcel Prélot, que chegou à história política vindo do direito constitucional. Ele também deu atenção às idéias políticas, sugeriu que se estudasse os partidos conjugando o estudo das instituições e o das forças políticas, escreveu sobre o liberalismo católico e a democracia cristã.

Esta genealogia não pretende fazer justiça a um por um. Mas ficaria demasiado incompleta se nela não figurasse o nome de outro professor vindo também do direito público: Jean-Jacques Chevallier, que contribuiu, antes de Jean Touchard, para o renascimento da história das idéias políticas e soube fundir harmoniosamente o estudo das instituições, correntes de pensamento e personalidades.

Outros, cuja obra também abriu caminho para o renascimento da história política e lançou um traço de união entre a história de ontem e a de amanhã, teriam direito de constar desta lista, mas o objetivo aqui foi apenas tornar visível uma certa continuidade: como está, este rol basta para fazer aparecer a injustiça de uma certa crítica, mostrando a que ponto o retrato-robô que se fez da história política era simplificador.

Esta reunião de nomes, por mais limitada que seja, tem outro interesse: manifesta um traço característico que foi um fator decisivo da renovação da história política — a diversidade das procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade. Dois historiadores da academia, dois professores de direito público e dois “amadores”, um formado na escola da geografia e outro vindo da crítica de livros.

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.

Assim como a história religiosa se beneficiou muito das contribuições da sociologia religiosa, a história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, lingüística, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço. Os empréstimos foram de importância muito desigual e natureza bem diferente segundo as disciplinas. A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual. Assim, às matemáticas a história política deve procedimentos estatísticos que lhe permitiram avançar na demonstração das correlações: análises multivariadas, análise fatorial, iluminaram relações de concomitância

entre diversas séries de fenômenos. O raciocínio matemático teve seu papel na elaboração dos modelos. A lingüística orientou a pesquisa para a análise do discurso, redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos que, supõe-se, exprimem intenções ou, ao contrário, as traem e visam a dissimular os projetos ou discordâncias; também forneceu métodos de tratamento e interpretação. Quanto à psicologia social, trouxe o material precioso das pesquisas de opinião e a possibilidade de aproximações fecundas com as pesquisas sobre toda espécie de temas que permitem inscrever os comportamentos especificamente políticos na perspectiva mais ampla da prática social.

A outras ciências do homem em sociedade, a história política tomou de empréstimo noções e interrogações. Foi em contato com o que se chama de ciência política que ela se interessou por fenômenos sociais que até então negligenciara, como a abstenção, embora esta seja o inverso e o corolário da participação. Mas mesmo as manifestações da participação não tinham retido muito a atenção dos historiadores, exclusivamente preocupados com a vida política na cúpula do Estado e num círculo estreito. A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. Assim também o estudo dos partidos e dos grupos de pressão, quando se transpõe os seus ensinamentos para períodos remotos, descobre analogias instrutivas com as facções revolucionárias, os clubes ou as formações parlamentares da monarquia constitucional, mas também particularidades reveladoras da diferença dos tempos e situações que mostram a diversidade das modalidades imaginadas para funções perenes.

Devido a essa colaboração entre praticantes de disciplinas diversas, a renovação da história política encontrou logicamente um meio mais propício que as estruturas monodisciplinares das antigas faculdades, entre as quais os ramos do saber tinham-se dispersado ao sabor da história, em instituições cuja razão de ser era aproximar especialistas de diversas disciplinas intelectuais, como a Fondation Nationale des Sciences Politiques. Com o recuo do tempo, pode-se ver claramente que essa instituição, cujo caráter plural é acentuado pelo próprio nome, representou um papel determinante na eclosão e posterior expansão da nova história do político, da mesma forma como a VI Seção da École Pratique des Hautes Études, antes de sua constituição em École des Hautes Études en Sciences Sociales, havia tido, pelos mesmos motivos, uma participação decisiva no desenvolvimento da história econômica e social na França. Os dois exemplos ilustram o papel de instituições pioneiras no seio das quais se encontram e confraternizam especialistas de origens diversas, que trocam idéias e experiências. A diferença entre as duas instituições é que a Fondation Nationale des Sciences Politiques, não sendo diretamente um estabelecimento de ensino, pôde dedicar-se sobretudo a atividades de pesquisa, e não estando por isso objetivamente em situação de competição com as universidades, pôde manter relações de amistosa complementaridade com os departamentos de história das universidades e propor um terreno de encontro, onde a pluridisciplinaridade pôde se desdobrar sem entraves nem empecilhos.

O paralelo esboçado entre as duas instituições poderia, sem forçar a aproximação, estender-se dos organismos aos saberes e às práticas pois, por um atalho que só parecerá estranho a quem não está familiarizado com a complexidade muitas vezes desconcertante dos itinerários intelectuais e dos movimentos

do conhecimento, ocorre que a nova história do político corresponde hoje às principais aspirações que haviam suscitado a revolta justificada contra a história política tradicional. Essa nova história aceitou tão bem o desafio que lhe fora lançado que tem hoje com o que satisfazer os desejos dos historiadores mais exigentes em matéria de história total.

Um dos atributos de que a história à nova maneira se orgulha mais legitimamente, um de seus títulos para pretender à cientificidade, é o de basear-se numa massa documental que ela trata estatisticamente: foi essa história quantitativa, explorando imponentes séries de dados numéricos, que fundamentou a suposta superioridade da história dos fatos econômicos; tinha-se prazer em opor seu rigor objetivo ao caráter subjetivo e impressionista da história política. Ora, observa-se hoje que, no que diz respeito a números e grandezas aritméticas, a história política não está menos bem provida: também ela dispõe de uma grande abundância de dados numéricos. Desde que a eleição está no princípio da transferência do poder, a contagem dos sufrágios é uma operação essencial, um ato decisivo da vida política. A democracia representativa inscreveu a aritmética no centro do sistema político: o resultado das disputas eleitorais, a conclusão dos debates parlamentares dependem da exatidão das somas, da precisão das subtrações. Como a França foi o primeiro grande país europeu a adotar o sufrágio universal, que foi progressivamente estendido à maioria dos procedimentos de designação, e desde então o tem praticado sem outra interrupção além das impostas pelas duas guerras mundiais, os historiadores da vida política dispõem de uma série contínua de consultas populares que compreende todos os tipos de eleições políticas, sem esquecer as eleições sociais ou profissionais, com as quais as comparações podem ser muito ricas de ensinamentos. Alguém conhece alguma outra fonte que possa sustentar a comparação com esse fabuloso banco de dados? Sim, eu sei de uma: a

sucessão de recenseamentos da população há quase dois séculos. Mas por que não cotejar as duas documentações? A existência dessas duas grandes séries possibilita uma infinidade de aproximações das quais se pode esperar extrair algumas correlações entre os comportamentos políticos e todos os tipos de pertencimentos sociais. Além disso, o quantitativo não se reduz ao eleitoral: trata de outras modalidades da realidade política. Os partidos, por exemplo, recenseiam seus membros, alardeiam uns para os outros o número de seus efetivos; precisam alinhar grandes números, já que este é um argumento de peso na avaliação da relação de forças. No que tange ao quantitativo, a história política chega pois em primeiro lugar.

Durante muito tempo censurou-se a história política por só se interessar pelas minorias privilegiadas e esquecer o povo, as multidões, as massas, o grande número. Talvez fosse uma censura justificada na época em que os historiadores políticos se acantonavam na biografia dos notáveis — mas será que eles o fizeram algum dia? Não se aplica mais, certamente, contra uma história que pretende integrar todos os atores — mesmo os mais modestos — do jogo político, e que se atribui como objeto a sociedade global. Será que os que continuam a denunciar o caráter pretensamente individualista, elitista e superficial da análise política refletiram bem sobre a natureza do ato eleitoral, para retomar o exemplo das consultas populares? Avaliaram bem o seu alcance? Não existe em nossa sociedade ato social tão perto de ser unânime. Claro, há outros de caráter universal: o serviço militar para os homens, desde a instituição do alistamento obrigatório, a declaração de renda e o pagamento de impostos para o contribuinte, mas a originalidade da prática eleitoral é que ela continua inteiramente livre — a abstenção não traz nenhuma sanção, a não ser o sentimento de culpa individual. Com isso, o ato eleitoral ganha uma significação que faz dele o mais sincero e significativo de todos os comportamentos coletivos. Não há história mais

total que a da participação na vida política: mesmo a história do trabalho, outra grande realidade da existência social, interessa a menos gente — a população ativa é mais restrita que o corpo eleitoral, que parece ser a expressão mais aproximada da parte consciente do corpo social.

Um terceira característica manteve durante muito tempo a história política afastada, e como que banida de uma história que pretendia com razão que sua atenção fosse proporcional à importância do rastro que os fatos deixavam na duração. Comparada às histórias da população, da instituição familiar, do trabalho, dos costumes e crenças, que tinham todas por objeto os fenômenos cuja evolução estava ligada à longa duração, a história dos fatos políticos aparecia como uma história do efêmero e do instante. A prova disso era que, enquanto as outras séries históricas se prestam mal a uma peridiação, e sua cronologia dificilmente se deixa encerrar dentro de datas precisas, a nomenclatura dos acontecimentos políticos cabe em dias: 18 brumário, 2 de dezembro, 4 de setembro, 6 de fevereiro, 18 de junho ou 13 de maio. A história política faz a felicidade dos calendários.

Essa oposição ignora a pluralidade dos ritmos que caracterizam a história política. Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das for-

mações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. Não vivemos nós ainda, com algumas exceções, num universo ideológico cujos principais componentes surgiram, e cuja configuração, no essencial, se desenhou antes da Revolução de 1848? O historiador da vida política não pode deixar de levar em conta essa herança. Mais ainda: os trabalhos de Paul Bois e de Maurice Agulhon demonstraram que a divisão entre direita e esquerda ou as tendências dominantes em determinada região só podiam ser compreendidas remontando-se pelo menos até os pródromos da Revolução: só a história, e a mais longa, explica os comportamentos das microsociedades que se fundem na sociedade global. Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração. Assim, no que diz respeito ao tempo, a história política não o cede à história de qualquer outro aspecto da realidade.

O que acaba de ser dito responde de antemão a uma última pergunta, ou última crítica, relativa ao suposto caráter superficial do político, comparado à profundidade que se atribui a outros componentes, como comportamento familiar, estruturas sociais, *habitus*. A queixa teria fundamento se nos prendêssemos a uma definição estreita do político, que o isolasse das outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual. Mas a história política — e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas — aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática

social. As pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais. Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação. O inventário sumário, construído pela seqüência dos capítulos deste livro, das principais direções que a história política vem seguindo há algumas décadas mostrará que praticamente não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais.

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?

2

As eleições *René Rémond*

SEMPRE HOUVE historiadores para estudar o fato eleitoral. Por historiadores, entendo antes de tudo aqueles que, por seus estudos universitários, pelos diplomas que obtiveram, pelos títulos ou funções que detêm, pertencem manifestamente à corporação dos historiadores: em relação a estes, a opinião dos outros corresponde ao sentimento que eles próprios têm da sua identidade. É preciso dar exemplos para ilustrar esta primeira definição? Quando um Charles Seignobos analisa as eleições da Terceira República,¹ ou um Georges Dupeux dedica sua pequena tese às eleições de 1936,² ninguém duvida que se trata de historiadores. Mas seria dar demasiada importância a distinções corporativas, e nos deixar tolher pelas divisões entre disciplinas, se restringíssemos a contribuição dita dos historiadores apenas aos trabalhos dos especialistas comprovados. Incluirei pois também todo estudo que se refira aos antecedentes da prática contemporânea: desde que uma pesquisa se inscreva na duração, ela me parece estar ligada ao nosso objeto. Assim, o grande livro de François Goguel sobre os partidos políticos na Terceira República³ faz parte, de direito, deste inventário, na medida em que trata, numa perspectiva histórica, das consultas eleitorais e de suas incidências na relação de forças entre os dois grandes blocos que distingue, o da Ordem e o do Movimento. O objeto deste capítulo é portanto avaliar a contribuição da dimensão histórica ao estudo das eleições e à compreensão dos comportamentos eleitorais.

Antiguidade e Continuidade do Fenômeno Eleitoral

Que pode haver de mais natural que o fato de alguns historiadores terem se interessado desde cedo pelas eleições? Tinham vários bons motivos para fazê-lo. Primeiro, o papel decisivo da eleição nos regimes que há duzentos anos reconheciam a primazia da opinião pública e faziam depender de sua expressão, restrita ou geral, por intermédio da eleição, a atribuição do poder: quer ocorressem nas datas previstas pelos textos constitucionais, quer fossem provocadas inopinadamente, as eleições não ritmavam o desenrolar da vida política, dividindo-a em seqüências e organizando sua “periodização”? Como conceber, depois da Revolução, uma história política sem dar às eleições um lugar central na análise de seus componentes? O fenômeno eleitoral tinha ainda outro atributo para reter a atenção dos historiadores: sua antiguidade e continuidade. Há duzentos anos a eleição é reconhecida na França como a origem legítima do poder, e em todo esse tempo a prática não teve nenhuma interrupção, a não ser as impostas pela guerra: as eleições para a renovação da Câmara dos Deputados eleita em abril-maio de 1914, que normalmente deveriam ter-se realizado na primavera de 1918, foram adiadas até 16 de novembro de 1919; quanto àquelas cuja data normal teria sido maio de 1940, antes mesmo que a eclosão da Segunda Guerra as retardasse, um decreto de 29 de julho de 1940 incluído no contexto dos decretos-leis, prorrogando as Câmaras, as transferiu para 1º de junho de 1942. O governo de Vichy foi incapaz de organizar as eleições previstas ao termo da lei de 10 de julho de 1940, e foi preciso esperar até 21 de outubro de 1945 para proceder à eleição de uma Assembléia à qual o *referendum* realizado no mesmo dia conferiu poderes constituintes. A distância entre as duas eleições legislativas foi assim de nove anos e meio, da pri-

mavera de 1936 ao outono de 1945: a mais longa interrupção da nossa história eleitoral contemporânea. Além disso, a França foi o primeiro grande país da Europa a adotar o sufrágio universal masculino, em 1848, e manteve essa dianteira sobre seus vizinhos até depois da Primeira Guerra. Para os praticantes de uma disciplina que tem como especificidade principal levar em conta a duração, uma tal continuidade bastava para fazer da eleição um objeto de estudo e meditação. Sem contar que a longa seqüência de consultas populares e de seus resultados constituía um material de uma riqueza e uma abundância inigualáveis.

A consequência disso foi que muitos historiadores não esperaram o desenvolvimento dos estudos especializados sobre as eleições para mencioná-las em obras de história política geral tratando de períodos determinados: assim, para a monarquia constitucional, um Achille de Vaulabelle⁴ e um Paul Thureau-Dangin⁵ e, para o regime imperial, um Pierre de La Gorce⁶ acompanham de perto a cronologia das consultas eleitorais, por sufrágio restrito ou universal, discriminam seus resultados na distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados ou no corpo legislativo, e calculam suas consequências sobre a relação de forças e a estabilidade das instituições. Ainda hoje, os historiadores, e qualquer um que como eles tenha algum interesse na pré-história das nossas eleições, lucram em consultar esses velhos autores, onde encontram uma mina de informações muitas vezes preciosas.

Se, pois, o interesse dos historiadores pelas eleições não data de hoje, e mesmo precedeu de muito o nascimento de estudos mais especializados, ele também não se manifestou de maneira contínua, nem se aplicou sempre a todos os aspectos do fenômeno: passou por eclipses, alguns ligados a uma etapa da reflexão sobre a história que, durante algum tempo, lançou a história política num relativo descrédito.

Além disso, a complexidade do fenômeno é bastante grande para prestar-se a diversas abordagens que atraíram os historiadores de maneira desigual. Há, portanto, uma história da contribuição dos historiadores ao estudo das eleições, e o balanço dessa contribuição não pode ignorar inteiramente nem as suas variações nem as causas dessas variações.

Um Revelador da Opinião

Os historiadores cujos nomes e obras citamos interessavam-se pelas eleições sobretudo por suas conseqüências: o que elas modificavam a jusante no equilíbrio de forças, a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos e até mesmo, ocasionalmente, o funcionamento das instituições ou a duração dos regimes. Após a Primeira Guerra, um outro ponto de vista começou a surgir: percebeu-se que uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos. Começou a crescer o interesse pela relação da eleição com o que estava a montante dela — as correntes e tendências — tanto quanto pelo que resultava dela. Foi o momento em que se adquiriu uma consciência mais viva ao mesmo tempo da diversidade das opiniões em sua divisão geográfica, e da relativa consistência da distribuição das grandes orientações na superfície do território. Já em 1913, a publicação do grande livro de André Siegfried, *Tableau politique de la France de l'Ouest*,⁷ havia assinalado essas duas características, e proposto para a região de que trata uma descrição que logo se tornou clássica. Sua leitura terá tido alguma influência no despertar entre os historiadores de uma curiosidade pelo estudo do que se chamou então de “temperamentos políticos regionais”? Em todo caso, houve concomitância. Em 1921, saíram os tomos VI e VII, assinados por Charles Seignobos, da grande *Histoire*

de la France contemporaine, dirigida por Ernest Lavisse. Seignobos dedica aí análises detalhadas e novas à distribuição da direita e da esquerda por região. No mesmo ano de 1921, foi publicado o primeiro estudo importante sobre uma eleição geral por sufrágio universal: o livro de Gaston Génique, *L'élection de l'Assemblée législative de 1849*, cujo subtítulo enuncia em termos explícitos a intenção diretora — *Essai d'une répartition géographique des partis en France*.⁸ A obra permaneceria como uma referência. A novidade do acontecimento que ele estuda teve um papel nisso: se concordarmos em pôr de lado, devido ao caráter excepcional das circunstâncias, a eleição de abril de 1848, a de maio de 1849 foi a primeira eleição geral ordinária por sufrágio universal. Sobre tudo, ela definiu por muito tempo os grandes contornos da divisão geográfica e desenhou a cara política da França, que não sofreria mudanças profundas nos cem anos seguintes. Não é significativo que o herdeiro de André Siegfried, François Goguel, no prefácio com que se abre o livro que, após a Segunda Guerra, iria renovar o estudo das tendências políticas, *La politique des partis sous la Troisième République*, se refira exatamente a essa eleição de 1849 para sublinhar a estabilidade das opiniões locais?⁹ A história das consultas eleitorais daí em diante passou a se confundir com a geografia eleitoral: a atenção se concentrou toda na observação das singularidades regionais e na permanência de suas orientações. Uma tal estabilidade tinha tudo para fascinar espíritos cuja disciplina os levava a ressaltar tudo o que atestava, pela mudança, a continuidade. Intrigava-os ainda mais porque eles constatavam que a mudança prevalecia em outros domínios. Eles iriam portanto empenhar-se em descobrir o segredo dessa surpreendente permanência e desvendar o mistério de suas causas profundas.

Uma Nova Geração de Historiadores

Estas seriam a preocupação principal e a contribuição de uma nova geração de historiadores que nos anos 50 fez suas teses de doutorado de Estado sobre os departamentos. Para citar apenas os mais notáveis, Georges Dupeux estudou o Loir-et-Cher,¹⁰ Pierre Barral estudou o Isère,¹¹ e ainda Philippe Vigier combinou uma circunscrição territorial mais extensa estudando cinco departamentos, Basses e Hautes Alpes, Drôme, Isère e Vaucluse, num período mais curto.¹² Esses estudos têm em comum a ambição de fazer a história global de seu departamento; o subtítulo de alguns o indica claramente. A dimensão política não absorve toda a sua atenção: esta se dirige mesmo, em geral, prioritariamente, para as estruturas sociais ou as flutuações da conjuntura econômica, na esperança secreta de descobrir aí a chave das evoluções políticas. Mas o político está longe de estar ausente do seu campo de observação, e as eleições têm direito a um lugar privilegiado como um elemento incomparável de informação sobre os movimentos de opinião. Ao contrário das histórias gerais, que não descem ao exame das eleições locais, nossos autores estendem às vezes sua curiosidade às eleições municipais ou cantonais, geralmente bastante desprezadas.

Ao fazer um estudo global, eles se interessam naturalmente pelas interações entre as diferentes séries de fatos e, em particular, pelas relações que possam existir entre os comportamentos eleitorais e outros tipos de fatores. Buscam assim, num quadro territorial limitado, responder à pergunta que surge da observação da diversidade das orientações dominantes e de sua estabilidade: interrogando-se sobre as causas, escrutam as correlações que poderiam conduzir a uma explicação. Assim fazendo, inscrevem-se no prolongamento dos passos de André Siegfried, que havia formulado hipóteses e

assinalado direções de pesquisa, trazendo à luz algumas correspondências entre os comportamentos políticos de um lado, e, de outro, a natureza do solo, calcário ou granítico, a forma do habitat, agrupado ou disperso, o modo de exploração agrícola, pequena propriedade ou grande empreendimento. Para quem tenta ter uma visão de conjunto e tirar dessas diversas pesquisas alguma conclusão geral, evidencia-se a complexidade do fenômeno eleitoral: ela é de tal monta que desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique. As mesmas causas geram, segundo as regiões analisadas, efeitos contrários, enquanto uma mesma orientação política pode muito bem aparecer, em duas regiões distintas, como consequência de fatores opostos. De todas as correlações consideradas e observadas, a mais estável continua sendo entre opiniões políticas e crenças religiosas: se ela não é explicativa, ao menos tem uma virtude vaticinadora.

A lição que os historiadores tiraram do malogro de toda tentativa redutora é que a explicação deve ser procurada no passado, um passado muito remoto: somos, passo a passo, remetidos a períodos mais distantes. Convém quase sempre remontar a antes do início do sufrágio universal, talvez mesmo a antes de 1789. Paul Bois fez uma luminosa demonstração disso no caso de um departamento que atravessa a linha divisória entre o Bassin Parisien, onde a tendência dominante é mais de esquerda, e a França do Oeste tradicionalista, a Sarthe:¹³ a separação de duas França apenas revelou orientações cujas origens, e por conseguinte cuja causa, têm raízes numa história muito mais antiga.

A maioria desses trabalhos — será porque se inscrevem no quadro geográfico de departamentos onde o peso do eleitorado rural é superior ao das cidades? — se dedica à permanência dos comportamentos políticos e à estabilidade dos votos. Entretanto, há os que dirigiram sua atenção para as mudanças

e tentaram descrever e compreender as evoluções: assim, o Var foi objeto dos trabalhos de Murice Agulhon,¹⁴ que assinalou a passagem de uma sociabilidade antiga de predominância religiosa para formas laicizadas e anticlericais, e destacou o papel das estruturas na evolução que fez desse departamento uma das regiões mais avançadas do mapa político da França.

Todos esses estudos associam estreitamente a duração e um espaço delimitado: a geografia eleitoral confunde-se com o estudo do fenômeno, e a própria imprecisão das denominações usadas, que são empregadas quase indiferentemente — geografia eleitoral, sociologia eleitoral, ou história política — manifesta o caráter dominante das pesquisas nesse segundo momento da história das eleições.

A partir do início dos anos 1960, essa fórmula de um estudo de história geral onde o político encontrava seu lugar em limites geográficos relativamente estreitos parece ter perdido o fôlego: passou-se a questionar a validade do quadro departamental. Talvez o interesse desse tipo de investigação se houvesse de alguma forma esgotado: na verdade, as chances desses estudos de renovar em profundidade o conhecimento evoluem na razão inversa de seu número. Talvez tenha contribuído também a decepção de ter de constatar que a explicação dos comportamentos políticos se esquivava e quem sabe continuará sempre inacessível. Convém também não subestimar os efeitos do descrédito em que foi lançado durante algum tempo o estudo dos fatos políticos pela afirmação de um interesse por outras dimensões da história: o nome de Seignobos, por exemplo, tornou-se, para uma geração que almejava fazer uma história das verdadeiras realidades, o próprio símbolo de uma história fora de moda. Os historiadores abandonaram a história do sufrágio, das leis e dos regimes eleitorais, e deixaram para os profissionais de outras disciplinas a análise de seus efeitos.

Recuperação

Uma tendência oposta esboçou-se há alguns anos, assinalando uma recuperação do interesse. Os historiadores redescobriram o papel muitas vezes decisivo do político até mesmo em outros domínios. Ao mesmo tempo, perceberam que o estudo dos fenômenos políticos é de natureza a satisfazer as exigências mais rigorosas em matéria de história nova ou renovada. Esta se interessa pelos grandes números, trata de quantidades: ora, que fenômeno se presta melhor a uma abordagem estatística e envolve mais indivíduos que a prática eleitoral? A série contínua dos resultados eleitorais no último século e meio constitui o mais fabuloso banco de dados com que o historiador pode sonhar. A longa duração é outro sinal pelo qual se reconhece o novo historiador: ora, as consultas eleitorais podem alegar em seu favor quase um século e meio de prática ininterrupta e, se é verdade que é preciso remontar a antes da cesura de 1789 para ter alguma chance de perceber as origens dos comportamentos regionais de hoje, para que tipo de realidade a história poderia invocar semelhante duração? É por isso que se registra, há alguns anos, uma volta com plena força da história política e, entre outras, da história das eleições. Publicaram-se diversos trabalhos que se beneficiaram do contato com outras disciplinas, como a sociologia, a ciência política, a lingüística, a estatística, que combinam várias abordagens sem por isso deixar de ser principalmente históricos por seus procedimentos, sua perspectiva e sua problemática.

Para esta última fase ainda não concluída, associarei referências às pesquisas realizadas e sugestões relativas aos trabalhos a serem empreendidos. Após o florescimento das monografias departamentais às quais devemos um melhor conhecimento da diversidade concreta da França, mas que,

por definição, só percebiam os grandes acontecimentos nacionais vistos da capital ou das comunas periféricas do departamento considerado, seria oportuno retornar ao estudo das eleições gerais e fazer, para algumas consultas que marcaram reviravoltas, estudos análogos aos que a Fondation Nationale des Sciences Politiques dedicou às consultas que se sucederam entre 1956 e 1967. Já mencionei a obra de Gaston Génique sobre as eleições de 1849. As de 1869, últimas do Segundo Império, foram objeto de uma obra coletiva publicada em 1960, sob a direção de Louis Girard.¹⁵ A tese de Odile Rudelle,¹⁶ com uma análise minuciosa e um emprego rigoroso de métodos de cálculo, reviu a apresentação tradicional das eleições de 1885 e 1889 e atualizou, por isso mesmo, a interpretação do boulangismo, ilustrando a estreita solidariedade entre um estudo sistemático das consultas eleitorais e a compreensão dos movimentos de opinião e das correntes ideológicas. Outro exemplo de revisão de idéias herdadas que tinham, todas, as aparências da evidência, provocada pelo estudo inovador de uma consulta eleitoral, é a tese de Jean-Jacques Becker:¹⁷ fazendo uma análise precisa dos resultados das eleições da primavera de 1914, ele chega à conclusão de que não havia, na nova Câmara, maioria para ab-rogar a lei de três anos. Georges Dupeux estudou as eleições de 1936; interessou-se sobretudo pelos temas do campo. Aguardam seu historiador muitas outras eleições que mereceriam um estudo do qual muito se beneficiaria o conhecimento geral sobre o período: não é lamentável não termos um grande estudo sobre as eleições de 16 de novembro de 1919, ou de 11 de maio de 1924? Nossa compreensão da evolução do eleitorado após a Primeira Guerra está em parte subordinada à sua realização.

Um Campo a Desbravar

Abre-se assim um vasto campo à investigação dos historiadores: refazer a história do sufrágio, aplicando às eleições do passado os métodos, conceitos e critérios elaborados pela ciência política para as consultas contemporâneas. A prova de que isso é possível, mesmo para acontecimentos muito distantes, Claude Langlois a forneceu com suas pesquisas sobre o plebiscito do ano VIII: tendo recuperado os documentos de arquivos referentes a essa consulta, e submetendo-os a uma crítica penetrante, ele descobriu que os números haviam sido todos sistematicamente falsificados pela soma de um número constante. Primeira constatação: os números que os historiadores recopiam piamente há gerações estão errados. Segunda consequência: é possível restabelecer os números verdadeiros pela subtração dos números indevidamente adicionados. Vê-se então delinear-se um mapa eleitoral que já manifesta disparidades regionais, que não se pensava outrora poder apreender antes de 1849: reconquista-se assim meio século da história da opinião pública. A maioria das eleições do período revolucionário e dos plebiscitos imperiais poderia ser, por sua vez, objeto de uma ressurreição análoga. Pode-se imaginar o interesse de uma história restituída que dotasse nossa cronologia eleitoral de um meio século suplementar? Por que, além disso, deixar de fora do campo dessas pesquisas as eleições censitárias da monarquia constitucional? Elas pedem, é claro, outros métodos de investigação e interpretação; inspirariam outras conclusões, mas faríamos mal em considerá-las como um parêntese: o país legal também está sujeito a movimentos de opinião que refletem evoluções em profundidade.

A atualidade prodigalizou provas do interesse que apresentam as eleições parciais: não é mais possível considerá-las desprovidas de significação. Ora, as eleições parciais do passado não foram praticamente estudadas. Os historiadores

citam algumas delas, sempre as mesmas, pelas conseqüências que visivelmente tiveram no curso da história geral: por exemplo, a eleição do abade Grégoire pelo colégio do Isère em 1819, pelo fato de ter assustado os dirigentes, que pensaram em rever a lei eleitoral; as eleições parciais de 10 de março de 1850, para substituir os representantes destituídos de seu mandato por terem participado do motim de 13 de junho de 1849, e que deram vantagem aos democratas-socialistas; a de Eugène Sue em Paris, no dia 28 de abril seguinte; ainda em Paris, a do radical Barodet contra Rémusat, em 27 de abril de 1873, que precipitou a queda de Thiers; sempre em Paris, a de Boulanger, em janeiro de 1889. Mas de quantas outras um exame aprofundado não traria uma contribuição valiosa ao nosso conhecimento dos comportamentos dos eleitores? O belo trabalho de Jacques Gouault¹⁸ demonstra o que um estudo sistemático das eleições parciais pode trazer para a compreensão da história política em geral: ele esclarece a ascensão do bonapartismo e os motivos que fizeram com que uma parte dos orleanistas preferisse aliar-se à República a correr o risco de uma restauração imperial.

Como os historiadores, em relação às eleições, se interessavam mais pelas conseqüências que pelo próprio fenômeno eleitoral, eles logicamente proporcionaram a atenção que distribuíam entre os diversos tipos de consultas em função da importância das modificações de que elas eram agentes na relação de forças, na composição dos governos e no funcionamento das instituições. Da mesma forma, eles reservaram regularmente o melhor de sua pesquisa àquelas eleições que dispunham sobre o poder mais determinante, ou seja, as eleições legislativas por sufrágio universal, e deixaram de examinar as outras. Ora, para o estudo dos mecanismos e dos comportamentos eleitorais, os outros tipos não são menos ricos de ensinamentos: possibilitam, além disso, comparações. Sem ignorar que esses outros tipos de eleições reservam a uma

pesquisa retrospectiva dificuldades mais temíveis que as eleições legislativas, seria desejável que os historiadores tentassem um estudo das eleições para o Senado, tendo em vista a importância do mandato senatorial na carreira dos políticos: além disso, é o tipo da eleição que abre as maiores possibilidades de iniciativa e de intriga para a classe política. As eleições municipais também mereceriam que alguém se interessasse por elas; pelo menos, as renovações gerais das municipalidades. As histórias gerais bem que de vez em quando fazem alusão a essas ocasiões para assinalar sua importância histórica: assim Daniel Halévy, em *La République des ducs*,¹⁹ destacava a amplitude da perturbação causada pelas eleições municipais de 1878: falava de uma revolução das prefeituras, que anunciava a conquista, no ano seguinte, da totalidade dos poderes pelos republicanos. Estudos sobre as eleições para o Conselho Municipal de Paris levaram a rever certas idéias prontas sobre a passagem da Prefeitura da direita para a esquerda na virada do século. Análises análogas sobre algumas grandes cidades, como Lyon, Marselha, Lille e Strasbourg, e sobretudo uma colocação em perspectiva, seriam bem-vindas.

Outro aspecto a ser incluído no inventário das direções de pesquisa: as campanhas eleitorais. A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobre tudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. Não seria pois desinteressante prestar atenção a esses diversos aspectos e reconstituir o desenrolar circunstancial de algumas campanhas. Para as eleições de 1936, Georges Dupeux analisou os temas das duas coalizões adversárias. A pesquisa de Antoine Prost, sobre o *Vocabulaire des proclama-*

tions électorales de 1881, 1885 et 1889,²⁰ dá uma idéia do que uma apreciação desses textos, iluminada pelos métodos da lingüística e secundada pela utilização da análise fatorial, pode trazer para o conhecimento das mentalidades e das ideologias.

Uma Grande História do Sufrágio Universal?

É ainda o estudo histórico do comportamento eleitoral que abre a uma pesquisa retrospectiva as possibilidades mais amplas. E também é ele o domínio até hoje menos explorado pelos historiadores. Será que não chegou a hora de eles considerarem o fenômeno eleitoral por si mesmo e como um objeto de observação, independentemente dos dados que revela ou das mudanças que induz, da mesma forma como se interessam pelos outros fatos sociais? O estudo de Alain Lancelot sobre a história do abstencionismo eleitoral na França²¹ dá uma idéia daquilo que uma investigação do passado pode trazer para a compreensão e a explicação dos comportamentos: na verdade, só a comparação através do tempo, separando elementos permanentes e fatores passageiros, pode ajudar a descobrir as causas. Já que o próprio da inteligência histórica é trabalhar com a combinação do estável com o mutável, poderia ser uma contribuição específica das pesquisas históricas nos instruir sobre o grau de mobilidade dos comportamentos individuais dos eleitores. De tanto trabalhar com os grandes números, que manifestam uma espantosa estabilidade das relações de força e uma grande constância dos comportamentos coletivos, talvez se exagere a fidelidade dos indivíduos. Vimos que os trabalhos dos historiadores iam todos na mesma direção e acentuavam a disposição de privilegiar a permanência. Mas temos o direito de deduzir do que observamos em escala macroscó-

pica que o mesmo acontece com as milhões de determinações singulares? As pesquisas feitas a partir das listas eleitorais sobre os abstencionistas revelaram que, sob a aparência da estabilidade, a mobilidade era grande, e por baixo de números imutáveis se operavam todos os tipos de transferências. Não ocorrerá o mesmo com as escolhas entre as tendências que solicitam o sufrágio dos eleitores? Seria preciso poder reconstituir um grande número de trajetórias individuais. Os trabalhos de Annick Percheron sobre a socialização política das crianças e dos adolescentes contêm, a esse respeito, muitos ensinamentos: dão uma idéia da maneira como se transmitem as opiniões e se formam as atitudes; preenchem, em parte, o espaço vazio entre as biografias de alguns personagens fora do comum e a história das idéias políticas. Trazem ainda uma outra contribuição: ao comparar os adolescentes da França e dos Estados Unidos, Annick Percheron observa que, para os jovens americanos, o interesse pela política se mede pela filiação a um partido, enquanto para os jovens franceses o critério da política continua sendo a eleição.²² Esta é uma observação que concorre para explicar o lugar que o estudo das eleições e dos comportamentos eleitorais sempre ocupou na história do político: se a análise das consultas assumiu tal importância e se tornou uma especialidade francesa, não é um acaso, mas o reflexo do valor que o cidadão francês dá, desde o nascimento da vida política moderna, ao ato pelo qual ele escolhe seus representantes e exprime suas vontades. Seria também valioso acompanhar de geração em geração os deslizamentos dentro de uma mesma família: a esse respeito, seria desejável que se enxertasse no grande empreendimento da demografia histórica, na amostragem constituída pelas famílias cujo nome começa pelo prefixo TRA, um apêndice que tivesse como objeto as evoluções políticas. O estudo dos deslocamentos ou das permanências não se faria sem uma

pesquisa sobre as motivações e as circunstâncias que se encontram no princípio das mudanças.

Estas são algumas sugestões cuja realização permitiria esboçar uma grande história do sufrágio político na sociedade francesa nos últimos duzentos anos.

Notas

1. Charles Seignobos, in Ernest Lavisse, *Histoire de la France contemporaine*, Paris, Hachette, 1920-1922, t. VI e VII.

2. Georges Dupeux, *Le Front populaire et les élections de 1936*, Paris, Colin, 1959.

3. François Goguel, *La politique des partis sous la Troisième République*, Paris, Éd. du Seuil, 1946, 2 vol.

4. Achille de Vaulabelle, *Histoire de deux Restaurations jusqu'à l'avènement de Louis-Philippe*, Paris, Penotin, 1884-1892, 7 vol.

5. Paul Thureau-Dangin, *Histoire de la monarchie de Juillet*, Paris, Plon, 1884-1892, 7 vol.

6. Pierre de La Gorce, *Histoire du Second empire*, Paris, Plon, 1895-1905, 7 vol.

7. André Siegfried, *Tableau politique de la France de l'Ouest*, Paris, Colin, 1964.

8. Gaston Génique, *L'élection de l'Assemblée législative de 1849. Essai d'une répartition géographique des partis en France*, Paris, Rieder, 1921.

9. "Eis alguns exemplos dessa estabilidade: no cantão de Vernous, em Ardèche, o único em que o 'não' obteve maioria no plebiscito de 1851, o número de sufrágios de esquerda nas eleições de 1928 foi, com a diferença de algumas unidades, igual ao dos adversários do golpe de Estado. No Gers, os três *arrondissements* de Mirande, Condom e Lombez, que só caíram definitivamente nas mãos dos republicanos, o primeiro, em 1902, e os dois outros, em 1910, foram também os únicos a dar, em 1928, a maioria absoluta aos candidatos moderados. Os de Auch e de Lectoure, ao contrário, republicanos desde 1876, votaram na esquerda em 1928. O cantão do *arrondissement* de Lectoure-Saint-Clair que abrigou por mais tempo uma maioria conservadora antes da guerra de 1914, foi também o único que, após essa guerra, enviou à assembléia departamental um conselheiro geral da URD. Melhor ainda, o mapa das eleições legislativas de 1936 nesse departamento coincide em quatro quintos dos

casos com o das eleições de 1849, se aí se representar da mesma maneira os cantões onde a direita obteve uma percentagem de votos superior à média do departamento.” E François Goguel acrescenta que “essa divisão geográfica remonta mesmo a um passado mais distante”, citando a *Histoire de Gascogne et de Béarn*, de Paul Courteault, que lembra os resultados desiguais da propaganda revolucionária: os *arrondissements* onde eles foram decepcionantes são aqueles mesmos onde a direita conservou posições dominantes.

10. Georges Dupeux, *Aspects de l'histoire sociale et politique du Loir-et-Cher, 1848-1914*, Paris, La Haye, Mouton, 1962.

11. Pierre Barral, *Le département de l'Isère sous la Troisième République, 1870-1940*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1962.

12. Philippe Vigier, *La Seconde République dans la région alpine. Étude politique et sociale*, Paris, PUF, 1963, 2 vol.

13. Paul Bois, *Paysans de l'Ouest. Des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire dans la Sarthe*, Le Mans, Vilaire, 1960.

14. Maurice Agulhon, *La République au village. Les populations du Var de la Révolution à la Seconde République*, Paris, Plon, 1970 e Éd. du Seuil, 1979.

15. *Les élections de 1869, études présentées para Louis Girard*, Paris, Rivière, 1960.

16. Odile Rudelle, *La République absolue, 1870-1889*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1982.

17. Jean-Jacques Becker, *1914, comment les Français sont entrés dans la guerre*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

18. Jacques Gouault, *Comment la France est devenue républicaine. Les élections générales et partielles à l'Assemblée nationale (1870-1875)*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1954.

19. Daniel Halévy, *La République des ducs*, Paris, Grasset, 1937.

20. Antoine Prost, *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 et 1889*, Paris, PUF, 1974.

21. Alan Lancelot, *L'abstentionnisme électoral en France*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Colin, 1968.

22. Annick Percheron, *L'univers politique des enfants*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1974.

Este texto foi publicado em Explication du vote: un bilan des études électorales en France, sob a direção de Daniel Gaxie, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.

Os partidos
Serge Berstein

Uma Situação Contrastada: Descrédito e Fecundidade

ATÉ RECENTEMENTE, o estudo dos partidos sofreu de um descrédito que refletia aquele que atingia a história política como um todo. Em particular, esse descrédito podia ser parcialmente explicado pela natureza dos trabalhos produzidos na área. Consistiam eles basicamente em dois tipos principais de obras:

— de um lado, monografias, nacionais ou locais, empenhadas em reconstituir com precisão o tecido factual da vida dos partidos: nascimento, acidentes históricos, desenrolar dos congressos, lutas internas entre tendências ou dirigentes, posicionamentos em relação aos grandes fatos da história nacional etc. Restituindo assim a realidade cotidiana da vida das formações políticas, ordenando os epifenômenos que afetam os contemporâneos e cujo rastro permanece facilmente identificável em documentos diversos, esses trabalhos resultavam numa história-crônica, oferecendo material útil, mas abrindo facilmente o flanco às críticas endereçadas à história factual, tida como um gênero inferior em comparação com a história quantitativa, que gozava do prestígio científico associado à utilização dos números, ou com a história social, disciplina-rainha que, na visão marxista, fornece a chave de toda explicação, ou ainda, numa perspectiva mais recente, com a história das culturas ou dos costumes, que permite tocar até o mais fundo da alma as motivações do homem histórico;

— de outro lado, os estudos que privilegiavam a dimensão ideológica e se baseavam na idéia de que um partido se define

fundamentalmente pelos seus fins últimos, ou seja, pelo seu projeto de sociedade. Sob essa ótica, o modelo praticamente único é o partido marxista, e o exercício consiste em examinar a maneira como sua ação conduz, com maior ou menor êxito, à possibilidade de realização de seu ideal, cuja legitimidade não é posta em dúvida. Resultou daí um punhado de trabalhos dedicados aos partidos de esquerda e de extrema esquerda, em que os grupúsculos mais reduzidos (e portanto mais puros ideologicamente) aparecem como os mais interessantes, o Partido Comunista serve de referência, e o Partido Socialista representa o campo fechado onde se confrontam tendências revolucionárias e ranços reformistas, enquanto as outras formações eram, na maioria das vezes, soberbamente ignoradas pelos historiadores.

História-crônica e factual, história ideológica marcada pelo simplismo, o maniqueísmo e a indiferença pelo real, o conjunto tinha, reconhecamos, por que suscitar a indiferença ou a ironia.

Mas o descrédito da história dos partidos políticos explicava-se também e sobretudo pela ignorância, espontânea ou deliberada, de um campo imenso e complexo que historiadores, sociólogos e cientistas políticos descobriam naquele mesmo momento, na França como em outros países. Seus trabalhos, desde o início do século XX, revelavam a importância e a riqueza de um domínio que se situa no cruzamento da longa duração e do acontecimento singular e que recorre, para explicar as ações dos homens, a dados múltiplos e complexos cuja combinação desemboca na existência e na ação dos partidos: o peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, o jogo dos mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas. Na verdade, não se vêem muitos domínios históricos onde a explicação das

ações do homem em sociedade ponha em jogo um feixe mais completo de parâmetros. E como o objeto dessa ação é aqui o poder e a maneira como ele é encarado e vivido no cotidiano pela massa dos atores da história, dos mais humildes aos mais célebres, entender-se-á que o historiador possa se debruçar com interesse sobre esse estudo, a não ser que erija em dogma, por uma singular mas pueril inversão de hierarquias, que tudo o que se refere à organização dos homens na cidade é decididamente secundário e estranho ao território do historiador.

Portanto, deixando de lado as modas e interdições, os historiadores há muito já se vinham curvando sobre a questão, e toda uma tradição histórica de uma incontestável riqueza testemunha a vitalidade mantida pelos trabalhos que tratam da história das forças políticas na França. Foi em 1900 que Georges Weill publicou sua *Histoire du parti républicain en France*, que mostra como uma ideologia política atravessa regimes e gerações adaptando-se constantemente às condições de uma conjuntura cambiante, e conservando ao mesmo tempo uma sólida tradição cuja perenidade se observa da Restauração até o fim do Segundo Império.¹ Mais próxima de nós, a publicação em 1954 da obra de René Rémond, *La droite en France*, marca uma virada nos trabalhos sobre a história das forças políticas, abandonando deliberadamente a crônica factual para enfatizar o peso de uma ideologia através de todo o período contemporâneo. Aliás, as edições sucessivas da obra iriam permitir ao autor, pelo confronto da sua grade de explicação com a evolução dos últimos 30 anos, controlar a validade de sua hipótese sobre a existência não de uma direita, mas de uma pluralidade de direitas, a tal ponto que, constatando que as distinções que propunha se haviam tornado desde então clássicas, ele intitulou a última versão de seu livro, em 1982, *Les droites en France*.² Se os historiadores renovaram extensamente a história das forças polí-

ticas, lançando as bases de uma visão nova das tradições e ideologias políticas, foram contudo os trabalhos dos cientistas políticos que mudaram as perspectivas de abordagem e a natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações. Refletindo sobre a natureza dos partidos políticos e sua função na sociedade política contemporânea, eles levaram os historiadores a se interrogar sobre o significado da existência e o papel dos partidos na pequena fatia histórica que lhes diz respeito, isto é, do fim do século XIX até os dias atuais.

Quais são, portanto, na sociedade política contemporânea, a natureza e a função de um partido político?

O Partido, Lugar da Mediação Política

Aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como *o lugar onde se opera a mediação política*. De fato, é evidente que não se pode considerar o homem como sendo originariamente um animal político; sozinho, ou em sociedade, ele sente necessidades e aspirações que lhe concernem diretamente, a ele mesmo ou à sua família, e que se situam no nível estrito da existência cotidiana. A passagem dessas aspirações e dessas necessidades (que não são unicamente materiais) à expressão de um pensamento político não aparece de modo algum como algo evidente, mas dá lugar a uma misteriosa alquimia que modifica a própria natureza do fenômeno. A realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas, e não existe passarela natural entre as duas. Quem ousaria dizer, de fato, que o programa articulado por uma formação política em resposta a um problema apresentado à sociedade seja a expressão direta deste? Acaso é evidente, por exemplo, que a reivindicação de su-

frágio universal pelo cartismo inglês na primeira metade do século XIX constituiu uma resposta adequada aos problemas do mundo operário britânico, que um dos líderes do movimento definia como “uma questão de pão e queijo”? A tradição historiográfica francesa afirma que, contentando-se em rever a Carta e mudar a dinastia, os liberais de 1830 roubaram a revolução daqueles que ergueram as barricadas. Mas teria a República constituído a resposta apropriada à crise social e demográfica revelada pela revolução de julho?

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso. Foi isso, por exemplo, que tentamos fazer ao mostrar como o descontentamento, em grande parte econômico, sentido pela classe média independente de pequenos comerciantes, artesãos e agricultores se transformou, em 1936, em hostilidade ao regime da Frente Popular pela ação da direita do Partido Radical, que propôs aos membros desse grupo uma leitura política de suas dificuldades, provocando aos poucos um movimento em profundidade que iria culminar na queda do governo Léon Blum.³

Quando e Como Nascem os Partidos Políticos?: O Testemunho de um Determinado Estágio de Desenvolvimento das Sociedades

Esta função primordial das forças políticas as faz aparecer como muito mais antigas que os partidos políticos, no sentido contemporâneo do termo. De fato, tão remotamente quanto a leitura e a interpretação de documentos nos permitem traçar a história das sociedades humanas organizadas, aparecem forças políticas que são tendências constituídas no interior dos grupos que participam ou aspiram ao poder, e muito cedo emprega-se em relação a elas o termo “partido”. Para tomar apenas alguns exemplos, não se fala, no início do século XV, num “partido armagnac” e num “partido bourguignon”, que se entregam a uma luta implacável pelo poder? Fala-se durante a Fronda num “partido de príncipes”, e assim por diante. Não se poderia, entretanto, confundir esses grupos restritos, que não passam de clientelas com efetivos limitados, com os partidos políticos modernos, com vocação para encampar ou canalizar os votos de populações numerosas, e que vemos nascer no mundo ocidental no final do século XIX. Quais são, portanto, os critérios que permitem definir os partidos em relação às outras forças políticas (clubes, clientelas, grupos parlamentares, facções...)? Busquemos a resposta nos cientistas políticos americanos, que definem quatro desses critérios:

— *a duração no tempo*, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública. Restaria tentar definir exatamente essa duração mínima. Por motivos que exporemos mais adiante, provavelmente será necessário considerar a escala da geração. Uma tal definição exclui de fato as clientelas, as facções, os partidos ligados unicamente a um homem;

— *a extensão no espaço*, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma

direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população. Este segundo critério exclui do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação;

— *a aspiração ao exercício do poder*, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam. Esta característica, função direta da mediação política de que falamos acima, exclui os grupos de pressão representativos de uma categoria definida, como os grupúsculos restritos dedicados à defesa intransigente de uma ideologia, mesmo quando trazem o nome de “partidos”;

— *enfim, a vontade de buscar o apoio da população*, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior.⁴

Essas quatro condições implicam uma consideração histórica do fenômeno de surgimento dos partidos políticos que esclarece a sua natureza. Consta-se na verdade que elas foram preenchidas nos diferentes países onde os partidos se desenvolveram, a partir do momento em que a extensão do sufrágio introduziu no jogo político parcelas cada vez maiores das populações interessadas, e onde, por isso mesmo, ficou claro que o poder não podia continuar sendo apanágio exclusivo de panelinhas restritas que ignorassem a massa dos eleitores. Essa relação entre extensão do sufrágio e nascimento dos partidos modernos é evidenciada na Grã-Bretanha desde a reforma eleitoral em 1832, com o nascimento das “sociedades de registro”, criadas pelos liberais para permitir a inscrição nas listas de novos eleitores; é confirmada após a reforma de 1867, quando a necessidade impõe a criação de comitês locais, a fim de recrutar um eleitorado já demasiado numeroso para poder ser orientado apenas por laços pessoais.

Nos Estados Unidos, é com a virada democrática representada pela eleição de Jackson que se vê debutar a criação dos partidos políticos modernos. Na França, o fenômeno é mais tardio, e nasce com a Terceira República, que assiste à verdadeira colocação em prática do sufrágio universal, durante muito tempo desviado pelos procedimentos autoritários do Segundo Império. Mas só aos poucos se passou da justaposição dos grupos parlamentares de um lado, e de uma sementeira de comitês locais do outro, para a organização e hierarquização de verdadeiros partidos. Na verdade, essa evolução só ocorreu no início do século XX (na França, com a fundação do Partido Radical em 1901) e só se completou realmente no período entre as duas guerras. O nascimento dos partidos políticos modernos aparece assim como um fato histórico tardio e, como revelam os exemplos escolhidos, limitado a uma área geograficamente restrita. Como explicar essa dupla característica? O processo de nascimento dos partidos políticos, tal como o descreveram os especialistas em ciências políticas, pode nos ajudar a esclarecer a questão.

É a Maurice Duverger que se deve a primeira tentativa de explicação global do nascimento dos partidos políticos.⁵ Para ele, o partido político é um fenômeno ligado à instituição parlamentar, e sua análise convence na medida em que corrobora os dados da história. Ele distingue na verdade dois tipos de partidos. Os primeiros são de criação eleitoral e parlamentar, nascidos da iniciativa dos eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa de eleitores: “O mecanismo geral dessa gênese é simples: criação de grupos parlamentares em primeiro lugar; aparecimento de comitês eleitorais em seguida; por fim, estabelecimento de uma ligação permanente entre esses dois elementos.”⁶ A finalidade essencial dessa construção é portanto assegurar a reeleição dos parlamentares. Depois que nasce, o partido cria seus próprios órgãos, vive de alguma forma uma existência autô-

noma, e toma uma direção distinta do grupo que presidiu à sua criação. De suas origens, o partido assim criado conserva estreitas relações com o grupo parlamentar, sua imagem na opinião pública é acima de tudo a dos eleitos que o invocam, e sua atividade é particularmente acentuada no período eleitoral, já que sua razão de ser é precisamente ganhar as eleições para dominar o Parlamento. É tipicamente o “partido de quadros”, mais forte por suas personalidades representativas que pela massa de seus filiados, mas que nem por isso é menos capaz de atrair um eleitorado de massa. Caracterizado por estruturas frouxas que dão aos eleitos uma grande liberdade, indiferente ao número de seus filiados e ao montante das cotizações que possa receber, praticamente desinteressado em recrutar a população fora das eleições, está muito próximo, por suas características principais, dos “partidos” do século XIX liberal, ou seja, de uma tendência da opinião representada pelas elites. Bem diferentes são os partidos “de origem externa” (ao Parlamento), segundo a denominação de Maurice Duverger. Emanando de grupos de pressão, sindicatos, “sociedades de pensamento”, igrejas, associações de ex-combatentes etc., eles têm em geral estruturas mais estritas que fazem da base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário, demonstram certa indiferença em relação às lutas parlamentares, e mostram-se desconfiados em relação aos eleitos, cuja liberdade de ação tentam limitar e submeter ao controle da direção. Poderíamos acrescentar que seu nascimento é em geral mais tardio que o dos partidos da primeira categoria, e nos perguntar se não estamos diante de uma segunda geração de partidos, testemunhas do tempo em que as massas se tornaram os atores reais do jogo político, em vez de ser, como no século XIX, os árbitros passivos desse jogo, tirando os breves períodos de ímpeto revolucionário.

Seja como for, o modelo de Maurice Duverger acentua a historicidade do fenômeno. Quer tenham nascido dentro ou fora do Parlamento, os partidos políticos definem-se em relação a ele. Ora, a área da democracia parlamentar é limitada à Europa ocidental, à América do Norte e à zona de extensão da civilização ocidental. Está além disso estreitamente ligada a um determinado estado da sociedade resultante das conseqüências da revolução industrial, do avanço das idéias liberais, do desenvolvimento de burguesias e classes médias que acedem à cultura e desejam, através do regime representativo, desempenhar um papel na vida política. A reflexão sobre o “modelo” de Maurice Duverger leva assim a considerar o partido político como o testemunho de um determinado estágio de desenvolvimento e de evolução das sociedades.

O Partido Político, Produto das Grandes Crises Históricas

É esta idéia, implicitamente presente na obra de Maurice Duverger, mas cujas virtualidades ele próprio não desenvolveu, que serve ao contrário de eixo de explicação para a escola da ciência política americana dita “developmentalista”, cujas teses já foram mencionadas. Para os expoentes dessa escola (que consideram que o modelo de Maurice Duverger dá conta do nascimento dos partidos nos antigos Estados-nação da Europa, mas não nos países do Terceiro Mundo recentemente libertados do jugo colonial, por exemplo), os partidos só podem surgir quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento. Eles observam que esse estágio de desenvolvimento exige que se reúnam algumas condições de modernidade: a existência de uma especialização profissional, fazendo nascer um sistema socioprofissional associado ao progresso econômico; a constituição de um

conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de informação, a extensão dos transportes, e acima de tudo, a mobilidade espacial e social; o desenvolvimento do processo de urbanização; a independência do sistema educacional; o pleno desenvolvimento do poder do Estado e a autonomia do poder político em relação aos grupos religiosos e sociais etc. Em outras palavras, o partido político moderno surge estreitamente ligado aos fenômenos estruturais inscritos na longa duração que permitem julgar a evolução de uma sociedade. Mas La Palombara e Weiner levam ainda mais longe sua reflexão sobre as condições históricas de nascimento dos partidos.⁷ Consideram de fato que, embora a evolução descrita constitua o quadro necessário ao surgimento dos partidos, esse quadro não é em absoluto suficiente. Para que nasça um partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. Essa crise não é necessariamente um acontecimento histórico, mesmo que fatos espetaculares a revelem aos contemporâneos. Pode ser uma guerra, mas também um fenômeno de inflação monetária, uma depressão econômica, uma explosão demográfica, uma transformação do sistema educacional, um abalo das estruturas econômicas... Sem se deter nos diversos tipos de crises que os cientistas políticos americanos tentam modelizar — crise de legitimidade, de participação, de integração... —, o historiador do político conservará da contribuição dessa escola a idéia de que um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que

ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe. Essa concepção faz o fenômeno partidário deixar o domínio do contingente, onde foi mantido acantonado durante muito tempo, para entrar no domínio do estrutural, onde ele aparece como revelador de problemas fundamentais que ultrapassam de muito o que se conhece dele numa primeira abordagem. Com isso, toda uma parte da vida política deixa de ser o lugar de acontecimentos ininteligíveis e, em suma, de fraco interesse, para se tornar um conjunto de fenômenos significativos que é preciso interrogar para trazer à luz os significados que eles encobrem. Assim, o longo sucesso do Partido Liberal britânico no século XIX explica-se menos pelos caprichosos acasos de escrutínios incompreensíveis do que pelo fato de ele ter sabido identificar-se com as aspirações reformistas de uma sociedade cuja permanente vontade de adaptação tendia a erigir-se em verdadeira lei, enquanto o Partido Conservador só saiu de sua interminável travessia do deserto no momento em que compreendeu, antes de seu rival, que o imperialismo colonial se tornara uma necessidade para um país cuja superioridade econômica fundada na ordem liberal tendia a esgotar-se.⁸ Assim também, o desenvolvimento do Partido Radical na França não resultou apenas das intrigas da franco-maçonaria e da habilidade de algumas velhas raposas da política, mas do fato de que ele traduzia tão exatamente quanto possível os desejos da classe média independente de ver irem até o fim as virtualidades colocadas pela Revolução Francesa e os valores políticos, sociais e filosóficos de que ela foi portadora.⁹

Partidos e Inércia Política

Isto significa dizer que existe adequação total entre um partido político e uma determinada situação à qual ele responderia? No momento da criação do partido, sem dúvida alguma. Mas e depois? De fato, uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar. Se ele é mais que um fogo de palha (o poujadismo, por exemplo), torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações. Dota-se de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as idéias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas. O conjunto desses elementos, que o partido se esforça naturalmente por conservar, permite-lhe adquirir uma força considerável e sobreviver durante longo tempo ao desaparecimento das condições precisas que favoreceram seu nascimento. Esse fenômeno, que chamaremos de inércia do político, explica por que as formações partidárias perduram, mesmo quando parecem não ter como agir sobre uma situação nova à qual não puderam se adaptar, porque sua razão de ser residia numa situação já ultrapassada. Foi assim que o Partido Radical, nascido no início do século XX para assegurar os valores de que eram portadoras as classes médias independentes, sobreviveu de muito à perda de influência destas, que se pode datar, aproximadamente, da crise que atingiu durante a década de 1930. Compreende-se por que razão isto ocorreu, tomando-se consciência do extraordinário

aparelho político, jornalístico e cultural que o partido pôde estabelecer na época do seu apogeu em toda uma parte da opinião pública francesa, e cujos vestígios lhe garantem ainda hoje um lugar (seguramente modesto) no tabuleiro político¹⁰. Do mesmo modo, pode-se perguntar se o declínio eleitoral do Partido Comunista — que se tornou permanente desde o final dos anos 50, e que, para além das peripécias, se deve, ao que tudo indica, ao fato de que a imagem que ele difunde na opinião pública está muito distante da que os franceses desejam receber de si mesmos — não foi durante muito tempo freado pela extraordinária rigidez de seu aparelho estrutural e pelo caráter dogmático da cultura política que ele difunde. A defasagem que acabamos de assinalar entre o desaparecimento das condições históricas que permitem o nascimento de um partido e o desaparecimento deste vale, aliás, no sentido oposto, para a emergência de um partido na cena histórica. O fato de estarem reunidas condições favoráveis nem por isso implica que um partido que se prevalecer delas vá ter êxito imediato, quanto mais não seja porque os partidos existentes lhe oporão uma resistência cuja eficácia emana em parte das armas que lhes confere sua antiguidade. Assim, vê-se hoje claramente que, durante a Quarta República, uma situação inteiramente nova, da qual o início do crescimento foi o fenômeno mais espetacular, se instalou nos anos 1950.¹¹ Mas essa nova situação não impediu que as formações políticas tradicionais mantivessem solidamente em suas mãos as rédeas do poder. Seria preciso quase uma década de crises, iniciadas em 1954 com o desenvolvimento do poujadismo e do mendesismo e encerradas com o esmagamento do conjunto dos partidos políticos por ocasião do *referendum* e das eleições de 1962, para que se iniciasse um processo de renovação das forças políticas. Ao mesmo tempo, constituiu-se em torno de Pierre Mendès France, que catalisava as aspirações diversas provenientes da opinião pública, dos meios intelectuais

e dos círculos dirigentes da função pública ou da economia, uma nebulosa ideológica cujas implicações econômicas, políticas, institucionais e internacionais constituíam uma resposta adaptada aos problemas da época, pelo menos para a opinião de esquerda. Ora, constata-se que nenhuma força política organizada estava pronta para adotar a ideologia mendesista, e o enxerto desta no Partido Radical se revelaria um fracasso total. Sem apoio partidário, o mendesismo se dissolveria como corrente política significativa, a ponto de quase não mais contar a partir de 1957, apesar de sua adequação às condições da época. Ele se refugiou então em clubes, pequenos grupos, entre homens que seguiam itinerários diferentes, para dar origem, muito lentamente, a uma tradição de cultura política que, caminhando por canais descritos com sutileza por Hughes Portelli, daria origem a partir de 1971 à ideologia do novo Partido Socialista.¹² Em outras palavras, foi necessário uma geração para que idéias adaptadas à situação nova dos anos 1950 adquirissem direito de cidadania no universo partidário e constituíssem uma cultura política que permitiu ao partido que parecia melhor assumi-la tornar-se majoritário em 1981. Esse atraso quase estrutural das organizações políticas em relação às situações que elas são encarregadas de gerir certamente constitui um dado fundamental para os historiadores. Revela uma autonomia do órgão político que jamais é um simples reflexo de uma problemática, mas adaptação desta a variáveis especificamente políticas, cultura política e tradições, peso das estruturas, papel das personalidades.

Fenômeno histórico por definição, como acabamos de ver, o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o

comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos.

O Partido Político, Reunião de Gerações Diversas

Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer. Além dos dados numéricos que podem nos informar sobre a audiência do partido com base no número de seus membros ou eleitores, podem ser mencionadas, a esse respeito, duas abordagens fundamentais que foram objeto de importantes trabalhos. A primeira é a que se interessa pela composição das formações políticas por gerações. A aceção da noção de geração que se adota aqui é menos a dos demógrafos (nesse caso seria preciso falar em “coortes”) que a dos sociólogos, o que quer dizer que uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum. O postulado que preside o estudo da noção de geração é o de uma influência fundamental dessas determinantes sobre o comportamento político daqueles que foram submetidos a elas, capaz de explicar várias de suas atitudes concretas durante o tempo de sua atividade partidária. É claro, por exemplo, que o fato de o Partido Radical ter sido dominado até os anos 1930 por homens como Herriot ou os irmãos Sarrault, cuja formação política se fizera integralmente nos anos de instalação da Terceira República, os quais foram marcados pela luta dos republicanos contra a “reação e o clericalismo”, e tiveram no caso Dreyfus uma suspensão (no sentido musical), explica amplamente o reflexo republicano que cons-

tituiu a base fundamental de sua política.¹³ A substituição dessa geração pela dos homens formados a partir dos anos do pré-guerra, quando se manifestou a crise das ideologias instaladas, iria modificar profundamente os comportamentos desse partido e conduzir, após 1936, à sua reclassificação na direita.¹⁴ Estabelecida a importância explicativa da noção de geração (que reconduz às considerações históricas), é claro que um partido político vê coexistirem em seu interior gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por conseguinte, cujos pólos de referência são diversos. A questão que legitimamente pode se colocar é a de saber como se distribuem no interior do partido as diversas gerações presentes, e, mais precisamente, qual o seu papel dentro dos organismos dirigentes que determinam a linha da formação. Dois estudos podem, neste ponto, nos servir de exemplos para precisar a importância da noção. O primeiro é o de Annie Kriegel em sua obra clássica, *Les communistes français*.¹⁵ Ela considera (na data em que a obra é escrita) que coexistem no interior do Partido Comunista três gerações sucessivas. Eliminando os filiados dos anos 1920-24, que considera uma “miscelânea” com motivações complexas e incertas, ela vê se sucederem uma geração da “bolchevização”, chegada ao partido nos anos 1924-1934, na época da luta de “classe contra classe”, do alinhamento com o Komintern, da admiração incondicional pela República dos Sovietes, e uma geração da Frente Popular que, abandonando o comportamento da “cidadela sitiada”, se abre ao mundo exterior, integra-se na sociedade política e aceita os valores patrióticos e republicanos que o partido antes fustigava; por fim, vem uma geração da Resistência, que ingressa no partido no quadro da luta nacional contra a ocupação, da primazia do antifascismo e da exaltação da nação. Ora, Annie Kriegel constata que a sua primeira geração, a da bolchevização, constituiu até o fim dos anos 1960 o núcleo duro do partido, aquele que detinha o

poder por intermédio do Bureau político. Em 1950, dez entre 13 membros do Bureau político pertenciam a essa geração e, em 1967, 40% dos membros dessa instância estavam no mesmo caso. Os dirigentes sucessivos do partido naqueles anos, Maurice Thorez e Waldeck-Rochet, ilustram isso. E é isso o que pode permitir compreender tanto a virulência do PCF no tempo da guerra fria, que lembra sob tantos aspectos o tempo da luta de “classe contra classe”, quanto a resistência do PCF à desestalinização. Em compensação, as duas gerações das épocas de abertura aparecem como “gerações sacrificadas” na distribuição do poder. E sem dúvida é interessante observar que a geração que sucede à da “bolchevização” na direção do PC é, com Georges Marchais, aquela cuja adesão remonta à época da guerra fria. Aplicando uma grade do mesmo tipo ao estudo da UDR, Jean Charlot observa a guinada fundamental que representou a substituição, nos congressos de Lille de 1967, dos “gaulistas históricos”, os “companheiros” saídos da Resistência, pelos homens que vieram para o gaulismo na época do RPF, da travessia do deserto e da oposição. Essa substituição, aliás, esclarece retrospectivamente a facilidade com que Georges Pompidou pôde garantir para si, em 1969, a sucessão do general de Gaulle, contando com o apoio de um movimento gaulista bastante unido, já que fora ele próprio quem, dois anos antes, instalara seus quadros — quadros à sua semelhança, oriundos essencialmente da onda do pós-guerra.¹⁶ Também se percebe o caráter fecundo desse dado tentando prolongá-lo e observando por exemplo que, com Jacques Chirac, em 1974, chegou à frente do movimento gaulista a geração que se filiou após 1958, quando o gaulismo retornou ao poder. Seria possível, sem dificuldade, estender essa grade de análise a outras forças políticas do presente ou do passado, de tal forma o seu caráter histórico se impõe quando se tenta compreender como funciona uma organização política.

Partidos Políticos e Sociologia

Mais clássica, porém não menos rica de ensinamentos proveitosos, é a análise da composição social dos partidos políticos.

Os especialistas em sociologia política definiram nesse domínio um conjunto de abordagens que o historiador não pode ignorar. A primeira consiste em examinar a imagem sociológica que o partido pretende passar de si mesmo — e que revela ao mesmo tempo a clientela na qual ele pretende recrutar seus membros e seus eleitores — e a filosofia social que subtece sua ação. É extremamente característico que o Partido Radical, pelo menos até os anos 30, tenha rejeitado a idéia de que podia representar uma categoria social determinada, pois ele negava até mesmo a hipótese de uma sociedade dividida em classes, declarando-se o partido dos trabalhadores, já que se considerava como o “povo” no sentido da Revolução Francesa, ou seja, o representante da grande massa dos não privilegiados. Mas, ao mesmo tempo, ele era levado a defender as categorias da “classe média”, na qual tinha o grosso de seu eleitorado — pequenos comerciantes, pequenos industriais, artesãos, negociantes, pequenos agricultores etc.¹⁷ É claro que é interessante confrontar essa imagem com a realidade sociológica da composição do partido, e, em qualquer caso, esse estudo revela uma distorção, por um certo número de razões estruturais a que nenhum partido escapa: o caráter compósito e interclassista de todas as formações, a necessidade de ampliar sua base sociológica além dos limites da sua sociologia natural para aumentar sua audiência e esperar conquistá-la etc. Mas esse estudo da composição sociológica de um partido e da imagem sociológica que ele transmite de si mesmo deve ser necessariamente completado por análises que expliquem a maneira como o eleitorado, em seus

diversos componentes socioprofissionais, percebe o partido político a ser estudado. Duas noções complementares podem ser levadas em conta, contanto que pesquisas lhes forneçam elementos, o que evidentemente só é válido para o período mais contemporâneo: a estrutura sociológica de um eleitorado partidário indica em porcentagem quais categorias socioprofissionais formam o eleitorado do partido (noção que deve ser relacionada com a proporção dessas diversas categorias no eleitorado nacional); a penetração de um partido nas diversas categorias socioprofissionais indica qual porcentagem de cada uma delas vota nesse partido.¹⁸ Estabelecidos esses dados, a principal questão que se coloca é a de saber se o pertencimento social determina ou condiciona o voto, ou seja, se este não é apenas, em última análise, o reflexo político dos interesses de classe. Da mesma forma, trata-se de saber se um partido político não é mais, como pensam alguns historiadores marxistas, que a organização de uma classe social confrontada com o problema do poder. Na verdade, o problema não é fácil de destrinchar, pois raras vezes ele se expressa nesses termos simplistas. É absolutamente óbvio que todos os partidos são interclassistas em sua composição; mas não está menos comprovado que nenhum deles reflete pura e simplesmente as categorias socioprofissionais da população tomada em seu conjunto e em proporções idênticas. Existe uma ponderação que aumenta a super-representação de certas categorias em função da imagem que o partido passa de si mesmo, de dados culturais e de interesses sociais. É uma obviedade, também, dizer que o patronato será proporcionalmente mais importante nas formações de direita que nas de esquerda, e o inverso no mundo operário. Mas fazer essa constatação não resolve todos os problemas. Em primeiro lugar, porque a situação nem sempre é tão simples. O Partido Socialista, que emprega de bom grado uma linguagem obreirista e marxizante, conta entre seus membros com 15%

de operários e 14% de empregados, contra 13% de profissionais de nível médio e 15% de nível superior.¹⁹ E mesmo que uma categoria social seja representada de maneira majoritária entre o eleitorado ou os membros de um partido, ainda é preciso saber se ele vai construir um programa de ação apenas para satisfazer as aspirações de sua clientela. Em relação a isso, o caráter compósito dos conjuntos de membros e eleitores, e a importância das margens (em particular se o partido tem alguma chance de chegar ao poder), tornam indispensáveis arbitragens entre os interesses divergentes daqueles que se reconhecem no partido, no momento em que este é levado a definir um programa de ação. Por isso é que um partido político importante, em condições de exercer o poder, é sempre levado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade de levar em consideração, para governar, os pontos de vista dos adversários. Só os grupos minoritários, eternamente condenados à oposição, podem se permitir a intransigência doutrinária. Interessante para o conhecimento histórico, a composição sociológica de um partido não nos deve portanto levar a julgar de maneira pueril que é nela que se encontram os únicos elementos de explicação das atitudes políticas do partido, mesmo que esse dado esteja longe de ser desprezível. É claro, por exemplo, que a composição de um Partido Radical em grande parte constituído por membros da classe média independente desempenhou um papel fundamental na sua ruptura com a Frente Popular, mas a importância quase igualmente considerável (em particular nos quadros dirigentes) de uma classe média assalariada levou o partido a só encarar essa ruptura com imensa repugnância. Ela só pôde ser feita ao preço de um debate em que os grupos sociais radicais representaram um papel, mas sem que nenhum deles constituísse um conjunto homogêneo, a dimensão social combinando-se com opções ideológicas, tradições culturais, variantes regio-

nais, o papel dos líderes engajados num ou noutro campo, que tornou o fenômeno infinitamente complexo.²⁰ Os dados sociológicos constituem assim um fator explicativo, mas não exclusivo, que é necessário combinar com os outros tipos de informações existentes, para não cair na caricatura. Aqui, como no domínio assinalado acima, o partido desempenha um papel mediador, e não é jamais um simples reflexo. A natureza dessa mediação depende em enorme medida da maneira como a formação política repercute as aspirações da base, e, sob essa ótica que põe em questão o partido como elemento de mediação, e coloca o problema da fidelidade desta, um papel fundamental é exercido pela organização.

O Peso de uma Organização na Vida de Um Partido Político: Dois Modelos

A organização moderna dos partidos políticos é um fato relativamente recente. Só por volta do final do século XIX, quando surgem condições novas (funcionamento de um sufrágio ampliado, descompartimentação das regiões e nascimento de uma entidade política nacional, difusão da instrução e da imprensa), é que se instala uma verdadeira estrutura nacional reunindo os elementos dispersos das formações políticas, no topo o grupo parlamentar, e na base a sementeira de comitês encarregados de recrutar um eleitorado crescente. Contudo, o estudo das condições de nascimento dos partidos políticos revela a existência de dois modelos de organização que parecem corresponder a dois momentos diferentes e remetem às condições históricas do nascimento dos partidos.

O primeiro modelo é o dos partidos de base parlamentar, do qual o Partido Radical francês pode fornecer o exemplo. Na origem desse partido, encontrava-se uma facção parlamentar que reunia os deputados defensores da tradição radical. Ou

mais exatamente, da tradição que remontava aos anos 1840, das facções parlamentares entre as quais se dividiam os deputados que defendiam o radicalismo. No final do século XIX, estes últimos pertenciam a dois grupos parlamentares principais, o Radical-Socialista, que reunia a extrema esquerda jacobina, e a Esquerda Radical, onde se encontravam os radicais ligados à administração, sem contar a União Progressista, onde alguns radicais se encontravam ao lado dos republicanos ligados ao governo. Paralelamente, via-se desenvolver no país, desde a introdução do sufrágio universal (1848), um grande número de comitês encarregados de canalizar os votos em favor de diversos candidatos. Durante muito tempo, esses comitês foram efêmeros, limitando sua atividade aos períodos eleitorais e desaparecendo em seguida até a eleição seguinte. Foi por volta de 1885-1886 na França que alguns políticos, para consolidar sua inserção local, tiveram a idéia de tentar dar uma vida permanente a esses comitês eleitorais, tentativa essa que teve particular sucesso no sul da França, onde o comitê se inscreveu nas tradições de uma sociabilidade antiga. Mas no Sena, por exemplo, um Clemenceau tentou confederar num “partido” permanente um conjunto dos comitês radicais. Enfim, ao lado dos comitês eleitorais, o partido era ainda representado por toda uma série de órgãos que garantiam sua penetração na sociedade política, nos jornais, nas “sociedades de pensamento”, em associações diversas... Foi a partir desses elementos dispersos que em 1901, por iniciativa da franco-maçomaria, se criou o Partido Republicano Radical e Radical-Socialista, cujo primeiro congresso reuniu deputados, senadores, conselheiros gerais e municipais, jornais, lojas maçônicas, sociedades de livre-pensamento, seções da Liga do Ensino, alguns “*Sous des écoles*”²¹... Foi com base num modelo idêntico que nasceram também, provavelmente com menos postos avançados no país, a Aliança Republicana Democrática em 1901 e a Federação Republicana em 1903.²² Mas, entre o topo

(os parlamentares) e a base (a proliferação de comitês que se queriam “autônomos”), não existia praticamente nenhuma ligação que permitisse estabelecer uma coesão real entre os pedaços dispersos do “partido”. A esse respeito, pode-se medir os progressos da organização pelo desenvolvimento das federações departamentais, que permitem avaliar o estado de desenvolvimento do processo de organização. Forçoso é constatar que ele estava longe de ter-se completado em 1914; na verdade, seria preciso esperar o período entre guerras para ver a maioria dos partidos franceses dotados de estruturas completas.

Ao lado do caráter frouxo das estruturas, nota-se a extrema incerteza das noções de filiação: qualquer um podia inscrever-se em vários grupos parlamentares, e só em 1913 Caillaux, presidente do Partido Radical, impôs aos deputados eleitos sob essa legenda a filiação a um único grupo. Vê-se do mesmo modo comitês aderirem a diversos partidos. Até 1905, numerosos comitês (sobretudo no Sul) agrupavam radicais e socialistas, e reuniam muitas vezes os dois termos em seu nome; tratava-se de fato de fazer prevalecer a unidade do “Partido Republicano” sobre os grupos de partido. A partir de 1905, essa confusão cessou na esquerda (mas muitos comitês radicais conservaram em seu título o epíteto socialista). Mas só em 1911 os radicais proibiram aos comitês a dupla filiação ao Partido Radical e à Aliança Democrática. De modo que se pode considerar que, na França, foi preciso esperar o período entre guerras para ver nascerem organizações partidárias realmente estruturadas. É verdade que na mesma época o Partido Socialista desenvolveu um segundo modelo, bastante antitético do primeiro, e que se impôs aos poucos como o que melhor convinha a uma sociedade de massa.

Reconstituído a partir de 1880, reagrupado em partido unificado em 1905, o Partido Socialista adotou uma organização muito diferente da dos partidos de base parlamentar. Na

verdade, seu objeto não era gerir a sociedade, mas transformá-la. Embora não desdenhasse as vias eleitorais, a expressão parlamentar não era sua preocupação primeira, e durante muito tempo ele teve poucos representantes eleitos. Enfim, ele se queria rigorosamente democrático e representativo, não da população, mas de uma classe particular da sociedade, a dos operários. Conseqüentemente, desde o início sua organização se adequou às suas prioridades. Na base, *seções*, reunidas em seguida no plano da cidade ou da região. No início da história do socialismo, somavam-se ainda seções cooperativas e sindicatos. Foi assim que em 1896 o POF de Jules Guesde pôde apoiar-se em 833 grupos locais reunidos nas Federações do Sul, do Oeste, do Leste e do Centro. Cada um desses grupos, em função do número de seus membros, delegou ao congresso representantes munidos de mandatos, que elegeram as instâncias nacionais. Esse congresso representativo foi considerado como a instância suprema que estabelecia o programa do partido, designava seus chefes, resolvia debates e polêmicas. Quanto aos parlamentares, eram considerados apenas como delegados do partido nas assembleias eleitas, não dispendo de nenhuma autonomia e tendo de submeter-se inteiramente às decisões dos congressos, cuja política eram encarregados de aplicar sem discussão e sem desempenhar nenhuma função nessa qualidade.²³ Sem dúvida tratava-se de um modelo teórico cuja colocação em prática sofreu muitas distorções. Em todo caso, mesmo imperfeito, o modelo socialista de organização era o que parecia melhor convir ao recrutamento das massas, que se tornou no século XX a prioridade absoluta dos partidos, quando no XIX tratava-se apenas de recrutar eleitores. E, com mais ou menos sucesso, foi a esse modelo que tentaram se conformar as outras formações políticas, seduzidas pela eficácia de uma estrutura que permitia transformar os filiados em militantes, obter a disciplina dos parlamentares e a coerência de conjunto

da ação partidária. Acrescentemos que a criação do Partido Comunista, e sobretudo o período da “bolchevização” dos anos 1924-1934, que levou às extremas conseqüências o modelo organizacional do Partido Socialista (ao mesmo tempo para a representação da classe operária a partir das células de empresa, e para a disciplina do partido em função do princípio de “centralismo democrático”), iria ter como resultado, de um lado, rematar a perfeição do sistema em face de seus objetivos, mas, de outro, fazê-lo surgir como um contramodelo que não se devia imitar se se desejasse manter uma vida democrática dentro do partido.²⁴

Ligado à organização dos partidos políticos, evitar-se-á esquecer o espinhoso problema do seu financiamento. Se há um domínio tabu, ao qual não fica bem fazer alusão, é exatamente este, e, com a ajuda do gosto pelo segredo, o historiador raramente é informado sobre a maneira como um partido provê suas necessidades, tanto assim que na maioria das vezes ele se vê reduzido a hipóteses.²⁵ Contudo, é claro que nenhuma força política pode basear suas finanças apenas nas cotizações de seus membros, e que todas devem recorrer a outras fontes de renda. Entre estas, as subvenções dos meios empresariais representam com certeza um papel importante. Mas a questão é saber se, em contrapartida à ajuda que trazem, os empresários exercem sobre os partidos uma influência determinante, o que poderia levar a concluir que sua presença anula toda vida democrática no partido que assim financiam. Se o mito de um capitalismo todo-poderoso, sobretudo nas forças políticas de direita, aparece como um dos mais vivos na opinião pública, os estudos históricos realizados nesse domínio levam a atenuar singularmente essa visão das coisas. Jean-Noël Jeanneney pôde assim demonstrar que, apesar da generosidade com a qual subvencionava a Federação Republicana, François de Wendel viu sua audiência grandemente limitada pela desconfiança que produzia entre

os dirigentes dessa formação seu *status* de capitalista demasiado ostensivo.²⁶

O Poder no Interior dos Partidos Políticos

A interrogação sobre a democracia nos leva diretamente a colocar um dos problemas-chaves relativos à história dos partidos políticos, e que está implícito no estudo da sua organização — o de saber quem detém realmente o poder no partido político. Se pusermos de lado formações muito particulares como os partidos fascistas, em que, por definição, o poder é o apanágio de um chefe carismático que representa a massa em nome de princípios misteriosos, que nada devem à eleição, a maioria dos partidos políticos modernos se quer democrática. O que significa que o poder supostamente pertence ao conjunto dos membros, que designam democraticamente seus chefes. Mas, paralelamente, a experiência mostra que a simples existência de um partido, com a sua organização estruturada, secreta naturalmente uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam praticamente inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições.

O fenômeno foi particularmente destacado por Robert Michels, que, às vésperas da guerra de 1914, estudou a organização do Partido Social-Democrata alemão, que *a priori* lhe parecia ser, por suas próprias concepções, o mais democrático dos partidos políticos.²⁷ Ora, ele constatou que os militantes do partido, que tinham o desejo de ser conduzidos com firmeza, desenvolveram um clima de veneração em torno dos chefes que deu origem à oligarquia. Esta foi consolidada pelas competências que lhe eram reconhecidas, pelo monopólio da informação de que dispunha dentro do partido, pelo controle das promoções. Assim se constituiu uma casta di-

rigente que acabou identificando seus interesses próprios com os do partido, e para a qual a perenidade da organização, origem de seu poder, se confundia com a realização dos objetivos próprios da formação. Ora, esse fenômeno, para Robert Michels, era grave na medida em que comprometia enormemente toda possibilidade de democracia dentro do partido: um partido não pode abrir mão de organização, mas a organização secreta a oligarquia, e a oligarquia confisca o poder em proveito próprio. Se seguirmos Robert Michels, o poder dentro do partido político pertencerá então sempre à elite dirigente, e a existência de um partido, mesmo que se o suponha democrático, é incompatível com a democracia.

Os trabalhos sobre os partidos políticos confirmaram essa tese? A existência de oligarquias dirigentes é um fato comprovado por todos aqueles que se debruçaram sobre a existência dos partidos políticos. Annie Kriegel demonstrou magistralmente no que se refere ao Partido Comunista Francês, que, é verdade, constitui nesse ponto uma espécie de caso limite, pela característica de concentração de poder nas mãos dos estratos superiores do “aparelho”.²⁸ Jean Charlot, em suas obras sucessivas sobre os movimentos gaulistas, mostrou como isso funcionava para os partidos nascidos em torno de um personagem carismático. Direta ou indiretamente, o general de Gaulle era a fonte verdadeira e o único detentor do poder, quer se tratasse do RPF, cujas estruturas foram instituídas para garantir a autoridade do seu chefe, que tomava sozinho as decisões,²⁹ ou da UNR, onde a divisão aparente do poder dissimulava na verdade a primazia do governo como fonte de inspiração, tornando-se o Bureau político a engrenagem fundamental cuja função primeira era fazer homologar pelo partido as decisões tomadas no *Élysée* e executadas pelos ministros.³⁰ Enfim, o fenômeno é perceptível dentro de um partido com vocação democrática como o próprio Partido Radical. O essencial do poder era detido por uma elite mínima

de dirigentes, aos quais os membros do partido dedicavam um verdadeiro culto que era a base real da sua autoridade, e que permitia a homens como Herriot, depois Daladier, disporem de uma considerável margem de manobra.³¹ Sendo o fenômeno oligárquico nos partidos políticos um fato comprovado, seguir-se-á, como pensa Robert Michels, que não existe democracia nos partidos políticos?

A pergunta merece uma reflexão aprofundada, e só um estudo preciso dos processos de tomada de decisão pode permitir resolver a discussão. Nós tentamos fazê-lo no que toca ao Partido Radical em relação a alguns episódios característicos. A conclusão que emana desse estudo é que há uma linha democrática que consegue perfurar o anteparo da oligarquia. Esta se encontra de fato limitada pela concorrência dos líderes que só podem esperar vencer seus rivais apoiando-se na maioria dos militantes. De modo que as opiniões destes últimos triunfam sempre, porém por canais mais difusos que o voto das moções em congressos, prática da democracia socialista. De fato, foram os debates das instâncias partidárias, as discussões em comitês ou nos órgãos federais, os contatos diretos dos eleitos com os eleitores que acabaram por criar uma “opinião radical”, cuja força não se media pelas opiniões dos deputados ou dos líderes. E estes últimos, mesmo os mais prestigiados, só podiam esperar se manter e manter seu poder se seu comportamento político estivesse em uníssono com essa base, cujas aspirações era importante compreender a tempo. Sem o que, um rival mais hábil podia encarná-las e, no fim, levar a melhor. Por não ter dado importância, por exemplo, ao peso incoercível da fidelidade à união das esquerdas dentro do Partido Radical, Herriot foi obrigado a abandonar em 1926 a presidência do partido, onde Caillaux e seus amigos logo instalaram Daladier. Atento a essa opinião radical, Daladier abraçou em 1935 a corrente Frente Popular, que conquistou a base de Valois, até perceber em 1937-1938

a profundidade da reprovação que atingiu essa fórmula política e conduzir o rompimento dos radicais com a Frente Popular, antes que um outro dirigente (Georges Bonnet?) o antecesse nesse caminho.³² Por fim, parece impor-se a conclusão (que seria necessário escorar com outros trabalhos) de que, num partido de tradição democrática onde os membros constituem uma realidade, é a opinião deles que em última análise prevalece, apesar das tendências oligárquicas reais, que conseguem retardar ou nuançar as tendências dominantes da base, mas jamais anulá-las.

Os Partidos Políticos: Formação Ideológica

A necessidade em que se encontra uma direção, por mais oligárquica que seja, de levar em conta as opiniões emitidas pela massa dos membros do partido nos faz levar em consideração a ideologia que constitui sempre a coluna vertebral dessas opiniões. Aliás, foi muitas vezes nela que os historiadores viram o principal constituinte das formações políticas, o que explica sua preferência acentuada pelos partidos de forte carga ideológica, de extrema esquerda ou de extrema direita, em detrimento do peso relativo real dos partidos na história política. A bem dizer, a natureza dessa ideologia varia singularmente segundo os diferentes tipos de organização, mas, em todos os casos, ela constitui um sistema de crenças compartilhado por todos os que dizem pertencer ao partido, sejam eles militantes, membros ou simplesmente eleitores.

É raro essa ideologia basear-se diretamente numa doutrina claramente formulada e apoiada em bases filosóficas, ou com pretensão filosófica. É próprio dos partidos totalitários pretender pôr em prática uma teoria preestabelecida, fazendo de seus militantes uma nova elite, realizando “o homem novo” previsto pela doutrina no interior do partido, antes de forçar

toda a sociedade a se adaptar ao modelo assim constituído. Nesse caso, estamos em presença de um sistema ideológico fechado, que não é suscetível de qualquer reordenamento, pois seus limites foram fixados de uma vez por todas pela doutrina, e, nessa hipótese, o partido assemelha-se a uma igreja, a doutrina a um catecismo, os membros militantes a um “exército de crentes”. Hannah Arendt analisou as diversas conseqüências desse sistema nos partidos totalitários.³³ Sabe-se que freqüentemente é em termos de engajamento religioso que é analisado o comportamento dos militantes comunistas.³⁴ E a expressão “exército de crentes” deve-se ao próprio Mussolini, expert em matéria de formação totalitária, e aplica-se ao Partido Fascista, o qual, lembremos, tinha como uma de suas palavras de ordem “Crer, obedecer, combater”.³⁵

O caso do partido totalitário é contudo um caso limite. Com mais freqüência, a referência doutrinária da ideologia é uma nebulosa que invoca uma grande família do pensamento, sem nem por isso ser claramente explicitada no discurso cotidiano do partido, de tal modo que este dá a impressão de ser desprovido de qualquer doutrina. Assim é que Jacques Kayser estimava que “o radical não é filósofo”, baseando-se no fato de que, tendo assistido a inúmeras reuniões de comitês onde discursavam Léon Bourgeois e Célestin Bouglé, profetas do “solidarismo”, jamais os ouvira fazer referências explícitas a essa doutrina.³⁶ De fato, um comitê radical dos anos 20 era provavelmente o lugar menos apropriado para uma exposição de filosofia teórica. Em compensação, um estudo atento dos temas e da linguagem radical revela que esta fervilhava de alusões constantes às noções de solidariedade, associação, colaboração entre categorias sociais, dever social, que sugeriam, sem exprimi-la formalmente, uma base doutrinária solidarista.³⁷ Na realidade, dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam

sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la, pois algumas fórmulas são de algum modo codificadas e têm para aqueles que as ouvem uma ressonância que supera singularmente seu significado de primeiro grau, remetendo a toda uma tradição alimentada de lembranças, acontecimentos precisos, datas-chaves. Já evocamos os partidos fascistas e comunistas para o mundo das ideologias fechadas. No que poderíamos chamar de ideologias “abertas”, porque não pretendem fornecer um sistema global de explicação do mundo que comprometa inteiramente o indivíduo, toda uma série de famílias ideológicas pode ser assim discernida. René Rémond, numa obra que já citamos, definiu na direita três grandes famílias ideológicas nascidas no século XIX e cada qual criadora de uma tradição que se perpetuou com fortunas diversas até nossos dias.³⁸ Seria necessário acrescentar a elas uma família radical, uma família democrata-cristã,³⁹ uma família socialista-democrática claramente diferente do comunismo, mesmo no plano ideológico, e certamente esta lista não é exaustiva.

Para a maioria dos membros de um partido político, como acabamos de ver, a base doutrinária da ideologia não é algo evidente. Na maior parte dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação. O conceito de cultura política é relativamente recente, ainda que seu conteúdo seja conhecido e utilizado há muito tempo.⁴⁰ Mas o fato novo é provavelmente que o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica. Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, do-

cumentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. É assim que os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos como expressão de uma cultura política específica, remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir. A cerimônia anual dos partidos marxistas diante do muro dos Federados do Cemitério Père-Lachaise testemunha assim sua vontade de reivindicar a herança dos que participaram das Comunas de 1871, isto é, de se inscrever na filiação a um movimento interpretado por Marx como o próprio tipo da revolução proletária. Do mesmo modo, a simbologia dos punhos erguidos e dos braços estendidos na época da Frente Popular permitia exprimir no nível do gesto todo um pano de fundo ideológico que remetia (de maneira simplista) às problemáticas extremamente complexas da revolução ou do “fascismo”.⁴¹ Assim a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo. Não é necessário ter lido os autores tradicionalistas para pertencer à família política que reivindica as suas idéias; basta comungar com os elementos permanentes de uma tradição que vê no organicismo, nas comunidades naturais, no enraizamento do homem no solo natal, a base de toda organização política válida; do mesmo modo, a comemoração do 14 de Julho, a referência à bandeira tricolor, o canto da *Marselhesa*, a evocação da Declaração dos Direitos do Homem constituíram durante muito tempo a base de uma atitude “republicana”, em que o radicalismo buscou as próprias bases de sua influência política sobre uma socie-

dade que aprendia esses valores na escola, adquirindo assim, ao mesmo tempo que os elementos da leitura e do cálculo, uma cultura política inextirpável, porque tão profundamente integrada que escapava a toda crítica da razão, para entrar no domínio das crenças instintivas.

O apaixonante estudo dessa cultura política, distinta da doutrina dos intelectuais, está apenas nos seus primórdios. Mas os historiadores descobriram com a análise do discurso uma fonte de estudo desse fenômeno. Não evocaremos aqui os interessantes trabalhos de análise lexicológica (cujo aspecto técnico oculta às vezes o interesse das conclusões históricas), a não ser talvez para assinalar a atividade pioneira de Antoine Prost nesse campo, e a hábil utilização do método em seu estudo sobre a cultura política que invocam os ex-combatentes do período entre guerras.⁴² Mas, sem mesmo recorrer ao emprego de métodos sofisticados, a recente tese de doutorado de terceiro ciclo de Danièle Zeraffa, sobre a evolução do discurso centrista entre 1962 e 1978, mostrou extremamente bem como uma cultura política fundada numa antiga tradição, a da família democrata-cristã, se alterou progressivamente sob o efeito da conjuntura para integrar elementos novos e esmaecer aos poucos temas que se tornaram politicamente caducos.⁴³

Quer pertença ao domínio da doutrina ou se difunda através da cultura política, a ideologia preenche algumas funções que interessam fundamentalmente ao historiador. Para o eleitorado, ela define, além dos programas e dos discursos precisos da formação, a imagem desta, tal como é subjetivamente percebida, com uma carga positiva ou negativa, segundo o segmento da opinião que a recebe. Assim é que a imagem do Partido Comunista na opinião pública deve relativamente pouco às suas tomadas de posição sucessivas, mas resulta de um conjunto de dados que se cristalizaram lentamente a partir de 1920, e no

qual o vocabulário do discurso, o comportamento, as atitudes comunistas relativas a este ou àquele fato recente têm maior peso que os programas, o conteúdo das propostas ou a tática. E a mesma imagem explica a fidelidade de militantes, para além de todas as mudanças táticas, e a rejeição instintiva dos adversários, apesar de todas as aberturas. Para aqueles que se encontram na ideologia política do partido, membros, militantes ou simples simpatizantes, a função da ideologia é mais complexa. Ela dá a seus fiéis uma grade comum de leitura dos acontecimentos que funda sua solidariedade de ação; permite exprimir, em termos de interesses gerais e escolha da sociedade, dando-lhes um alcance geral, decisões e atitudes cuja origem está muitas vezes na conjuntura mais imediata; constitui enfim, para além de toda finalidade puramente prática, um conjunto de crenças que permite integrar os membros do partido numa comunidade quase espiritual.

Em todos os sentidos, a vulgata ideológica, tal como é expressa através da cultura política, constitui portanto o núcleo duro da coesão das formações políticas, aquele que garante solidamente, para além dos acontecimentos conjunturais e dos acasos do quotidiano, a perenidade dos partidos. Tocamos aqui no domínio das estruturas mentais de uma sociedade, que se exprime em termos de longa duração. É o que explica em larga medida a relativa estabilidade das famílias políticas francesas observada por todos os especialistas em geografia eleitoral e em sociologia eleitoral.⁴⁴ Nesse domínio, sem dúvida é possível observar mudanças, alterações de rumo, modificações de conteúdo, mas, como já assinalamos, seu andamento é lento e deve, para ser percebido, ser observado na escala da geração, que é com certeza a unidade de medida das mutações culturais.

É hora de concluir esta resenha, sem dúvida demasiado rápida, e que não pretende de modo algum ser exaustiva, do

que pode trazer para o historiador o estudo dos partidos políticos aplicando-se ao longo prazo alguns dos métodos elaborados pelos especialistas de outras ciências que tiveram de conhecer os partidos. Vamos nos contentar em lembrar rapidamente algumas das funções que, além da mediação política, que é a razão de ser dos partidos, definem seu papel na sociedade política. Nascidos na época da emergência das massas no jogo político e da desestruturação das comunidades tradicionais sob o choque do desencravamento do mundo, os partidos têm um papel fundamental de socialização. É válido considerar que eles tiveram — e continuam a ter — uma função de integração numa comunidade ideológica de populações que foram privadas dos quadros habituais de sua existência social pela desintegração das comunidades rurais ou os avanços da descristianização. A sociabilidade que eles desenvolvem, porém, não se situa mais numa área local, e sim na escala da entidade nacional que eles têm vocação para constituir. Eles operam portanto uma socialização, mas uma socialização política, isto é, pelo viés da cultura de que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhes uma identidade política, organizando de algum modo a sociedade segundo novas clivagens que são as das ideologias. Ao mesmo tempo, eles tornam possível o jogo político, circunscrevendo-o dentro de limites precisos, de regras conhecidas e tacitamente aceitas, fazendo dele o objeto de disputa de forças identificadas e mensuráveis. Sem dúvida essa função de estruturação contribui para imobilizar ou deformar um pouco o real, e isso explica a crítica de que os partidos políticos às vezes são alvo. Mas eles permitem manter uma vida política verdadeira, que o contato direto entre o poder e um eleitorado pulverizado deturpa grandemente, a não ser, precisamente, que esses corpos intermediários que são os partidos possam esclarecer o debate pelo confronto de suas grades de análises contraditórias. Enfim, os partidos têm um papel primordial de

seleção das elites políticas. É dentro deles que começam as carreiras políticas, é através de seus aparelhos, dos meios que fornecem a seus representantes, do apoio que eles lhes trazem, que se fazem conhecer aqueles que almejam as funções dirigentes, e que se constroem os destinos nacionais. Processo próprio da democracia, e do qual não pode escapar nenhum político de primeira linha, mesmo que suas próprias análises o levem a desconfiar do peso dos aparelhos e de uma estruturação partidária cujo risco é de dividir a entidade nacional. A descrição rápida que acaba de ser feita das funções fundamentais de um partido político encontra sem dúvida seu mais nítido ponto de aplicação nos regimes pluripartidários das democracias liberais. Mas algumas dessas funções podem se aplicar sem dificuldade aos regimes de partido único dos países do Terceiro Mundo ou das democracias populares. Poder-se-á objetar que, no primeiro caso, as condições de modernização que parecem necessárias à emergência dos partidos políticos não estão reunidas. De fato, os partidos ali são criações artificiais, muitas vezes saídos dos movimentos que lutaram pela independência. Mas seu papel parece precisamente o de serem fatores de criação das condições necessárias ao seu desenvolvimento autônomo: nascimento de uma entidade nacional para além das clivagens tribais, socialização de uma população cujos velhos quadros estão em via de desintegração, penetração através da propaganda política de conceitos novos e de meios modernos de informação, enfim, instigação de um poder político independente das divisões tribais, das hierarquias do passado, das influências religiosas. Por outro lado, no Terceiro Mundo como nas democracias populares, o partido político continua sendo um elemento de mobilização das massas, de seleção das elites, de difusão de ideologias, em suma, de estruturação social.

A importância das funções que um partido político detém na sociedade contemporânea, muito além dos aspectos des-

críticos em que durante muito tempo consistiu seu estudo, explica e justifica a retomada de interesse por esse tipo de pesquisa histórica. Na verdade, se desprezamos os partidos, é um elemento fundamental de compreensão do mundo contemporâneo que corre o risco de nos escapar. Ao contrário, o desenvolvimento das pesquisas, ainda muito pouco numerosas nessa área, abre ao historiador um campo extremamente vasto e ainda bastante inexplorado, para o qual ele possui doravante instrumentos de análise que aumentam ainda mais sua riqueza potencial.

Notas

1. Georges Weill, *Histoire du parti républicain en France de 1814 a 1870*, Paris, Alcan, 1900.
2. René Rémond, *La droite en France*, Paris, Aubier, 1954. A última edição, consideravelmente revista e aumentada, intitula-se *Les droites en France*, Paris, Aubier, 1982.
3. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, vol. 2, *Crise du radicalisme*, Paris, 1982, p. 454-502.
4. Joseph La Palombara e Myron Weiner, "The origin and development of political parties", in *Political parties and political development*, Princeton (NJ), Princeton University Press, 1969, p.6. O texto foi traduzido para o francês e apresentado na obra admirável de Jean Charlot, *Les partis politiques*, Paris, Colin, "Dossiers U2" 1971, que estabelece um dossiê completo e aprofundado das pesquisas internacionais de ciência política sobre os partidos, enriquecido com excelentes e sugestivas introduções.
5. Maurice Duverger, *Les partis politiques*, Paris, Colin, 1951, em particular a introdução "Origine des partis politiques".
6. *Ibid.*, p. 3.
7. Joseph La Palombara, Myron Weiner, in *Political parties and political development*, op. cit., p. 19-21.
8. John Vincent, *The formation of the British Liberal Party 1857-1868*, Harmondsworth, Penguin Books, 1972; Robert Blake, *The Conservative Party from Peel to Churchill*, Londres, Fontana, 1972.
9. Serge Berstein, *Le Parti radical-socialiste de la défense du peuple à celle des classes moyennes* in *L'Univers politique des classe moyennes* (sob a direção de G. Lavau, G. Grumberg, N. Mayer), Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.
10. Poder-se-á ter uma idéia da importância da impregnação radical na opinião pública lendo-se a tese de Henri Lerner, "La Dépêche", *journal de la démocratie. Contribution à l'histoire du radicalisme en France sous la III^e République*, Publications de l'Université de Toulouse-Le-Mirail, série A, t. XXXV, 1978, 2 vol.

11. Jean-Pierre Rioux, *La France de la Quatrième République*, Paris, Éd. du Seuil, "Points Histoire", 1980 e 1983, 2 vol.

12. François Bédarida e Jean-Pierre Rioux (sob a direção de), *Pierre Mendès France et le mendésisme*, Paris, Fayard, 1980; e Hughes Portelli, *Le socialisme français tel qu'il est*, Paris, PUF, 1980.

13. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 1. É esse tipo de explicação pela cultura e pela formação política que serve de eixo fundamental à nossa obra *Édouard Herriot ou la République en personne*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.

14. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 2, *Crise du radicalisme*.

15. Annie Kriegel, *Les communistes français dans leur premier demi-siècle (1920-1970)*, Paris, Éd. du Seuil, "Univers Historique", nova edição 1985, ver em particular o cap. V, "Stratification".

16. Jean Charlot, *Le phénomène gaulliste*, Paris, Fayard, 1970.

17. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 1, *La recherche de l'âge d'or*.

18. Para um exemplo de estudo sociológico dos membros, dos militantes, dos quadros e dos eleitores do Partido Socialista, poder-se-á ler Patrick Hardouin, "Sociologie du parti socialiste", *Revue Française de Science Politique*, vol. 28, n° 2, abril de 1978. O mesmo número contém um estudo de Philippe Garaud sobre a imagem sociológica do Partido Socialista: "Discours, pratique et idéologie du parti socialiste".

19. Hughes Portelli, *Le socialisme français tel qu'il est*, op. cit., p.125.

20. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 2, *Crise du radicalisme*.

21. Jacques Kaiser, *Les grandes batailles du radicalisme (1820-1902)*, Paris, Marcel Rivière, 1962.

22. Sobre a Aliança Democrática, mencionemos a tese em andamento de Rosemonde Sanson, que deverá nos esclarecer a respeito dessa formação interessante de governo até o momento bastante desprezada tendo em vista seu papel essencial na vida política francesa. Sobre a

Federação Republicana, ver os trabalhos de Jean-Noël Jeanneney, *François de Wendel en République. L'argent et le pouvoir (1924-1940)*, Paris, Éd. du Seuil, "L'Univers historique", 1976; e "La Fédération républicaine", in René Rémond e Janine Bourdin, *La France et les Français en 1938-1939*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.

23. Ver por exemplo Daniel Ligou, *Histoire du socialisme en France (1871-1961)*, Paris, PUF, 1962, ou Georges Lefranc, *Le mouvement socialiste sous la III^e République*, Paris, Payot, 1963.

24. Para a aplicação do modelo estrutural do Partido Comunista a partir da herança das estruturas socialistas, ver Jean-Jacques Becker, *Le Parti communiste français veut-il prendre le pouvoir? La stratégie du PCF de 1930 à nos jours*, Paris, Éd. du Seuil, 1981.

25. A questão do financiamento dos partidos políticos é tratada por Jean-Noël Jeanneney, *L'argent caché, milieux d'affaires et pouvoir politique dans la France du XX^e siècle*, Paris, Fayard, 1981, e Éd. du Seuil, "Points Histoire", 1984.

26. Jean-Noël Jeanneney, *François de Wendel en République*, op. cit.

27. Robert Michels, *Les partis politiques, essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion, "Science", prefácio de René Rémond (trad. para o francês de S. Jankelevitch).

28. Annie Kriegel, *Les communistes français*, op. cit.; ver particularmente a terceira parte: "L'appreil".

29. Jean Charlot, *Le gaullisme d'opposition 1946-1958*, Paris, Fayard, 1983.

30. Jean Charlot, *L'UNR, étude du pouvoir au sein d'un parti politique*, Paris, Colin, 1967.

31. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 1, *La recherche de l'âge d'or; 1919-1926*, em particular o cap. IV, "Les structures".

32. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 2, *Crise du radicalisme*.

33. Hannah Arendt, *Le système totalitaire*, Paris, Éd. du Seuil, "Points Politiques", 1972. Ver em particular o cap. II, "Le mouvement totalitaire".
34. Annie Kriegel, *Les communistes français*, op. cit.
35. Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien*, Paris, Éd. du Seuil, "Points Histoire", 1980.
36. Jacques Kayser, "Le radicalisme des radicaux", in *Tendances politiques dans la vie française*, Paris, Hachette, 1960, p. 70-71.
37. Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, op. cit., vol. 1.
38. René Remond, *La droite en France*, op. cit.
39. Jean-Marie Mayeur, *Des partis catholiques à la démocratie chrétienne (XIX^e-XX^e siècle)*, Paris, Colin, 1980.
40. Uma tentativa de síntese foi feita pelos cientistas políticos americanos, a partir de casos nacionais, in Lucian W. Pye e Sydney Verba, *Political culture and political development*, Princeton, Princeton University Press, 1969, Studies in Political Development, 5.
41. Philippe Burrin, "Poigns levés et bras tendus, la contagion des symboles au temps du Front populaire", *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, julho-setembro de 1986.
42. Antoine Prost, *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 et 1889*, Paris, PUF, 1974. Do mesmo autor, *Les anciens combattants et la société française, 1914-1939*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, e particularmente, para o aspecto que nos interessa aqui, o vol. 2, *Mentalités et idéologies*.
43. Danièle Zeraffa, *Du Mouvement républicain populaire au Centre des démocrates sociaux. Aspects du discours centriste de 1962 à 1978*, Paris, Université de Paris-X-Nanterre, 1983 (tese inédita).
44. Lembramos aqui os trabalhos clássicos, demasiado numerosos para serem citados de maneira útil, de André Siegfried e de François Goguel.

4

A associação em política *Jean-Pierre Rioux*

TOMEMOS UM CLICHÊ, instantâneo mas panorâmico, que fará descobrir a extensão, o relevo e as sombras da paisagem que este capítulo deseja explorar. Na França de 1932, às vésperas das eleições legislativas, 11 partidos políticos estão dispostos em ordem de batalha, cobrindo um grande leque de opiniões, programas e candidaturas. Na direita e no centro-direita, distinguem-se antigos agrupamentos, a Aliança Republicana Democrática lançada em 1901, a Federação Republicana de França nascida em 1903; em seguida, os recém-chegados, frutos das agitações do momento e das esperanças de renovação do pós-guerra, o Partido Republicano Nacional e Social, fundado pouco antes por Pierre Taittinger, o Partido Republicano Sindicalista, criado em 1928 por George Valois, após a derrota do "Faisceau", e o Partido Agrário e Camponês Francês, batizado em 1927 pelo apropriadamente chamado Agrícola Fleurant. Do centro-esquerda à extrema esquerda, eis o frágil Partido Democrata Popular, constituído em 1924; o antepassado imponente fundado em 1901, o Partido Republicano Radical e Radical-Socialista; em seguida os montes-testemunhos das divisões e os grandes batalhões dos ímpetus do socialismo: o Partido Socialista Francês e seu primo, o Partido Republicano Socialista, ilustrados por Briand e Paul-Boncour, o Partido Socialista SFIO e o Partido Comunista.

Esses partidos são de influência desigual, ora reduzidos ao agrupamento apressado e precário de comitês eleitorais ou à convocação precipitada de energias nacionais em torno de grupos parlamentares ou líderes isolados, ora ricos de história e bem-estruturados em todo o território, na hierarquia de suas

federações e de seus grupos locais, com seus financiamentos regulares e às vezes ocultos, com até mesmo, em alguns casos, seus quadros remunerados. De idade e tamanho variáveis, apresentando programas antagônicos, lançando-se com facilidade em querelas a pretexto do seu sentido do interesse geral, destinados a desempenhos eleitorais diversos, delegando ao poder homens nem sempre fiéis às suas proclamações de fé, eles assumem entretanto, bem ou mal, um papel primordial e regulador no exercício coletivo da democracia republicana, concorrendo para a expressão do sufrágio dos cidadãos: com exceção do Partido Comunista, para o qual o importante é a revolução baseada no modelo bolchevique, eles não se furtam a esse encargo, em virtude de um assentimento já antigo — que estava sendo revisto em 1932, e como! — que lhes seria creditado retroativamente, como a todos os outros partidos da história política contemporânea da França, pelo artigo 4 da Constituição de 1958. Seu estudo pelos historiadores pertence ao capítulo apresentado nesta obra por Serge Berstein.

Mas o concerto político de 1932 também é orquestrado, e às vezes com muito vigor, por não menos que 32 outras organizações que reúnem forças singulares ou as coalizam em confederações e que, mesmo se não apresentam candidatos ao sufrágio dos eleitores, pretendem dar seu recado, em outros lugares e de outras maneiras. Todas são associações ou federações de associações, regidas pela lei de 1º de julho de 1901, o que no fundo não basta para distingui-las dos partidos, que o mais das vezes também têm um *status* associativo em sua origem, e o que não autoriza a prejudicar o papel político ativo de um grupo informal não declarado às autoridades administrativas, ou de uma associação de alegres jogadores de bocha ou de caçadores vigilantes que eventualmente podem contribuir para fazer ou desfazer um candidato... Todas, contudo, participam de uma estruturação, ins-

tável mas fecunda, da vida política, e é nessa qualidade que desejamos expor aqui o interesse de sua história.

Nessa nebulosa, distinguem-se sem dificuldade dez dessas organizações, que fazem sua denominação estalar como uma bandeira ao vento: as ligas. Diversas também elas, preferem ao programa detalhado o martelamento da idéia-força que as faz viver: a recusa da “*Gueuse*” para a Liga de Ação Francesa de Maurras, flanqueada por seu jovem braço secular dos “*Camelots du Roi*”, ou a recusa do parlamentarismo para a Liga dos Patriotas fundada em 1882 por Déroulède; o apoio a Millerand para uma agonizante Liga Republicana Nacional; a preocupação de fortalecer a moralidade pública para a Liga Cívica nascida na desordem de 1917; a defesa dos interesses “vitais” da França e de suas colônias para a Liga Francesa; a reforma constitucional e moral para uma Liga da Quarta República que quase não se distingue — exemplo instrutivo — ao mesmo tempo de um grupo parlamentar que esteve ativo de 1919 a 1924, de um minúsculo Partido Republicano de Reorganização Nacional e de um excelente jornal, o *Courrier de la IV^e République*. Percebe-se igualmente bem a ambição do “máximo de paz pelo máximo de justiça” na Liga da Jovem República de Marc Sangnier; a nostalgia do Cartel das Esquerdas na Liga pela República, que foi durante algum tempo uma espécie de executivo político da Liga Francesa para a Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, fundada em pleno caso Dreyfus; finalmente, a propagação dos ideais de justiça, paz e progresso social entre os estudantes na Liga de Ação Universitária Republicana e Socialista.

A confusão aumenta quando se localizam outros agrupamentos que não conservaram o qualificativo de “liga” em sua razão social, mas cuja ação se distingue muito pouco da dos anteriores. Podem-se inscrever nesta rubrica a Federação Nacional Católica do general de Castelnau, que em 1924 se

lançou numa cruzada contra a franco-maçonaria para restaurar a ordem cristã, a Ação Liberal Popular de Jacques Piou, que lutava por “uma França livre sob um governo forte”, a Reconstrução Francesa, a Federação das Juventudes Leigas e Republicanas, e um ou outro grupo anarquista, feminista ou livre-pensador dedicado à agitação cívica. Para completar, seria um descuido esquecer a franco-maçonaria, já que ela realizava uma convenção anual cujas proposições eram acessíveis ao cidadão, ou as numerosas associações de ex-combatentes cuja ação influía nos poderes públicos na proporção do sacrifício que seus membros haviam feito pela França.

Enfim, não devem ainda fugir à nossa observação os grupos de interesse e os sindicatos que, em 1932, alardeavam intenções de reorganização pública e felicidade cívica, além das reivindicações particulares de seus membros. Alguns, como a União dos Interesses Econômicos, tinham exatamente como único programa fazer a categoria agir sobre os poderes públicos. Outros, como a Federação Nacional dos Sindicatos e Associações de Contribuintes, tinham uma postura bastante semelhante à das ligas. Todos, representando agricultores ou pequenos proprietários, operários ou empregados, comerciantes ou grandes industriais, inquilinos ou trabalhadores intelectuais, não apenas exerciam regularmente pressão sobre o governo e a administração, mas pretextavam premências do momento para expor um sentimento diante da situação do país que adquiria um tom bastante político e que, por sua vez, era explorado à vontade pelos partidos, ligas, associações e outros agrupamentos.¹

Esta enumeração secamente morfológica da variedade de organizações que rivalizavam em ardor na França política de 1932 pode levantar uma dúvida. Qual é o objeto deste estudo, já que cada capítulo deste livro poderia encarregar-se parcialmente dele? Todas essas associações de fato querem de

alguma maneira influenciar a opinião pública e dispor de meios de comunicação à altura de suas ambições; fervilham em torno dos partidos que elas denigrem ou contestam, às vezes em nome de outras regras menos... partidárias do jogo democrático; agitam e promovem idéias políticas, abrigam feudos ou tribunais de intelectuais; têm de entender do Parlamento e da sua eleição, dissertam copiosamente sobre a paz internacional e a ameaça de guerra, convocam quando necessário o apoio de uma religião para avalizar sua luta, e a habilidade de seus líderes poderia seduzir um biógrafo da política. É forte a objeção de que elas têm uma ambição dispersa e disparatada, mal enquadrada pelo critério pouco preciso de um *status* primitivo coberto pela lei de 1901, e que se esgota numa dança das cadeiras entre os quatro cantos da vida política. Mas, a nosso ver, vale a pena superá-la em nome desta história política ambiciosa e nova que é estudada aqui. Pois uma de suas últimas e promissoras manifestações foi ter apostado que, entre o cidadão e o poder, entre o partido e o sufrágio, entre o instituído e o informal, havia espaço para uma reflexão de historiador sobre esta peneira ou esta malha associativa que envolve uma sociedade, uma cultura e uma forma do político.

Levaremos em conta, portanto, neste capítulo — que privilegia o exemplo da França — organizações que têm uma direção e que são visíveis (o que exclui os grupos anômicos e informais, as sociedades secretas, os comandos e as oficinas do complô ou do terrorismo, que pertencem ao domínio de uma história política da repressão ou da revolução), organizações que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um “sistema” político.

Um Campo Muito Aberto

Esta história não coloca problemas especiais de documentação. Os poderes públicos dão provas em seus arquivos da atenção com que acompanharam o fenômeno, ao qual, além disso, os meios de comunicação na maioria das vezes fizeram eco. Somente a fragilidade crônica de certas organizações, sua vida efêmera ou sua percepção febril de uma urgência pouco propícia ao arquivamento sereno dos rastros de sua vida interna podem tornar a busca das fontes mais aleatória ou mais decepcionante.² Mas a preocupação de agir dessas organizações é tal que elas solicitam habilmente a imprensa, editam precocemente boletins internos, anuários ou jornais cuja minúcia compensa as lacunas do arquivo público ou privado. Mesmo quando elas são mais inexpressivas ou menos armadas para a difusão de seu ideal, seu murmúrio pode encontrar eco na vizinhança e sua atividade é legível pelas marcas que imprime. Os métodos que se deve empregar também não têm nada de diferente: todo o arsenal da história política, das ciências auxiliares ou das técnicas oportunas, desde a quantificação seca à análise fatorial, da lexicografia à história dita "oral", da análise de conteúdo à experimentação das classificações da ciência política, "sistemáticas" ou não, pode ser usado para multiplicar os pontos de vista e escorar as conclusões.

É antes do lado das hipóteses de trabalho e da orquestração coletiva da pesquisa que esta história excita e suscita questões. É um problema de compreensão e de vontade, na medida em que este estudo pode subverter as hierarquias preguiçosas ou engendrar temíveis problemas de ajustamento dos meios aos fins. Foi-lhe preciso convencer os que teriam podido se obstinar em concentrar a atenção nas instituições e organizações "nobres", ou que teriam abandonado de bom grado o bulício de um societal pobre de política a uma sociologia

retrospectiva ou a uma ciência política de geometria cronológica variável: esta etapa foi transposta com os grandes trabalhos pioneiros de um Maurice Agulhon, um Raymond Huard ou um Antoine Prost.³ Ao primeiro se deve a observação minuciosa, na Provence de fins do século XVIII e início do XIX, do papel insubstituível e constitutivo das confrarias, lojas, "pequenas câmaras" e outros círculos da difusão social de uma política nova que aspirava à democracia; deve-se também a proposta de uma noção que teria futuro, oscilando entre a curiosidade, o bom senso comum e a categoria histórica — a noção de "sociabilidade", que lança esta história ao encontro "deste grande fato social que é a associação"⁴ e faz com que cada um de seus historiadores diga: "O político visto do lado da sua recepção, este é o nosso problema, em suma..."⁵ O segundo, descobrindo o verdor do círculo popular no Gard no século XIX, dá consistência religiosa, ideológica e social ao engajamento republicano dos patriotas do Languedoc e acompanha o encaminhamento que institucionalizou a filosofia da associação do "Partido" Republicano: seu livro coloca sob plena luz política a efervescência voluntarista do jovem amor por Marianne. O terceiro descobre meio século depois uma República de luto e de dúvida, à qual as associações de ex-combatentes da Grande Guerra prestam o culto da moral e do sacrifício, combinando a sociabilidade e a pressão, a especialização e a representatividade: exemplo excepcional de uma contribuição sociocultural sólida e maciça à gestão de um ideal político em crise.

Mas esta história assim embasada ainda não construiu tão solidamente quanto seria desejável seu objeto e suas regras. A prova disto é, *a contrario*, a própria sorte da "sociabilidade", elevada muito superficialmente, às vezes, à categoria de conceito polivalente e paradigma encantatório, apesar da prudência e do rigor com que dela se utiliza seu formulador. De vez em quando, também, é grande a tentação de incluir a

associação nas fileiras de uma história social, religiosa, mental ou cultural que se supõe esteja melhor equipada para mostrar, por uma operação um tanto residual, a originalidade de seu voluntarismo em política: a história do “movimento operário”, tão freqüentemente aferrada a uma representatividade mais social que política, e fragmentando seu objetivo entre o exame de um messianismo revolucionário aleatório e o de conflitos internos catalogados com uma minúcia bastante monográfica, para citar apenas um exemplo, terá sempre conseguido mostrar a contribuição cívica, institucional, e sem dúvida mais “reformista” do que se crê, desse sindicalismo para a vida da Cidade? No sentido inverso, a pesquisa pode esgotar-se na soma de monografias ou na tentativa da síntese prematura, tão enganosas umas quanto a outra, enquanto não se realiza o verdadeiro trabalho de história, com a multiplicação de cortes etiológicos sobre fatias cronológicas significativas. Como em todos os domínios da história contemporânea, a aproximação confiável se dará no cruzamento do estudo de caso, do painel datado e da vista panorâmica estendendo sobre a longa duração uma hipótese construída.

Isto significa que a disciplina histórica deve primeiro reunir ela mesma suas munções e seus planos de campanha. O que supõe um novo cruzamento: o das pesquisas individuais e dos programas de trabalho coletivos. As primeiras para esquadriñar um determinado caso ou uma determinada conjunção num momento dado; os segundos para desembaraçar os fios das hipóteses experimentadas, por meio de estudos ou amostragens bem-distribuídos no território nacional, ou da comparação com outros países. Para retomar apenas o exemplo francês do associacionismo dos ex-combatentes entre as duas guerras mundiais, é preciso mencionar o estado de quase exaustividade a que Antoine Prost levou seu estudo, mesmo lamentando que o esforço de confrontação com outras situações do pós-guerra e com outros movimentos, que René

Rémond sugerira anos antes,⁶ não tenha sido levado adiante por uma equipe internacional. A busca de uma formulação tópica e eficiente dos modos de investigação do campo destas pesquisas não pode, no entanto, ser solitária em todo o percurso. O historiador da associação não evitará portanto a pluridisciplinaridade de pesquisa e de discussão. Frequentará os locais da confrontação.⁷ Mas sem confusão e, se necessário, preservando a virgindade de seu “terreno”, pois o associacionismo fez proliferarem nas ciências sociais discursos que logo ficaram datados e empolgações pela síntese apressada e peremptória: a sociologia, em especial, se fez ousadamente notar por esses aspectos.⁸

O historiador da associação deverá reconhecer sua dívida para com uma etnologia que inventou a “sociabilidade”⁹ e que, tendo abandonado em parte suas savanas exóticas, multiplica os trabalhos sobre as aldeias e todos os espaços da convivência no cotidiano na França.¹⁰ Mais discreta, mas muito importante, lhe parecerá também a contribuição dos juristas que há um século analisam a associação, antes e depois da votação da lei de 1901. Pois eles bem mostraram a profunda desconfiança dos poderes públicos diante do espírito de subversão que é alimentado pela última das liberdades públicas que a República consentiu em codificar: foco potencial — e muitas vezes bastante real — de ativismo revolucionário ou contra-revolucionário, destilando seu malefício de alto abaixo na sociedade, a associação de mais de 20 cidadãos foi severamente controlada até 1901, numa estrita aplicação do artigo 291 do Código Penal de 1801 e da lei de abril de 1834. Jean-Marie Garrigou-Lagrange desvendou esse jogo de tensões e distensões que retardou até às vésperas da República radical a adoção de uma lei liberadora, mas que poupou as congregações e associações religiosas; chamou a atenção, por outro lado, para a extraordinária longevidade dessa lei de 1901, que ainda hoje rege as associações.¹¹ Além disso, as ciências jurídicas lembraram que em

1901 o legislador preferiu falar mais do contrato que une os associados que da liberdade que eles propalam; e que a associação teria, no seu âmbito legal, uma vida própria que a sujeitaria à regra da institucionalização dos grupos. Foi isto o que sempre pleitearam os melhores juristas desde Hauriou: a história da aplicação da lei de 1901 é a de uma interpenetração do direito público e do direito privado, de um primado da jurisprudência institucional do momento em que são aplicados os critérios da utilidade pública e do consentimento e, afinal, uma história em que a lógica do direito é a da instituição como “força do ser” associativo.

É na sociologia que esta história irá buscar não obstante os empréstimos mais úteis. Sem hesitar em convocar os grandes nomes dos fundadores. Afinal, Durkheim havia precocemente diferenciado a associação, grupo social organizado segundo normas definidas por seus membros, da instituição, onde as regras são pressupostas e não submetidas ao voluntariado da adesão. Ele também havia, em relação ao fato de que a Universidade de Paris buscava sua herança na tradição medieval, salientado que a gênese de uma instituição é bem anterior à sua regulamentação, e que seu destino escapa às vezes às ambições de seu fundador.¹² Em seguida Max Weber alargou o espaço desta pesquisa, quando convidou a sociologia ao estudo de “todas as estruturas comumente chamadas de sociais, isto é, tudo que se encontra entre os poderes organizados e reconhecidos, o Estado, a comuna, a Igreja estabelecida, de um lado, e a comunidade natural da família, do outro. Trata-se essencialmente de uma sociologia das associações no sentido mais amplo da palavra: do clube de jogadores de bocha ao partido político e aos grupos religiosos, do círculo artístico à seita literária.”¹³ Tendo esse convite sido ouvido sobretudo pela sociologia alemã e anglo-saxônica, em países onde o espírito associativo tem uma audiência muito maior que na França, é à distinção de Tönnies entre comu-

nidade e sociedade (*Gemeinschaft-Gesellschaft*), ou de Mac Iver entre *community* e *association*,¹⁴ ou até mesmo à evolução semântica de *voluntary association* na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que mais freqüentemente se fará menção. Sem omitir o indispensável desvio pela Suíça, onde Kellerhals, estudando as associações voluntárias de Fribourg, mostrou seu papel no jogo democrático a partir de uma sociologia estatisticamente muito segura da participação de seus membros nas lutas comunais e cantonais.¹⁵

A sociologia francesa, que raciocinou durante muito tempo em termos de classes sob a dupla influência de Durkheim e Marx, chegou bastante tarde à associação, e os pioneiros, um Nourrisson¹⁶ ou um Meister,¹⁷ estiveram durante muito tempo isolados: devem-se a eles, contudo, os primeiros mergulhos históricos que vinculam a associação moderna às corporações de ofícios e às confrarias religiosas do Antigo Regime, e a afirmação do papel decisivo da Revolução de 1789 no esboço de um processo de laicização da política do qual as associações, também elas, conservaram vestígios. Depois, nos anos 1960, foi a vez da empolgação de uma sociologia ávida pela observação dos novos “movimentos sociais”, preocupada em compreender a rigidez do sistema burocrático ou tecnocrático de gestão do social pelo Estado centralizador assim como pelo modesto poder municipal, ou sedenta de construir um paradigma do local.¹⁸ Fortalecida pelos números que acompanhavam a ascensão da curva das criações de associações e que eram prolongados pelo passado adentro,¹⁹ utilizada para o conjunto do território numa grande pesquisa do CNRS que observava a “mudança social”,²⁰ essa sociologia definia a associação como uma desforra da sociedade civil contra a onipresença do Estado provedor ou como uma forma privilegiada de integração dos indivíduos às normas do “controle social”. Ela acentuava o quanto uma “classe média” de contornos bastante vagos encontrava aí o lugar privilegiado de exercício de

sua onipotência sociocultural. Mas não decidia entre a razão civil e a razão de Estado, entre a participação maciça e o elitismo oculto que seria expresso pelo florescimento de associações que a França conheceu a partir dos anos 1960, correndo assim o risco de, com uma bela honestidade intelectual, devolver à prancheta suas hipóteses iniciais.²¹

A sociologia, de fato, traz ao historiador sobretudo sua preocupação de descobrir regras de funcionamento e de construir modelos com os quais o empirismo da história pode por sua vez fabricar o seu mel. Citaremos apenas uma dessas tentativas, a de Geneviève Pujol,²² pois é dela o mérito de ter primeiro experimentado todos os métodos de uma sociologia bastante inspirada em Pierre Bourdieu em exemplos históricos. Pesquisando ao longo do século XIX as origens do dinamismo associativo que promoveu a educação popular na *Belle Époque*, após a guerra de 1914-1918, na época da Liberação e até os nossos dias, testando suas hipóteses em três organizações antigas e bastante contrastadas ideologicamente — a Associação Católica da Juventude Francesa, a protestante União Cristã dos Jovens e a bastante leiga Liga Francesa do Ensino —, Geneviève Pujol chegou a um modelo que poderemos comparar com outras histórias de organizações. Assim se resume ele:²³

1. a reunião de pessoas é primordial, porque esses voluntários são impelidos pela “necessidade de estabelecer um novo tipo de controle social que determine seu lugar na sociedade”, tanto quanto pela promoção da idéia geradora ou pelo respeito ao fundador de seu agrupamento;

2. a associação ao nascer procura agir sobre uma instituição já estabelecida, a “instituição-alvo”; recebe então a cooperação de uma “instituição-apoio” que também visa o mesmo alvo: toda associação se posiciona portanto desde a origem entre poderes organizados e já em relação;

3. “É nos conflitos que a opõem à instituição-alvo que a associação encontra sua coerência”; e, acrescentaríamos nós, o primeiro segredo de sua longevidade;

4. ao se desenvolver, a associação transforma-se em instituição, multiplica as materializações de sua ação e se torna um órgão de seleção de elites, “uma escola de quadros sociais”;

5. a associação enfrenta sempre com dificuldade as etapas de renovação de seu recrutamento e de seus dirigentes, que chegam até ela graças a seu próprio impulso de mobilidade social. Poderíamos especificar que essa dificuldade de perpetuar a idéia fundadora com novos voluntários é causa frequente de enfraquecimento ou de desaparecimento de associações.

Assim, conclui ela, “essas associações surgem onde se produz um vazio de controle social ou um vazio de poder, porque os poderes organizados ainda não tiveram tempo de se apoderar dele. A forma desse lugar social é delimitada pelo conjunto de estruturas organizadas que o cercam”. A partir daí, são a defesa de seu território, a posição que ocupa numa “malha social” e os incidentes de fronteira que pautam a história da associação assim identificada num “campo” bastante bourdieusiano. Este modelo, sem dúvida, reduz demasiadamente o papel do ideal fundador e valoriza o da vizinhança institucional na vida e morte do voluntariado. Presupõe uma visão muito geométrica da dinâmica dos grupos em política. Mas não pode ser desprezado, pelo muito que dá de consistência histórica e densidade cronológica a essas “zonas de incerteza social” definidas por Bourdieu ou por Crozier, e que a associação ocuparia.

O historiador encontra à vontade outros modelos na ciência política ou na sociologia política. Mas, num paradoxo que dá o que pensar, tomará menos empréstimos dessas disciplinas tão próximas que da sociologia. Não que suas tipologias não sejam úteis. É preferível, por exemplo, em lugar de uma

classificação sociológica que diferencia as associações de “expressão e participação” das associações “administrativas ou parapúblicas” e das associações “de reivindicação”,²⁴ a classificação proposta por um cientista político — que, é verdade, também é historiador — a partir da observação das organizações religiosas: Guy Hermet substitui uma tipologia baseada nos interesses defendidos ou nos ideais promovidos por uma diferenciação das funções que atravessa toda associação, numa acumulação constante mas em proporção variável no decorrer de sua vida: funções “ideológicas” (função tribúncia ou de substituição dos partidos políticos) e funções “logísticas” (socialização política, elaboração de programas e proposições para instruir uma demanda social junto aos poderes públicos, seleção dos líderes).²⁵ A decepção do historiador é no entanto inevitável quando ele tenta encerrar a profusão do real que observa nos quadros rígidos dos tipos e dos sistemas, dos modelos e das incursões comparativas que uma ciência política, sobretudo anglo-saxônica, cria com certa superbundância, mas sem situar a associação no seu lugar próprio na escala de sua experimentação. Em suma, as teorias “grupais” da vida política²⁶ raciocinam na maioria das vezes apenas fixando dois pólos em torno dos quais se organizaria toda a interação entre um meio e uma prática: os partidos de um lado, os grupos de pressão ou de interesse do outro.

Pois os pioneiros de um estudo da “pressão” na Europa, e particularmente na França, com Jean Meynaud à frente,²⁷ praticamente não foram entendidos quando pressentiram que o *pression group*, armado unicamente de sua arte de *lobbying*, era um produto americano dificilmente exportável. Não que o interesse não se manifeste em todos os tipos de sociedades políticas. Mas como crer que cada uma delas não tenha sua própria configuração e sua própria percepção da relação entre “corpos intermediários” e poderes públicos? É no mínimo significativo que, ao contrário dos partidos políticos, os gru-

pos de pressão não tenham ainda sido objeto de uma dessas amplas pesquisas internacionais que se refinam pela comparação e sofisticam as tipologias mundiais, e que no caso francês o impulso dado à pesquisa por Jean Meynaud logo no início dos anos 1960 tenha singularmente esfriado: quadros e conceitos demasiado rígidos desestimulam a observação crítica. Não dissociando o interesse do grupo que o manifesta, simplificando a ação no sentido do prosaísmo da pressão, opondo às vezes muito mecanicamente grupos e partidos,²⁸ alguns cientistas políticos correm o risco de minimizar a função de reabastecimento ideológico e de renovação do dispositivo político que a associação pode exercer. A polêmica que os divide entre partidários de um modelo pluralista e defensores dos modelos neocorporativistas reforça enfim a convicção do historiador de que tem de tratar com precaução teses reducionistas e que explicam tão mal esses momentos de crise da representação em que, precisamente, o associacionismo está em efervescência.²⁹ Ao contrário, é evidente que ele não se dispensará de um desvio pela análise das oligarquias no grupo, avançadas anteriormente por Michels, pela análise das gratificações do militantismo³⁰ e pelas esquemas das táticas de interação e das margens de autonomia de todos os agrupamentos dentro de um sistema político.³¹ Sem esquecer a exposição clássica de Jean Touchard sobre os níveis de estruturação ideológica dentro de uma organização.³²

A história política da associação, como se vê, mistura-se ao concerto das ciências sociais. Toma-lhes emprestadas bibliografias cruzadas,³³ conceitos e modelos a serem experimentados. Ela não regateará sua participação em futuras pesquisas coletivas e pluridisciplinares. Numa competição estimulante com outras pesquisas, só poderá aperfeiçoar suas próprias hipóteses e métodos. Sob a condição, porém, de não se separar de certa humildade historiadora: a que nasce da convivência, nos arquivos, com um real bem mais complexo

que todos os modelos, e da íntima convicção de ter sempre por missão revelar o variável e o contingente, o conflitual e o duradouro, num pragmatismo de disciplina que perturba alegremente a arrumação das formulações já prontas.

Um Mundo em Três Dimensões

Para esta história, o momento das sínteses ainda não chegou. Nem mesmo chegou o momento das tipologias e cronologias fundamentadas. Ela padece assim de sua própria ambição de espremer na longa duração dos dois séculos da história contemporânea um mundo multiforme e em constante evolução, cujas respirações acompanham as da vida social e política em seu conjunto. Ela assume também, com seu procedimento precavido, esse pragmatismo que lhe proíbe seriar prematuramente as questões distinguindo, por exemplo, o interesse da idéia, a reivindicação profissional ou ideológica da forma que ela assume e dos socorros que recebe, o formalismo do *status* associativo de sua flexibilidade de intervenção ou de sua capacidade de renascer ou de amortecer ao longo do tempo. Ela segue enfim um caminho estreito que beira o paradoxo: exigir respostas, para interrogações de história política, da própria política, à qual se atribui uma autonomia relativa na evolução dos comportamentos coletivos, situando ao mesmo tempo seu estudo num meio que absorve como uma esponja reivindicações sociais e culturais dispersas, datadas e manifestadas numa sociedade tipificada, herdeira de um longo passado e sujeita à evolução. Compreende-se portanto que lhe repugnem as classificações prévias e interpenetrações cronológicas, e que ela rejeite ao mesmo tempo o sistema e o anacronismo, mas que avance medindo sua investigação com o metro de três dimensões — a do temporal, a do espacial e a do ideal.

Imagina-se que o historiador busque preferencialmente uma visão da associação em política na escala do tempo: a duração, suas rupturas, suas inflexões são seu pão de cada dia. Mas, mesmo nesse terreno tão familiar, ele deve se precaver contra a tentação da linearidade. É assim que ele poderia ler uma boa parte da história associativa do século XIX: não teria havido um desenvolvimento progressivo da Revolução de 1789, que significou o princípio de liberdade em política, até 1901, quando surgiram ao mesmo tempo o primeiro partido entre os radicais e uma legalização da associação, de uma esperança democrática em marcha e de uma institucionalização desse ideal? E como não instalar retrospectivamente esse século na ante-sala ou numa “pré-história” das formas atuais de nossa vida política? Os trabalhos já citados de Raymond Huard e Maurice Agulhon inscrevem, de fato, a associação no capítulo de uma história da liberdade conquistada. Eles mostram como, em contextos diversos, na combinação instável de dados regionais e sociais que isolavam pólos atrativos ou repulsivos para o azul, o branco ou o vermelho, e misturavam a imitação das elites esclarecidas com a aspiração popular, com o ritmo também das respostas dadas pelos poderes públicos à irritante questão das liberdades, o mundo heterogêneo e multifuncional da associação burguesa, popular ou operária aspirava à unicidade do “tomar partido”, à unifuncionalidade do engajamento partidário, à “coerentização” do ideal em todo o território nacional. A história das origens do Partido Radical, escrita há alguns anos por Jacques Kayser,³⁴ resumiria bastante bem esse encaminhamento em direção a uma modernidade sob a dupla pressão do ideal perene e da urgência de uma defesa da República. A coalizão informal de eleitos, de comitês e de associações, que se batia desde Ledru-Rollin para levar adiante a República, passou à continuidade formalizada do partido político, como o prova o artigo primeiro dos estatutos adotados ao

final do congresso de 1902: “Formou-se entre os comitês, ligas, uniões, federações, sociedades de propaganda, grupos de livre-pensamento e lojas, jornais, eleitos e ex-eleitos [...] uma associação denominada: Partido Republicano Radical e Radical Socialista.”³⁵

Esta abordagem alimenta nossa curiosidade e nossas pesquisas de paternidade. Esposa evidentemente um “sentido da história” que se faria mal em não creditar na conta desse século das revoluções embriagado pela história. Mas ela poderia destituir a associação de sua virtude própria, limitando seu papel ao de uma baliza num percurso cujas origem e destino ela não dominaria. Ora, os mesmos trabalhos, e sobretudo os de Maurice Agulhon sobre o círculo antes de 1846,³⁶ mostram o quanto a própria raridade do associacionismo na França — ao contrário de uma Inglaterra, de quem a França tomou emprestado o clube, e onde o protestantismo favorecia o voluntariado —, raridade essa reforçada pela estreita vigilância dos poderes públicos, deu ao círculo uma impressionante plasticidade, permitiu-lhe desempenhar um papel que ultrapassava suas funções ostensivas e, por fim, fez dele uma estrutura de socialização política bem adaptada às exigências da época. Uma burguesia local podia agir com desenvoltura lendo o jornal no círculo, exercitando uma sociabilidade que não era a da família, do café, da confraria ou da aldeia: seu modelo de círculo difundiu-se nas classes populares, não porque ele seria um futuro à espera ou uma estrutura definida em função de uma estratégia social, mas porque ele sabia que era apenas um local de acolhimento, um ventre macio, em comparação com o salão mundano que privilegiava as relações hierárquicas entre indivíduos. Muito cedo, em La Garde-Freinet, no Var, a “República na aldeia” estaria em gestação com os operários da indústria de rolhas, que se organizaram em uma “associação operária” para trabalhar a cortiça em cooperativa e se encontravam à noite no

círculo, mas sem uma especialização particular do objetivo ou do projeto num ou noutro lugar.³⁷ A associação era uma estrutura polivalente que se adequava plenamente aos imperativos de seu tempo na ambivalência e na flexibilidade: o historiador do século XIX deve conseqüentemente evitar observá-la seja como uma forma obsoleta, seja como uma matriz das organizações do século XX.

Do círculo à associação de assistência mútua, do “clube de bocha ao partido”, para retomar a expressão de Max Weber, o século XIX é rico em exemplos de um fenômeno de sociabilidade particularmente esclarecedor para a história política: nele se vê como um modelo de vida coletiva confluiu com a política sem nem por isso se reduzir a ela apenas. O que explica que esse quadro associativo, ao fim de algumas décadas, tenha podido unir-se ao social demasiado estreitamente para dar livre curso ao político, e que novas formas de organização, os partidos, o tenham substituído para convocar o sufrágio e promover ideais. Tudo aconteceu como se a associação houvesse explorado bem sua ambivalência. Ela era a palavra calorosa que arrematava as conquistas de 89, a palavra perigosa também, que fazia resvalar do político para o social e favorecia as esperanças subversivas. Mas era também uma estrutura que garantiria a paz social e a harmonia política arruinando a luta de classes, como acreditavam, sem distinção, o cristianismo social, o liberalismo e o solidarismo radical: e, na verdade, ela abrigava os democratas mais ardorosos, os observadores sociais mais caridosos³⁸ e os reacionários que ainda sonhavam com as corporações do Antigo Regime. Sua ambivalência lhe permitiu além disso ser aplicada no ponto onde se entrelaçavam as contradições da nova sociedade reestruturada pela revolução industrial: no mundo do trabalho e da produção. A associação colocou assim desde 1848 a primazia do trabalho em todas as formas de experimentação social e em todos os sonhos de um futuro melhor.

Ela foi uma bela palavra para utopistas, para reformadores e, em breve, para proletários e para a Internacional. Todos os teóricos do socialismo, Marx inclusive (não nos esqueçamos de que a “união revolucionária dos operários pela associação” é almejada no *Manifesto*), flanqueados pelos viajantes de Icária ou pelos donos de alguma loja de “comércio verídico ou social” (em Lyon, em 1835), se entenderam para mostrar sua força federativa.³⁹

Contudo, não nos despedimos do século XIX sem nos perguntarmos: sendo uma estrutura demasiado cômoda, a associação não teria perdido aos poucos todo conteúdo positivo? No congresso de Marselha de 1879, um movimento operário que aderiu ao socialismo já se afastou da assistência mútua e da cooperação; 30 anos depois, os novos partidos não mantinham senão um vago compromisso com uma associação onde a democracia havia podido desabrochar, e o sonho de um sindicalismo revolucionário de ação direta, exposto *in extremis* na Carta de Amiens em 1906, foi desfeito por Clemenceau. A associação foi, a partir da Revolução, um direito natural, uma liberdade pública em busca de reconhecimento. Muitas vezes esteve na origem do direito à palavra e à ação para isolados, humilhados e progressistas. Mas o desenvolvimento paralelo das forças da produção e da democracia não a marginalizou? Não correu ela o risco de ser, daí em diante, apenas um lugar de experimentação para vontades sociais ainda mal exploradas ou mal assumidas pelas grandes maquinarias modernas da profissão, do sindicato, do partido e do Estado? Quando Dalou inscreveu a palavra no pé da estátua da República na praça da Nation (1899), e Waldeck-Rousseau a legalizou, a associação poderia renascer na política?

Pode-se sem dúvida responder afirmativamente à pergunta, já que a característica da história do fenômeno associativo no século XX é a de uma massificação e de uma especialização.⁴⁰ E que, no conjunto das associações, as raras estatísticas

confiáveis nos mostram a associação política em progresso constante ao longo da última metade do século: vencidas todas as hesitações ante os imprevistos das classificações e das denominações, seu peso estimado passou de 1,8% de 1937 a 1960 para aproximadamente 3% em 1977 e em 1982.⁴¹ Mas a vida associativa adquiriu a partir de 1901 uma singular densidade social. Se o número das associações cresceu (cerca de 5.000 criadas em 1908, 10.000 em 1937, 20.000 em 1960 e 30.000 em 1980), foi porque uma vida social sempre mais complexa, uma extensão do coletivo a domínios constantemente ampliados (a saúde, a assistência social, o lazer, a educação, a cultura, entre outros) ofereceram ao associacionismo a oportunidade de cobrir esses novos terrenos. Nosso século confirma assim a análise de Durkheim, que via na associação o agente e o sinal do processo de complicação social. Se precisarmos que a associação — “essa preposta para situações paradoxais”, na expressão feliz de François Bloch-Lainé⁴² — também intervéem em emergências, que ela lanceta tumores ou detém hemorragias no corpo social, já que a administração e as municipalidades enredadas em suas próprias regulamentações podem confiar-lhe discretamente inúmeras tarefas, entende-se que é preciso fazer a história dessa conquista da sociedade pela associação que caracteriza o século XX.

O historiador do político enfrenta a partir daí uma série de perguntas muito complexas. A diversificação dos papéis deixados à associação será resultado de uma aspiração autonomista da sociedade civil que assumiria a gestão de seus novos interesses, ou será o preço de um reforço do controle social sobre o indivíduo, de uma extensão da solicitude dos poderes até a altura das ambições de um Estado provedor que amadureceu nos anos 1940, e se impôs soberanamente até sua crise atual?⁴³ Acuada entre a administração e as forças políticas e sociais, entre os comerciantes e os administradores, a associação paliará algum “vazio de poder”, preencherá um

“vazio de controle social”? E será o poder público bastante forte para que, por mimetismo, e no livre exercício da lei de 1901 que, como já vimos, institucionalizou o voluntariado, a associação não possa crescer ou sobreviver a não ser na obsessão do financiamento público e num ardente desejo de Estado? E o que é ela então? Uma estrutura cômoda para a emergência de novas elites? Um corpo intermediário indispensável entre o cidadão e os poderes, dentro do qual a democracia voltaria a beber em suas fontes ou se preservaria das tentações do estatismo ou mesmo do totalitarismo, essas doenças do século? Uma vez que, ao mesmo tempo, se opõe e participa, presta serviços e defende ideais, substitui o setor público enfraquecido e exerce contrapoderes, ela é um lugar de emergência e de conservação das sociabilidades, ou um simples objeto de disputa para poderes em busca de reforço e de novas legitimações?

Não podendo, ainda, responder a estas perguntas, o historiador tenta confrontar a curva do ativismo associativo com a da história geral. Constata que o número dos grupos ativos e sua propensão a elevar o tom correspondem preferencialmente aos tempos de rupturas do consenso republicano e de crise sociocultural. A onda rebentou mais vigorosamente na política na virada do século, quando o caso Dreyfus e o aparecimento de novas vanguardas arruinaram a República oportunista;⁴⁴ na saída da Grande Guerra, de 1917 a 1921, quando a crise moral e social, e depois o choque do comunismo, desencadearam vivas reações de conservadorismo e propagaram o ativismo revolucionário;⁴⁵ nos anos 1930, com a crise do parlamentarismo, a ameaça de guerra e a procura de novos caminhos não conformistas;⁴⁶ na Liberação, quando foi preciso cumprir as promessas de democratização incluídas no programa do CNR;⁴⁷ na crise do fim da Quarta República e nas retomadas internas da guerra da Argélia;⁴⁸ depois, na crise de Maio de 1968 e nas novas tensões da década de

1970.⁴⁹ Esta concordância de tempos de dificuldades e de associacionismo vigilante e subversivo é demasiado gritante para que não se conclua que, na falta de respostas coerentes do sistema político a súbitas inquietações coletivas, na esperança ou na premência de renovar as cláusulas do contrato republicano, as associações servem de caixa de ressonância e laboratório de idéias, de “fusíveis”⁵⁰ que, fundindo-se, assinalam as panes de inspiração e os curtos-circuitos do político. Que o sistema político dê respostas satisfatórias às questões formuladas e a efervescência se atenua: tal situação pode ser observada em 1902, quando a defesa republicana tomou corpo; em 1949, quando a Terceira Força protegeu o novo regime; em 1962, com a estabilização institucional. Que, ao contrário, as respostas sejam dilatatórias ou que se instale o silêncio, e a efervescência persista, na superfície ou nas profundezas: os anos 1920, o após-Maio de 1968 e a última década ilustram bem este caso.

Este ancoramento da reflexão nas cronologias com várias entradas, sociais, econômicas, culturais e políticas, permite além disso verificar a hipótese que o historiador avança diante do cientista político: a associação não é redutível à pressão do interesse prosaico. Poderíamos mostrar, por exemplo, que os poucos anos da história agitada da Quarta República, em que a intervenção de *lobbys* diversos⁵¹ foi tão forte no Parlamento — de 1948 a 1954 —, foram anos de uma singular atonia política do associacionismo. E que, em compensação, em 1962, Jean Meynaud podia co-assinar um artigo sobre os grupos de pressão nas situações de fracasso,⁵² num momento em que, do mendesismo ao esboço de uma reconstrução da esquerda não comunista, dos protestos orquestrados de intelectuais a favor ou contra a guerra da Argélia à ativação das redes gaulistas depois do 13 de maio de 1958 e ao ativismo violento dos partidários da Argélia francesa, a associação fazia um grande estardalhaço na política. Poderíamos mostrar,

enfim, que após 1962, sob o efeito conjunto dos acordos de Évian, da afirmação pela UNR de um sólido gaulismo partidário, da estabilidade institucional e do crescimento econômico, a volta à normalidade arruinou todos os ativismos (com exceção, na verdade discreta, dos laboratórios da nova esquerda), enquanto os grupos de interesse retomavam o rame da pressão, não mais sobre o Parlamento, mas sobre o governo e a administração.⁵³

Esta abordagem pela situação de tensão ou de crise não deve evidentemente fazer esquecer a observação de seu contrário: o dia-a-dia da longevidade comparada das organizações e de sua capacidade de continuar existindo em tempos políticos mais calmos ou em fases de atonia social. Quando tiver transposto esta nova etapa, a história política da associação no século XX, sempre confrontada com a do século anterior, passará da floração aos frutos.

Com o tempo, é o espaço que esta história irá igualmente explorar. Seja acompanhando a emergência e o estabelecimento no universo político de um determinado tipo de associações, seja desenhando a configuração e a competição associativas num dado momento de uma evolução. Ela não deixará de emprestar assim sua própria visão a um estudo da associação ao qual se dedicam todas as ciências sociais. E sua especificidade bem poderia ser a observação da permeabilidade das fronteiras entre o social, o cultural e o político. Quer se inspire nas análises por *input-output* tiradas de Easton,⁵⁴ quer se limite a seguir passo a passo o labirinto da interação, ela descobre mecanismos complexos mas bem azeitados de expressão, de regulação e de redução das exigências e dos apoios, uma circulação vibrionária que põe a associação em contato com o religioso,⁵⁵ com o comunitário, com o econômico e com o mental, e que exala na política toda a energia assim destilada dos quatro cantos do social.⁵⁶

Alimentar uma tal ambição exige, é obvio, que se tome todas as precauções para não se perder. O historiador tentará portanto em primeiro lugar seguir os fios visíveis, aqueles que as organizações bem constituídas tecem, orgulhosas de sua autonomia e capazes de abranger amplamente para melhor abraçar. O estudo dos clubes políticos, por exemplo, é o estudo de uma organização sólida. A continuidade e as rupturas de sua longa história⁵⁷ permitem, para começar, uma reflexão útil sobre as eventualidades de uma forma. Michelet viu com razão que a “sociedade dos Jacobinos” desempenhara um papel determinante na passagem do unanimismo de 1789 para a afirmação do poder dos ativistas no Terror de 1793, que podia haver uma ligação entre um desânimo dos cidadãos ou sua repugnância pelo político e o confisco ou a recomposição do poder revolucionário através dos clubes: “Nessa apatia crescente, e para remediá-la, refaz-se, recompõe-se a temível máquina que se distendeu no ano de 1792, a máquina da Salvação Pública em sua principal mola, a sociedade dos Jacobinos.”⁵⁸ Depois, das sociedades secretas da monarquia censitária aos clubes dos participantes da Comuna de Paris no exílio, poderíamos acompanhar a contribuição desses grupos para a história social e revolucionária, antes de meditar sobre as causas do adormecimento dessa forma política de esquerda durante três quartos de século, até o lançamento, em 1951, de um novo... clube dos Jacobinos. E mostrar enfim o papel decisivo que ela exerceu na reconstrução de uma nova esquerda não comunista a partir dessa data até o congresso de Épinay do PS em 1971,⁵⁹ na revigoração e na competição dos líderes da direita derrotada em 1981⁶⁰ ou no árduo e conflitante sobressalto da esquerda, a partir de 1985, para prevenir a inevitável derrota de 1986 e preservar as chances de desforra em 1988.⁶¹ De passagem, ter-se-á mostrado que, em todos os tempos, o clube é “uma casa mais aberta” (Jacques Delors), um círculo de proposição e de reflexão,

uma escola do cidadão, um viveiro de dirigentes, um complemento, um associado ou um concorrente do partido político, um contrapoder cultural, um lugar de divisão e de passagem que almeja contudo, febrilmente, a unidade do ideal e dos valores, “uma mancha de rubéola”⁶² cuja erupção assinala a doença e o remédio para superá-la. Empregando raramente a pressão “clássica”, condenado ou não a reingressar na fileira do partido renovado por seus cuidados ou surdo a seus apelos, o clube pode no momento oportuno aguerriar sozinho suas tropas e lançá-las ao assalto do poder sem a ajuda dos partidos: durante a Quinta República, as municipalidades tanto de direita como de esquerda acolheram de bom grado representantes de clubes, e as cúpulas do poder do Estado não desdenharam sua contribuição, a ponto de ter-se podido falar de uma “sociedade política clubocrática”.⁶³ Favorecendo em toda parte o despertar do cidadão, o clube provoca algo mais que comichão: é um vetor privilegiado da mudança na política.

Discriminando as estrelas da nebulosa, puxando seus fios condutores, a história fixará os traços de mentalidade que são permanentes. Entre eles, essa espécie de satisfação íntima e essa convicção de excelência razoavelmente orgulhosa que animam os promotores do associacionismo, que os tornam tão sensíveis a qualquer ressurgimento de um “nacional-populismo”⁶⁴ na direita, ou de uma boa consciência inata na esquerda, e que foram muito bem expressas por Bruno Mégret, presidente da Confederação das Associações Republicanas de Oposição, em 1984: “Os clubes e as associações não têm vocação para ser auxiliares dos partidos. Seu papel é político no sentido pleno do termo. Se eles se multiplicam e se desenvolvem, é porque nosso país sucumbe e se esclerosa sob o peso do Estado e das grandes organizações representativas como os sindicatos, a administração e os partidos. Os clubes e as associações correspondem à reação saudável de um país que

ainda não foi sufocado por suas próprias estruturas.”⁶⁵ Mas entre eles, também, a desconfiança dos poderes instalados diante desses agitadores, que um representante do governo central na Manche levou até a caricatura em 1979 em carta aos prefeitos de seu departamento, prevenindo-os contra as perversidades dos militantes das associações: “Não é bom,” escrevia ele, “não é normal ver proliferar o irresponsável ministrador de lições, o definitivo arrogante, o crítico sistemático [...]. Quanto mais se procura ignorá-los, mais eles se levam a sério, assim conseguindo adeptos: é a multiplicação da erva daninha.”⁶⁶

O historiador caminhará do simples para o complexo, inscrevendo primeiro a novidade e o conflito em seu contexto mais facilmente mensurável no século XX: o que aproxima ou afasta as associações dos partidos políticos. São possíveis todos os casos, cuja riqueza é mais ou menos inesgotável. Algumas minorias, desconfortáveis em seu partido ou acuadas por sua direção, tendo de escolher entre a impotência ou a cisão, podem dar o grande salto: a história da esquerda em particular foi perseguida por essas divisões internas, por essas dispersões conflituosas, desde a marginalização dos “fracionistas” no Partido Comunista e na SFIO nos anos 1930⁶⁷ até a pré-história do PSU ou a multiplicação de grupúsculos após 1968.⁶⁸ Organizações da “coroa” de um partido, para retomar a expressão que Annie Kriegel aplica ao mundo comunista,⁶⁹ mais ou menos ligadas a ele estatutariamente, adquirirão sua autonomia ou curvar-se-ão por disciplina: os jovens e os estudantes que gravitam em torno de todas as grandes formações políticas praticam com particular intensidade essa brincadeira de ludião. Muitas vezes, em compensação, alguns movimentos alimentam os partidos com suas propostas e seus militantes: Danièle Zeraffa mostrou, por exemplo, como a Ação Católica havia povoado o MRP,⁷⁰ e há muito poucos políticos que não iniciaram sua carreira disputando alguma responsabilidade

associativa antes de seu primeiro mandato eletivo. Muitas vezes, também, a emergência de um partido é ambicionada ou favorecida pelos militantes de associações. Toda a história das uniões gaulistas confirma essa propensão, com a ação de todos os círculos concêntricos que revigoraram o RPF, a UNR, a UDF, depois o RPR, e com a combatividade associativa das gerações de “companheiros” mobilizáveis em tempos difíceis, cuja demonstração mais gritante foi a intervenção da Associação de Apoio à Ação do General de Gaulle na véspera do 30 de maio de 1968.⁷¹ O fracasso é no entanto possível se o ideal falta ou não parece bastante promissor, se o líder se esquiva ou se, mais banalmente, as circunstâncias são muito pouco favoráveis. Assim desmoronou a UDCA de Pierre Poujade no momento em que o “poujadismo” teve de suportar o peso de um grupo parlamentar e de uma estrutura partidária. Na esquerda, perceber-se-á facilmente o impressionante paralelo entre a derrota do mendesismo após 1955, perdido em rodeios apesar das idéias muito estimulantes, confinado pelo próprio Pierre Mendès France ao quadro corroído do Partido Radical, depois ao esplêndido isolamento da rejeição das instituições da Quinta República, explodindo por não ter ousado formalizar sua força política,⁷² e a combatividade dos clubes, e em seguida da convenção das instituições republicanas de François Mitterrand, galvanizados pela bela campanha presidencial de seu líder em 1965, que construiu o novo Partido Socialista e obrigou a SFIO de Guy Mollet a unir-se ao seu entusiasmo no congresso de Épinay.⁷³ A associação, além disso, pode guardar suas ambições em tempos difíceis, e depois soltá-las num partido na hora propícia: assim alguns militantes de grupúsculos de extrema direita, derrotados desde 1945, desamparados após a “divina surpresa” da Argélia francesa, puderam pôr seu ardor e sua experiência a serviço da Frente Nacional em 1983.⁷⁴ Observar-se-á enfim uma novidade, destinada ao fracasso mas interessante, que parece ter caracterizado os anos 1960 e 1970: al-

gumas associações não apenas criticaram então com vigor o sistema partidário, mas pretenderam substituí-lo para melhor regenerar a democracia.⁷⁵

Mas é no contato com todas as forças que marcam o universo da política que se pode testar a ação das associações. Elas estão ao redor, aquém ou além dos partidos, mas ocupam as mesmas posições diante de todos os poderes, do Parlamento, do governo, da comuna ou do departamento, da administração: esta vasta confrontação, bastante bem alimentada pelos trabalhos de sociologia, de ciência política e de direito para a segunda metade do século XX — a tal ponto que o papel das associações na conquista e depois na gestão do poder municipal tornou-se uma espécie de *topos* da pesquisa sociológica⁷⁶ —, ainda não foi suficientemente prolongada a montante pelos historiadores para que se possa avançar regras e modelos. E, portanto, para dar toda a sua dimensão histórica à pergunta que persegue tantos sociólogos: a associação participa ou não da extensão dos poderes do Estado, sabe resistir e construir contrapoderes, pode modificar formas de intervenção estatal? Suspeita-se contudo que uma história política mais bem provida de argumentos sobre esses pontos levaria a modificar sensivelmente a visão centralizada da política que às vezes se tem: o associacionismo não departamentaliza nem comunaliza uma história política geral; ele faz do local seu melhor objeto de intervenção, e tem sem dúvida contribuído mais amplamente do que se crê para territorializar a vida política.⁷⁷

É preciso enfim acrescentar a dimensão do ideal às do tempo e do espaço. Esta é de fato, *a priori*, aquela que faz com que se reconheça na associação uma virtude particular. Seus “círculos de pensamento” seriam os melhores conservatórios, os lugares de renovação das ideologias políticas e os guardiães da chama: numerosos trabalhos confirmaram esta

observação.⁷⁸ Pois esses grupos de fato abrigam militantes que de bom grado se dizem depositários de uma memória, de uma experiência e de um método em política. Do bonapartismo às ligas, do leninismo ou do sindicalismo revolucionário às minorias “esquerdistas”, pode-se acompanhar sem dificuldade esse culto da referência ousada e do precedente inovador que desempenhou um papel determinante na conservação e na reconstituição de uma cultura política ou de uma ideologia. Mas essas associações funcionam sempre com uma ambivalência que lhes pode ser fatal: reacionárias e subversivas, cultivando ao mesmo tempo a herança e a ruptura, seu discurso pode se tornar artificial e sua ação desfazer-se assim que uma evolução da sociedade ambiente torne obsoletos seus valores. O historiador, comparando organizações de grande longevidade e grupúsculos impotentes ou reduzidos ao estado de fósseis políticos, será portanto levado a observar que o ideal não basta. O exemplo das ligas na época do caso Dreyfus seria suficiente para mostrar que belo estudo deveria suscitar um dia o fenômeno da aclimatação em política. Quando a nacionalista Liga da Pátria Francesa desapareceu, em 1905, foi por ter-se levantado apenas incansavelmente em torno de temas congelados de conservação social. Em compensação, sua modesta rival, a Liga dos Direitos do Homem, transpôs então vitoriosamente um primeiro obstáculo difícil, tendo aprendido o segredo que faz dela hoje uma valente nonagenária: é melhor avançar de encontro ao acontecimento que multiplicar as exortações encantatórias aos grandes princípios intangíveis, adaptar às circunstâncias os valores defendidos, mobilizar até não poder mais, empregar todos os meios disponíveis, acompanhando o fluxo das modestas cartas do “contencioso” que assinalam as mil faces de uma idéia, as profundezas cotidianas de um ideal que a liga originariamente acreditara poder identificar no martírio de um capitão.⁷⁹ Assim ela se tornou esse “cartel vivo da esquerda”, como dizia Victor

Basch, graças a esse ato carnal para o qual contribuiu em plena liberdade cada seção local obstinada em defender algum modesto funcionário demitido no fundo do departamento ou algum soldado metido abusivamente na cadeia do quartel da esquina. Seguindo-se esse enraizamento a jusante, mostrar-se-ia igualmente bem, *a contrario*, como o mesmo ideal de defesa do Direito ultrajado conduziu, a partir de 1971, alguns militantes decepcionados pela politização da Liga dos Direitos do Homem às ações concretas e sem antecedente ideológico dos grupos franceses da Anistia Internacional.⁸⁰ Em outras palavras, a associação é um vetor da idéia que a faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da organização, o culto de uma comunidade⁸¹ e o voluntariado concretamente exercidos secretam e alimentam. E são sem dúvida estes valores, mais que aquele ideal, que ela infunde tão bem na vida política. Deslindar esse jogo duradouro do inato e do adquirido, da idéia e de sua aplicação prática, dá à sua história todo o seu valor.

O Artifício Fecundo

Não nos enganemos: a associação voluntária é em primeiro lugar um indicador para uma história da mudança social, para o estudo desse vínculo sempre frágil que faz e desfaz uma comunidade. Ela revela primeiro uma relação entre corpos constituídos e corpos intermediários, instituições herdadas e aspirações novas dos cidadãos, ideais coletivos e tensões singulares, e mesmo “corporativas”, desse ou daquele grupo de indivíduos reunidos. Ela desempenha seu pleno papel há dois séculos em todos os processos de socialização e de laicização, nessa passagem para o contemporâneo em que se reconstituem mal ou bem comunidades mortas e se forjam novas ambições. A partir daí, ela abre um orgulhoso capítulo para a história da socialização política. Mas sua plasticidade,

sua capacidade de mobilizar em todas as frentes sociais, de ativar o debate de idéias, a põem em confronto também com todas as formas organizadas do poder, local e nacional, socioprofissional, administrativo e político. Ela se move nesse espaço, enquadrada pela lei, orgulhosa de sua lógica de substituição, numa ambivalência de atos e de propósitos que estimula o historiador: é nela que ele observa uma vontade que ensina por bem ou por mal a lógica da instituição.

Sua história, que começa a ser feita, deveria portanto confirmar a intuição de Durkheim: uma sociedade só pode viver com a ajuda desses organismos-tampões que mantêm ou reconstituem uma coesão de cada um com todos, que põem em relação o indivíduo e o Estado sem passar pelas instituições e o sufrágio. Tocqueville já havia percebido bem a fecundidade dessa ambivalência: a associação, pelo fato de criar artificialmente uma ação recíproca dos homens sobre os homens, e dos cidadãos sobre as instituições, está do lado do poder, participa da “arte política” das democracias; mas, ao mesmo tempo, reconstituindo sem cessar o tecido social que desfaz a desigualdade das condições, ela é uma forma original e talvez até originária do poder da sociedade sobre si mesma.⁸² Postada assim no cruzamento de uma antropologia histórica percorrida por sociabilidades e de uma experimentação social prolongada desde 1789, sua história contemporânea, da qual acabamos de mostrar algumas ambições, é plenamente política exatamente por esse artifício.

Notas

1. Nossa reconstituição deve muito a Fernand Corcos, *Catéchisme des partis politiques*, Paris, Éd. Montaigne, 1932.

2. Devemos assinalar antes de tudo, e sem prejudicar os tesouros dos arquivos departamentais, a inevitável série F7 dos Archives Nationales e sua bastante desprezada série AS. Os fichários das associações declaradas nas prefeituras, subprefeituras e na prefeitura de polícia do Sena estão em compensação conservados de maneira muito desigual e são mantidos desde 1901, o que dificulta a elaboração de uma estatística dos nascimentos dessas organizações. Demasiado numerosos para serem detalhados aqui, os locais detentores de arquivos sociais, profissionais ou sindicais podem ser explorados com discernimento. Quanto aos arquivos privados, podem ocorrer todos os casos com que se depara o historiador do contemporâneo, desde o acaso feliz ao resgate inopinado e em meio à catástrofe, desde a acumulação monomaníaca e desproporcional ao interesse real até o acidente trágico: assim, a Liga dos Direitos do Homem, que havia conservado com um zelo ciumento o rastro de suas atividades de 1898 a 1940 em sua sede central, viu seus arquivos serem apreendidos pelos alemães assim que estes entraram em Paris em 1940, depois serem dispersados e destruídos em algum lugar do Reich em 1944-1945; mas um grupúsculo episódico qualquer ainda palpita em algum baú no sótão de seu fundador.

3. Resumindo ao extremo a tão variada e densa obra desses autores, podemos dizer que esta história da associação em política se armou cientificamente em quatro de seus livros, cuja riqueza de proposições não se esgotará tão cedo: Maurice Agulhon, *La République au village*, Paris, Éd. du Seuil, 1979, e *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848*, Paris, Colin, 1977; Raymond Huard, *La préhistoire des partis. Le mouvement républicain en Bas-Languedoc, 1848-1881*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982; Antoine Prost, *Les anciens combattants et la société française, 1914-1939*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, 3 vol. Podemos sem dúvida convocar com proveito Charles Seignobos e Georges

Weill, Paul Nourrisson e André Siegfried, Georges Duveau e Louis Chevalier, Jacques Kayser e Jean Touchard, os primeiros historiadores a reunir dados e intuições sobre o “Partido” Republicano ou o laicato, os turbilhões do local ou a generosidade do associacionismo, os comitês radicais ou os laboratórios da crise dos anos 1930. Não devemos esquecer também toda a riqueza dos estudos “departamentalizados”, na maioria das vezes dirigidos por Ernest Labrousse, os de Philippe Vigier sobre a região alpina ou os de Georges Dupeux sobre o Loir-et-Cher, por exemplo, que enraizaram precocemente este tipo de interesse. Mas os três historiadores citados acima foram os primeiros a submeter a aposta desta história ao crivo dos métodos atuais de investigação.

4. Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise*, op. cit., p. 12.

5. Maurice Agulhon, *Histoire vagabonde*, Paris, Gallimard, 1988, 2 vol., t. 1, p. 305.

6. René Rémond, “Les anciens combattants et la politique”, *Revue Française de Science Politique*, junho de 1955, p. 267-290.

7. E em primeiro lugar a jovem Société Française des Chercheurs des Associations (SFCA), presidida por Geneviève Pujol, que organiza encontros e seminários e que editou um *Répertoire* dos pesquisadores (sede social: 29, rue Bonaparte, 75006 Paris); ver “Espaces et temps associatifs”, nº especial de *La Revue de l'Économie Sociale*, abril de 1988. A Associação dos Ruralistas Franceses deu um excelente exemplo por ocasião de um seminário de 1978, resumido por Maurice Agulhon e Maryvonne Bodiguel em *Les associations au village*, Le Paradou, Actes Sud, 1981. Devemos destacar, sob a direção de Étienne François, *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, 1986.

8. Seria de fato um bom tema de história o estudo dos dois discursos sociológicos que floresceram na França nas décadas de 1960 e 1970: um sobre a associação cadinho da inovação e promessa de uma democracia regenerada pela autogestão da sociedade civil, o outro suspeitando que seu voluntariado estivesse possuído de um formidável e culpado desejo do Estado.

9. Não é preciso dizer que o empréstimo é crítico: ver Maurice Agulhon, “La sociabilité, la sociologie e l’histoire”, *L’Arc*, nº 1976, p. 76-84, e “Un problème d’ethnologie historique: ‘les chambrées’ en Basse-Provence au XIXe siècle”, *Ethnologie et histoire*, Paris, Éd. Sociales, 1975, p. 539-560.

10. Ver Jean Cuisenier e Martine Segalen, *Ethnologie de la France*, Paris, PUF, 1986, e as duas melhores revistas, *Ethnologie Française* e *Terrain*.

11. Jean-Marie Garrigou-Lagrange, *Recherches sur les rapports des associations avec les pouvoirs publics*, Paris, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1970. Do mesmo autor, uma coletânea prática de documentos, *Les associations*, Paris, PUF, 1975.

12. Émile Durkheim, *L’évolution pédagogique en France*, Paris, PUF, 1969, e *Textes. Éléments d’une théorie sociale*, Paris, Éd. de Minuit, 1975.

13. Max Weber, *Éssais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965.

14. Ferdinand Tönnies, *Communauté et société*, Paris, Retz, 1977; e R. M. Mac Iver, *Community: a sociological study*, Nova York, MacMillan, 1928.

15. Jean Kellerhals, *Les associations dans l’enjeu démocratique*, Lausanne, Payot, 1974.

16. Paul Nourrisson, *Histoire de la liberté d’association en France depuis 1789*, Paris, Sirey, 1920, 2 vol., que mistura um estudo jurídico com considerações sócio-religiosas datadas, mas cujo trabalho de recensão é notável.

17. Albert Meister, *Vers une sociologie des associations*, Paris, Éd. Ouvrières, 1972, e *La participation dans les associations*, Paris, Éd. Ouvrières, 1974.

18. Podemos perceber todas as nuances dessa sociologia em alguns artigos: Jacques Lautman, “Pour une théorie de la localité”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 71, 1981, p. 321-328; Jacques Palard, “Rapports sociaux, stratégie politique et vie associative”, *Sociologie du Travail*, julho-setembro de 1981, p. 308-324; Jacques Caroux, “Des nouveaux mouvements sociaux à la ‘dérobade’ du social?”, *Cahiers*

Internationaux de Sociologie, vol. 72, 1982, p. 145-157; “La démocratie par l’association?”, *Esprit*, junho de 1978; Michel Forsé, “La sociabilité”, *Économie et Statistique*, nº 132, abril de 1981, p. 39-48. Quanto aos trabalhos, os melhores dos quais se referem à observação do papel das associações num contexto municipal e regional, ver principalmente os de Pierre Grémion, Jacques Ion, Dominique Mehl, Daniel Roudet, Guy Saez e Nicole Samuel.

19. Michel Forsé, “Les créations d’associations: un indicateur de changement social”, *Observations et Diagnostiques Économiques*, nº 6, janeiro de 1984, p. 125-145.

20. A pesquisa durou cinco anos (1977-1981), abrangeu 60 localidades e mobilizou cerca de 200 pesquisadores. Poderão ser encontrados numerosos mergulhos retrospectivos, às vezes indo até o início do século XX, no material publicado pelas Éd. do CNRS a partir de 1979 nos *Archives de l’OCS*, 4 vol., e nos *Cahiers de l’observation du changement social*, 18 vol.: a associação foi um lugar privilegiado desta observação. A primeira síntese da pesquisa foi *L’Esprit des lieux. Localités et changement social en France*, Paris, Éd. du CNRS, 1986.

21. Ver Robert Cabanes, “Les associations créatrices de la localité”, in *L’Esprit des lieux*, op. cit., p. 209-231, que conclui que estaria havendo uma promoção associativa do local, uma “reterritorialização do político”, na qual os “movimentos sociais” estariam extintos, e que nega ter havido nos últimos 20 anos um “alinhamento” pela classe média dentro das associações.

22. Geneviève Poujol, “La dynamique sociale des associations”, *Les Cahiers de l’Animation*, nº 39, 1983-1, p. 57-58. Seu material está reunido em *La dynamique des associations, 1844-1905*, Paris, Société des Amis du Centre d’Études Sociologiques, 1978, e em *L’Éducation populaire. Histoires et pouvoirs*, Paris, Éd. Ouvrières, 1981.

23. Geneviève Poujol, loc. cit., p. 68.

24. François Caroux, “Typologie”, *Esprit*, junho de 1978, p. 9-12.

25. Guy Hermet, “Les organisations catholiques et protestantes comme forces politiques de substitution”, *Revue Française de Science Politique*, XXII, 1973-3.

26. Consultar a mais recente revisão de Madeleine Grawitz et Jean Leca, *Traité de science politique*, vol. 3, *L’Action politique*, Paris, PUF, 1985, cap. VI e VII em particular, de Jean e Monica Charlot.

27. Jean Meynaud, *Les groupes de pression en France*, Paris, Colin, 1958, e *Nouvelles études sur les groupes de pression en France*, Paris, Colin, 1962.

28. Isto é muito visível na obra clássica de Maurice Duverger, *Les partis politiques*, Paris, Colin, 1951. Notar-se-á uma nítida evolução em Jean Charlot, *Les partis politiques*, Paris, Colin, 1971.

29. Ver Michèle Ruffat, “A quoi sert le néocorporatisme?”, *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, nº 13, jan.- março de 1987, p. 95-103. Sobre os últimos anos, pode-se acompanhar a interessante tentativa de classificação, baseada em 99 entrevistas aprofundadas, de Frank L. Wilson, “French interest group politics: pluralist or neocorporatist?”, *The American Political Science Review*, nº 77-4, dezembro de 1983, p. 895-910. Para uma abordagem geral, ver Jacques Basso, *Les groupes de pression*, Paris, PUF, 1983, e o dossiê de documentos que ele reuniu com Michèle Ruffat sobre “Les groupes d’intérêt et le pouvoir”, *Problèmes Économiques et Sociaux*, nº 511, 3 de maio de 1985.

30. Ver Daniel Gaxie, “Économie des partis et rétribution du militantisme”, *Revue Française de Science Politique*, fevereiro de 1977, p. 123-154.

31. Ver Madeleine Grawitz et Jean Leca, op. cit. e vol. citado, cap. VII.

32. Jean Touchard, “Introduction à l’idéologie du parti communiste”, in *Le communisme en France*, Paris, Colin, 1969, p. 83-105.

33. Sobre o último meio século, ver Chantal Bruneau e Jean-Pierre Rioux, “Les associations en France, 1930-1980. Essai de bibliographie retrospective”, *Communautés. Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement*, out.- dezembro de 1981, p. 119-164.

34. Jacques Kayser, *Les grandes batailles du radicalisme*, Paris, Marcel Rivière, 1962.

35. Citado por Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, vol. I, *La recherche de l’âge d’or, 1919-26*, Paris, Presses de la Fondation Nationale

des Sciences Politiques, 1980, p. 43. Ver, sobre a longa duração e até os avatares do “mendecismo”, Daniel Bardonnnet, *Évolution de la structure du parti radical*, Paris, Éd. Montchrestien, 1960.

36. Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise*, op. cit.

37. Maurice Agulhon, *La République au village*, op. cit.

38. Ver Jean-Baptiste Duroselle, *Les débuts du catholicisme social en France, 1822-1870*, Paris, PUF, 1951; e Henri Rollet, *L'action sociale des catholiques en France*, Paris, Desclée, 1958, 2 vol.

39. Para maiores detalhes, ver Jean-Pierre Rioux, “Ambivalences de l'association”, *Actes du colloque de la DAP* (Grenoble, janeiro de 1981), Paris, Fonda, 1982, p. 139-141.

40. Encontra-se uma útil comparação entre os dois séculos em Maurice Agulhon, “Vers une histoire des associations”, *Esprit*, junho de 1978, p. 13-18.

41. Michel Forsé, loc. cit., p. 136.

42. François Bloch-Lainé, “Les associations comme contre-pouvoirs”, *Pouvoirs*, nº 7, 1978, p. 63-68, e “Les associations, les mots et les choses”, *Le Monde*, 29-30 de janeiro de 1978.

43. Ver Pierre Rosanvallon, *Misère de l'économie*, Paris, Éd. du Seuil, 1983.

44. Ver Madeleine Rebérioux, *La République radicale?*, Paris, Éd. du Seuil, 1975; e Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire*, Paris, Éd. du Seuil, 1978.

45. Ver Annie Kriegel, *Aux origines du communisme français*, Paris, Flammarion, 1969.

46. Ver Jean Touchard, “L'esprit des années 1930: une tentative de renouvellement de la pensée politique française”, in *Tendances politiques dans la vie française depuis 1789*, Paris, Hachette, 1960, p. 89-120; e Serge Berstein, “La France des années trente allergique au fascisme”, *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, nº 2, abril de 1984, p. 83-94.

47. Encontra-se um exemplo em Jean-Pierre Rioux, “Une nouvelle action culturelle? L'exemple de ‘Peuple et Culture’”, *La Revue de l'Économie Sociale*, abril-junho de 1985, p. 35-47.

48. Por exemplo, Pierre Vidal-Naquet, “Une fidélité têtue. La résistance française à la guerre d'Algérie”, *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, nº 10, abril-junho de 1986, p. 3-18.

49. Ver Claude Gilbert e Guy Saez, *L'État sans qualités*, Paris, PUF, 1982.

50. A expressão é de Michel Rocard, *La Croix*, 10 de junho de 1986.

51. Ver Philip Williams, *La vie politique sous la IV^e République*, Paris, Colin, 1971, 4^a parte.

52. *Revue Française de Science Politique*, janeiro de 1962, p. 27.

53. Ver Georges Burdeau, *Traité de science politique*, t. III, vol. 1, *Les forces politiques*, Paris, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1980.

54. Ver o clássico de David Easton, *Analyse du système politique*, Paris, Colin, 1974.

55. René Rémond (sob a direção de), *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, Paris, Colin, 1965, cap. II.

56. O estudo histórico dessa interação é desejado por Robert Fossaert, *La société*, t. III, *Les appareils*, Paris, Éd. du Seuil, 1978, p. 123-133.

57. Jean-André Faucher traça uma trajetória em *Les clubs politiques en France*, Paris, Éd. John Didier, 1965. Esta história ainda não foi objeto da investigação científica que merece.

58. Citado por François Furet, *La gauche et la Révolution française au milieu du XX^e siècle*, Paris, Hachette, 1986, p. 105.

59. Muito bem estudado por uma ciência política bastante próxima de uma história do tempo presente a partir dos anos 1960. O melhor guia, com sua bibliografia complementar, é Janine Mossuz, *Les clubs et la politique en France*, Paris, Colin, 1970, que distingue os clubes “sociedades de pensamento” dos clubes “de combate político” e isola entre estes últimos aqueles que reúnem os minoritários de um partido, as filiais dos partidos e os “clubes-vagões” a serviço de um líder.

60. Ver Jean-Claude Lamberti, “Les clubs politiques”, in *Universalis 1983*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 1983, p. 226-229, e Daniel Colard, “Réflexions sur le renouveau des clubs politiques après l'alternance du 10 mai 1981”, *Pouvoirs*, nº 25, 1983, p. 157-169.

61. Ver Michel Kajman, "Clubs à gauche", *Le Monde*, nºs 14 e 15, junho de 1985. Os anos de 1984 e 1985 deveriam ser examinados de perto, com a federação, na esquerda, de clubes e associações no "Ici et maintenant", animado por M^{me} Françoise Castro, mulher do primeiro-ministro, e os estados gerais das associações da oposição do 5 de fevereiro de 1984, depois a organização de uma convenção liberal em junho de 1985 e a instalação das redes "Réal" de M. Raymond Barre que provocaram um curto-circuito na UDF.

62. A expressão é de um jornalista que foi um historiador, François Bazin, *La Croix*, 19 de novembro de 1985.

63. Daniel Colard, loc. cit., p. 157 e 167.

64. Ver Michel Winock, "La vieille histoire du 'national-populisme'", *Le Monde*, 12 de junho de 1987.

65. Citado em *Le Quotidien de Paris*, 6 de fevereiro de 1984.

66. Citado por Chantal Bruneau, "Associations et pouvoirs publics: vingt années d'évolution", *Les Cahiers de l'Animation*, nº 55, 1986-1, p. 12.

67. Ver Jean-Pierre Rioux, *Révolutionnaires du Front populaire*, Paris, UGE, 1973.

68. Ver Jean Touchard, *La gauche en France depuis 1900*, Paris, Éd. du Seuil, 1977, com complementos de Michel Winock.

69. Ver Annie Kriegel, *Les communistes français, 1920-1970*, Paris, Éd. du Seuil, 1985.

70. Danièle Zeraffa, *Du MRP au CDS. Aspects du discours centriste de 1962 à 1978*, Paris-X, 1983 (tese inédita).

71. Nos dois extremos da corrente, ver Jean Charlot, *Le gaullisme d'opposition, 1946-1958*, Paris, Fayard, 1983, e "Le RPR", *Pouvoirs*, nº 28, 1984, p. 143-158.

72. Ver Olivier Duhamel, *La gauche et la Ve République*, Paris, PUF, 1980; Jean-Pierre Rioux, "À la recherche du mendésisme", in François Bédarida e Jean-Pierre Rioux (sob a direção de), *Pierre Mendès France et le mendésisme*, Paris, Fayard, 1985; Philippe Reclus, *La République impatiente ou le Club des Jacobins, 1951-1958*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1987.

73. Ver Hugues Portelli, *Le socialisme français tel qu'il est*, Paris, PUF, 1980, e "Le mendésisme", *Pouvoirs*, nº 27, 1983.

74. Ver Alain Rollat, *Les hommes de l'extrême droite*, Paris, Calmann-Lévy, 1985; e Edwy Plenel e Alain Rollat, *L'effet Le Pen*, Paris, La Découverte et Le Monde, 1984.

75. Ver Françoise e Jacques Caroux, "Le mouvement associatif critique du système des partis", *Politique Aujourd'hui*, nºs 5-6, maio-junho de 1980, p. 73-82, e "La contestation associative et son cadre politique", *Esprit*, março de 1981, p. 55-64.

76. Ver a bibliografia de Chantal Bruneau, "Associations et pouvoir local", *Bulletin de l'HTP*, nº 9, setembro de 1982, p. 36-49.

77. Ver Jean-Pierre Rioux, "Structures de sociabilité et pouvoir. Remarques à propos des associations en France au XXe siècle", *Les Cahiers de l'Animation*, nº 46, 1984, p. 3-11. Encontram-se comparações com outros períodos históricos em *Sociabilité, pouvoir et société*, Rouen, Publications de l'Université de Rouen, 1987, especialmente p. 207-219.

78. Um caso limite foi precocemente estudado por Eugen Weber, *L'Action française*, Paris, Fayard, 1962, nova ed. 1985. Mas a mesma liga registra "pelo avesso" a perturbação política que tomou conta da sociedade: ver Pierre Nora, "Les deux apogées de l'Action française", *Annales ESC*, jan.-fevereiro de 1964, p. 139.

79. Ver Jean-Pierre Rioux, *Nationalisme et conservatisme. La Ligue de la patrie française*, Paris, Beauchesne, 1977; e "Une gaillarde octogénaire", *Hommes et Libertés*, nº 5, maio de 1978.

80. Ver Patrick Lecomte, "Militants des droits de l'homme: aux frontières de la politique", *Esprit*, junho de 1984, p. 61-76.

81. Ver Élisabeth-Guibert-Sledziewski, "Communauté", in Pascal Ory (sob a direção de), *Nouvelle histoire des idées politiques*, Paris, Hachette, 1987, p. 334-338.

82. Ver Pierre Manent, *Tocqueville et la nature de la démocratie*, Paris, Julliard, 1982.

Os protagonistas: da biografia
Philippe Levillain

PODEMOS datar do fim dos anos 70 o florescimento da biografia na França. Ela havia sido reabilitada na Universidade nos anos 60. Entre as 756 teses de história contemporânea computadas em 1º de outubro de 1966, constatava-se que 46 eram biografias. Este fenômeno era paralelo, ao que parecia, ao aumento do número das teses de história, principalmente política, que representavam, por seu lado, um sexto do conjunto analisado.¹ No caso das teses de doutorado de Estado, às vezes há uma grande distância entre o projeto e a realização. Mas, em 1966, Armand Colin publicava, pouco depois de sua apresentação na Universidade, a tese de Pierre Sorlin sobre Waldeck-Rousseau. O autor constatava na introdução: “As biografias hoje são muito criticadas. Não se considera mais que os indivíduos ‘façam’ a História, e os homens ilustres interessam menos que as massas.” Ele se defendia, no fundo, de ter querido escrever propriamente uma biografia de Waldeck-Rousseau, e dizia ter-se proposto “situá-lo em seu tempo”. O procedimento era assim o inverso daquele, clássico, adotado por Victor-Lucien Tapié ao publicar em 1967 *La France de Louis XIII et de Richelieu*.² Tratava-se de Waldeck-Rousseau e da França (1846-1904), portanto de um estudo que, abandonando o pitoresco, que o autor julgava pouco acentuado no caso do personagem, submetia este último à prova da história política e social da França republicana. Com isso, ele ia ao encontro das sugestões feitas por Jean-Baptiste Duroselle para a renovação da biografia.³ Mas disso resultava uma flagrante falta de simpatia pelo personagem, que impressionou a banca durante a defesa da tese.⁴

Tinha-se ali o fruto de um método e o reflexo de um mal-estar diante do gênero biográfico. O mesmo expresso por Pierre Guiral no prefácio de sua tese sobre Prévost-Paradol: “A espíritos justamente preocupados com as técnicas e os movimentos sociais, parece arbitrário extrair dessa multidão de homens que fizeram a História uma personalidade escolhida e interrogar uma época através de suas reações. Arbitrário e perigoso, pois o historiador acaba por assumir os sentimentos de seu herói.”⁵ Exaltação discutível de um indivíduo; entrave ao julgamento crítico do historiador: estas restrições indicavam um verdadeiro problema. E os trabalhos realizados na Universidade ainda assim o enfrentavam, diante da consideração, sempre, do valor dos arquivos privados, que inclinavam os pesquisadores mais para a biografia que para um estudo de história política, ela própria suspeita, ou de história social, implicando uma ampliação do campo que faria o personagem desaparecer no conjunto. Os arquivos do abade Lemire levaram Jean-Marie Mayeur a escrever sua biografia, publicada em 1968 com o título *Un prêtre démocrate: l'abbé Lemire*.⁶ O autor também constatava: “A biografia não está mais na moda.” E a escolha do título, muito bem achado, deixava bastante claro que a biografia em questão dizia respeito a um político através de cuja história entravam igualmente em jogo a história religiosa, a história intelectual e a história social, como elementos de uma paisagem na qual a fisionomia do personagem adquiriria toda a sua singularidade. Ainda assim, este tipo de procedimento se inscrevia à margem da metodologia dominante. Em *Faire de l'histoire*, em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora destacavam a especificidade (e a insuficiência metodológica) de um gênero situado nas fronteiras da Literatura e da História e o designavam, fora do campo histórico, como um terreno onde acampavam “esses vulgarizadores de baixo nível, esses escrevinhadores da historieta”, que se valiam de uma certa arte de escrever para o

grande público para fazer esquecer sua insuficiência científica.⁷ Percebia-se bem quem era visado. Não os raríssimos historiadores que se esforçavam por elevar o gênero à altura da história, mas os escritores que davam a publicar biografias para um departamento da história que era apenas uma variante da literatura, com a vantagem de que o personagem se beneficiava de uma curiosidade prévia do grande público. A exclusão da biografia era decretada em nome de um método que recusava um mercado condicionado às regras da sedução.

Ora, em menos de 20 anos, passamos da oficina do artesão ao empreendimento editorial sistemático, no qual a influência dos historiadores não parou de crescer.

Hoje, praticamente não há uma editora francesa que não tenha uma coleção de biografias, semelhante às galerias de retratos ou de bustos dos castelos da época do Renascimento. O princípio da encomenda em função dos cálculos de mercado chegou mesmo a substituir a preferência pessoal do autor. As traduções permitem multiplicar a oferta, estimular a demanda ou atender às suas exigências.⁸ E mais ainda: as biografias de um mesmo personagem podem entrar em concorrência e aparecer juntas na vitrine do livreiro, como os retratos de Jean Walter que podemos ver na Orangerie, pintados por Modigliani, Derain e Matisse. Assim, vimos duas biografias de Saint Louis serem publicadas com pouco tempo de intervalo,⁹ enquanto se anunciava uma terceira, de autoria de Jacques Le Goff. Este, atenuando as declarações incisivas feitas em 1973, anunciava seu projeto em 1981 dizendo: “Considera-se de modo geral que a história dita ‘nova’, e em particular a *École des Annales*, não estão especialmente interessadas na biografia. Isto é ignorar que Lucien Febvre escreveu um Luther, e que a grande tese de Fernand Braudel sobre Filipe II e o Mediterrâneo é também, à sua maneira, uma biografia.”¹⁰ Voltaremos a esta defesa. Contentemo-nos

agora em dizer que ela mantinha distinções entre as biografias ao vincular a biografia à História. A política editorial deixava bastante claro que neste caso não existia método canônico. Assim, um mesmo autor podia ser solicitado a fazer um novo exercício sobre um personagem de que já tratara, contanto que o retrato de corpo inteiro feito da primeira vez fosse colocado, para a nova apresentação, numa paisagem que mudasse a escala.¹¹ Alguns, em compensação — e o que era novo, historiadores ligados à Universidade —, tornaram-se os autores titulares de biografias nas editoras.¹² A um só tempo, a variedade de estilos, como na literatura ou na pintura, e a multiplicação das tomadas ou dos ângulos, como na fotografia, passaram a remeter tanto aos autores quanto aos biografados. Tornaram-se conhecidos o Louis XI de P. Murray Kendall,¹³ o Philippe le Bel de Jean Favier e De Gaulle de Jean Lacouture.¹⁴ Entre o autor e o biografado podia-se estabelecer uma espécie de troca de identidade, como a que ocorre algumas vezes entre uma obra e seu tradutor. Sergio Romano resumiu esta situação imaginando que, daqui a cem anos, um livro consagrado à história da Itália talvez apenas indique numa nota, a propósito da primeira metade do século XX: Mussolini (Benito): personagem de Renzo De Felice.¹⁵

Constatar a existência de uma produção copiosa, da qual participam cada vez mais os historiadores profissionais, e de um mercado que, ao que parece, a absorve sem dar sinais de saturação, nos leva a fazer duas perguntas: o que explica na França este “retorno” à biografia, desprezada desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e, tratar-se-á de um simples retorno? Poderíamos nos contentar em pensar que a biografia participa da circulação de um universo limitado de formas, de acordo com uma alternância regular do gosto. Mas isto não basta. Onde a segunda pergunta: o suposto retorno à biografia na França, para além das aparências do sucesso comercial que na realidade coloca o problema das relações de uma

sociedade com a História, não seria o sinal de uma mutação da historiografia, em função de uma evolução, da qual a biografia é o testemunho mudo e significativo, das relações entre a História e as outras ciências?

Heranças

A biografia e a História durante muito tempo mantiveram relações de alternativa e não de hierarquia ou de complementaridade. Bernard Guenée, ainda recentemente, o relembra.¹⁶ E o debate tem raízes numa divisão das tarefas atribuídas ao historiador e ao biógrafo que, fixada na historiografia grega, condicionou o gênero biográfico ao longo dos séculos. As análises de Arnaldo Momigliano são neste sentido exemplares.¹⁷ Lembrem que a separação entre biografia e História não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a História do lado dos acontecimentos coletivos e colocava a biografia à parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo cujo sentido era sugerido pelo autor. Na História, quer o procedimento do historiador fosse uma pesquisa apoiada na análise dos usos, na descrição das constituições e dos acontecimentos militares referentes a um passado próximo, como em Heródoto,¹⁸ quer se propusesse encenar a época contemporânea, como em Tucídides, mais com base nos testemunhos orais que nos documentos escritos, estava estipulado que o historiador sempre poderia se vangloriar de estar dizendo a verdade. Já a biografia, ligada na origem ao panegírico, ia de encontro a esta norma. Curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia. História e biografia divergiam aliás para os gregos em seu próprio modo de expressão: narrativo para a História destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia dedicada a celebrar ou a estudar a natureza do homem, tarefa que a História de bom grado lhe deixava.

Esta diálise inicial entre História e biografia pesou mais no *status* da biografia como gênero que na História como disciplina e como ciência.¹⁹ A relação entre o indivíduo e a História sempre suscitou a mesma suspeita que a relação entre os deuses e a História, que os historiadores gregos anteriores ao século IV não apreciavam muito. Era claro também que o *status* e o desenvolvimento da biografia estavam estreitamente ligados ao regime político em que trabalhava o historiador. E a confusão que ocorreu em Roma a partir de Augusto entre a pessoa do imperador e o Estado iria levar ao clímax a ambigüidade das relações entre biografia e História. A duração de um reinado tornou-se o quadro natural da história política. O fenômeno foi levado a amplificar-se nos tempos modernos com a afirmação das monarquias. A biografia de um rei, ou de um general, não se confunde com a história dos acontecimentos em que um e outro se envolveram. Mas é difícil manter-se a distinção. A arte de Suetônio, e seu sucesso, originaram-se do fato de que ele separou a biografia imperial da história imperial.²⁰ Ele afirmou claramente que escrevia biografias e não história. Subordinando a cronologia à análise sistemática dos temperamentos, pintor e não narrador, Suetônio estabeleceu progressivamente as características próprias da biografia: distinção entre a vida privada e a vida pública; entre o respeitável e o menos respeitável; identificação pelo jogo dos contrastes. A biografia à maneira de Suetônio, alimentada de tradição oral (lição de Tucídides), de documentos e de outras biografias, se colocou como um empreendimento de desmistificação. Ao culto imperial, ela respondeu com afirmações sobre o caráter dos governantes: “*A good emperor was to Suetonius just a good man, that is a victorious general, a competent administrator or a fair judge.*”²¹ A biografia à maneira de Suetônio é portanto o inverso do elogio, que fazia pesar sobre a biografia, na historiografia grega, um profundo desdém da parte dos his-

toriadores. Ela se distanciava também do modelo de Plutarco, que, inspirado ou não pela filosofia aristotélica, queria indicar como um homem de ação havia adquirido suas virtudes agindo de maneira sempre correta. As *Vidas paralelas* são um confronto de heróis no interior de duas civilizações idealizadas, a da Grécia e a de Roma. De um lado a vida, do outro as virtudes que consagram os grandes homens. O *distinguo*, que ainda perdura, data desses dois métodos. Mas as virtudes em Plutarco são estabelecidas segundo o desenrolar de uma cronologia da qual Suetônio fazia apenas um pano de fundo. Suetônio engendrou um modelo para a biografia, a exemplo do que fez Tucídides para a História: o esboço da personalidade. Mas seu método foi possibilitado por três elementos: seu *status* pessoal de secretário imperial, que o colocava ao alcance de informações de primeira mão; o exercício da memória oral conjugada à quase contemporaneidade dos biografados de que tratou; o sistema imperial que o dispensava de se interrogar sobre a causalidade e as mudanças — o que ele jamais faz — e lhe permitia pintar cada personagem independentemente da cronologia e sem ter de esclarecer a ideologia dominante pela biografia de personagens rivais ou subalternos.

Pela força das coisas, a biografia, prima do panegírico, dividida entre a história de vida, isto é, a análise das virtudes num modo cronológico, e o “perfil”, e destinada, num caso, a mostrar as relações entre as circunstâncias e a personalidade, e, no outro, a desenhar um temperamento dentro dos limites da personalidade mortal comum (em reação às diversas formas de mística imperial), seria impelida à exemplaridade com as vidas de santos. Não é necessário atribuir unicamente à preocupação de edificação do cristianismo o esquema destinado a se propagar ao longo dos séculos e a fazer escola na própria história profana da alma escolhida ou salva para a instrução do resto dos homens. Também aqui

Arnaldo Momigliano nos guia, lembrando que a noção de verdade foi perturbada desde o Baixo Império, pela adulação de que dá provas Luciano, pela garantia de ortodoxia solicitada por Sozômeno ao imperador Teodósio II, pela intrusão da adivinhação e da magia no sério Amiano Marcelino, pelo recurso à explicação miraculosa. A isto os cristãos responderam com o providencialismo.²² Assim surgiu a hagiografia, que não é simplesmente a versão cristã do panegírico, mas antes uma separação radical entre história profana e história sagrada, entre história política e história escatológica. A hagiografia, como mostraram K. Köll e Rirtgenstein, cujo modelo é a vida de Santo Antônio por Atanásio, foi uma destruição do ideal do filósofo pagão e a proposição de um tipo ideal acessível ao comum dos mortais pela piedade.²³ É uma contraproposta religiosa a um ideal filosófico. A partir daí, todos os outros tipos ideais, notadamente em virtude da função social — rei, general etc. —, tornaram-se tipos inferiores. E o próprio rei só tinha valor na medida em que era a expressão do ideal cristão. Este foi o sentido da tentativa feita por Eusébio de produzir uma *Vida de Constantino*, que foi um fracasso. O inspirador da história eclesiástica, isto é, de uma história à altura do novo tipo de instituição representado pela Igreja cristã, misturando a profusão documental com a pesquisa sobre o passado mais distante, não criou um modelo de biografia eclesiástica destinado a repercutir na posteridade. Como diz com humor Arnaldo Momigliano: “Podemos ser solidários com Eginhard, que decidiu voltar a Suetônio para escrever a vida de Carlos Magno.”²⁴

O *status* da biografia é portanto historiograficamente incerto. Diferente da História para os gregos da época clássica, que tinham seus vínculos com o panegírico e não a consideravam verificável, independentemente do fato de ser um gênero descritivo e não narrativo, subordinando a cronologia à análise de tipos ideais em Plutarco, ou dedicada à análise

das personalidades em Suetônio, sem examinar as circunstâncias nem escutar a causalidade, peça-mestra da escatologia entre os cristãos, que fizeram dela um instrumento edificante, a biografia acumula um conjunto de características que lhe valeram a qualificação de “gênero” no século XIX, como o mostrou Theodore Zeldin.²⁵ Napoleão III, em sua *Histoire de Jules César*, observara: “O historiador deve ser mais que um pintor, deve, como o geólogo que explica os fenômenos do globo, descobrir o segredo da transformação das sociedades.”²⁶ Era o saint-simoniano falando. Mas nem por isso ele estava menos persuadido de que os grandes homens tinham a proteção da Providência, e de que suas ações jamais podiam ser interpretadas a não ser em nome de princípios morais. A maioria das biografias escritas durante o Segundo Império pertencia ao domínio do elogio, que, como enfatizou Theodore Zeldin, não exclui a análise, mas deve ao mesmo tempo ao estilo acadêmico dos autores, ao espírito de notabilidade, ao princípio burguês da separação absoluta entre a vida pública e a vida privada (de maneira diferente de Suetônio), à ideologia imperial, à glória nacional e ao princípio de autoridade. Portanto, Plutarco contra Suetônio, embora a biografia polêmica fosse buscar neste a pintura das personalidades, mesmo tendo que reforçar o traço nos defeitos e nos vícios.²⁷ O elogio acadêmico tinha seu complemento na hagiografia na história eclesiástica e também política, confluindo a história sagrada e a história profana na celebração de figuras exemplares para uma história nacional ou uma história da Igreja feitas por crianças predestinadas à pátria ou ao serviço de Deus, modelos de virtudes reforçadas pelas provações. A cronologia, isto é, o tempo, permitia demonstrar o inelutável de uma carreira traçada como um destino. A infância, a educação, os costumes, o confronto com a sociedade da época ordenavam-se em torno dessa filosofia da personalidade. Os arquivos do herói serviam muitas vezes de base para a biografia, parti-

cularmente na história eclesiástica, onde, já que a família não interferia, era lícito a um secretário ou a um discípulo mais jovem executar um trabalho que podia chegar à erudição pela via indireta da contribuição de documentos inéditos.²⁸ E não se deve aliás negligenciar esse gênero de exercício que se aproximava do elogio acadêmico, constituindo, para além do método apologético, material para a história até hoje útil.

Leis e Formas da Híbridação

A biografia era portanto um gênero composto. As humanidades gregas e latinas haviam formado as mentalidades com modelos que o informavam em função da ideologia. E se a hagiografia em suas origens, como vimos, se propunha a destruição do ideal pagão do herói para oferecer um modelo acessível, a Igreja e a ideologia secular, através dos regimes sucessivos, confluam na defesa de uma universalidade que, para se opor, utilizava os mesmos métodos. A questão fundamental continuava sendo a do fato histórico, nos dois casos. Os românticos se interessavam pelos sentimentos. As biografias eclesiásticas mostravam sempre a piedade, raramente a espiritualidade, jamais os sentimentos. A escola positivista revestiu sua dignidade com o fato histórico que, para a Igreja, não tinha sentido em si. Mas o resultado era o mesmo. Base da história-batalha, o fato histórico adquiriu um ar de realidade histórica que só devia ao indivíduo o que cada um deve às circunstâncias. A evidência do fenômeno tornou-se racionalidade independentemente dos homens, e sobretudo do indivíduo levado por uma força que o superava. Era a História na pessoa contra o protagonista na História. Esse exagero fazia parte de uma descrição de consenso — termo médico²⁹ — que fazia de cada indivíduo a partícula ativa de um organismo superior aos seus desígnios supostos ou reais: a nação. E, como bem mostrou Alain Finkielkraut,³⁰ não se trata

simplesmente de uma concepção tributária da filosofia das Luzes e do *Contrato social*, base da igualdade fundada numa autonomia do indivíduo constitutiva da nação. A universalidade resulta da História, e não só da afirmação do direito natural. Lavisse (e Seignobos) dominaram esta concepção da História destinada a inspirar uma realidade política e social em formação — a França republicana — com uma *Histoire de France* que, no final das contas, devia muito a Plutarco. Os reinados governavam a cronologia a serviço da qual os reis punham talentos cuja virtude não era exatamente da ordem da moral, no sentido em que Plutarco a compreendia, mas tinha a ver com o sentido do Estado, ou seja, com a moral da História. A monarquia era a aurora da razão republicana. Cada época havia manifestado valores necessários. A França tinha precisado de todos os seus homens, e o gênio francês era uma universalização da História que implicava fases de crescimento para a expansão da alma nacional. Mesmo Michelet, que se interessou de perto pelos problemas da biografia, e que quis mostrar a influência das paixões e das mentalidades na história, concentrou-se mais, segundo a expressão de Theodore Zeldin, “em auscultar o interior da alma nacional do que em penetrar profundamente na [alma] do indivíduo”.³¹ A biografia não entrava num registro de unidade, a não ser para levar à abstração da personalidade.

Se a História se desdobrava em história nacional num estudo de sua gênese cuja medida de objetividade era o fato, a história eclesiástica pretendia mostrar que, na era da Salvação inaugurada pelo cristianismo, figuras modelos sempre haviam refletido a missão da Igreja nas diversas épocas segundo valores idênticos. A biografia eclesiástica apoiava-se de bom grado no fato constituído pelo documento para expor suas teses, com uma prudência diante das interpretações que criou, para um estudioso como Monsenhor Duchesne, as dificuldades que sabemos.³² Ao contrário de Joseph de Maistre,

a Igreja não pensava que “toda questão relativa à natureza do homem devia se resolver pela história”.³³ Onde a história positivista narrava em termos de progresso, a história eclesiástica postulava a expressão da verdade. E a estabelecia, à sua maneira, mais ainda que a história positivista, de acordo com a verdade documental determinada por suas próprias regras em matéria de erudição. De um lado ela acumulava, do outro justificava, e a biografia servia a esta última finalidade. O exercício era portanto difícil, já que pertencia ao domínio da ideologia. Ele deixou em conseqüência um campo imenso para a literatura. A distinção original entre a biografia histórica (consagrada a um protagonista da História) e a biografia literária (consagrada a um escritor) se acentuou. Não dependia mais apenas do biografado escolhido e da relação entre este e, de um lado, os atos, do outro, a ficção, mas do estilo que mascarava o método e os permitia todos. André Maurois lembrou, em *Aspects de la biographie*, publicado em 1928, que a biografia não era um exercício de fantasia, que ela implicava regras rigorosas, no caso uma cultura factual perfeita. O que Maurois defendia no fato histórico se devia à educação científica positivista que recebera. O debate sobre a quantidade e o tipo de fatos que convém reunir para uma biografia tinha raízes no século XIX, que se interrogara sobre se a vida privada merecia ser considerada sob um ângulo filosófico (Sainte-Beuve), ou se as doutrinas políticas não eram fruto, mais que da inteligência, de uma sensibilidade em virtude da qual precisávamos nos debruçar sobre os mistérios do coração e sua expressão no caráter e no comportamento (H. Taine).³⁴ Maurois considerava que existiam fatos mais importantes que outros, e mesmo determinantes. Ora, nesse domínio, tudo é uma questão de ponto de vista, e a hierarquia dos fatos depende da escolha do autor. Foi por isso que a biografia literária encontrou em geral sua unidade pelo estilo que consiste em harmonizar o essencial e o acessório segundo

um discurso em que os efeitos determinam a construção do sentido. O talento ou o gênio confrontados com a descrição dos defeitos ou dos vícios, ou simplesmente dos temperamentos, ordenam-se em função do detalhe por um jogo de reflexos que explica a singularidade. Entre a gélida biografia da Inglaterra vitoriana, cujos personagens não passavam de máscaras convenientes, e a biografia viva, cujo herói é identificado sob todos os seus aspectos, há espaço para o formigamento da anedota e da análise, diante do que a figura se dissolve no tapete, para retomar a fórmula cara a Henry James. É “a história de camisola de dormir”,³⁵ que põe no primeiro plano a intimidade da vida dos protagonistas da História, se aproxima do romance naturalista, mantém com a História o mesmo relacionamento que a *Madame Sans-Gêne* de Victorien Sardou com a *Histoire du Consulat et de l'Empire* de Louis Madelin, e provoca no leitor um prazer mais ou menos consciente de *voyeur*. Este tipo de biografia, que pode ter os encantos aparentes do fato trivial caro a Stendhal, que aliás Maurois não eliminava, tem a ver com a indiscrição do duque de Lauzun escondendo-se sob o leito de Luís XIV para se assegurar de que Mme de Montespan cumpriria junto a seu real amante a missão que lhe confiara. E procede de um ângulo de visão sobre a História que recorre à teleobjetiva: o detalhe explica o geral.

O detalhe, quer se refira à constituição física, aos hábitos, aos gostos etc., na realidade mantém na história a mesma relação que o cenário de teatro e a *mise-en-scène*. Antoine, em seu Théâtre Libre, achou que devia pôr feno no palco quando se representava *A gaivota*, de Tchecov. Ao passo que Jean-Louis Barrault, em *Cristóvão Colombo*, estendeu uma corda de um lado ao outro do palco para simbolizar o mar quando da primeira montagem da peça em 1953. O debate não tem saída: de um lado, o real é necessário para evocar o real; do outro, o símbolo fala mais que o real. Trata-se

também de uma questão de meios. No teatro, há as exigências cênicas; na biografia, as realidades documentais. Uma ilusão biográfica consiste em crer que todo detalhe é simbólico. O debate na realidade é sobre a ficção. Dizer que a biografia é um gênero, como estabeleceu o *Dictionnaire* de Littré em 1863,³⁶ equivale a afirmar que ela resulta de um processo criativo no sentido em que ele é compreendido na Literatura, isto é, de uma verdade da qual estilo é senhor ou, se se preferir, da qual a linguagem é a fiadora. Quer se alimente de mitos, notadamente no teatro, quer invente seus personagens ou os tome emprestados da História, no domínio romanesco, a Literatura responde sempre a uma interrogação sobre a identidade do homem através do tempo e à necessidade de não deixar perder nada de sua essência por trás da mobilidade das aparências. Por isso é que os sistemas totalitários que propõem ao homem a sociedade como único modo de pertencimento secretam uma literatura romanesca de protesto³⁷ e procuram orientá-la ou impedi-la.³⁸ Quando a Literatura se alimenta de mitos, o personagem torna-se questão. A rebelião, o assassinato, a fundação... transformam o sujeito em objeto. Pouco importa o que ele foi. Ele existe enquanto ainda pode responder aos problemas que lhe são apresentados. O protagonista torna-se então pretexto para uma escrita que é da ordem do manifesto. Por isso é que se pode montar Antígona com trajes modernos. Quando a Literatura recorre à História, esta pode desempenhar o papel de simples suporte, como a parede para o afresco, se se trata de um romance, como a tela para o retrato, se se trata de uma biografia. Mas a História também pode ser matéria para um jogo entre o real e o imaginário, no qual o problema da verdade é inocentado pelo imaginário, e este é representado graças à História. A parte da História pode ser maior ou menor. Não importa. O romance, fixado no século XIX como modo de expressão do imaginário, durante muito tempo apoiou-se na História atra-

vés da pintura social documentada (*A princesa de Clèves*), ou do documento como base (*Cartas de sóror Mariana Alcoforado*), quer para tornar a narrativa atraente porque verdadeira, quer para desculpar o autor por certas audácias. Referências históricas funcionando como cenário para as paixões ou arquivos privados em cofres lacrados serviram ora para justificar a ficção na qual uma sociedade nutrida de religião via um desafio condenável em relação à criação, ora para ludibriar os censores pelo valor educativo da intenção. Uma carta a partir da qual o historiador hoje realiza pesquisas garantia ao romancista uma realidade que o cerceava, sem que ele tivesse que dizer de onde ela lhe vinha ou por que a tomava necessariamente como base de sua história. Como se o documento, verdadeiro ou inventado, obrigasse à narração da intriga. *A fortiori*, a biografia baseada em arquivos justificava a narração, e a descrição e o imaginário organizavam a representação do personagem. Não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, o que equivale a dizer no estilo, e sim com base na parte de ficção que entra nas primeiras e deve ser proibida nas segundas por razões de método. A ficção provém do suplemento de explicação que o autor se julga no direito de dar quando a reunião dos documentos não basta para retratar o personagem. Pois toda biografia resulta da tentação criadora. O autor, por definição, instruído sobre a vida da pessoa, remonta o curso de um destino fingindo pela narração constatá-lo ao longo do tempo que passa. Defronta-se com uma lógica constituída que o leva naturalmente a imaginar a pessoa como permanentemente consciente do estado que lhe vale seu *status* biográfico. A psicologia, o jogo da intenção e da realidade tornam-se pois princípios de racionalidade, os quais não são demonstráveis. E o meio mais seguro de justificar esta ficção, quando se trata de um autor, consiste em se apoiar na realidade literária de

sua obra. Uma grande obra pode ser proposta como a chave do perfil: *René ou la vie de Chateaubriand*,³⁹ *Maupassant, le Bel-Ami*.⁴⁰ A ficção torna-se histórica. É a réplica de uma situação característica de certas biografias de intelectuais ou de escritores na época helenística ou romana que, por falta de informações, concluíam muitas vezes sobre a vida a partir da obra. Mas pode-se tomar um exemplo na biografia literária de um personagem histórico: a de Catarina de Médicis, por Jean Orieux;⁴¹ nesta biografia, a rainha perversa, mãe de três reis, é apresentada como a ilustração do pensamento político de Maquiavel, não perdendo jamais a oportunidade, e até mesmo favorecendo-a, de afirmar sua autoridade, e impondo-se contra toda expectativa, sem encanto e sem apoio quando chegou à Corte de França, como o personagem-chave da monarquia francesa depois da morte de Henrique II. Neste caso, não é mais um personagem que esclarece uma época ou um século, mas uma época e um século que servem para explorar um personagem, suas qualidades, defeitos e vícios, aos quais a época ou o século atribuem uma racionalidade preexistente. Voltamos ao romance histórico.

Neste jogo sobre a ficção, que dá uma grande vantagem ao autor, algumas biografias se propõem a representação do passado como no teatro ou na televisão. Elas tendem a satisfazer a necessidade de ler o passado como um presente fantasiado, e o presente como o último episódio de um folhetim representado desde a origem dos tempos por atores fazendo papéis comparáveis.⁴² O nô japonês oferece da mesma maneira personagens tipos cujas máscaras designam a função que vão exercer no roteiro. São o Conquistador (Alexandre; Gengis Khan; Napoleão; Hitler); o Déspota (Pedro o Grande; Napoleão; Hitler; Mussolini); o Viajante (Marco Polo; Cristóvão Colombo; La Perouse). É o personagem emblemático de um traço da condição humana: *Madame de Sévigné ou la chance d'être une femme*;⁴³ *Madame de Grignan*⁴⁴ e a série

“Terres des femmes”;⁴⁵ *Choderlos de Laclos ou l'obstination*⁴⁶ etc. A partir daí, a documentação serve ao ponto de vista, e a narrativa se dá o direito de não pretender senão a uma verdade psicológica. E a variedade dos temas-chaves justifica a multiplicação das biografias sobre um mesmo personagem.

Revolução Sociológica

Vemos o peso das críticas que podem ser feitas à biografia, e que são inerentes à história do gênero em suas relações com a História. O debate entre a biografia e a História só foi verdadeiramente colocado após a Primeira Guerra Mundial, embora dormisse sob as cinzas no século XIX. Em 1923, Jean de Pierrefeu, jornalista adido ao Quartel-General durante o primeiro conflito mundial, publicava uma obra polêmica que era parte da confusão dos espíritos suscitada por uma guerra assassina que fora um desafio à razão. Nela ele julgava o papel dos soldados e dos oficiais subalternos mais importante na guerra que o dos generais e dos estadistas aos quais se atribuíam os louros da vitória. Era a defesa do soldado desconhecido contra Joffre, Foch e Clemenceau, e a primeira iniciativa em favor dos “Inconnus de l'Histoire”.⁴⁷ A resposta veio, da pena de um general que mantinha o anonimato exigido por seu posto, na forma de uma obra intitulada *Plutarque n'a pas menti* que trazia a epígrafe “O reconhecimento aos grandes homens é a marca dos povos fortes”.⁴⁸ Tolstoi já havia desenvolvido uma tese análoga à de Jean de Pierrefeu em *Guerra e paz*.

O debate se intensificou sem polêmica pela própria evolução da historiografia francesa. Seis anos depois da defesa da biografia apresentada por André Maurois em nome de um método positivista que era envolto num estilo laudatório, os fundadores dos *Annales* denunciavam “o empirismo reivin-

dicado pelos historiadores, [apoiado] na verdade em escolhas que não são jamais explicitadas”.⁴⁹ À objetividade da narrativa postulada pela unidade em si do fato histórico, que o historiador punha em ordem cronológica, eles opunham a exigência de hipóteses que a determinação de regularidades e de sistemas de relações permitia verificar. Pretendiam substituir as limitações da cronologia linear pela cronologia como pano de fundo. O tempo devia servir “de laboratório para uma pesquisa que afirma[ria] de saída a necessidade da comparação”.⁵⁰ Estava claro que, constituindo a História como ciência social por abertura às outras ciências sociais, e no caso à sociologia de Durkheim, isto é, combinando o tempo cronológico da evolução e do progresso com a pesquisa, o fluido e o conceito, o método biográfico *à la* Plutarco pertencia ao domínio da História moral, e o método *à la* Suetônio ao do testemunho, e que todos os empreendimentos mistos, anteriormente descritos, ficavam de fora. Um ano antes da fundação dos *Annales*, Lucien Febvre publicara *Un destin. Martin Luther*. O livro, sem ser uma biografia comum, utilizava o procedimento biográfico e combinava a erudição e a história-problema para mostrar que, se os homens fazem a História, só o historiador sabe a História que eles fazem e que, conseqüentemente, é a deles. Tratava-se de uma reivindicação de tipo epistemológico. Quinze anos depois, Lucien Febvre estudava *Le problème de l'incroyance du XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Não Rabelais, o incrível, ou Rabelais ou a descrença, como se poderia vê-lo hoje. Mas um problema: a descrença, numa duração longa: o século, que ultrapassava o vivido do personagem; e específico: o confronto entre o humanismo e a Igreja, das esperanças do Tertium Regnum à Contra-Reforma instalada.

Fernand Braudel levou ao máximo a revisão crítica da biografia em função desses novos dados de método escrevendo *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque*

de Philippe II, história de uma civilização milenar e de uma monarquia, diálogo da cronologia com um espaço no qual a geografia refletia uma área cultural com uma memória estratificada. O método dos *Annales* e as críticas dirigidas à biografia por Jean de Pierrefeu em 1923 confluíram, sem impedir que um dos grandes monumentos de Paris continuasse sendo o Panteão: “Aos grandes homens, a pátria reconhecia”.⁵¹ Mas é verdade que, até a transferência das cinzas de Jean Moulin em 1964, o Panteão foi um local duplamente funerário, túmulo nacional e memória morta que a cerimônia de maio de 1981 reativou. E ainda mais: o cônego Aubert assinalava, numa comunicação diante da Academia Real da Bélgica sobre “O papel das personalidades e das forças profundas na História”, que a vida das províncias francesas no século de Luís XIV, tal como descrita por Pierre Goubert, explicava melhor a realidade francesa que as vidas de Luís XIV ou as sínteses, vistas da corte, do século de Luís XIV.⁵² Entre um rei e um povo, entre um homem e uma massa, era indiscutível que a História se afirmava melhor como ciência humana e social através de um povo e de uma massa. Forças profundas: aí estava a palavra-chave, que resumia a mudança de perspectiva da História, da qual Pierre Renouvin se tinha feito o arauto na história das relações internacionais contra a história estritamente diplomática (chancelarias e chávénas de chá), e que a sociologia histórica soletrava em termos contados: o homem é o produto de uma sociedade cujas condições de vida, cuja psicologia governada pela infra-estrutura (geográfica, econômica etc.) explicam melhor as mentalidades que a decisão alardeada ou o verbo veiculado pela tradição oral. Que Luís Napoleão Bonaparte tenha tomado a decisão de dar um golpe de Estado em 1º de dezembro de 1851 em memória de seu tio, que Lamartine tenha salvo a bandeira tricolor contra a bandeira vermelha no Hôtel de Ville de Paris por encanto, tem algo a ver com o fato de que a Europa, na

mesma época, passou por uma formidável explosão demográfica seguida pelos efeitos das importações do ouro proveniente da Califórnia e da Austrália, de que as pessoas sentiram necessidade de uma emancipação que favoreceu o aumento do poder de compra, e de que a autoridade continuava sendo na França o melhor meio de usufruir disso? Sem dúvida, pode-se falar da interação entre o movimento das forças profundas e os personagens históricos que sabem exprimir, em termos de conduta, curta ou longa, as aspirações de um povo, de uma nação, e se impõem como protagonistas. Entra-se então na biografia não mais dos tipos ideais, mas dos superdotados de uma época, que se apoderam do eventual para transformá-lo em real, e que obrigam a considerar a História em termos seja providencialistas seja deterministas. Era preciso Napoleão Bonaparte após a Revolução, Bismarck para a Unidade alemã, cuja realização retardada teria mudado a face do mundo, Otávio para a Roma dividida etc.⁵³ Talvez. Mas a questão, que não é simples, concerne às relações entre o indivíduo e a História, e tudo depende se raciocinamos em termos de condições de aparecimento do protagonista ou de efeitos de sua ação sobre uma realidade social.

Num artigo publicado em 1976, Joseph Konwitz destacava por seu lado dois fatos relacionados à historiografia francesa: que o brilho da Escola histórica francesa nos últimos 50 anos se devia a um determinado número de produções que não eram precisamente do domínio da biografia; que esta mereceria ser reabilitada na história política, mas que a dificuldade maior resultava do fato de que ela não entrava no gênio francês.⁵⁴ É provável que a exclusão da biografia pronunciada pela *École des Annales* e a chamada à cena do papel das forças profundas na História tenham se encontrado num terreno idêntico: o de uma democracia política que buscava um modo social igualitário, já que o pesado tributo pago à Primeira Guerra Mundial, o peso das ideologias, sobretudo no

período entre as duas guerras, opunham a exaltação extrema do chefe à universalidade de uma classe e conduziam à prudência radical etc. Estes também eram elementos que se opunham à sutil hierarquia social da monarquia parlamentar à inglesa ou à fluidez da democracia americana, ao desdém das ideologias nos países anglo-saxões formados dentro de um pragmatismo acentuado pelos ideais tipos (Max Weber), à convicção de que o Estado é feito para o indivíduo, e não de que o Estado faz o indivíduo. A biografia à inglesa, que teve uma evolução complicada, da pintura da personalidade à análise dos valores na História,⁵⁵ se assemelha às regras de boa vizinhança. O detalhe resulta dos modos da conversação (*small talks*) destinados a abrandar e criar ligação, se for o caso; o talento deve saber ocultar-se atrás do acaso para ser “sociável”, isto é, suportável, forma de humor em que cada um se dá conta de sua natureza numa sociedade onde “*the right man must be in the right place*”. Disraeli: judeu, dândi, conservador por provocação em relação à tradição a ser revivificada, inclassificável e por conseguinte protagonista porque sistematicamente inclassificável, mais lorde que os lordes. Poderíamos multiplicar os exemplos sobre o tema: dize-nos quem és para seres também inglês. É o inverso da posição francesa tal como ela se estabeleceu a partir dos anos 1860: eis em que és francês. A Inglaterra é uma nação que interroga seus cidadãos. A França é uma nação que, desde 1789, define o registro de sua unidade.

Revolução na Revolução: Retorno à Biografia

Apesar de tudo, coloca-se um fato: oito anos depois do artigo de Joseph Konwitz, a *Encyclopaedia Universalis* fazia em seu suplemento, sob a rubrica “A biografia hoje”, um inventário segundo o qual, na expressão de seu autor, em alguns anos havia-se operado a “recuperação” da biografia.⁵⁶

Foi aliás no início dos anos 80 que vimos os ensaios sobre o gênero biográfico na história florescerem,⁵⁷ os dicionários consagrarem-lhe um verbete,⁵⁸ e organizarem-se seminários sobre o tema.⁵⁹ O fenômeno ultrapassava, de resto, as fronteiras da França, e a importância atribuída à biografia demonstrava que seu *status* continuava impreciso e sua inserção na historiografia era discutível.⁶⁰ Resta pois responder a duas perguntas fundamentais: a que se deve a renovação da biografia histórica na França? Qual é seu *status* atual na historiografia francesa?

As explicações são múltiplas. Em primeiro lugar, a crise do marxismo, que foi denunciada pelos novos filósofos após 1968⁶¹ e que desembocou, através do lento processo do stalinismo, no processo interior instruído por Soljenitsin com *O arquipélago do Gulag*. A repercussão política deste último foi maior na França que nos outros países da Europa, tendo em vista o papel desempenhado pelo PCF na vida política e o prestígio do marxismo enquanto messianismo prático junto a uma parte da *intelligentzia*, de Gide a Régis Debray.⁶² Em segundo lugar, a libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a história factual. Os ciclos da produção de cereais, os movimentos demográficos, a idade do casamento, a taxa de fecundidade etc. haviam feito romper com o caráter mágico das datas, sem poder explicar por que a febre de maio-julho de 1789 engendrara uma revolução ou por que o gênio estratégico de Napoleão I, em seu apogeu em 1815, culminara numa derrota que geraria a Restauração. Onde o retorno à história política, não em termos de arrependimento, mas em termos de necessidade. Lawrence Stone, em 1980, decididamente ano-chave na reflexão sobre a biografia, denunciava a exclusão decretada pela história quantitativa e serial contra a história factual, reproduzindo uma frase de Emmanuel Le Roy Ladurie em *Le territoire de l'historien*, publicado em 1973: “A história contemporânea

que se quer quantificada, maciça, estrutural, foi obrigada, antes do julgamento, a matar para viver. Condenou a história factual e a biografia atomística.”⁶³ E ele relembra as virtudes da narrativa inseparável da história factual. Mas a narrativa é uma pertinência da forma que pode envolver a impertinência do método. É a censura dirigida, como vimos, à biografia geralmente dita “literária”. A questão fundamental dizia respeito ao fato, pai da história-batalha e primo rico do fato histórico. Fazendo explodir o invólucro factual, isto é, o invólucro temporal como princípio de inteligibilidade, a História transformada em ciência social romperá com a lógica da narrativa, que é um encadeamento ininterrupto entre o antes e o depois. François Furet recordou pois, em 1981, que “a História tem um sentido por assim dizer prévio ao conjunto dos fenômenos que ela envolve”,⁶⁴ já que opera sobre a trama do tempo, no interior do qual lhe compete dar aos fatos cuja evolução é conhecida antecipadamente sua significação. Isto era romper com a idéia de que a História enquanto ciência social tinha como missão régia servir, por sua dimensão temporal, à experimentação dos dados estabelecidos pelas outras ciências sociais (sociologia, no início, depois antropologia, economia, demografia). “Importa pouco”, escrevia ele, “que os acontecimentos sejam únicos, não comparáveis, e mesmo pouco homogêneos entre si: eles recebem seu sentido do exterior.”⁶⁵ Indicadores de uma evolução, os acontecimentos deviam ser escolhidos em função de sua capacidade de encarnar a mudança e suas etapas. A história política retomava portanto todo o seu sentido, e tornava-se mesmo o modelo dessa epistemologia definida em relação àquela própria da história quantitativa e serial, na medida que os Estados-nação eram os agentes da evolução, e a política, “o repertório privilegiado da mudança”.⁶⁶ Ela, de resto, jamais fora destruída pela constituição progressiva da História em ciência social. Sua reabilitação decorria de um debate no in-

terior de uma escola histórica — a dos *Annales* — e era mais um processo de tipo ecumênico, no qual a Nova História dava grandes passos na direção dos historiadores do político, muitos dos quais, atentos à sua época, haviam absorvido sem estardalhaço métodos da história social (sociologia eleitoral, demografia, relações entre economia e política) ou das ciências da linguagem. Muito se teria a dizer sobre a evolução da história política na França desde 1945, e não é este o nosso objetivo. Forçoso é salientar, contudo, que o retorno à história factual, responsável pelo reerguimento da história política, se produziu num momento em que a regularidade do funcionamento das instituições de que a França estava dotada desde 1958 modificara a paisagem política, e em que a simplificação dos partidos políticos em quatro famílias desde 1978 (PC, PS, UDF, RPR) corria paralela à constatação do aumento de um consenso nacional sobre valores fundamentais. *Les lieux de mémoire*, publicado em 1985 e 1987,⁶⁷ registrou esta evolução e a sistematizou de um volume para outro, postulando o fim de um longo período de antagonismos entre ideologias que dilaceravam o Estado e a nação, e propondo a análise do patrimônio como leitura dos sentidos de uma história comum. E o debate sobre a Revolução Francesa, relançado por ocasião do Bicentenário (1789: ruptura e continuidade; lógica e necessidade do Terror etc.), procedeu de uma constatação próxima.⁶⁸ A saber, que o essencial da herança de 1789 era objeto de um verdadeiro consenso na classe política, e que “a vontade de inaugurar uma era nova (o Ano I da liberdade) não significava vontade de fazer tábua rasa”.⁶⁹ Precisamente: a história política, “por excelência domínio do aleatório”, como salientava François Furet,⁷⁰ podia ter como função principal, na história contemporânea francesa, narrar a liberdade dos homens. Esta não era a única função da história política, que também podia narrar a liberdade dos Estados, como o fez Leopold Ranke para a Prússia através

da *Historische Politische Zeitschrift* de 1832 a 1836. Mas associando a história política à descrição das liberdades, a historiografia francesa devolvia-lhe as cartas de nobreza que a história positivista ou “historicista” lhe havia roubado propondo um remodelamento com base nas ciências sociais, e sugerindo que se preferisse a análise das forças profundas, dos comportamentos coletivos e das realidades econômicas e sociais à das vontades individuais, das instituições e do *decision-making process* caro à ciência política americana. Neste raciocínio, mesmo que os advogados metodólogos da história política não cheguem a esse ponto, a biografia reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios. Voltaremos a este ponto. Mas um excelente exemplo é dado pelo *Fouquet* de Daniel Dessert.⁷¹

Esta evolução da historiografia francesa não basta para explicar e seu *boom*. O desenvolvimento do diário e da autobiografia, anterior, aliás, à reflexão historiográfica dos anos 80, também contribuiu para isso. O diário, que é um documento unilateral, se beneficiou na História, como fonte, de uma espécie de autoridade emanada do próprio mistério de sua existência (propagada por alguns, contanto que não aparecesse jamais após sua morte; escondida por outros), do segredo que faz sua força, das revelações que ele pode fazer. Mas é igualmente suspeito por seu caráter introspectivo (Amiel, Gide) que lhe confere ambigüidades pirandelianas. É claro que se pode contornar sua ausência pela decifração da periferia constituída por outras fontes, do mesmo modo como o cônego Aubert redigiu seu estudo sobre a Igreja na época de Pio IX sem ter acesso aos Arquivos do Vaticano. Mas tudo depende

da maneira de lê-lo. A publicação do *Journal de Vincent Auriol* por Pierre Nora e Jacques Ozouf⁷² constituiu uma etapa metodológica importante, apresentando ao mesmo tempo uma edição crítica que valia por uma História da Quarta República vista do Elysée, e uma análise do papel do presidente da República que punha em relevo a influência fundamental exercida por um homem de quem se pensava ser mais um figurante que um protagonista. Quanto à autobiografia, que se aproxima das memórias, tem como característica de escrita “a identidade do autor, do narrador e do personagem”.⁷³ É isto que a diferencia da biografia, na qual o personagem é exterior ao narrador que é também o autor. A parte da história é, por outro lado, mais pessoal que nas memórias, na medida em que seu propósito é analisar a gênese e o desenvolvimento da personalidade. Mas das *Antimémoires* de Malraux, a *Paris-Montpellier*,⁷⁴ passando pelas *Mémoires intérieures* e *Mémoires improvisés*, de Paul Claudel com Jean Amrouche,⁷⁵ para terminar em Alain Besançon,⁷⁶ um fio vermelho foi traçado: o do indivíduo na história. A autobiografia, por sua própria natureza, supõe uma cultura que faz parte da expressão do “Eu”. Aparenta-se, em consequência disso, à biografia dos protagonistas: a biografia do eu é a prima-irmã da biografia do Rei. Mas a história social, por mais impregnada que estivesse do coletivo, lhe deu, a partir de meados dos anos 70, uma dimensão nova, buscando-a como rastro expressivo dos meios sociais silenciosos no indivíduo, “para devolver a palavra àqueles que foram privados dela” quando o “Eu” tinha chance de não ser mais ninguém.⁷⁷ Companheiros de ofício, artesãos, pastores, operários surgiam assim, por trás do pertencimento a grupos que formavam uma classe, numa dimensão singular que reforçava, especificando-a, a análise da História. Melhor que um modelo teórico, a autobiografia como testemunho dessa espécie podia efetivamente revelar as realidades sócioeconômicas de uma época, contribuir para apurar a descrição das catego-

rias profissionais, informar sobre a vida quotidiana e os costumes.⁷⁸ Ela ia ao encontro também da idéia expressa por Bernard Muldworf de que a história do auxiliar de cabeleireiro tem a mesma dignidade, logo o mesmo interesse, que a de Napoleão Bonaparte.⁷⁹ Não se poderia atribuir a renovação da biografia ao florescimento das publicações de diários e autobiografias. Mas ele indicava um clima: o gosto de fornecer documentos, em torno dos quais se definiu progressivamente o projeto atribuído à história política pelos historiadores das mentalidades ou da história social e a defesa da erudição; a atração do público pela intimidade dos personagens, oferecida sem intermediário — a introdução, o texto e as notas compunham um meio de tornar a coisa compatível com a ciência — e sem incomodar o leitor com uma seleção entre a verdade e a subjetividade. Foi com base nesse apetite que Françoise Chandernagor pôde construir *L'allée du roi*, misturando sutilmente memórias da época e ficção para escrever um romance histórico em forma de memórias-diário.⁸⁰ Mas a conjugação da reflexão historiográfica e do gosto do público pela biografia se operou em virtude de um fator mais determinante: a renovação do individualismo.

Meu Dessemelhante, Meu Irmão

Esta constatação foi objeto de múltiplas análises de sociólogos, juristas, filósofos e cientistas políticos.⁸¹ Quer seja sociológico, jurídico, ético ou metodológico, o individualismo remete sempre a dois dados: o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação dos valores. Resulta daí que, se o valor se liga ao todo (e a questão da ideologia retorna à consideração), ele é prescrito, e a capacidade de escolha do indivíduo é restrita; se se liga ao indivíduo, ele é espontâneo e separado da idéia que faz a união do todo (holismo). O individualismo

metodológico, exemplificado pelos trabalhos de Louis Dumont,⁸² explica os fenômenos coletivos a partir dos comportamentos e das estratégias individuais. Distingue-se dos outros individualismos (sociológico, econômico, jurídico, filosófico, político) pelo fato de que não é “um empreendimento de legitimação de instituições ou de valores”,⁸³ mas leva estes em consideração em nome de seu método para explicar as escolhas realizadas pelo indivíduo, partindo do princípio de que uma sociedade não é um sistema, e de que os fenômenos sociais são o resultado de um aglomerado de comportamentos. Resumindo, se os indivíduos são modelados pelas sociedades, eles manifestam preferências que devem ser explicadas. O individualismo metodológico, enquanto desafio ao marxismo, ou seja, ao coletivismo metodológico, modificou a análise das ideologias, das forças produtivas, das classes, e tentou reduzir a concepção “hipersocializada” do homem. Não se discutirá aqui a legitimidade do método que foi sobretudo usado em economia, sociologia, direito, e cuja influência sobre trabalhos de história política ou religiosa ainda é desprezível. Mas ela faz parte da atmosfera do momento. Estabelece um processo de análise das sociedades que se aproxima, num modo filosófico, do romanesco dos anos 20. Como destacou Michel Zeraffa em *La révolution romanesque*,⁸⁴ a nova interpretação da pessoa, isto é, a “dominante subjetiva”, não correspondeu apenas ao refinamento da análise psicológica, à denúncia da máscara das convenções burguesas e à desumanização do mundo, mas à afirmação da autonomia do indivíduo na sociedade.⁸⁵ Da revolução romanesca dos anos 20 ao individualismo metodológico dos anos 70, manifesta-se uma mesma tendência: a expressão ou a busca de modos de distinção do indivíduo na sociedade, num clima comum: contra a sociedade nos anos 20, no interior da sociedade nos anos 80. Mas onde o romance em Proust e Joyce operava pelo associativo e o relativismo, o individua-

lismo metodológico propõe uma via a meio caminho entre o discursivo e o associativo, a análise objetiva e a análise da fluidez, a continuidade e a ruptura. Nesse ponto seu método e o da história factual se encontram. E a biografia, condicionada pelo aparecimento da pessoa no campo social e seu desaparecimento, pode ser o modelo tipo desse procedimento complexo. É preciso, naturalmente, situar o individualismo metodológico diante da psico-história, isto é, das relações entre psicologia, psicanálise e história. Gustave Le Bon havia salientado desde o início do século a importância das multidões nos acontecimentos nas sociedades modernas: elas influíam nestas últimas pelo voto ou pela revolta, mas, como aglomerados de indivíduos pulverizados, podiam se deixar levar pelo prestígio de condutores cujo aparecimento o autor denunciava.⁸⁶ E ele via no condutor (Robespierre, Hitler) um desviante cujo sucesso tem a força de uma idéia fixa. Com isso, acentuava a irracionalidade na história. Saul Friedländer retomou a questão para mostrar que a psicanálise pode servir para identificar o desvio ou a loucura, mas que seu emprego não dá todas as chaves da inteligibilidade. Não se pode explicar a loucura assassina de Hitler só pelo anti-semitismo. É preciso relacioná-la com as forças profundas no contexto histórico e procurar desvendar como um indivíduo pode criar símbolos que constituem a alquimia política de pulsões confusas nas massas. O nazismo não se explica sem Hitler, o fascismo sem Mussolini, assim como o gaulismo não se explica sem de Gaulle. O jogo entre a personalidade, o desígnio, os êxitos individuais e a sociedade faz-se entre o símbolo, que conduz a uma leitura coletiva, e a norma, que emana da ética, entre o prescrito e a aceitação livre. Voltamos ao individualismo metodológico. Mas, na conjunção do retorno à biografia e de seu sucesso editorial, não se pode menosprezar as descobertas recentes da genética.

O debate, que foi reaberto ao final dos anos 70, refere-se ao inato e ao adquirido. A França foi durante muito tempo, depois da União Soviética, a pátria do llyssenkismo, que acreditava poder demonstrar a hereditariedade das características adquiridas. E a criação de uma cátedra de ensino da evolução em 1888, na Sorbonne, aprovada por pequena margem de votos pelo Conselho de Paris, não impediu a resistência às descobertas genéticas do início do século, que estabeleciam a invariabilidade do patrimônio genético. A primeira cátedra de genética na França, cujo titular era Boris Ephrussi, foi criada em 1945. As leis de Mendel sobre a disjunção e a independência das características hereditárias no reino vegetal (1866) haviam sido aplicadas por Cuénot ao reino animal nos anos 1900.⁸⁷ Implantada de uma forma oculta, a instalação da genética na Universidade fez-se essencialmente com o apoio de físicos e de matemáticos, e não graças aos biólogos. Mas, no início dos anos 50, Jacques Monod e François Jacob, por seus trabalhos sobre a evolução, foram levados a retomar sobretudo as teses de Darwin sobre a seleção natural por mutações genéticas aleatórias, que atribuíam ao acaso a responsabilidade pela triagem.⁸⁸ Os biólogos franceses haviam continuado presos às idéias de Lamarck, redescobertas 50 anos após sua morte, valorizando a ação direta do meio, que se supunha capaz de modelar o indivíduo e a consciência. O transformismo à francesa não admitia o papel do acaso na evolução, e ia ao encontro dos princípios da escola positivista defendendo um determinismo do progresso. Esta teoria da seleção pela adaptação ao meio foi recolocada em questão em meados dos anos 70 pelos trabalhos de Jacques Monod⁸⁹ e pelos de Albert Jacquard sobre a genética das populações.⁹⁰ Este tirava das mutações genéticas aleatórias sua finalidade seletiva e intensificava o papel do acaso, em proveito de uma teoria das mutações neutras, nas quais a seleção é inoperante.⁹¹ Estas introduzem nos genes

transmitidos pelos pais de uma espécie uma grande diversidade e excluem a quase-identidade dos membros de uma mesma espécie. Resulta daí que “não apenas cada homem vivo é diferente de todos os homens vivos, mas que cada homem vivo é diferente de todos os homens do passado e de todos os homens do futuro”.⁹² E a espécie, o povo, não são definidos pela soma dos indivíduos, mas pelo conjunto dos genes, dos fatores hereditários que a coletividade possui e que são distribuídos ao acaso entre os indivíduos pelas inúmeras combinações da sexualidade, cuja função é produzir o dessemelhante em relação a um patrimônio invariável. A história de uma população não é portanto apenas a dos destinos individuais somados, mas também a da combinação de seu patrimônio genético com outros. A vitória de um povo sobre outro é menos importante que uma mistura por casamento entre dois povos. A história da vida aparece como de uma complexidade crescente da qual a teoria darwiniana da evolução segundo uma competição genética não dava conta, e como “uma marcha inexorável rumo à liberdade”.⁹³

O polimorfismo do homem é hoje fato aceito, e as repercussões dessa teoria no grande público não pararam de propagar-se.⁹⁴ É o triunfo da escola liberal sobre a escola determinista — da escola que postula que a diversidade genética, principal motor da genética, remete às qualidades físicas ou morais dos indivíduos e reflete a identidade, e, estabelecendo a diferença, faz o elogio da igualdade na medida em que é exatamente porque os seres humanos não são idênticos que a igualdade foi inventada. Se todos os seres humanos fossem semelhantes, a noção de igualdade perderia parte de seu sentido ou suscitaria, por reação, sistemas políticos monstruosos.⁹⁵

O abalo da teoria da hereditariedade dos caracteres adquiridos e as críticas dirigidas ao darwinismo como sistema

recolocaram em questão as relações entre o indivíduo e a sociedade. Daí o antagonismo entre a escola liberal, que se nega a associar sua concepção da diferença com a moral e a política, e a sociobiologia, herdeira do darwinismo e tributária também das leis de Mendel, segundo a qual o meio em que os indivíduos nascem e são educados tem pouca influência em comparação com a lógica genética que determina as clivagens sociais, os valores morais e éticos e os sistemas políticos.⁹⁶ “Os filhos de pobres são geneticamente predispostos à debilidade”, podia-se ler no órgão departamental do RPR do Loir-et-Cher em 1984.⁹⁷ Hereditariedade, nível de inteligência, eugenismo, racismo, fundamentos da cooperação internacional, ordem mundial, tornaram-se temas de uma polêmica apaixonada. Mas ficou claro daí em diante que, se o estudo do homem era um conjunto do qual nenhum conhecimento fragmentário, com um coeficiente particular, podia dar conta, e que se “ele não [podia] se reduzir à biologia, também não [podia] passar sem ela, tanto quanto a biologia [não podia passar sem] a física”.⁹⁸

Os trabalhos da genética desenvolveram-se num clima de uniformização das sociedades industrializadas e, na França, numa sociedade dentro da qual crescia o consenso já assinado, caminhando paralelamente a uma política contratual, sobretudo depois de 1969, que mantinha o poder de compra apesar da crise econômica e da inflação. A padronização dos modos de vida, independentemente das distâncias entre as rendas, maiores na França que em muitos países, atingia seriamente o obreirismo, sobre o qual se apoiava o combate ideológico do PC. A civilização industrial não tocava os sinos fúnebres do capitalismo, e o transformismo social que ela engendrava traria o revisionismo econômico a que assistimos hoje por parte mesmo de historiadores que outrora eram explicitamente referenciados à análise marxista.⁹⁹ Paralelamente, a história enquanto ciência social cercava “as dispari-

dades irreduzíveis”,¹⁰⁰ levando sua investigação a domínios permanentes como a família, o corpo, a sexualidade, a alimentação, o traje, a morte, segundo métodos e finalidades diversas: descontinuidade ou continuidade; especificidade cultural ou mestiçagem. O que Alain Finkielkraut chama de “desorientação da História”¹⁰¹ era antes uma reorientação que, não perdendo nada do método em nome do qual a história se constituía em ciência social, recuperava mais ou menos, a exemplo da reabilitação da história política, a cronologia, sem fazer dela o instrumento de medida do progresso. Passava-se da etnologia de Lévi-Strauss, que definia modos de cultura da estrutura interna, a uma etnologia das formas da vida coletiva sem hierarquia e fluidas entre si.

É neste clima que o sucesso da biografia, independentemente das diversas expressões do “gênero”, assume todo seu sentido. Ele encontrou uma busca coletiva do eu que, confiante em sua identidade singular, procurava as características de sua distinção, apaixonando-se pelo outro. “Quanto mais me diferencio de ti, mais te engrandeço”, dizia Saint-Exupéry. Quanto mais te diferencias de mim, mais eu me sinto existir: este seria hoje o aforismo do indivíduo curioso pelos outros. De um programa de rádio como “Perguntas a domicílio” aos trabalhos de Claude Morali¹⁰² e de Philippe Lejeune,¹⁰³ passando pelos de Edgar Morin,¹⁰⁴ sem esquecer Emmanuel Levinas, a linha é a mesma: a de uma “egologia”.¹⁰⁵ E é significativo que tenha sido fundada uma editora atribuindo-se como vocação organizar e produzir memórias de qualquer um para uso pessoal.¹⁰⁶ Segundo a fórmula de Andy Warhol: “No mundo futuro, todo mundo será célebre ao menos por cinco minutos.”

Será por isso que o registro da biografia está mudando? Devemos ser prudentes. O sucesso que ela encontra no contexto de que falamos mistura os métodos durante muito tempo criticados e os novos. E forçosamente: satisfazer à exigência

do público implica encontrar os autores. Existem valores seguros, e a “bela narrativa”, quaisquer que sejam as insuficiências científicas que ela encubra quando busca o romanesco, tem virtudes comerciais que não passarão. Emmanuel Le Roy Ladurie lembrava aliás oportunamente aos historiadores, em 1978, que a “história responde a uma necessidade tanto individual quanto coletiva de reflexão; a uma curiosidade; a um desejo; à procura de um prazer de ler e às vezes de um prazer de escrever”.¹⁰⁷ Mas seria interessante estudar como se ordenam, no interior de uma editora, as relações entre os escritores de biografias literárias e de biografias históricas, a que critérios obedece a escolha destes últimos em relação a uma política, por que algumas editoras não têm departamento “biográfico”, e a ligação, quando ela existe, entre a biografia e os outros departamentos das ciências humanas, sociais, ou da linguagem. Existe por exemplo indiscutivelmente um “complexo” científico na editora Fayard, do qual a biografia constitui um dos elementos. Da mesma maneira, valeria a pena estudar os tipos biográficos adotados e as razões de certas concorrências em torno de certos personagens.

As Biografias

A biografia hoje é um modo de escrita da história fortemente hierarquizado. Ela pode ser probatória. Trata-se essencialmente, neste caso, de biografias de contemporâneos vivos. Num período opaco da história, isto é, sobre o qual o conhecimento histórico depende da observação e de uma cronologia recente ou aberta, ela consiste em ordenar, em função de uma vivência, documentos (que podem provir do testemunho) para uma história a ser feita. Assim compreendida, a biografia não escapa aos julgamentos que faz seu autor, os quais participam de uma construção resultante seja da hipótese, seja da afirmação, e serão ou confirmados ou fabricados, correndo o risco

do erro como um apelo à verdade. Jean Lacouture deu o exemplo dessa probidade intelectual, escrevendo duas versões da biografia de Nasser.¹⁰⁸ A biografia pode não passar, mais humildemente, de um teste. Num período transparente para a história, se houver algum, ela consiste em realizar uma verificação do conhecimento histórico já elaborado, servindo de instrumento de medida *sui generis* com suas fontes parcelares, necessariamente parciais e de uma inteligibilidade subjetiva. Existe o risco de que esse tipo de biografia não contribua mais para a compreensão da época que as peças monocromáticas de um quebra-cabeças que representam o céu ou o mar. É uma questão de método. Esse tipo de biografia pode também revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico. Trata-se então de uma questão de fonte. Mas esse tipo de biografia também pode trazer reificações em relação a alguns mitos que envolvem uma pessoa. Quem não publicaria uma biografia de Basil Zaharoff feita a partir de seus arquivos (que existem)? Se é verdade, no fundo, que não existe protestantismo sem Lutero, nazismo sem Hitler e fascismo sem Mussolini, o protestantismo, o nazismo e o fascismo geraram protestantes, nazistas e fascistas. Trata-se portanto de um conjunto de pessoas que aderiram individualmente, com antecedentes e suas próprias experiências, a um fenômeno unitário. A biografia de Mussolini por Renzo De Felice é um laço unitário dos fascistas e dos antifascistas. Ela não exclui biografias-teste, como confessa o próprio autor. Entendida nesse sentido, a biografia pode ser um empreendimento de homologação seja do conhecimento adquirido, seja das idéias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a coletividade.¹⁰⁹ Ela também pode participar de uma história da diferença: avançando do um ao múltiplo como mostram o

Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français e o *Dictionnaire du mouvement ouvrier international*, publicado sob a direção de Jean Maitron,¹¹⁰ através do indivíduo, como fez recentemente Daniel Dessert com sua biografia de Fouquet, que é uma confrontação entre um grande financista e Luís XIV, não apenas através do século XVII, mas através do mundo dos financistas, do fenômeno da corte e da afirmação do absolutismo. Mas a exemplaridade de Fouquet mostrada pelo autor resulta de seu conhecimento do mundo dos financistas e ministros da Fazenda no século XVII.¹¹¹ Seu percurso vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade.

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana, como o mostrou Saul Friedländer.¹¹² Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, devem-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer dela.¹¹³

A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes.¹¹⁴

Notas

1. Jean-Baptiste Duroselle, “Les thèses d’histoire contemporaine. Aires cultivées et zones en friche”, *Revue d’Histoire Moderne et contemporaine*, XIX, janeiro-março de 1967, p. 75.
2. Victor-Lucien Tapié, *La France de Louis XIII et de Richelieu*, Paris, Flammarion, 1967.
3. Jean-Baptiste Duroselle, loc. cit.
4. Apreciação feita por Jean-Marie Mayeur, *Revue Historique*, julho-setembro de 1967, p. 257.
5. Pierre Guiral, *Prévost-Paradol (1829-1870). Pensée et action d’un libéral sous le Second empire*, Paris, PUF, 1955.
6. Jean-Marie Mayeur, *Un prêtre démocrate: l’abbé Lemire*, Paris, Casterman, 1968.
7. Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1974, t. 1, p. 23.
8. É o caso da publicação da biografia de Bismarck, por Lothar Gall (*Bismarck, le révolutionnaire blanc*, Propylaën Verlag, 1980; Paris, Fayard, 1984), coincidindo com a edição das *Mémoires* de Bismarck por Joseph Rovon (Paris, Calmann-Lévy, 1984), ou da biografia de Elizabeth I, por Carolly Erickson (*Élizabeth Première*, New York, Summit Book, Simon & Schuster, 1983; Paris, Éd. du Seuil, 1985).
9. Jean Richard, *Saint Louis*, Paris, Fayard, 1983, e Gérard Sivéry, *Saint Louis et son temps*, Paris, Tallandier, 1983.
10. “Saint Louis a-t-il existé?”. *L’Histoire*, nº 40, dezembro de 1981. A tese de Fernand Braudel publicada pela editora Armand Colin em 1949 (2ª ed. revista e corrigida em 1966) intitula-se *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*.
11. Entre outros exemplos, Michel Carmona, *Richelieu*, Paris, Fayard, 1983, e *Richelieu et son temps*, Paris, Fayard, 1984.
12. Por exemplo, na Fayard, Michel Carmona, ex-aluno da École Normale Supérieure, professor titular de história, já citado a propósito de *Richelieu* e autor de *Marie de Médicis* (1981); Pierre Chevallier, ex-

professor em Paris-XII-Créteil: *Louis XIII* (1979), *Henri III* (1985); Ivan Cloulas, ex-aluno da École des Chartes, doutor em história: *Catherine de Médicis* (1980), *Henri II* (1985), *Les Borgia* (1987).

13. P. Murray Kendall, *Louis XI*, tradução pela Fayard em 1974 da obra publicada em 1971 pela G. Allen & Unwin Ltd., que teve grande repercussão, e cuja influência para a volta da biografia às boas graças na França é inquestionável.

14. Jean Favier, *Philippe le Bel*, Paris, Fayard, 1984; e Jean Lacouture, *De Gaulle*, Paris, Éd. du Seuil, 1984, 1985 e 1986.

15. *Biografie e storia in Risorgimento*, Louvain, 1981, t. I, p. 95. Alusão à biografia monumental de Mussolini por Renzo De Felice, que começou a ser publicada em 1965 pela editora Einaudi (3 vol. publicados).

16. Bernard Guenée, *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1987, p. 7-13.

17. Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, Gallimard, 1983.

18. Sobre o método de Heródoto, ver as análises de François Hartog, *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*, Paris, Gallimard, 1980. E Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, op. cit., p. 169-185.

19. Sobre a constituição da História como ciência na França, ver François Furet, *A'atelier de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1982, p. 102-127.

20. Arnaldo Momigliano, *Biographers and historians*, TLS, 12 de outubro de 1984, p. 1147-1148; e Jacques Gascou, *Suétone historien*, BEFAR, 1984.

21. "Um bom imperador era para Suetônio apenas um homem bom, isto é, um general vitorioso, um administrador competente ou um juiz justo." Arnaldo Momigliano, *Biographers and historians*, op. cit.

22. Sobre este ponto, ver Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, op. cit., p. 134-135.

23. *Ibid.*, p. 160.

24. *Ibid.*, p. 160.

25. Theodore Zeldin, *Histoire des passions françaises*, 1848-1945, t. 5, *Anxiété et hypocrisie*, Paris, Ed. du Seuil, 1979, p. 8-17.

26. Napoleão III, *Histoire de Jules César*, Paris, Plon, 1865, prefácio p. 2, citado por Pierre Guiral, op. cit., prefácio, nota 1.

27. Por exemplo, Eugène de Mirecourt, *Les contemporains*, Paris, 1854-1864, e *Histoire contemporaine. Portraits et silhouettes au XIXe siècle*, Paris, Dantu, 1867.

28. São exemplos as duas biografias do Monsenhor Freppel pelo abade Eugène Terrien, *Mgr Freppel, apologiste et défenseur des droits de l'homme*, Paris, Bonne Presse, 1927; *Mgr Freppel, sa vie, ses oeuvres, son influence et son temps*, Angers, 1931-1932, 2 vol., baseadas em documentos desconhecidos e inéditos.

29. Ver Claude Nicolet, *L'idée républicaine en France, 1789-1924*, Paris, Gallimard, 1982, p. 238-288.

30. Alain Finkielkraut, *La défaite de la pensée*, Paris, Gallimard, 1987, p. 31-38.

31. Theodore Zeldin, op. cit., p. 13.

32. Ver Brigitte Waché, *Mgr Louis Duchesne, 1843-1922. Historien de l'Église, directeur de l'École française de Rome*, tese de doutorado de Estado defendida na Universidade de Paris-X-Nanterre em 6 de abril de 1987 (mimeo).

33. "Des origines de la souveraineté", *Oeuvres complètes*, t. 1, Lyon, Vitte, 1884, p. 316, citado por Alain Finkielkraut, op. cit., p. 38.

34. Ver Theodore Zeldin, op. cit., p. 12-13.

35. Ver Corrado Augias, "La storia in camicia di notte", *La Repubblica*, 10 de janeiro de 1980.

36. "Gênero histórico que tem por objeto a vida de uma única pessoa."

37. Exemplo: Boris Pilniack, *L'année nue*, Paris, Gallimard, 1926.

38. Ver Jean-Pierre Morel, *Le roman insupportable, l'Internationale littéraire et la France (1920-1932)*, Paris, Gallimard, 1985.

39. André Maurois, *René ou la vie de Chateaubriand*, Paris, Grasset, 1956; reed. 1985.

40. Armand Lanoux, *Maupassant, le Bel-Ami*, Paris, Grasset, 1979.

41. Jean Orieux, *Catherine de Médicis*, Paris, Flammarion, 1986.

42. Ver sobre este ponto as análises de Sergio Romano in *Considerazioni sulla biografia storica* in *Storia della biografia*, 1983, t.3, p. 116.

43. *Madame de Sévigné ou la chance d'être une femme*, Paris, Libr. Académique Perrin, 1984.

44. *Madame de Grignan ou la piété filiale*, Paris, Libr. Académique Perrin, 1985.

45. Paris, Libr. Académique Perrin, "Terres des femmes".

46. *Choderlos de Laclos ou l'obstination*, Paris, Grasset, 1983.

47. "Inconnus de l'Histoire", coleção fundada na editora Fayard por Jean Montalbetti.

48. *Plutarque n'a pas menti*, Paris, s. d.

49. Jacques Revel, "Histoire et sciences sociales. Le paradigme des 'Annales'", *Annales ESC*, nov.-dezembro de 1979, p. 1363.

50. *Ibid.*, p. 1364.

51. Sobre o Panteão, ver o estudo de Mona Ozouf, *Le Panthéon, l'École normale des morts*, in *Les lieux de mémoire*, t. 1, *La République*, Paris, Gallimard, 1984, p. 139-166.

52. *Bulletin de la classe des lettres et des sciences morales et politiques*, 5e série, t. LXIII, 1977/5, p. 154-166.

53. Ver a frase de Friedrich Engels: "[...] Foi um acaso que Napoleão, um corso, fosse precisamente o ditador militar do qual tinha absoluta necessidade a República francesa, esgotada por sua própria guerra; mas está provado que, na falta de um Napoleão, um outro teria preenchido a lacuna, pois o homem foi encontrado toda vez que foi necessário" (carta a Stakenburg [1894], in *Études philosophiques*, Éditions Sociales, 1935, p. 163-164).

54. Joseph Konwitz, "The missing form in French historical studies", *European Studies*, VI, 1, 1976, p. 9-20. Ver também Jean-Noël Jeanneney, "Vive la biographie!", *L'Histoire*, 13 de junho de 1979, p. 81-83.

55. Sobre a biografia na Inglaterra, ver W. Read Jr., *English biography in the early 19th Century*, Yale UP, 1966.

56. Daniel Madelénat, *Universalia*, 1984, p. 418-420; e *La biographie*, Paris, PUF, 1984.

57. Ver sobretudo René Pillorget, "La biographie comme genre historique", *Revue d'Histoire Diplomatique*, jan.-junho de 1982, p. 5-42.

58. Guy Chaussinand-Nogaret, "Biographique (Histoire)", in *Dictionnaire des sciences historiques*, 1986, p. 86-87.

59. *Problèmes et méthodes de la biographie*, Atas do colóquio reunido nos dias 3 e 4 de maio de 1985, por iniciativa da Association Histoire au Présent, *Sources*, Publications de la Sorbonne, 1985.

60. *Franco Ferraroti, Storia e storia di vita*, Laterza, 1981; *Biografia e storiografia*, Atas do seminário reunido em Milão, por iniciativa da Fundação Brodolini, Franco Angeli, 1983. E o curso público de Étienne Hofmann na Universidade de Lausanne (1982-1983): *L'Homme face à son histoire. La biographie: vers un renouveau d'un genre décrié*, Lausanne, Payot. Seria preciso levar em conta também os artigos de reflexão publicados na Itália (*La Repubblica*), na Suíça (*Le Journal de Genève*) e na Alemanha (*Frankfurter Allgemeine*).

61. Jean-Marie Benoist foi o primeiro a tocar os sinos fúnebres, publicando *Marx est mort*, Paris, PUF, "Idées", 1970.

62. Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Colin, 1986, e Michel Winock, "L'âge d'or des intellectuels", *L'Histoire*, nº 83, novembro de 1985, p. 22-34.

63. Lawrence Stone, "Histoire biographique et Histoire narrative", *Le Débat*, nº 4, setembro de 1980, p. 142.

64. François Furet, à margem dos *Annales* em *Le Débat*, nº 17, dezembro de 1981, p. 118.

65. *Ibid.*

66. *Ibid.*

67. *Les lieux de mémoire* (sob a direção de Pierre Nora), op. cit., t. I, *La République*, t. II, *La Nation*.

68. Maurice Agulhon, "Faut-il avoir peur de 1789?", *Le Débat*, maio de 1984, p. 27-37, e sua *Leçon inaugurale* au Collège de France (11 avril 1986), 98, Collège de France, 1986.

69. Maurice Agulhon, *Leçon inaugurale* au Collège de France, op. cit., p. 13.

70. François Furet, *Le Débat*, loc. cit., p. 118.
71. Daniel Dessert, *Fouquet*, Paris, Fayard, 1987.
72. Pierre Nora e Jacques Ozouf, *Journal du septennat*, Paris, Colin, 1971-78. Ver também Jean-Noël Jeanneney, *Jules Jeanneney. Journal politique, septembre 1939-juillet 1942*, Paris, Colin, 1972.
73. Philippe Lejeune, *Le pacte autobiographique*, Paris, Éd. du Seuil, 1975, p. 15.
74. Paris, Gallimard, 1982.
75. Paris, Gallimard, 1954.
76. Alain Besançon, *Une génération*, Paris, Juillard, 1987.
77. Daniel Roche, *L'autobiographie d'un homme du peuple, Introduction au Journal de ma vie, Jacques-Louis Ménétra, compagnon vitrier au XVIIIe siècle*, Montalba, 1982.
78. Por exemplo, Martin Nadaud, *Mémoires de Léonard, ancien garçon maçon*, Paris, Hachette, 1976, ed. organizada e comentada por Maurice Agulhon.
79. Bernard Muldworf, "Biographie, psychanalyse, folie, inconscient et rapports sociaux", *La Pensée*, nº 228, julho-agosto de 1982, p. 117, citado por Étienne Hofmann, loc. cit., p. 90-91.
80. Françoise Chandernagor, *L'allée du roi*, Paris, Juillard, 1981.
81. Ver *Sur l'individualisme*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, e Gilles Lipovetsky, *L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain*, Paris, Gallimard, 1983.
82. Ver Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*, Paris, Éd. du Seuil, 1983.
83. *Ibid.*, p. 14.
84. Michel Zeraffa, *La révolution romanesque*, Paris, UGE, "10/18".
85. Sobre modernismo e individualismo, ver Gilles Lipovetsky, *L'ère du vide*, op. cit., p. 108-117.
86. Gustave Le Bon, *La psychologie des foules*, Paris, PUF, 1963. Ver também Serge Moscovici, *L'âge des foules*, Paris, Fayard, 1981.
87. Ver Denis Buican, *Histoire de la génétique et de l'évolutionnisme en France*, Paris, PUF, 1984. E Jean Rostand, *Esquisse d'une histoire de la biologie*, Paris, Gallimard, "Idées", 1968.

88. *Le Darwinisme aujourd'hui*, entrevistas da France-Culture reunidas por Émile Noël, Paris, Éd. du Seuil, 1979.
89. Ver Jacques Monod, *Le hasard et la nécessité. Essai sur la philosophie naturelle de la biologie moderne*, Paris, Éd. du Seuil, 1970.
90. Albert Jacquard, *Éloge de la différence. La génétique et les hommes*, Paris, Éd. du Seuil, 1979.
91. Jean Bernard, "Éloge de la différence", *Le Monde*, 26-27 de novembro de 1978.
92. Jacques Ruffié, *Sociobiologie et génétique*, II, "La vraie nature des gènes", *Le Monde*, 12 de setembro de 1979, e *Traité du vivant*, Paris, Fayard, 1982.
93. Jacques Ruffié, loc. cit.
94. Podemos constatá-las a partir de 1984. Os resultados de uma pesquisa sobre a genética das populações francesas tornaram-se públicos durante um seminário de geografia da saúde realizado em Montpellier em agosto (ver *Le Monde*, 12-13 de agosto de 1984); *L'Express* publicou uma série de resenhas sobre as últimas publicações de genética sob a rubrica "Voyage en génétique", 11-17 de maio de 1984.
95. Ver François Jacob, *Sexualité et diversité humaine*, 3, "Cire vierge ou fatalité génétique", série de artigos publicados em *Le Monde*, 11-12 de fevereiro de 1975.
96. Através, sobretudo, dos trabalhos de Edward O. Wilson, professor de genética na Universidade de Harvard. Sobre sua polémica com R. C. Lewontin, ver "Quanto c'è di ereditario nel cervello?", *Corriere della Sera*, 24 de março de 1980.
97. Ver *Le Monde*, 22-23 de abril de 1984.
98. François Jacob, *Sexualité et diversité humaine*, loc. cit., *Le Monde*, 11-12 de fevereiro de 1975.
99. Ver Jean Bouvier, "Post-scriptum. A propos de l'histoire dite 'économique'", in *Le capitalisme français, XIXe-XXe siècle. Blocage et dynamisme d'une croissance*, Paris, Fayard, 1987.
100. Alain Finkelkraut, *La défaite de la pensée*, op. cit., p. 100.
101. *Ibid.*, p. 100.
102. Claude Morali, *Qui est moi aujourd'hui?*, Paris, Fayard, 1984.

103. Philippe Lejeune, *Je est un autre*, Paris, Éd. du Seuil, 1980.
104. Edgar Morin, *L'unité de l'homme*, Paris, Éd. du Seuil, 1974; *La méthode*, Paris, Éd. du Seuil, 1980.
105. Claude Morali, *Qui est moi aujourd'hui?*, op. cit.
106. *J'étais une fois*, 1985, 83, bd. Saint-Michel, 75005 Paris.
107. "Dix années de recherche historique", *L'Histoire*, nº 2, junho de 1978, p. 61.
108. Jean Lacouture, *L'Égypte en mouvement*, Paris, Éd. du Seuil, 1956, e *Nasser*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.
109. Este é o caso da pesquisa orientada por Jean-Noël Jeanneney sobre François de Wendel, *François de Wendel en République*, Paris, Éd. du Seuil, 1975, e o da nossa pesquisa sobre Albert de Mun, *Albert de Mun. Catholicisme français et catholicisme romain du "Syllabus" au Ralliement*, BEFAR, 1983.
110. *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français, e Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier international* (sob a direção de Jean Maitron), Paris, Éd. Ouvrières.
111. Daniel Dessert, *Argent, pouvoir et société au grand siècle*, Paris, Fayard, 1984.
112. Saul Friedländer, *Histoire et psychanalyse*, Paris, Éd. du Seuil, 1975, e Furio Diaz, in *Biografia e storiografia*, op. cit., p. 39.
113. Ver Régine Robin, in *Récits de vie et institutions*, Université de Paris-X, 1986, p. 9-20.
114. As referências bibliográficas cessam em junho de 1987.

6

A opinião pública

Jean-Jacques Becker

PREOCUPAR-SE COM a opinião pública não é uma idéia nova. Há muito tempo que as obras de história fazem alusão à opinião pública, ao espírito público. Assim, o último parágrafo que Charles Seignobos dedicava à questão do Panamá intitulava-se "Efeito da crise na opinião pública".¹ Indo aliás muito além do que indicava seu título, ele mostrava que, sob a pressão da opinião pública, todo um quadro de funcionários republicanos fora afastado de seus postos, e que os que ocuparam seu lugar tinham a "fibra" republicana menos sensível, pois não haviam tido que sofrer pela República. Em algumas linhas, o ilustre historiador da época positivista conseguiu colocar um certo número de problemas fundamentais — a maneira como os acontecimentos agem sobre a opinião pública, a maneira como esta influi sobre o acontecimento — e valorizar esse vaivém que constitui a ambigüidade, a dificuldade e a riqueza da história da opinião pública.

Por que, a partir daí, durante aproximadamente meio século, a história da opinião pública praticamente não viu seu espaço crescer, seus métodos se aprofundarem? Por que, durante tanto tempo, ela só teve direito a um aceno de chapéu polido e distraído dos que passavam? Haveria aí, claramente, um estudo a ser feito sobre a opinião pública... historiadora! Enquanto ele não é empreendido, avancemos a hipótese de que a história da opinião pública foi atingida pelo descrédito que fez confundir — com uma certa má vontade — a história política com a sucessão dos ministérios, ou fez crer, para retomar as palavras de Stanley Hoffmann, que a história política não passava da história da classe política e tendia a

ser apenas a das “intragas” e dos “conflitos” de “algumas centenas de homens que jantam fora em Paris”.² Esse descrédito foi também, provavelmente, conseqüência da convicção de que não existia história fora da história das estruturas, esquecendo que a opinião pública procede em grande medida das estruturas mentais.

Pode-se fazer história segundo todos os tipos de dimensões: comprimento, largura e profundidade. A da opinião pública é uma história em profundidade, o que não significa que os outros setores da história sejam superficiais! Deve-se entender por história em profundidade uma história que tem como finalidade perceber, da maneira mais precisa e segura possível, a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos. Dito de outra forma, o estudo da opinião pública participa de uma “abordagem global da história”.³ Buscando apreender comportamentos e atitudes da população em sua massa, ele lhe permite conseqüentemente ser desmistificante. A narrativa histórica é de fato muito freqüentemente revestida de uma película ou até mesmo de um manto de lendas. Para tomar apenas um exemplo já bem conhecido, a tradição rezava que teria havido uma espécie de consenso em 1938 em torno dos acordos de Munique. Ora, uma das primeiras pesquisas de opinião realizadas na França foi feita nesse momento, e, mesmo que se possa fazer algumas restrições às condições de sua realização,⁴ nem por isso ela deixou de indicar que uma minoria significativa — duas ou três vezes mais importante que a representada pelo Partido Comunista — foi hostil aos acordos. Poderíamos evidentemente citar muitos outros exemplos da capacidade reveladora do estudo da opinião pública. Por outro lado, devido à insuficiência de documentação, ocorre muitas vezes de a história da opinião pública não nos permitir saber qual foi o comportamento real das populações diante de um acontecimento: por exemplo, qual foi a atitude da população russa em relação à

revolução bolchevique? A revolução se impôs contra a vontade da maioria do povo russo ou, ao contrário, foi conduzida por ela, e seguindo que cronologia? Este exemplo leva contudo a acentuar a ambivalência desta história: ela é “passiva” na medida em que descreve atitudes, comportamentos, mas “ativa” quando procura saber — o que na maioria das vezes é muito difícil — se a opinião pública influenciou na evolução histórica, no acontecimento.

O Que é a Opinião Pública?

O historiador, mesmo não positivista, gosta de caminhar em terreno seguro. Não é este o caso da opinião pública.

“A opinião pública... Por entre os dedos do historiador, a noção escapa como areia”;⁵

“A opinião pública faz parte dos fenômenos sociais aparentemente evidentes, mas que se furtam à análise do momento em que esta visa à precisão científica”;⁶

“Muitas vezes é difícil constatar a expressão da opinião pública porque este termo cobre, de fato, realidades muito diversas...”⁷

Opinião pública “estática” e opinião pública “dinâmica”

A primeira dificuldade desta história é portanto dizer o que é a opinião pública. Aliás, há muito tempo que se tenta fazê-lo. Antes de 1914, um teórico, o alemão Wilhelm Bauer, opunha duas formas essencialmente diferentes da opinião pública, a opinião pública “estática” e a “dinâmica”, a segunda mantendo as mesmas relações com a primeira que a moda com o costume.⁸ Em outras palavras, a primeira era consti-

tuída pelo costume, os hábitos, os usos, era o resultado das tradições, das estruturas da sociedade, da formação moral e intelectual que as crianças receberam e, antes delas, aqueles que as educaram, constituindo o todo, de alguma maneira, uma ideologia, o sistema de idéias próprio de uma época num determinado país. Teremos reconhecido na opinião pública estática de Bauer o que se passou a chamar habitualmente de história das mentalidades. A segunda forma, a opinião pública dinâmica, era para Bauer a reação da opinião diante do acontecimento. A confrontação, por exemplo, com uma guerra, com uma revolução. A primeira se inscreve no tempo longo, a segunda no tempo curto.

A opinião pública para o historiador não seria unicamente a opinião pública “dinâmica”?

Alguns, como Jean Stoetzel, respondem categoricamente que aí está o verdadeiro trabalho do historiador, aquele que nem o filósofo, nem o psicólogo, nem o sociólogo podem fazer: “dar conta dos problemas concretos de opinião pública nos diferentes momentos da história e das respostas que lhe são apresentadas nas diversas circunstâncias”.⁹ Esta afirmação nos parece ao mesmo tempo verdadeira e discutível: verdadeira em si, mas discutível na medida em que as reações de um grupo num momento dado prestam contas do meio mental no qual elas se manifestam, pois não existem limites visíveis e claros entre a história das mentalidades e a da opinião pública, já que o andamento das duas é o mesmo: “um vaivém constante do coletivo ao pessoal”.¹⁰

É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo” de acontecimento. Em 1939, a opinião pública francesa havia assimilado em suas profundezas mentais a imensidão

e o horror dos sacrifícios consentidos 25 anos antes, e não podia ter a mesma atitude em face da eclosão da Segunda Guerra Mundial que diante da guerra de 1914.

A divergência situa-se no nível dos objetivos: enquanto a história das mentalidades gosta dos “espaços” amplos da longa duração, onde se determinam as atitudes profundas, a conduta dos indivíduos durante séculos, ou, ao menos, prefere os horizontes mais limitados da média duração, que registram as mudanças progressivas de uma geração para outra,¹¹ a história da opinião pública, para retomar uma expressão de Fernand Braudel, é uma “micro-história”,¹² “atenta ao tempo breve, ao indivíduo, à história”.¹³ Por tempo breve, deve-se entender a reação imediata a um acontecimento preciso e num momento estritamente delimitado. Reza a tradição, por exemplo, que a mobilização foi recebida em 1914 com entusiasmo. Deixemos de lado o fato de que essa avaliação global é absolutamente exagerada e resulta de generalizações arriscadas: o essencial é que houve aí uma confusão entre dois momentos diferentes, o do anúncio da mobilização e o da partida dos mobilizados. No primeiro, a tristeza e a resignação dominaram; no segundo, a resolução. Foi somente quando se conseguiu analisar separadamente esses dois “momentos”, distantes algumas horas entre si, que essa diferença essencial nos comportamentos pôde ser percebida com todas as conseqüências históricas dela decorrentes no que diz respeito ao estado de espírito dos franceses no imediato pré-guerra.¹⁴

Opinião pública una ou diversa?

Estas primeiras reflexões não esgotam o estudo da natureza da opinião pública. Numa avaliação recente, Pierre Milza¹⁵ valorizou um certo número de perguntas, das quais citamos duas:

- existe, em primeiro lugar, uma opinião pública?
- a opinião pública não é apenas uma fabricação?

A primeira pergunta recobre um debate entre historiadores e sociólogos. Estes últimos recusam-se a considerar a pluralidade das opiniões. A opinião pública tem como vocação ser dominante, e tem pouca importância que um determinado grupo tenha um julgamento diferente. “Num país dado, num momento dado, pode haver uma pluralidade de opiniões, mas só há uma opinião pública.”¹⁶ Os historiadores têm quase o ponto de vista oposto, expresso por Jacques Ozouf: “por menos que a escutemos”, a opinião pública “revela” “um fervilhamento de opiniões particulares”.¹⁷ Esta afirmação não deixa aliás de ser arriscada: obnubilados pela diversidade da opinião pública, não poderíamos duvidar de que ela existe?

Apesar desse perigo, não podemos aceitar formulações tais como “a opinião pública pensa isto”, “deseja aquilo” etc., cuja utilização, freqüente aliás, pelos políticos em particular, esconde sobretudo uma vontade de dissimular as próprias escolhas por trás daquelas tomadas de empréstimo da opinião pública. É irreal considerar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência. Que grande acontecimento da história escapou a clivagens, seja Munique, a guerra do Vietnã, a Comunidade Européia de Defesa — CED, a guerra da Argélia, a chegada do general de Gaulle ao poder, para mencionar apenas alguns exemplos da história recente? A história da opinião pública seria muito pobre se não se interessasse por isso. Limitando-nos à primeira concepção, à concepção “unitária”, arriscamo-nos a desembocar numa noção vaga que não permitiria ir muito além de uma aproximação do “ambiente”, da “atmosfera” da época. Aliás, a relativa desconfiança que o estudo da opinião pública ainda provoca não é sem relação com o emprego da expressão “a opinião pública”.¹⁸ Para o historiador, o singular, empregado

muitas vezes por comodidade, corresponde a uma realidade plural, às tendências da opinião pública.

Entretanto, essas diferentes tendências não têm o mesmo peso, um peso que se mede em “quantidade”, e também em “qualidade”. Entendamos por aí que a intensidade com que se manifesta uma tendência da opinião pública não é indiferente. Simples contagens não bastam para determinar a importância respectiva das tendências da opinião, e é indispensável combinar a abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa.

Os políticos “realistas” dizem às vezes que os votos se contam, e não se pesam. Se isto é verdade para um tipo de eleição — pelo menos para a eleição majoritária, onde vence aquele que tem um voto a mais que o outro — já o é muito menos em outras circunstâncias. Tomemos um exemplo.

De acordo com uma pesquisa de julho de 1954 sobre as atitudes em relação à CED,¹⁹ 36% dos franceses eram favoráveis ou tendiam a ser favoráveis, e 31% eram contrários ou tendiam a ser contrários. No entanto, aprofundando a análise da pesquisa, percebia-se que entre as pessoas que tinham opinião formada, 48% eram favoráveis e 51% contrárias, e que, entre os hesitantes, havia 52% a favor e 34% contra. Afinal, se uma maioria dos franceses era favorável ao projeto da CED, sua convicção era frágil, enquanto a da minoria dos adversários era infinitamente mais forte. Não vamos deduzir precipitadamente que a explicação do fracasso final da CED se encontra aí, mas este é sem dúvida um elemento explicativo. Como salientou de outra forma Jean-Baptiste Duroselle: “Assiste-se muitas vezes a discursos que vão de encontro à mentalidade majoritária. Pouco importa, politicamente, para seu autor que exista uma maioria hostil, se essa hostilidade não chegar ao fanatismo.”²⁰ Inversamente, “minorias atuantes” (podem) influir “mais no acontecimento que maiorias silenciosas”.²¹

A opinião pública “fabricada”?

Outra pergunta sobre a natureza da opinião pública: não é ela apenas o resultado de uma “fabricação”? Pode-se, em primeiro lugar, observar que, se a opinião pública desempenha um papel no processo histórico, importa pouco qual seja a origem das tendências da opinião pública num momento dado. Já se disse muitas vezes que um grande número de estudantes em 1968 fora “condicionado” pelas doutrinas “extremistas”, mas o importante para a evolução histórica foi que eles o tivessem sido, mesmo que evidentemente não seja indiferente saber como o foram.

Existe ainda assim uma diferença entre “manipulação” e “condicionamento”. Pode-se definir a manipulação como a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado. Para dizer a verdade, não é muito fácil determinar a eficácia das manipulações da opinião pública. Quantas “manipulações” não tiveram o resultado inverso do que se buscava? Os revolucionários que assassinaram o czar Alexandre II em 1881, longe de desencadear a onda revolucionária que esperavam, provocaram uma reação extremamente forte! Algumas manipulações não passaram, aliás, de uma cobertura para homens decididos a agir de qualquer maneira (foi o caso do despacho de Ems em 1870). De uma maneira mais geral, uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública. Assim, como foi dito algumas vezes, a opinião pública francesa teria “sido manipulada” em 1914 para que acreditasse na agressão alemã. Pode-se efetivamente localizar vestígios de manipulação: quando Poincaré, retornando da Rússia, foi recebido por uma enorme multidão, segundo os documentos de arquivos essa manifestação não foi tão espontânea quanto

se acreditou então.²² Em compensação, a totalidade da imprensa que denunciou a agressão alemã não agiu sob encomenda (por que órgãos de tendências tão díspares se teriam mostrado bruscamente tão deferentes em relação a instruções oficiais, supondo que estas tenham existido?), mas simplesmente, por um fenômeno de vaivém, manifestou sua opinião, traduzindo a dos franceses, fundamentada ou não!

O “condicionamento”, por sua vez, deve ser analisado nos dois níveis, do curto e do longo prazo. O primeiro pode ser antes de tudo o resultado da propaganda. Os regimes totalitários fizeram disso uma especialidade, embora não seja certo que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva, atinja sempre os fins visados. Acaso a propaganda mussoliniana conseguiu transformar os italianos em povo “heróico”? Terá sido a propaganda hitlerista que convenceu os alemães da necessidade de lutar? Na verdade, a guerra popular foi a guerra contra a França, e por razões que não estavam ligadas à política hitlerista.²³ Os soviéticos e as populações das democracias populares são convencidos pelas ondas de propaganda que suportam? O “condicionamento” pelas realidades é infinitamente mais importante. O estudo realizado por Pierre Laborie sobre a opinião pública no departamento do Lot durante os anos 1939 a 1945 prova que a aceitação, a adesão ao governo de Vichy resultou de um encadeamento, de uma engrenagem cujas etapas foram o moderantismo de Munique e em seguida as ambigüidades da *drôle de guerre*, que ocuparam um lugar especial no processo de degradação da opinião pública: o regime de Vichy não foi um acidente, mas uma continuação.²⁴

Contudo, ainda mais fundamental é o condicionamento no longo prazo. Paul Bois demonstrou como as convicções ideológicas dos camponeses da Sarthe foram determinadas na época da Revolução pela influência ou não da *chouannerie*

e que elas não mudaram mais desde então: as aldeias situadas de um lado e de outro de uma linha invisível permaneceram fiéis à mesma escolha — mesmo que, pela força das circunstâncias, os rótulos políticos que as materializam se tenham modificado. “[...] revoluções políticas, difusão do ensino, grandes guerras, metamorfose da indústria [...] tudo isso passou por elas sem maior repercussão que a do marulho sobre um recife.”²⁵

Essa fabricação da opinião pública apreendida no longo prazo, ou esse condicionamento — como quer que o chamemos —, não é diferente do que se denominou mentalidades coletivas? A origem destas últimas muitas vezes se perdeu — e só pesquisas penosas permitem reencontrá-las —, mas seu enraizamento no inconsciente é profundo. É aliás esse lugar do inconsciente que faz com que se hesite em dar uma definição precisa da noção de “mentalidade coletiva”. Como diz Saul Friedländer, “a expressão ‘mentalidade coletiva’ é própria da escola histórica francesa”.²⁶ Para Jacques Le Goff, “o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos individuais da história por ser revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento [...]”.²⁷ “Nebulosa complexa”, diz ainda Pierre Milza,²⁸ é nela no entanto que se enraíza a opinião pública quando reage diante do acontecimento.

A História da Opinião Pública: Como?

O principal obstáculo encontrado pela história da opinião pública é o dos meios.

Sob esse ponto de vista, existe um corte nítido, situado no momento em que surgiram as pesquisas de opinião. Na França, como se sabe, as primeiras pesquisas desse tipo datam do período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mun-

dial, mas sua prática habitual só se difundiu mais tarde. Numerosas já antes que a “opinião pública” tomasse consciência delas, foi nos anos 60 que as pesquisas de opinião se tornaram um elemento corriqueiro de informação.

Antes da era das pesquisas

Para os períodos antigos, o estudo da opinião pública é em geral muito aleatório: se documentos variados, tanto de caráter demográfico como religioso, econômico, literário, escolar, cartorial etc., convenientemente interrogados, permitem descrever as mentalidades e suas evoluções, as reações diante dos acontecimentos muitas vezes deixaram poucos vestígios. Georges Duby cita o relato do assassinato de Carlos o Bom, conde de Flandres, em 2 de março de 1127, por Galbert de Bruges, mas exemplos como este são raros.²⁹

O lugar da imprensa

Nos períodos mais recentes, é sempre possível uma abordagem da opinião pública a partir do momento em que existe liberdade de imprensa, o que coloca a questão das relações entre a história da opinião pública e a imprensa. Durante muito tempo, estudar a opinião pública consistia em ler jornais. Ainda nos últimos anos da década de 40, a documentação para um “diploma de estudos superiores”³⁰ sobre a opinião pública baseava-se na leitura de jornais de época. Consultar arquivos não parecia ser sempre necessário. Num segundo momento, contudo, de “vedete” entre as fontes da história da opinião pública, como dizia Jacques Ozouf para deplorá-lo,³¹ a imprensa caiu num grande descrédito. “[...] cada vez mais nos recusamos a crer que uma história da opinião pública se fabrica costurando-se umas nas outras declarações disparatadas.”³²

Realmente, também neste domínio é preciso ser ponderado. É possível utilizar a imprensa sem ser fazendo uma “colcha de recortes”, e as “análises de conteúdo” permitem obter pelo menos uma fisionomia exata do conteúdo dos jornais.³³ Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui portanto uma abordagem qualitativa da opinião pública que não se deve desprezar. No entanto, qual a medida, qual o critério de uma “seleção judiciosa”? É preciso reconhecer que a única regra existente aqui é a da qualidade do historiador, do seu conhecimento sobre o período, da sua preocupação, nas citações que seleciona ou descarta, em não ser guiado por sua personalidade ou ideologia, mas pela prática do seu ofício — a verdade é que, como acontece com os marceneiros, existem bons e maus historiadores, profissionais e aprendizes... Reconhecemos aí uma idéia desenvolvida há algum tempo por René Rémond,³⁴ e também os escrúpulos de Pierre Renouvin quanto à possibilidade de se determinar com certeza os critérios de representatividade.³⁵

Isto não resolve, é claro, o problema do papel dos jornais, de reflexo ou guia, e seria tolice ignorar que eles não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais freqüência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros. Contudo, tudo isso tem pouca importância se não pretendermos extrair uma abordagem quantitativa da exploração dos jornais e não nos contentarmos com um único jornal: tudo o que “juntarmos” ilustra a opinião pública.

Além disso, a imprensa é uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de

participantes, traz relatos de manifestações ou de greves, para citar apenas as informações mais simples e mais diretas.^{36,37}

Em compensação, a imprensa é incapaz de dizer qual o peso de cada opinião emitida: afora outras considerações, as tendências políticas não dispõem de órgãos de imprensa proporcionais à sua importância. Lendo a imprensa da época de Munique, percebe-se uma quase unanimidade em favor dos acordos, ao passo que, como já salientamos, a opinião pública estava muito mais dividida.

A imprensa, além disso, é evidentemente incapaz de servir de fonte quando é censurada, como foi o caso durante a Primeira Guerra Mundial, ainda que ela seja muitas vezes menos muda do que se crê, ou quando está inteiramente nas mãos do poder, como nos países autoritários ou totalitários.

Devemos, portanto, recorrer a outras fontes.

A fonte por excelência é o testemunho de época, escrito se possível no momento do acontecimento, o que protege contra o anacronismo psicológico, “o pior de todos, o mais insidioso”, como observava Lucien Febvre.³⁸ Esse testemunho pode se revestir de formas diversas — relatórios das autoridades administrativas, políticas, diplomáticas etc., cartas, diários “íntimos” —, e pode acontecer de o historiador ter a sorte de encontrar o documento original e desconhecido. Assim, os testemunhos dos professores primários, solicitados a descrever os comportamentos de seus concidadãos em suas comunas no momento da mobilização em agosto de 1914, e nos meses, até mesmo nos anos que se seguiram, trouxeram, a nosso ver, elementos inteiramente novos sobre esse período.³⁹ O mesmo se aplica aos mapas do moral dos franceses em 1917, feitos pelas autoridades militares e divulgados por Pierre Renouvin.⁴⁰

Além disso, se uma documentação forma um corpus de extensão e homogeneidade suficientes — por exemplo, para a guerra de 1914 na França, os relatórios dos representantes do poder central nos departamentos, os testemunhos dos professores, as cartas dos soldados e dos civis, os diários de trincheiras —, então torna-se possível empreender análises não apenas qualitativas, mas quantitativas ou lingüísticas... Quando essas análises podem ser levadas a bom termo, nos aproximamos do estudo ideal da opinião pública.

Entre os “os testemunhos de época”, os resultados eleitorais evidentemente também são fundamentais para avaliar qualitativa e quantitativamente a opinião pública a partir do momento em que as eleições são “livres”, levando-se em conta que não existe votação em que o eleitor esteja protegido contra toda e qualquer “influência”. Uma eleição não se assemelha a um termômetro “colocado sob um abrigo”, seu veredicto não é indiscutível, é um fenômeno complexo resultante de uma grande variedade de fatores, dos quais aqueles ligados à “longa duração” têm muitas vezes tanta ou mais importância que os relacionados à “conjuntura”. Isto não a impede de ser, provavelmente, um dos melhores instrumentos de medida, superior a todos os outros. Mesmo tênues, as variações que indica são muito reveladoras da reação ao acontecimento.

Os historiadores que não dispunham dos elementos de análise que lhes eram necessários, foram tentados a recriá-los, sob a forma de testemunhos, e até mesmo de pesquisas retrospectivas. Realizaram-se experiências interessantes, algumas vezes notáveis: qualquer que seja o método empregado, entrevista oral ou questionário escrito, o princípio é o mesmo, obter o testemunho dos sobreviventes de um período mais ou menos remoto. Jacques Ozouf conseguiu colher assim as respostas de 4.000 professores primários aposentados que trabalhavam antes de 1914 e, ao fazê-lo, reuniu um material de

excepcional riqueza.⁴¹ Georges Castellan dirigiu uma pesquisa sobre as reações provocadas pelo assassinato de Jaurès em Poitiers. Obteve aí também resultados substanciais.⁴² Numerosas pesquisas orais estão em andamento.⁴³

O método no entanto coloca problemas e nos parece melhor adaptado à história das mentalidades que à da opinião pública. Quando um professor, a 50 anos de distância, apresenta suas cadernetas de anotações, obtemos uma informação admirável; quando ele conta suas reações diante de um determinado acontecimento, podemos ser mais céticos. Sabemos muito bem quantas lembranças de épocas diferentes podem ter-se “engavetado” no espírito de testemunhas de boa fé e podem ter reagido umas sobre as outras. Todos aqueles que foram levados a entrevistar pessoas idosas constataram que elas misturavam muitas vezes acontecimentos das duas guerras mundiais (não por serem idosas, mas porque o mecanismo da memória é assim).

Os defensores do método observam contudo, com muita razão, que cabe ao historiador criticar os testemunhos recebidos, descobrir os erros de ótica, e que, no final das contas, o objetivo não é o testemunho único, mas fazer sobressair a “dominante” que se destaca do conjunto dos testemunhos.⁴⁴

Segundo argumento, as testemunhas seriam muito mais sinceras em seus relatos de acontecimentos longínquos, mais desapaixonadas, e sua desconfiança, sua tentação de dissimular suas opiniões seriam atenuadas pelo distanciamento do período estudado. “O francês do ano 2000 não saberá mais de que manifestação participou a favor ou contra a guerra da Argélia, mas lhe será muito mais fácil exprimir o sentimento que tinha em relação à FLN.”⁴⁵ Este argumento é muito menos convincente. Pierre Laborie, que interrogou as testemunhas do período de Vichy no departamento do Lot, o põe em dúvida.⁴⁶ Quantas testemunhas não podem ter vontade (mes-

mo inconsciente!) de ter “tido razão” em função da seqüência dos acontecimentos, de ter estado do “lado certo”?

A partir das pesquisas...

Quando as pesquisas se tornaram uma prática habitual, a metodologia da história da opinião pública mudou consideravelmente. Não que a pesquisa resolva tudo. Primeiro, sua densidade continuou sendo durante muito tempo bastante fraca,⁴⁷ e sua confiabilidade, duvidosa. Em seguida — e isto é mais grave —, a pesquisa tende a apagar os comportamentos originais em favor de uma certa uniformização. A pesquisa, quanto mais não seja porque na maior parte do tempo ela só suporta uma resposta breve, sem explicações, simplifica ao extremo. A introdução de subcategorias nos questionários tornou as repostas menos abruptas, mas isto ainda assim não permite atingir o grau de nuance próprio de um bom estudo da opinião pública.

Uma boa pesquisa, com uma amostragem cuidadosamente elaborada, com perguntas livres de ambigüidades, é uma ferramenta admirável de quantificação, mas não substitui a abordagem qualitativa da opinião pública. Ela consegue fazer “a opinião comum” se exprimir, enquanto até então se tinha apenas “testemunhos diretos da opinião esclarecida”,⁴⁸ mas de uma maneira, é preciso que se diga, sumária. Ela é um instrumento admirável para prognosticar resultados eleitorais (de curto prazo), mesmo que não seja esta a sua finalidade, porque alguém dizer se vai votar neste ou naquele candidato não exige grande sofisticação; mas ela é certamente menos adequada para nos fazer compreender por que os franceses tiveram determinada atitude diante da guerra da Indochina ou da guerra da Argélia. As pesquisas não permitem “agarrar pelos cabelos a inatingível opinião pública”⁴⁹. Como dizia Pierre Renouvin: “[...] na aná-

lise da opinião pública, sempre existe uma parte que permanece inatingível”.⁵⁰ Contudo, consideramos que a combinação das pesquisas e dos métodos da análise qualitativa da opinião pública permite reduzir essa parte.

A História da Opinião Pública: Por quê?

Pierre Renouvin se perguntava, alguns anos atrás, se os esforços e as pesquisas exigidos pela história da opinião pública se justificam diante dos resultados obtidos. A pesquisa e a natureza da documentação deixam “uma sensação de desânimo”, escrevia ele, “o esforço pode parecer desproporcional aos resultados possíveis”.⁵¹ Se o progresso técnico — ainda que se limitasse à generalização da fotocópia! — conduz a uma diminuição do esforço exigido, não é menos verdade que o fundo do problema permanece: para que serve realmente a história da opinião pública?

Uma primeira resposta foi dada por Marc Bloch: a história consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos.⁵² Do ponto de vista do conhecimento puro, a história sem essa dimensão continua incompleta, e o papel do historiador é ir o mais longe possível na via do conhecimento do passado.

Uma segunda resposta é provavelmente mais importante. A opinião pública integra-se no processo histórico e muito em particular na história política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública.

Eliminemos imediatamente uma idéia perversa. Não é por desempenhar um papel no processo histórico que a opinião pública tem “razão”. Foi Alfred Sauvy quem lembrou isto. A opinião pública se engana,⁵³ e ele dá como exemplo sua atitude em relação ao plano Reynaud em 1938. Tanto a opinião

pública de direita quanto a de esquerda o condenaram, e no entanto ele foi um sucesso. Foi em 1938-1939 que a França viveu sua mais forte recuperação. Mas o peso de uma opinião convencida das fraquezas da França foi tal que a própria história ocultou esse êxito.

Originalidade e ambivalência da história da opinião pública: de um lado, não tem muita importância que a maneira como a opinião pública viu o acontecimento tenha uma relação com a realidade, realidade essa que o historiador pode conhecer por outros caminhos; de outro lado, essa maneira de ver influenciou na realidade: "A opinião pública como força anônima é muitas vezes uma força política, e essa força não foi prevista por nenhuma constituição."⁵⁴

Afirmar que a opinião pública desempenha seu papel no processo histórico é uma coisa, mostrá-lo é mais difícil. Consiste essencialmente em determinar a influência da opinião sobre aqueles que tomam decisões. Winston Churchill considerava que um estadista digno deste nome governava em função do que acreditava ser justo, e não em função de outras influências.⁵⁵ Em compensação, Roosevelt dirigia os Estados Unidos com o olho fixo nas pesquisas.⁵⁶ Não deixava que sua política fosse ditada por elas, mas acreditava que não se podia conduzir uma política sem o apoio da opinião pública. Era preciso agir, portanto, de maneira a poder obter a concordância das pesquisas, e ele se dedicou, por exemplo, a ser "o educador da nação americana"⁵⁷ para tirá-la do isolacionismo.

Na política internacional — onde a influência da opinião pública é um assunto que preocupa muito a história atual —, a rapidez com que muitas vezes se devem tomar as decisões impediu no passado, e ainda impede — apesar das pesquisas —, que aqueles que tomam decisões tenham tempo de conhecer o estado real da opinião pública, a qual, aliás, desconhece inúmeros elementos da situação. Nessas condições, muitas deci-

sões de política externa foram e são tomadas sem a influência da opinião pública.

Poderíamos em compensação avaliar que o mesmo não ocorre no domínio interno: em geral aí as decisões não têm um caráter de extrema urgência, e não dependem ao mesmo tempo de parceiros ou de adversários. Contudo, mesmo aí, freqüentemente os governantes não dispõem de informações suficientemente claras sobre o estado da opinião pública. Em janeiro de 1958, entre os chefes de governo possíveis, o nome do general de Gaulle só foi citado por 13% dos entrevistados. Na verdade, um observador habituado a manejar as pesquisas (não era esse o caso então) teria podido observar que essa porcentagem havia passado de 1% em 1955 para 5% em abril de 1956, 9% em julho, e 11% em setembro de 1958.⁵⁸ A orientação, a tendência, era nítida e fácil de interpretar para o historiador. Na verdade, seria muito mais difícil para o político contemporâneo, que sempre pode estimar, ou esperar!, que uma tendência tenha chances de se inverter.

Afinal, quer na política externa, quer na política interna, mesmo na era das pesquisas, é pouco verossímil que a opinião pública desempenhe um papel importante no nível das decisões — ao contrário, as decisões têm sempre como objetivo fazer evoluir a opinião pública no sentido desejado. Portanto, não é nesse momento que a opinião pública exerce seu papel histórico. A realidade nos parece ter sido muito bem expressa numa fórmula de Alain Girard:

"A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela." E acrescentava: "A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimentos, não tem poder de decisão, mas tem o poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes."⁵⁹ Não é difícil dar alguns exemplos disso. Quando se anunciou a mobilização

em 1914, a surpresa manifestada pela opinião prova bem que a decisão não resultara de uma pressão da opinião pública. Aliás, como já dissemos, num primeiro momento, as manifestações de entusiasmo foram raras. Em seguida, convencida da agressão alemã, a opinião pública se reanimou, e a partida dos mobilizados se efetuou com resolução. No prolongamento dessa atitude, realizou-se “a União Sagrada” entre a quase totalidade dos franceses. A União Sagrada não foi o que se disse dela depois, foi simplesmente um arrefecimento das oposições preexistentes em benefício da defesa nacional, sem o abandono, contudo, das idéias anteriores.⁶⁰ À medida que se desenrolava a guerra, cavaram-se oposições entre grupos espirituais, ideológicos, sociais, mas, a não ser por uma minoria muito fraca, o fundamento do comportamento adotado durante os primeiros dias do conflito, a adesão à defesa nacional, não foi posto em questão.⁶¹ Sem a permanência dessa atitude, tanto na retaguarda quanto na vanguarda, os enormes sacrifícios necessários à continuação da guerra teriam parecido insuportáveis. Ao contrário, os países onde não se manteve essa simbiose entre os governantes e a opinião pública desmoronaram antes do fim da guerra.

Exemplo inverso acentuado por Stanley Hoffmann,⁶² o desmoronamento da França em 1940 não foi o resultado de um acaso ou de más disposições militares, mas de uma “perverseção [...] do sentimento nacional”. Para ele, só um estudo muito abrangente da opinião pública, ao qual se deviam associar os psicólogos, permitiria dizer o que ocorreu de verdade. Pierre Laborie encontrou essa simbiose entre a derrota e o aviltamento da opinião pública no departamento do Lot, e como vimos, para ele Vichy está na seqüência lógica dessa atitude.⁶³ O desenvolvimento da Resistência tampouco foi produto do acaso, mas da mudança da opinião pública: praticamente não há mais — escreveu ele — comparação possível entre “a submissão culpada do verão de 1940” e as reações da opinião pública a partir do outono de 1942.⁶⁴

Ainda outro exemplo: o espaço ocupado pelo Partido Comunista na França dos anos 1945-1946 não foi o resultado, pelo menos só o resultado, do dinamismo desse partido, de seu voluntarismo, e sim, sem a menor dúvida, do clima de simpatia em que ele agia. Segundo a análise da opinião pública, além dos eleitores comunistas, uma fração respeitável da população francesa admirava a União Soviética, muito mais que nos outros países da Europa ocidental. Em compensação, pode-se acompanhar a virada da opinião pública francesa durante o ano de 1947, quando a simpatia pró-soviética cedeu lugar a um sólido anticomunismo que constituiu a partir desse momento um dos fundamentos da vida política da Quarta República.⁶⁵

Encerremos esta série de exemplos com a Argélia: um governo que em 1954 e em 1955 tivesse percebido com realismo o desfecho inelutável (?) dos acontecimentos que se iniciavam, e tivesse querido adaptar a ele a política da França, teria sido não menos inelutavelmente varrido (em 1956 Pierre Mendès France falou de um “espasmo nacionalista”⁶⁶). Com o passar dos anos, a opinião pública evoluiu: aos poucos, persuadiu-se majoritariamente de que não se poderia “manter” a Argélia.⁶⁷ Foi só a partir de então que o general de Gaulle pôde — atravessando quantos entraves! — conduzir a França à aceitação da independência argelina.

Estes exemplos, com conclusões apresentadas de maneira propositalmente amplificada, são, ao nosso ver, significativos da intervenção da opinião pública no processo histórico: não existe política que possa se desenvolver por muito tempo — pelo menos num Estado democrático e provavelmente também um pouco nos outros — sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública. Quantos traços da evolução histórica se esclarecem quando somos capazes de analisar a opinião pública?

Notas

1. Charles Seignobos, in Ernest Lavis, *Histoire de France contemporaine*, t. VIII, *L'évolution de la IIIe République (1875-1914)*, Paris, Hachette, 1921, p. 166.
2. Stanley Hoffmann, "Le désastre de 1940", *L'Histoire*, nº 10, março de 1979, p.43.
3. Pierre Laborie, *Résistants, vichyssois et autres. L'évolution de l'opinion et des comportements dans le Lot de 1939 à 1944*, Paris, Éd. du CNRS, 1980, p.2.
4. Christel Peyrefitte, *Les premiers sondages d'opinion*, in Édouard Daladier, *chef de gouvernement* (sob a direção de René Rémond e Janine Bourdin), Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, p. 266-267.
5. Jean-Noël Jeanneney, "Comment ont-ils tenu? L'opinion et la Grande Guerre", *L'Histoire*, nº 39, novembro de 1981, p. 77.
6. Georges Burdeau, in *Encyclopaedia Universalis*, Verbete "Opinion publique", vol. 12, p.116.
7. Pierre Renouvin, "L'opinion publique et la guerre en 1917", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, janeiro-março de 1967, p. 4.
8. Wilhelm Bauer, *Die öffentliche Meinung und ihre geschichtlichen Grundlagen* (A opinião pública e suas bases históricas), Tübingen, 1914.
9. Jean Stoetzel, *Esquisse d'une théorie des opinions*, Paris, Presses Universitaires de France, 1943, p. 378.
10. Georges Duby, "Histoire des mentalités", in *L'histoire et ses méthodes* (sob a direção de Charles Samaran), Paris, Gallimard, "Encyclopédie de la Pléiade", 1961, p. 945.
11. Num artigo recente, "Du concept de génération à la notion de contemporanéité", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, abril-junho de 1983, p. 257-270, Raoul Girardet enfatiza as precauções que devem ser tomadas com o emprego do conceito de geração. Em compensação, segundo um estudo de Annick Percheron, que Raoul Girardet cita, "Préférences idéologiques et morale quotidienne d'une génération à une

- autre”, *Revue Française de Science Politique*, vol. 32, nº 2, abril de 1982, p. 185 sq., “os fatores de continuidade e de filiação aparecem como fortemente preponderantes no plano das ‘preferências ideológicas’, políticas e religiosas”, mas a transmissão das atitudes não é jamais “nem total revolução, nem simples reprodução” (Raoul Girardet, loc. cit., p. 270, n. 11).
12. Fernand Braudel, *Histoire et sociologie*, p. 92, in Georges Gurvitch (sob a direção de), *Traité de sociologie*, 3ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1967, e “Histoire et sciences sociales: la longue durée”, *Annales ESC*, nº 4, 1958.
13. Georges Duby, op. cit., p. 949.
14. Ver Jean-Jacques Becker, 1914. *Comment les Français sont entrés dans la guerre?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, 3ª parte, “La mobilisation”.
15. Pierre Milza, *Opinion publique et politique étrangère*, in *Actes du Colloque Opinion publique et politique extérieure (1870-1915)*, nº 54, École Française de Rome e Universidade de Milão, “L’École Française de Rome”, 1981, p. 663-687.
16. Georges Burdeau, loc. cit., p. 117.
17. Jacques Ozouf, *L’opinion publique: apologie pour les sondages*, in *Faire de l’histoire*, t. III, *Nouveaux objets* (sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora), Paris, Gallimard, 1974, p. 220-235.
18. A avaliação mais recente e mais completa de todas as perguntas que a natureza da opinião pública coloca para o historiador é a de Pierre Laborie em *Vingtième Siècle*, n.º 18, abril-junho de 1988.
19. *Sondages*, nº 4, 1954.
20. Jean-Baptiste Duroselle, “Opinion, attitude, mentalité, mythe, idéologie: essai de clarification”, *Relations Internationales*, nº 2, novembro de 1974, p. 13.
21. Christel Peyrefitte, op. cit., p. 266.
22. Jean-Jacques Becker, op. cit., p. 252-253.
23. Marlis G. Steinert, “L’évolution des images nationales en Allemagne pendant la Deuxième Guerre mondiale”, *Relations Internationales*, nº 2, novembro de 1974, p. 217.
24. Pierre Laborie, op. cit., p. 334.

25. Paul Bois, *Paysans de l’Ouest*, Paris, Flammarion, 1971, p. 360. N. do T.: a *chouannerie* foi uma insurreição camponesa sob a liderança de Jean Chouan que se estendeu de 1793 a 1800.
26. Saul Friedländer, “‘Mentalité collective’ et ‘caractère national’: une étude systématique est-elle possible?”, *Relations Internationales*, nº 2, novembro de 1974.
27. Jacques Le Goff, *Les mentalités: une histoire ambiguë*, in *Faire de l’histoire*, t. III, *Nouveaux objets*, op. cit., p. 80.
28. Pierre Milza, op. cit., p. 672.
29. Georges Duby, op. cit., p. 950, segundo Jean Dhondt, “Une mentalité du XIIe siècle, Galbert de Bruges”, *Revue du Nord*, e “Les ‘solidarités’ médiévales: une société en transition. La Flandre em 1127-1128”, *Annales ESC*, nº 12, 1957.
30. “Diplôme d’études supérieures” era como se chamava então o “mémoire d’études supérieures” atual.
31. Jacques Ozouf, “Mesure e démesure: l’étude de l’opinion”, *Annales ESC*, março-abril de 1966, p. 324.
32. *Ibid.*, p. 325.
33. Ver Jacques Ozouf, “Études de presse et analyse de contenu”, *Le Mouvement Social*, nº 53, out-dezembro de 1965, p. 39-49.
34. René Rémond, *Les États-Unis devant l’opinion publique française (1815-1852)*, Paris, Colin, 1963, p. 11.
35. *Ibid.*, Prefácio de Pierre Renouvin, p. VIII.
36. Levando-se em conta, evidentemente, que essas observações devem ser, elas também, submetidas a uma análise crítica.
37. Para a aplicação na política externa, ver Pierre Milza, op. cit., p. 686.
38. Georges Duby, op. cit., p. 938.
39. Jean-Jacques Becker, op. cit., 3ª parte, capítulo I.
40. Ver Jean-Jacques Becker, *Les Français dans la Grande Guerre*, Paris, Laffont, 1980, p. 213. Os originais encontram-se no Service Historique de l’Armée de Terre (SHAT), 16 N 1536 GQG 2 Bureau.
41. Ver Jacques Ozouf, *Nous les maîtres d’école*, Paris, Julliard, “Archives”, 1967, e “L’instituteur 1900-1914”, *Le Mouvement Social*, no 44, julho-setembro de 1963, p. 3-22.

42. Georges Castellan, "Jaurès devant l'opinion publique française en juillet 1914", in *Actes du Colloque Jaurès et la Nation*, Association des Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Toulouse, 1965, p. 107-122.
43. Ver o *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, "Problème de méthode en histoire orale", 1981, e *Cahiers de l'IHTP*, nº 4, "Questions à l'histoire orale", junho de 1987.
44. Georges Castellan, "Histoire et mentalité collective: essai sur l'opinion publique française face à la déclaration de guerre en 1914", *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, nº 29, p. 7, 1964.
45. Jacques Ozouf, "Mesure e démesure: l'étude de l'opinion", loc. cit., p. 332, nº 1.
46. Pierre Laborie, op. cit., p. 367.
47. Ver Jeanne Labrousse, *L'opinion publique sous la IVe République*, Colloque *La IVe République*, Université de Paris-I e CNRS, 22-24 de fevereiro de 1979.
48. Jacques Ozouf, *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III, p. 221.
49. Ibid., p. 232.
50. Pierre Renouvin, "L'opinion publique et la guerre en 1917", loc. cit., p. 4.
51. Pierre Renouvin, "L'étude historique de l'opinion publique", *Revue des Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1º semestre de 1968, p. 132-133.
52. Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*, Cahier des Annales, Paris, Colin, 1969.
53. Alfred Sauvy, *L'opinion publique*, Presses Universitaires de France, 1967, p. 74-75.
54. Ibid., p. 4.
55. Alfred Max, *La République des sondages*, Paris, Gallimard, 1981, p. 169.
56. Jean-Baptiste Duroselle, *De Wilson à Roosevelt. La politique extérieure des États-Unis (1913-1945)*, Paris, Colin, 1960, p. 291.
57. Pierre Milza, op. cit., p. 682.
58. Jeanne Labrousse, op. cit., p. XI.

59. Alain Girard, *Sondages d'opinion et politique étrangère, in Élaboration de la politique étrangère* (sob a direção de Léo Hamon), Presses Universitaires de France, 1969, p. 40.
60. Jean-Jacques Becker, *1914. Comment les Français sont entrés dans la guerre?*, op. cit., 4ª parte.
61. Jean-Jacques Becker, "Union sacrée et idéologie bourgeoise", *Revue Historique*, nº 535, julho-setembro de 1980, p. 65-74.
62. Stanley Hoffmann, loc. cit., p. 50.
63. Pierre Laborie, op. cit., p. 334.
64. Ibid., p. 333.
65. Ver Jean-Jacques Becker, Catherine Simon et Jean Loignon, "Le modèle soviétique et l'opinion française", 1944-1949, Colloque *La France en voie de modernisation 1944-1952*, 4-5 de dezembro de 1981.
66. Pierre Mendès France, *Choisir*, Paris, Stock, 1974, p. 103.
67. Charles-Robert Ageron, "L'opinion française devant la guerre d'Algérie", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, abril-junho de 1976, p. 256-284, e Bernard Droz e Évelyne Lever, *Histoire de la guerre d'Algérie (1954-1962)*, Paris, Éd. du Seuil, 1982, p. 278 sq.

A Mídia

Jean-Noël Jeanneney

NO FRONT da história política renovada, o setor dos meios de comunicação não é o mais arduamente trabalhado.

Não que não se sinta vivamente seu interesse e sua atração, medindo a importância, ao vivo, da representação que uma sociedade política faz de si mesma, apreciando os efeitos da idéia — correta ou falsa — que ela faz da influência dessa representação sobre os rumos de seu destino, constatando enfim os esforços que conseqüentemente os atores fazem para modificá-la...

A despeito disso, percebem-se facilmente os obstáculos específicos capazes de explicar o atraso da pesquisa. O primeiro é a diversidade extrema dos objetos de estudo e sua dispersão. No caso da imprensa escrita, deve ser construído todo um repertório dos jornais que, na França, no decurso de um século, contam-se aos milhares. No caso do audiovisual, durante muito tempo pareceu que a atenção podia se concentrar numa dezena de empresas, mas eis que a “explosão” das rádios privadas, acompanhada de um rápido desenvolvimento das rádios descentralizadas de serviço público, e em seguida a multiplicação dos canais de televisão, o desenvolvimento — mesmo lento — do cabo, a chegada dos satélites, eis que tudo isso aumentou enormemente, também neste caso, a amplitude da pesquisa necessária.

Por conseguinte, jamais foi saciada a necessidade de um certo número de monografias, esses trabalhos que as paciências eruditas do século XIX forneciam com mais facilidade que hoje, tanto mais que o gênero descritivo, ameaçado pela

monotonia, tende hoje a desencorajar o ardor dos pesquisadores e a benevolência dos editores. A preciosa *Histoire générale de la presse française*, embora se ressinta forçosamente das lacunas da pesquisa, oferece ao menos uma massa de informações factuais,¹ e sua homóloga no domínio do audiovisual faz uma grande falta à França — uma obra equivalente à monumental *History of broadcasting in the United Kingdom*, de Asa Briggs.² Ao mesmo tempo, essa necessidade de uma informação documental básica comporta um perigo imediato: o de que o esforço de uma reflexão sintética, capaz de considerar o conjunto do sistema em movimento, seja travado pela dispersão da pesquisa.

A história da imprensa escrita carrega assim de saída o *handicap* de um desequilíbrio da documentação (e esta observação pode estender-se também às agências de notícias): de um lado, a massa imensa de papel impresso e, em contraste, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento, suas ligações cotidianas com os diferentes poderes. Não devemos menosprezar, na explicação dessa penúria, o acidente da Segunda Guerra Mundial e a subsequente subversão total do destino de numerosas publicações. Os processos ligados à imprensa às vezes lançam bruscos fachos de luz, mas é raro abordarem o essencial. E o liberalismo da lei de julho de 1881, acabando com a vigilância administrativa, fez ao mesmo tempo secarem arquivos extremamente úteis para os períodos anteriores, deixando subsistirem apenas dossiês policiais nos quais informações interessantes misturam-se a um amontoado confuso de intrigas. Levemos em conta, além disso, a própria natureza do trabalho: a velocidade do ritmo, mais que em qualquer outro lugar, leva a privilegiar o oral, o telefone, a conversa, em relação ao escrito (a não ser pelos próprios artigos...) e, por outro lado, dirige o espírito dos atores para o mais instan-

tâneo, matando rapidamente, na maioria deles, qualquer interesse perseverante por um passado amarelecido — a não ser por algumas anedotas que sobrevivem.

Um dos riscos que esse dado traz para a historiografia é que ela aceita esse desequilíbrio como inevitável e amolda-se a ele. O segundo tomo da história do *Petit Parisien*, de Francine Amaury, é ilustrativo a esse respeito: é a compilação das reações de um jornal (além do mais muito *middle of the road*, portanto sem arestas) durante toda a vigência da Terceira República.³ As perguntas importantes escapam pelos furos dessa peneira.

Se nos voltamos para a imprensa audiovisual, a situação é ainda pior: pois são muito mais difíceis — ao mesmo tempo dispendiosas e penosas — a conservação e a consulta dos arquivos de imagem e de som. O balanço bastante sombrio que pode ser feito da televisão já foi apresentado em outros lugares.⁴

Destaquemos em compensação que a documentação escrita proveniente dos órgãos públicos que fazem rádio e televisão tem mais possibilidade de oferecer — por se tratar de administrações bem constituídas — séries completas, às vezes enriquecidas pelos arquivos privados das sucessivas diretorias.⁵ Em toda parte, impõe-se um esforço rápido de recenseamento, antes que muitos vestígios se percam.

Durante muito tempo, a curiosidade concentrou-se nesta pergunta simples (na verdade demasiado simples, como se verá adiante): qual é a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos, os grupos de pressão dispõem para pressionar a imprensa escrita, falada ou televisiva e, através dela, a opinião pública?⁶

O advento das pesquisas científicas, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, divide a história em duas. Antes, imperava o impressionismo. Depois, foi possível ser mais preciso. Mas a conclusão é a mesma. É certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos — e, mais violentamente, dos votos —, mas os dirigentes tendem espontaneamente a exagerar muito isso. As decepções dos serviços secretos, sobretudo em tempos de guerra, são aqui esclarecedoras.⁷ Começamos a conhecer melhor a história das tentativas de comprar jornais do lado inimigo durante a Grande Guerra e ficamos espantados com o contraste entre as vultosas somas despendidas e os magros resultados obtidos: o dinheiro gasto mede o tamanho das ilusões baseadas numa causalidade demasiado simples, e não o peso verdadeiro dos jornais comprados. (É verdade que as subvenções em geral se perdiam no meio do caminho nos bolsos ávidos dos intermediários — que às vezes levavam o atrevimento a ponto de afirmar que, se a linha da publicação que se queria influenciar não mudava, apesar do dinheiro desembolsado, era para não chamar a atenção dos governos interessados para uma mudança tão brusca! A galhofa e o absurdo andavam aqui de mãos dadas...)

Não vamos tão longe, entretanto, e reconheçamos que um esforço de corrupção aplicado a uma imprensa venal pode contribuir para criar um clima;⁸ mas isto praticamente só ocorre nesses domínios marginais que não empolgam a maioria do público ou ainda no meio financeiro, o dos otários a serem depenados.

Assim também, nos últimos 20 anos tem havido uma preocupação na França (como nos países anglo-saxões) de avaliar a influência política da televisão. *A televisão faz a eleição?*⁹ Dessa maneira renascem os debates anteriores sobre a suposta “violação das massas” pela radiodifusão.¹⁰ Com uma diferença

importante, porém: o rádio extrai toda a sua força, sobretudo em ondas curtas, do fato de não ligar para as fronteiras. Quando o totalitarismo se abate sobre um país, o rádio é uma fonte de liberdade íntima. E a guerra das ondas em 1939-1945 não foi certamente uma ilusão.¹¹ A televisão, ao contrário, durante muito tempo — até a chegada dos satélites... — só transpôs as fronteiras de um país a outro muito marginalmente, e é portanto dentro do país que seu poder fascina.

Três etapas se distinguem com facilidade nesta história.¹² Num primeiro momento, sociólogos e historiadores tenderam espontaneamente a ratificar a ingenuidade dos políticos, apostando no poder da televisão de alterar as atitudes. Consta que nos anos 60 Malraux costumava explicar que a televisão devia estar a serviço do Estado gaulista, já que “toda a imprensa escrita” lhe era hostil (exagero flagrante...). E o próprio de Gaulle, que era reconhecido como o “mago” da telinha, e nela realimentava seu carisma, parecia corroborar a idéia. A partir de então uma idéia simples foi posta em prática: medir as correlações entre os votos partidários e a posse de um aparelho de televisão — naqueles tempos, cientificamente felizes, em que nem todos os lares possuíam um...¹³ A não coincidência surpreendeu e inaugurou o segundo momento: o do hiperceticismo. Até que finalmente o quadro foi matizado, ao longo de uma terceira fase, graças a uma distinção, indispensável aqui como em qualquer parte, entre os diferentes ritmos da duração.

Pareceu então que, se no curto prazo o efeito da televisão era essencialmente fornecer argumentos mais fortes a convicções preestabelecidas, ela não deixava de estar destinada, no prazo mais longo, a modelar as culturas e as atitudes estáveis sobre as quais floresceriam mais tarde os comportamentos instantâneos. De repente a curiosidade se estendia, para além dos noticiários, ao conjunto dos programas capazes de mo-

delar lentamente as mentalidades. Ela se ampliava também até o ponto de considerar atentamente o papel das “personalidades-relés”, esses guias de opinião que, já em 1955, nos Estados Unidos, falando de um “fluxo em dois tempos”, Paul Lazarsfeld e Elihu Katz evocavam.¹⁴

Essas sutilezas, essas nuances, os políticos (que aliás só têm tempo, na televisão e no rádio, de ouvir os noticiários) continuam, hoje como ontem, a ignorá-las soberbamente.

Cada vez que seus apoios se retraem, todo governo tende a incriminar os meios de comunicação, que não explicariam convenientemente sua ação: e bem sabemos que em história política uma idéia falsa vira depressa um fato verdadeiro.

Simetricamente, toda oposição tende, de boa ou de má fé, a atribuir ao governo um poder absoluto sobre a mídia — em todo caso sobre a mídia audiovisual —, investindo-o de uma lucidez que perceberia o tempo todo as declarações exatas que é preciso fazer e os homens eficazes para divulgá-las. Alain Peyrefitte, em seu livro *Quand la rose se fanera*, deu um exemplo tópico, porque caricatural, quando escreveu (em 1982): “O poder de hoje considera mais cômodo e mais discreto ter uma linha direta com as direções da televisão e do rádio: ele lhes sopra agora seus conselhos ou sugestões por telefone sem ter que discar o número, sem um intermediário importuno, sem testemunha ou vestígio.”¹⁵ A formulação tem tudo para surpreender o observador que conhece a maneira como o mesmo Alain Peyrefitte entendia, no governo do general de Gaulle, sua função de ministro da Informação, e como ele próprio e seu gabinete trataram como simples funcionários os diretores gerais da RTF, depois da ORTF¹⁶ (é verdade que a Quarta República lhes havia legado uma sólida tradição nesse sentido...). Ela tem tudo para surpreender o observador que constata que o governo socia-

lista oriundo do 10 de maio de 1981 foi o primeiro — ao criar o corpo intermediário de uma *Haute Autorité* independente —, a aceitar o risco de abrir mão de grande parte de seu poder direto. Mas no campo que examino aqui, o do encontro da polêmica com a credulidade, o essencial está em outro aspecto: que a declaração do sr. Peyrefitte possa ser formulada sem que ele tema a censura do riso, eis aí um testemunho impressionante da força das mitologias cruzadas.

Esta observação, aliás, se amplia e leva a considerar a história dos *projetos* políticos empenhados em prever outros mecanismos destinados a mudar as relações entre o Estado e a imprensa (essencialmente a imprensa audiovisual pública). Penso nas numerosas propostas e relatórios parlamentares da Assembléia e do Senado, procedentes de todos os partidos: as fontes são plétóricas. As atividades dos congressos, os trabalhos dos partidos, as publicações doutrinárias proliferam. E as utopias, as soluções imaginadas pela esquerda, ao longo de toda a sua longa oposição durante a Quinta República, também são parte integrante da história dos climas políticos, das ideologias e das estruturas mentais de uma época. Um estudo científico sobre esse tema ainda está por ser feito.

A curiosidade científica pode (e deve?) deter-se longamente nessas paragens. Mas é preciso também, deixando o mundo dos reflexos ou das esperanças, tentar, mais simplesmente, distinguir o verdadeiro do falso e escutar, subindo contra a corrente, a verdade da influência dos poderes públicos e dos diversos grupos de pressão sobre a mídia. Duas abordagens são possíveis e na verdade complementares.

A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga.¹⁷ Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas: a *Histoire générale* fornece muitas *provas disso, e os trabalhos recentes puderam* recolher infor-

mações novas, por exemplo, sobre *Le Temps*, *Les Débats*, *L'Époque* ou *Le Temps de Paris* de 1956.¹⁸ Garanto que uma monografia consagrada sob esse aspecto ao desafortunado *J'informe*, de Joseph Fontanet (1977), poderia ter grande interesse. E o projeto vale também para as rádios privadas — as emissoras “periféricas” antigas e as rádios locais de frequência modulada dos anos 1980. No que diz respeito à mídia audiovisual de “serviço público”, nesse mesmo capítulo, que podemos chamar de *anatômico*, é o organograma jurídico e político dos canais de influência do Estado que ocupa uma posição equivalente.¹⁹

A segunda abordagem corresponde a uma visão mais *fisiológica* das coisas: consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências — nascimento, vida e morte dos programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também esses incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens. No caso da televisão, o exemplo da famosa série “Cinq colonnes à la Une”, sobre a guerra da Argélia,²⁰ poderia ser cotejado com muitos outros. “La caméra explore le temps”, programa cuja suspensão causou tanto rebulição em 1965, também seria um caso rico de ensinamentos. O que é preciso descrever, em suma, é a *decisão* na imprensa escrita e no rádio-televisão. A imbricação dos fios e a incerteza das pistas explicam (mas não são um consolo) que os historiadores do político até o momento não se tenham preocupado muito com isso. Como a finalidade deste livro também é estimular novos apetites, fica aqui a sugestão.

E aqui é também o lugar de dizer que a novidade introduzida em 1982 pelos socialistas no poder merece uma atenção específica: falo da *Haute Autorité*, instância independente que fez os “sábios” entrarem no jogo (“sofiocracia”?), e que foi encarregada, em resumo, de colocar o rádio e a televisão públicos a serviço da nação inteira e não de um governo ou

de uma maioria — sempre passageiros, na democracia. Concretamente, pretendia-se criar uma verdadeira separação entre os poderes públicos e as direções, não apenas para servir à moral democrática, mas, mais amplamente, para assegurar às empresas envolvidas a dignidade necessária à sua plena eficácia tanto no tocante aos programas quanto aos noticiários. Como essa instituição foi trucidada em 1986, após a volta da direita ao poder, sua história completa pode e deve ser escrita, com um balanço e uma interpretação de seus sucessos e seus fracassos. No momento dispomos apenas de testemunhos subjetivos,²¹ matéria-prima, entre outras, para as sínteses futuras que certamente esclarecerão, pois tratava-se de um lugar central, várias das questões de método e de fundo que são evocadas aqui.

Por mais insuficientes que sejam em número, as pesquisas disponíveis em todo caso demonstram com ênfase, exatamente quando acompanham a pergunta linear que eu fazia no começo, que essa pergunta é na realidade muito empobrecedora e enganosa: pois tudo é muito mais complicado que a simples relação de intervenientes ativos esforçando-se para impor sua influência a sujeitos mais ou menos passivos.

Assim é que existe uma influência específica do rádio, e sobretudo da televisão, na vida política, influência na qual nem sempre se pensa, pois ela escapa ao mesmo tempo ao imediato e ao intencional: é aquela que o poder dos microfones e das câmeras exerce sobre os modos de expressão dos atores. A eloquência dos políticos foi certamente modificada por isso — a forma, a expressão, o vocabulário e a sintaxe,²² e talvez também seu gestual, sua maneira de se vestir e de se mover...

Talvez se diga que isso escapa à vontade explícita dos profissionais dos meios de comunicação. Mas quando voltamos à crônica do cotidiano, é para constatar que aí também, no quadro das influências, as setas estão voltadas em todas as direções.

Não ratifico uma visão demasiado desencarnada das re-

lações da imprensa com os poderes, essa visão da qual um Philippe Simonnot, durante algum tempo jornalista do *Le Monde* (e levado por sua especialização de economista?) tornou-se o mais eficaz defensor:²³ a de um universal *do ut des*, de um jogo de trocas congelado, em que cada um dos protagonistas calcularia cientificamente os valores trocados e o conteúdo da permuta. Nada mais estranho à vida real que essa interpretação abstrata que não leva em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, *desencarna*.

E no entanto, a pista é boa. Ela vem lembrar o interesse da sociologia política de um meio.

Antes de tudo do lado de dentro, onde é preciso organizar uma prosopografia dos jornalistas e dos dirigentes da imprensa. Por mais contaminados por um espírito de sistema que às vezes pareçam ao historiador, os trabalhos da escola de Pierre Bourdieu (refiro-me em particular a diversos números das *Actes en Sciences Sociales*) colocam boas perguntas e propõem algumas respostas provisórias mas estimulantes. A história política dos meios de comunicação deve enriquecer-se com um estudo da “socialização” dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular.²⁴ Ela deve dedicar especial atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (freqüentemente, mas nem sempre...) solidariedades instintivas.

É preciso em seguida sair do microcosmo das diversas redações e apreender o meio em seu conjunto, considerar os vínculos que as unem, opondo-as — na duração de carreiras profissionais que freqüentemente daí em diante se fazem em ziguezague entre as diversas categorias da imprensa escrita, falada ou por imagens.

É preciso sobretudo prestar atenção aos vínculos múltiplos

que aproximam os atores da mídia de todos os outros. Em *Les intellocrates*, Hamon et Rotman levantaram de uma maneira divertida o mapa dos restaurantes da *rive gauche* onde se encontravam com mais facilidade os espécimes humanos que estavam estudando. Valeria a pena desenvolver a idéia para o nosso tema, que é vizinho do deles. A Brasserie Lipp praticamente só foi estudada sob o ângulo anedótico: ela mereceria, sob a luz da nossa curiosidade particular, uma tese acadêmica e bem-humorada. Os clubes têm menos importância na França que na Inglaterra. Mas a lista dos jornalistas membros do *Siècle*, onde, uma vez por mês, eles encontram uma amostragem bastante nítida dos meios dirigentes, mereceria com certeza ser considerada. Imaginemos a que ponto seria picante saber com quem almoçaram os 50 principais jornalistas de Paris durante um ano, de década a década, desde o início da Terceira República!

Estas observações referem-se ao conjunto dos *produtores* da informação. Mas o estudo do *produto* tampouco deve ser esquecido. Existe um processo de elaboração, de difusão, depois de extinção da informação que só pode ser percebido eficazmente, num primeiro momento pelo menos, pela monografia. A cada dia os meios de comunicação se recopiam em círculo segundo um processo freqüentemente assinalado. E seria preciso multiplicar as análises de notícias particulares, que têm toda sua vida e sua morte, e que só se explicam uma em relação às outras.

Uma das fontes desse processo é sem dúvida a agência de notícias.²⁵ No caso francês, o papel da Havas e depois de sua filha, a AFP, é essencial, fornecendo um terreno propício a tudo que floresce e cresce ao ar livre.

Por toda parte, sei bem disso, a dificuldade é fugir do particular e captar — com a intuição e as estatísticas misturando-se, como sempre — a totalidade de um conjunto. E parece-me que

a nossa atualidade mais imediata, segundo um processo recesivo que muitas vezes tem suas virtudes em história contemporânea, poderia guiar com êxito as investigações do passado.

Para concluir, tomemos cuidado: o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas: como renunciar ao estudo do poder *no interior* dessas empresas? Decerto, elas não são homotéticas em relação à coletividade nacional, mas muitas instâncias funcionam de modo semelhante em toda parte: o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos (que não são mais isentos de paixões que os outros atores), o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e o do fracasso... O *Journal des Débats* de Nalèche, *Le Matin* de Bunau-Varilla (esperando, muito mais tarde, o de Claude Perdriel), *L'Époque* de Kérillis, *Paris-Soir* de Prouvost, *Le Figaro* de Brisson, *France-Soir* de Lazareff, *Le Nouvel Observateur* de Jean Daniel, *Libération* de Serge July, e também a Radio Cité de Bleustein-Blanchet, a Europe n^o 1 de Louis Merlin, depois de Maurice Siegel, a RTL de Jean Farran ou de Jacques Rigaud, a televisão de Jean d'Arcy, de Arthur Conte, de André Rousselet, de Hervé Bourges, de Francis Bouygues e de Robert Hersant, e ainda a Radio France²⁶ — todos esses pequenos universos e muitos outros mereceriam também ser estudados por dentro, com a cibernética cotidiana das decisões tomadas.

Se alguém alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, eu retrucaria, a partir da minha experiência, que sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses

estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político.

Nenhum exemplo é mais revelador que a ORTF em maio-junho de 1968: analisados todos os aspectos (como o demonstrou uma recente jornada de estudos),²⁷ a “*Maison Ronde*” merece menos interesse na medida em que foi disputada do que na medida em que os atores de um acirrado combate político (atores individuais ou coletivos) a erigiram em símbolo e expressão condensada do universo exterior. Os diversos agentes e colaboradores, unidos, dilacerados, reagrupados, viveram dentro dela — com os deslocamentos psicológicos e temporais de costume — como que um concentrado da crise que agitava a comunidade nacional.

Eis-nos em suma de volta a esse ponto extremo em que a representação das coisas acaba tendo dificuldade de se distinguir da própria realidade. O lembrete é útil: o jogo de espelhos pode funcionar quase até o infinito. Desafio constante, mas estímulo também — para a ciência e para a ação —, a que se faça tudo para não deixar se obscurecer no afetivo a clareza da razão.

Notas

1. Claude Bellanger, Jacques Godechot, Pierre Guiral e Fernand Terrou, *Histoire générale de la presse française*, Paris, PUF, 1972, 1975 e 1976, com uma rica bibliografia; ver sobretudo os t. III, *1871-1940*, e V, *De 1958 à nos jours*.

2. Asa Briggs, *History of broadcasting in the United Kingdom*, Londres, Oxford University Press, 1961-1979, 4 vol. Assinalemos o mérito de René Duval que, em sua *Histoire de la radio*, Paris, Alain Moreau, 1980, desbravou um terreno quase virgem e forneceu informações sobre muitas estações, em particular durante a Terceira República. E para o conjunto do audiovisual, saudemos as primeiras resenhas bibliográficas: referente pelo menos ao primeiro período, a de Cécile Meadel e Caroline Mauriat, "Pour une histoire de la radiodiffusion en France, essai bibliographique (1921-1945)", *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, nº 10, dezembro de 1982, p. 44-57 (com 175 títulos); e sobretudo, no âmbito do relatório sobre a *Histoire culturelle de la France contemporaine*, preparado para o Ministério da Cultura e da Comunicação sob a direção de Jean-Pierre Rioux (1987), datil., Caroline Mauriat, "Histoire de la radiodiffusion", p. 407-436, e Catherine Grumblatt, "Histoire de la télévision", p. 436-469.

3. Francine Amaury, "*Le Petit Parisien*" (1876-1944). *Histoire du plus grand quotidien de la III^e République*, Paris, PUF, 1972, 2 vol.

4. Sobre a situação dos arquivos televisuais, ver Jean-Noël Jeanneney e Monique Sauvage, *Télévision, nouvelle mémoire. Les magazines de grand reportage, 1959-1968*, Paris, Institut National de l'Audiovisuel e Éd. du Seuil, 1982; e dois números de *Problèmes Audiovisuels*, revista editada pelo INA e a Documentation Française, "Les archives de la télévision, image de notre temps", nº 2, julho-agosto de 1981, e "À quoi servent les archives de la télévision", nº 14, julho-agosto de 1983. Uma jornada de estudos foi dedicada aos problemas dos arquivos audiovisuais por iniciativa do Comité d'Histoire de la Télévision, do Comité d'Histoire de la Radio e do Groupe d'Études Historiques sur la Télévision (GEHRA)

com a colaboração da Radio-France, em outubro de 1983 (*Les sources de l'histoire de la radio et de la télévision*, 1984). Ver particularmente a contribuição de André-Jean Tudesq, "Les études historiques en France sur la radio et la télévision".

5. Um dos primeiros pesquisadores a se interessar pela história do rádio, o já citado André-Jean Tudesq, aventurou-se pioneiramente nessa área. É autor de numerosos estudos ainda parciais e, em colaboração com Pierre Albert, do "Que sais-je?" dedicado à história do rádio e da televisão, Paris, PUF, 1981. Os arquivos da ORTF conservados em Fontainebleau parecem ricos. Quando eu dirigia a Radio-France, fiz um acordo específico com os Archives Nationales que deve permitir que sejam asseguradas no futuro a triagem e a conservação (como sempre intimamente ligadas) desses dossiês.

6. Sobre a opinião pública, além da contribuição de Jean-Jacques Becker a este livro, pode-se consultar as *Atas* dos seminários sucessivos de Roma organizados por Philippe Levillain no âmbito da École Française sobre o tema "Opinion publique et relations internationales au XX^e siècle".

7. Ver Jean-Noël Jeanneney, "La hantise de la désinformation", *Concordance des temps. Chroniques sur l'actualité du passé*, Paris, Éd. du Seuil, "XX^e siècle", 1987, p. 182-189.

8. Ver Dimitri Kitsikis, *Propagande et pressions en politique internationale. La Grèce et ses revendications à la conférence de la Paix (1919-1920)*, Paris, PUF, 1963.

9. Este é o título do livro de Jay G. Blumler, Roland Cayrol e Gabriel Thoveron publicado pela Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques em 1978. A obra de Jean-Louis Missika e Dominique Wolton, *La folle du logis: la télévision dans les sociétés démocratiques*, Paris, Gallimard, 1983, é rica em apreciações sobre essas questões e muitas outras.

10. Serge Tchakhotine, *Le viol des foules par la propagande politique*, Paris, Gallimard, 1939.

11. Hélène Eck et al., *La guerre des ondes. Histoire des radios de langue française pendant la Deuxième Guerre mondiale*, Publication de

la Communauté des Radios Publiques de Langue Française, Paris, Colin, Lausanne, Payot, Bruxelles, Complexe, Montreal, Heurtebise, 1985.

12. Francis Balle as resume bem em *Médias et sociétés*, 4^o ed., Paris, Éd. Montchrestien, 1988 (rica bibliografia). Ver também Roland Cayrol, *La nouvelle communication politique*, Paris, Larousse, 1986.

13. Ver os artigos pioneiros de Claude Neuschwander e René Remond, "Télévision et comportement politique", *Revue Française de Science Politique RFSP*, junho de 1963, p. 325-347, e de Guy Michelat, "Télévision, moyens d'information et comportement electoral", *RFSP*, outubro de 1964. Os numerosos trabalhos de Michel Souchon são importantes; ver em particular *Petit écran et grand public*, Paris, La Documentation Française, 1980.

14. *Personal influence*, Glencoe, The Free Press, 1955.

15. Alain Peyrefitte, *Quand la rose se fanera*, Paris, Fayard, 1982, p. 191.

16. Ver Jacques Thibau, *Une télévision pour tous les Français*, Paris, Éd. du Seuil, 1970, e *La télévision, le pouvoir et l'argent*, Paris, Gallimard, 1973. E ver, a título de exemplo, as notas do general de Gaulle a seu ministro da Informação — perfeitamente claras! — datadas de 18 de fevereiro e 2 de setembro de 1963: *Lettres, notes et carnets, janvier 1961-décembre 1963*, Paris, Plon, 1986, p. 318 e 369.

17. Jean-Noël Jeanneney, *L'argent caché. Milieux d'affaires et pouvoir politique dans la France du XX^e siècle*, 2^a ed., Paris, Éd. du Seuil, 1984, em particular p. 65-69 e 205-230.

18. Ver, por exemplo, Jean-François Picart, "*L'Époque*", 1937-1940. *Journal de Henri de Kérillis*, tese de 3^o ciclo, Universidade de Paris-II, 1974, e meus próprios trabalhos sobre o *Journal des Débats*, in *François de Wendel en République. L'argent et le pouvoir*, Paris, Éd. du Seuil, "L'Univers historique", 1976, e sobre *Le Temps de Paris* e *Le Monde*, "*Le Monde*" de Beuve-Méry ou *Le Métier d'Alceste*, Paris, Éd. du Seuil, 1979 (em colaboração com Jacques Julliard). Sobre este jornal existe um importante trabalho recente: Marc Rassat, *À la recherche de l'univers politique d'un quotidien. "Le Monde" en 1979*, Paris, IEP, 1981 (tese de 3^o ciclo em estudos políticos).

19. Ver Antoine de Larlé, "The monopoly that won't divide", in *Television and political life*, Londres, Anthony Smith, 1979, p. 41-75, *Studies in Six European Countries*.
20. Hélène Eck, " 'Cinq colonnes' et Algérie, 1959-1962", in *Télévision, nouvelle mémoire*, op. cit., p. 96-116.
21. Em primeiro lugar o de sua presidente, Michèle Cotta, *Les miroirs de Jupiter*, Paris, Fayard, 1986.
22. Há muito o que colher nos diversos trabalhos de Jean-Marie Cotteret e Claude Emeri dedicados a este tema, em particular com a transcrição do debate televisionado Giscard d'Estaing-Mitterrand de 1974, *Giscard-Mitterrand, 54.774 mots pour convaincre*, Paris, PUF, 1978, obra escrita em colaboração com Jacques Gerstlé e René Moreau.
23. Philippe Simonnot, "*Le Monde*" et le pouvoir, Paris, Presses d'Aujourd'Hui, 1977.
24. Ver Rémy Rieffel, *L'élite des journalistes, les hérauts de l'information*, Paris, PUF, 1984; e para um período anterior, Marc Martin, "Journalistes parisiens et notoriété (vers 1830-1870); pour une histoire sociale du journalisme", *Revue Historique*, t. CCLXVI, julho-setembro de 1981, p. 31-74.
25. Ver sobre este tema o livro de Olivier Boyd-Barrett e Michael Palmer, *Le trafic des nouvelles, les agences mondiales d'information*, Paris, Alain Moreau, 1981.
26. Para um testemunho "quente", Jean-Noël Jeanneney, *Échec à Panurge, l'audiovisuel public au service de la différence*, Paris, Éd. du Seuil, 1986.
27. *Mai 68 à la télévision*, Paris, Documentation Française/Radio-France/INA, 1987, Atas do seminário realizado em outubro de 1982 na Fondation Nationale des Sciences Politiques com a colaboração do Comité d'Histoire de la Télévision; ver sobretudo Jean-Pierre Filin, "L'intersyndicale dans le conflit", extraído de sua tese inédita sobre *La crise de l'ORTF en mai-juillet 1968*.

8

Os intelectuais

Jean-François Sirinelli

É CHEGADA, afinal, para esta história das paixões francesas que é a história política dos intelectuais, a hora da História, com esta maiúscula que convém a toda atividade de pesquisa que possui *status* científico reconhecido. O fenômeno é recente, e muito ainda está por ser feito. Há 30 anos, contudo, uma dessas campanhas de envergadura que mobilizam pesquisadores para um novo campo de investigação e desembocam em aberturas frutíferas teria podido ser posta em marcha. Em junho de 1957, foi organizada pela Association Française de Science Politique uma mesa-redonda sobre "os intelectuais na sociedade francesa contemporânea". A *Revue Française de Science Politique* — RFSP, que publicou pouco depois uma parte dos trabalhos apresentados nesse encontro, observava, com razão, que "os especialistas em ciência política, pelo menos na França, haviam-se preocupado muito pouco" com esses problemas até então e, enquanto Louis Bodin e Jean Touchard definiam um quadro conceitual, René Rémond acentuava que "o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo".¹

Curiosamente, de fato, no exato momento em que a comunidade nacional, às voltas com o drama argelino, começava a repercutir o engajamento e as polêmicas de seus intelectuais e a reverberar os debates sobre seu papel,² a escola histórica francesa, com raras exceções, praticamente não dava atenção a esses atores do político. Poderíamos comentar longamente esse silêncio — ao menos relativo — dos historiadores enquanto outras disciplinas — particularmente a ciência política e, em menor escala, a sociologia³ — voltavam pouco a pouco seu

olhar nessa direção. Mas há algo ainda mais surpreendente. Longe de se pôr progressivamente em movimento, o estudo histórico dos intelectuais permaneceu por muito tempo ainda no mesmo lugar, enquanto tomavam impulso, ao longo da década de 1960, as pesquisas sobre “a história abandonada” do período entre as duas guerras, pesquisas estas cuja eclosão ao longo da década seguinte deu lugar a algumas das mais brilhantes contribuições da história política.⁴

Assim, no que diz respeito a esta abordagem histórica do meio intelectual, os anos 1960 e 1970 aparecem, com o recuo, em meias-tintas. Se as pesquisas de história medieval de Jacques Le Goff ou de Bernard Guenée e as de história moderna de Robert Mandrou, Daniel Roche e Robert Darnton alcançaram êxitos incontestáveis e brilhantes — associados na maioria das vezes, é verdade, mais à história social ou cultural que à história do político —, o balanço é mais irregular, no limiar da nossa década, no que concerne à história contemporânea, apesar de algumas belas realizações. E Madeleine Rebérioux pôde sublinhar com razão, num relatório de seminário de 1980, que, no tocante aos intelectuais franceses do século XX, as “incertezas” continuavam “consideráveis”.⁵

Após estudar as causas que durante tanto tempo deixaram os intelectuais no ângulo morto da pesquisa — pois, na verdade, era muito mais uma questão de ausência do olhar que de descrédito — será portanto necessário apresentar em seguida uma história nascente, mais que renascente. Sua juventude não a impediu contudo de ganhar vigor, testando problemáticas novas, desobstruindo pistas inéditas e aafiando para tanto instrumentos específicos. A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.

Uma História no Ângulo Morto

Na historiografia dos atores do político, os intelectuais ocupam indiscutivelmente um lugar à parte. Se observarmos mais de perto, de fato, amplos setores da história política foram revivificados por pesquisas realizadas nas últimas três décadas, e para as quais o problema era menos, na verdade, um problema de essência que uma questão de existência aos olhos de uma comunidade científica que, por razões complexas, durante muito tempo lhes negou um *status* pleno na chamada história nova. Um olhar retrospectivo sem preconceitos sobre essas pesquisas mostra que a estrada percorrida já é longa e que o caminho, no final das contas, foi frutífero. Em compensação, no que se refere à história dos intelectuais, um olhar pelo retrovisor não traz grande proveito.

Um subobjeto da história?

Há aí, pensando bem, um verdadeiro problema histórico que pede esclarecimento e que é em si mesmo um belo tema... de história política. Belo mas delicado, pois as causas de tal situação participam de dois fenômenos de natureza bem diferente. O primeiro remete ao *status* complexo da história política — e, mais ainda, da história política do passado próximo — na escola histórica francesa das últimas décadas. O segundo é mais específico e tem a ver com os problemas próprios da história dos intelectuais na cidade.

Incontestavelmente, e sem dúvida mais que em outros setores, esta história sofreu do processo de suspeição movido contra o pesquisador do político. A honra perdida da história política — segundo os cânones dominantes — durante muito tempo escondeu dos olhares galhos no entanto ricos de seiva. Mais que isso, para setores que, como o dos intelectuais,

ainda não se haviam constituído quando chegou a hora do descrédito, o enxerto num tronco — aparentemente — atrofiado não pôde ser feito. Pois esta história dos intelectuais remetia obrigatoriamente, por algumas de suas facetas, à história política, que na época estava no ostracismo: empreendida pela via indireta da história dos engajamentos individuais, ela se situava — duplo defeito! — no cruzamento da biografia e do político; considerada sob o ângulo coletivo, também esbarrava, é claro, na história social, mas tinha, nesse domínio, outros preconceitos a combater.

história da política

Mas já estamos tocando assim nas causas específicas. Antes de inventariá-las, é preciso também observar que a história dos intelectuais, devido ao papel desempenhado por eles sobretudo a partir de 1945, é, ao menos em parte, uma história do passado próximo e além disso de forte teor ideológico, na qual o pesquisador, mal ou bem um intelectual ele próprio, está imerso. Daí a afirmar que ele corre o risco de se queimar no fogo mal extinto dos grandes debates das últimas décadas faltava apenas um passo, dado com facilidade por aqueles que negavam ao historiador o direito de chegar até as bordas do último meio século, vasto continente deixado em repouso como um alqueive ou abandonado aos “jornalistas” da “história imediata”. Para aqueles que o desprezavam, o historiador do contemporâneo, obrigatoriamente ligado por múltiplas fibras ao ambiente que o cercava, só podia entregar-se a jogos de memória, logo transformados em jogos de espelhos deformantes.

Há também, é verdade, causas específicas que deixaram os intelectuais à margem do ateliê do historiador. Antes de mais nada, os intelectuais constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho. Esse “pequeno mundo estreito”⁶ aparentemente desencorajava qualquer abordagem quantitativa, e por

consequente seu observador se expunha, aos olhos de seus eventuais detratores, à acusação de impressionismo, pouco propícia a um estudo científico sereno, num setor que requer exatamente uma dose extra de serenidade. Acusação que assumia, além disso, valor de condenação numa época em que a história, mesmo cultural, devia ser serial ou não podia aspirar a uma verdadeira dignidade científica. Se acrescentarmos que esse grupo social ético é ainda por cima “mole”, de limites imprecisos, ele só podia repelir a maioria dos pesquisadores, que aspirava legitimamente a distinguir invariantes que permitissem úteis estudos comparativos no tempo e no espaço.

Além do mais, a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas “massas”, às quais os intelectuais não podiam pretender pertencer devido a seu número reduzido, mas também pelo fato de pertencerem às “elites”, por muito tempo confinadas, em reação contra a história “positivista”, ao purgatório dos subobjetos da história.

Um subconjunto vago, um subobjeto da história: a passagem pelo purgatório anunciava-se longa e a expiação incerta. Pois três outros pecados, pelo menos, somavam-se ao de constituir um grupo social reduzido, indistinto e “elitista”. O intelectual ator do político inscrevia obrigatoriamente sua ação no tempo curto do debate cívico. Ora, só a longa ou a média duração permitiriam as abordagens férteis e as aberturas conceituais. Tanto mais que, para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema de seu papel e de seu “poder”, problema que, de uma forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento? Uma pergunta como esta, assim formulada, teria bastado, em certas décadas em que o acontecimento estava banido do ecúmeno dos historiadores, para desqualificar quem a fizesse. Se acrescentarmos uma terceira falta grave de que se podia acusar o historiador

lectuais não era mais obsoleto. Estudar um grupo social estatisticamente limitado não era mais obrigatoriamente considerado um empreendimento duvidoso. Mais que isso, tal procedimento, longe de ser impressionista, podia aspirar ao realismo científico, sobretudo através da indispensável constituição de um *corpus* de textos e de uma abordagem prosopográfica dos itinerários. Além disso, é possível esboçar uma história cíclica do engajamento dos intelectuais, que restitui a este campo de pesquisa a espessura legitimadora da média duração.

A esse renascimento gratificante da história do político somou-se a nova respeitabilidade da história recente, da história das últimas décadas. De fato, chegou-se a um acordo: Clio está deontologicamente habilitada e metodologicamente equipada para medir o pulso da história do nosso tempo. Se uma história dinâmica é reconhecida pelas pistas que descortina, pelas perguntas que faz e pelas respostas que, aos poucos, consegue dar, é forçoso observar que essa história do fim do milênio forjou seus conceitos, verificou suas hipóteses e trouxe contribuições. Nesse contexto, a história dos intelectuais — bastante afetada do ponto de vista cronológico — só podia ser confortada em sua jovem dignidade. A acolhida, ao mesmo tempo branda e serena, reservada pela corporação dos historiadores às teses de Zeev Sternhell sobre o fascismo francês foi assim o reflexo de uma escola histórica que explorou suficientemente o período entre as duas guerras para se sentir daí em diante, para além das clivagens inerentes a toda microssociedade, solidária em sua preocupação de preservar suas conquistas científicas, sem ser perturbada pela abordagem de temas de alto teor ideológico e forte carga política e afetiva.

O mesmo ocorreu daí em diante em relação ao pós-guerra. Sem dúvida, o historiador está obrigatoriamente inserido no seu país e na sua época por múltiplas aderências e, além disso,

ele próprio pertence, como já dissemos, ao meio intelectual. Corre ele o risco, por isso, de tecer de boa-fé as datas dessa história próxima que estuda numa trama subjetiva? Negar que haja aí um perigo revelaria um otimismo beato e um idealismo fora de propósito. Para o historiador dos intelectuais, muito particularmente, coloca-se o problema da simpatia. Esta, no sentido primeiro do termo, é necessária; constitui mesmo a essência do ofício do historiador. Resta contudo o sentido comum e, nesse registro, sem dúvida alguma, simpatias nascem, antipatias crescem, o todo acompanhando as curvas da evolução eventual do pesquisador. Mais que ocultar o fenômeno, sem dúvida é preciso tomar plena consciência dele, assumi-lo de algum modo, a fim de avaliá-lo.

A reabilitação da história recente não corria portanto o risco, definitivamente, de ser freada por essas considerações sobre as relações entre o pesquisador e seu objeto. E essa reabilitação foi fundamental para o *status* da história dos intelectuais. Pois a distinção clássica — e preciosa — de Fernand Braudel entre a ampla respiração do social e do mental e o tempo “curto” do acontecimento perdeu a função de exclusão atribuída por alguns discípulos demasiado zelosos. A década volta a ser uma baliza valiosa. E, nessa perspectiva, estudar os intelectuais na guerra da Argélia, ou tentar esclarecer as gerações intelectuais que se sucederam na França do século XX surge como um objeto de história indiscutível e que ninguém pensaria seriamente em contestar.

Contudo, o essencial não está, no que diz respeito à história dos intelectuais, nem nessa renovação da história política nem na jovem dignidade conferida à história recente. Foi o próprio objeto dessa história que mudou de *status* nas representações coletivas. De um lado, o grupo social dos intelectuais cresceu ao longo das décadas. Os números falam por si mesmos, e dois exemplos bastarão para esclarecer essa

mudança de escala: às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os estudantes franceses, alguns deles intelectuais em potencial, não passavam de 41.000; e em 1926, havia apenas 9.200 professores secundários; essas duas categorias, lembradas entre outras, cresceram em proporções tais que foi o lugar do grupo social inteiro que mudou. Por outro lado, e sobretudo, esse grupo perdeu seu reflexo particular no espelho francês. Sem exagerar, é possível dizer que a França sofreu na década de 1970 dois choques... ideológicos. Após o “efeito Soljenitsyn” em 1974, e as desilusões chinesas e indochinesas no fim da mesma década, o meio intelectual foi desestabilizado, privado de muitos de seus pontos de referência. E o historiador não podia provavelmente deixar de sentir os efeitos induzidos por tal abalo. Pois foi bem quando o intelectual começou a descer de seu trono que sua história pôde se tornar uma história em majestade.

Um paralelo se impõe a esse respeito: a escola “labrousiana” começou a se desdobrar, num primeiro momento através da obra do mestre, na década de crise econômica que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Do mesmo modo, foi quando começou a ser dessacralizado que o intelectual pôde se tornar um objeto da história sobre o qual o historiador não mais hesitou em lançar sua rede. Assim como Marc Bloch conjurava os especialistas da Revolução Francesa com um vigoroso “robepierristas, anti-robepierristas, nós lhes suplicamos; por piedade, digam-nos apenas: qual foi Robespierre?”, tornava-se possível fazer a mesma pergunta em relação a Jean-Paul Sartre, sem ser acusado de terrorismo... intelectual por um ou outro dos campos — às vezes ainda — opostos. O outono dos *maîtres à penser*, ou seja, dos grandes líderes intelectuais,⁹ fez portanto a primavera dos historiadores dos intelectuais, e essa história não foi, daí em diante, apenas a soma das iniciativas de alguns pesquisadores isolados, mas uma disciplina cujos praticantes eram reconhecidos por seus pares.

Além disso, a crise de uma parte do meio intelectual foi acompanhada de acusações que só atiçaram a curiosidade dos pesquisadores. Escrever que o “o Gulag” já estava em Marx, até mesmo em... Platão, dava novas forças a esta pergunta em suma banal, mas durante muito tempo desacreditada: os intelectuais influem na vida das sociedades, seja para o bem, seja para o mal? A questão de um poder intelectual merecia pois daí em diante ser colocada, tanto mais que era formulada pelo próprio meio, desde 1979, através das reflexões de Régis Debray. E se sabemos que a essas agitações e questionamentos internos acrescentou-se logo a curiosidade do “grande público” — através do sucesso, por exemplo, dos *Intellocrates* (1981) ou do *Spectateur engagé* (1981) e das *Mémoires* (1983) de Raymond Aron —, todas as condições estavam então reunidas, no limiar dos anos 1980, para que a história política dos intelectuais se estabelecesse na praça. Mas ainda lhe faltava definir seus objetivos e seus métodos.

Uma História em Construção

A cena se passa na Maison des Syndicats de Bourges, em junho de 1934. Estava na ordem do dia a criação de uma seção local do Comitê de Ação Antifascista e de Vigilância, o futuro Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas. Os cerca de 15 presentes, todos professores, dissertam gravemente sobre a “compreensão” e a “extensão” a ser dada ao termo intelectual: “Um professor primário é um ‘intelectual’? E um oficial? A partir de que posto? E um padre? E alguém que vive de renda?” Enfim, foi dada a resposta: “É uma questão de qualidade humana.”¹⁰

Um meio polimorfo e polifônico

Faríamos mal em sorrir. Pois, por trás das discussões bizantinas dos futuros membros berrichões do Comitê, perfilam-se dois problemas reais: antes de mais nada, efetivamente, a “compreensão” e a “extensão” do termo intelectual; em seguida, o fato de que a resposta ao primeiro problema é o mais das vezes endógena, formulada por intelectuais.

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura.¹¹ É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta.¹²

O que não evitaria, certamente, os debates entre nomencladores. Baseando-se numa acepção ampla da palavra intelectual, e analisando os resultados do censo de 1936, Claude Willard contava, por exemplo, na época da Frente Popular “cerca de 450.000 intelectuais”,¹³ ou seja, 2,2% da população ativa. Talvez fosse excessivo incluir todos os membros do ensino público (186.000), numa época em que dois terços

deles eram professores primários, enquanto os de nível superior mal passavam de mil. Já na época do caso Dreyfus, Madeleine Rebérioux estimava a intelectualidade em “cerca de 30.000 pessoas”:¹⁴ teria havido portanto um crescimento dos intelectuais de 1.500% em um terço de século, para uma população ativa mais ou menos estacionária! Impõe-se uma primeira conclusão: a comparação entre épocas diferentes é sempre delicada, devido às mutações sociológicas, e seria ilógico propor uma definição demasiado rígida que, precisamente, apagaria de maneira artificial essas mutações. Mas, inversamente, sem um mínimo de harmonia quanto à definição, o estudo dos intelectuais fica reduzido à ineficácia e privado de abordagens comparativas fecundas, pois naturalmente não são apenas as mutações sociológicas que explicam uma multiplicação por 15¹⁵ em menos de 40 anos,¹⁶ e sim, muito mais, uma acepção diferente da palavra intelectual.

A abordagem extensiva do feudo intelectual,¹⁷ de qualquer modo, constitui apenas uma faceta do estudo dos intelectuais. Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator — mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos —, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive — especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade —, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo.¹⁸

Esta questão da definição é contudo complicada pelas representações dos intelectuais que se fizeram na sociedade francesa no último século, as quais são singularmente contrastantes e, além disso, às vezes são secretadas pelo próprio meio intelectual. Esse meio é de fato polifônico e suscitou auto-representações dissonantes, que vão da imagem religiosa dos intelectuais paladinos das grandes causas contemporâneas, até a leitura antiintelectualista de um século XX francês desestabilizado pela ação perniciosa dos intelectuais, fermentos da dissolução nacional e agentes da perversão social.

Dificuldade e objeções

O estudo dos intelectuais como atores do político é portanto complexo. Não apenas porque, como vimos, a categoria tem contornos mutáveis, mas também porque não existe um — ou mais de um — partido dos intelectuais. Os raros partidos de forte estrutura intelectual jamais transpuseram a barreira da estatística. Sem falar aqui do PSU, o RDR (*Rassemblement Démocratique Révolutionnaire*) foi um exemplo quimicamente puro de estrutura partidária oriunda da *intelligentsia*. “Precisamos de 50.000 membros em Paris em um mês”, proclamavam soberbamente os intelectuais fundadores em 1948; 18 meses depois, o RDR tinha 2.000 membros em toda a França.

Mas as dificuldades não são apenas de nomenclatura ou de — relativa — especificidade de ação. A abundância da documentação também é própria do campo estudado e constitui um obstáculo extra. Quem trabalha com a história dos intelectuais é ameaçado pelo que se poderia chamar de síndrome do mineiro, de tal forma a abundância do material a ser tratado torna atuais estas frases de Tocqueville: “Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais

como sair dali com meu tesouro.”¹⁹ E mesmo que consiga retornar à superfície com suas notas, o pesquisador que trabalha com os intelectuais corre o risco de ver seu estudo sufocado, mais que recheado, pelo que Thibaudet chamava de uma “filoxera das fichas”, fichas estas suscitadas por um grupo social onde todos têm, em essência, a pena sempre alerta. Como observava Auguste Anglès, historiador dos primeiros anos de *La Nouvelle Revue Française*, confrontado com o “frenesi epistolar” de um meio que na época ainda se encontrava sob o signo da correspondência: “Vi-me diante de uma maré que subia, de um dilúvio, apaixonado mas totalmente submerso!”²⁰ A imagem pode variar, do peso das notas e da praga das fichas à onda gigantesca das cartas e missivas, mas o essencial permanece: a amplitude e a diversidade das fontes, que requerem um historiador papívoro.

Não importa! A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. Aberturas conceituais e progressos do conhecimento custam esse preço, mesmo que nas últimas décadas, em certos setores da corporação historiadora, tenha sido considerado de bem-tom ridicularizar a “erudição”.

Essas aberturas podem se operar em vários domínios. Já lembramos em outro trabalho²¹ o interesse do emprego das noções de itinerário, geração e sociabilidade. Retomaremos aqui apenas as objeções possíveis a um tal emprego.

A observação e o cotejo de itinerários políticos deveriam permitir desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais. Este procedimento sofreu do des-

crédito que atingiu durante muito tempo o gênero biográfico, quer se tratasse de destinos individuais ou de trajetórias cruzadas. Tendo-se agora levantado a hipoteca, há aí um campo de investigação importante: sem mesmo evocar “vidas paralelas”, como Sartre-Aron ou Sartre-Camus, que estariam longe de constituir um simples exercício de estilo e continuam esperando, sob essa forma, seu historiador, estudar minuciosamente, antes e depois de 1956, alguns itinerários de membros da geração nascida em torno de 1925 e seduzida 20 anos depois pelo comunismo contribuiria para conhecer ainda melhor, sob outro ângulo, esse estrato dos “ex” já bastante iluminado pelos trabalhos de Jeannine Verdès-Leroux.²² Num domínio intermediário entre a história propriamente política e a dos intelectuais, a tese de Philippe Burrin, através das biografias cruzadas de Jacques Doriot, Marcel Déat e Gaston Bergery, demonstrou, clareando o debate sobre o fascismo francês, a fecundidade de tal abordagem.²³ Sob a condição, é claro, de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política. A descrição desses três níveis e dos mecanismos de capilaridade em seu interior facilitaria sobretudo a localização de cruzamentos, onde se encontrariam *mâitres à penser* e “despertadores”, e o esclarecimento de genealogias de influências — pois um “despertador” pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes —, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais.

Esses percursos — que podem igualmente ser analisados através da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de

uma matriz comum, como os ex-alunos da classe preparatória para a École Normale Supérieure, por exemplo — são na maioria das vezes complexos. Certamente, alguns seguem uma linha reta: é o caso de Pierre Boutang escrevendo no “prelúdio” de seu estudo sobre Charles Maurras: “Aprendi a ler na *Action Française* quando tinha quatro anos”,²⁴ e reivindicando assim a imagem de fidelidade de um intelectual ao engajamento de toda uma vida, desde as primeiras leituras infantis até os ensaios outonais. Mas a maioria dos caminhos segue linhas fragmentadas. Podemos, apenas por esta razão, assimilá-los a simples movimentos brownianos?

De fato, se os itinerários desde já apresentam, com bastante frequência, sérios problemas de reconstituição, ainda mais complexas são as questões de interpretação. Ora, as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. O que não dispensa — pois não é contraditório — localizar os campos magnéticos — como o fizeram, por exemplo, os trabalhos já lembrados de Philippe Burrin sobre o fascismo francês — que, num determinado período, atraíram os intelectuais.

Outra dificuldade: em certas abordagens sociológicas do meio intelectual, é, de fato, toda uma visão teleológica da história que é exposta, com o risco de falsear a realidade histórica. Sem dúvida, uma análise sociológica dos modos de produção social das opiniões e dos gostos — tal como a praticam sobretudo Pierre Bourdieu e seus discípulos — pode revelar-se proveitosa. Mas toda engrenagem do meio intelec-

tual — uma revista, por exemplo, ou a composição de um conselho editorial — só deve por isso ser estudada com o metro de seus supostos efeitos microsociais? Estudar *Les Temps Modernes* e “tratar o caso de Sartre em termos de campo” e, assim, “contribuir para esclarecer o funcionamento e a história do campo intelectual, esclarecendo as condições do êxito de Sartre”, entre as quais se inclui “um sistema de estratégias”,²⁵ eis aí objetivos não desprovidos de interesse — sobretudo quando o empreendimento é conduzido, como neste caso, com argúcia e competência —, mas será sempre preciso descobrir “estratégias”?

De fato, duas objeções, pelo menos, se impõem. De um lado, e trata-se de um problema de fundo que ultrapassa os intelectuais apenas, não se poderia, entre as chaves legitimamente diversas utilizadas pelos pesquisadores, deixar espaço para a contingência, para o inesperado, o fortuito? De outro, as engrenagens complexas do meio intelectual são redutíveis a um simples mecanismo, cuja mola seria a “estratégia”? Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.

As estruturas elementares da sociabilidade

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece.

Entre as estruturas mais elementares, duas, de natureza diferente, parecem essenciais. As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão — pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem — e de exclusão — pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais,²⁶ elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das idéias.²⁷ Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.

Os manifestos e abaixo-assinados, que permitem aos participantes “contarem-se num protesto” (Charles Maurras), se revestem também deste duplo aspecto. De um lado, o historiador não pode evitar estas perguntas essenciais: como se formam os grupos de apoio e os abaixo-assinados? De outro, para a análise das correntes ideológicas marcantes, dos grandes debates e dos pequenos “casos”, conduzida nos “tempos” diferentes das ideologias em posição dominante, polêmicas de dimensão nacional e epifenômenos que vêm apenas enrugar a superfície da história política, o abaixo-assinado é um bom sismógrafo para revelar e medir as ondas, os abalos e estremecimentos que percorreram a consciência nacional.²⁸

As estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os “salões”, na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subtendem a intelectualidade. Seria portanto aleatório tentar esboçar uma tipologia desses elementos. Mas, em todo caso, é possível e

necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político.

A atração e a amizade e, *a contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microsociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão. De outro lado, a imbricação das tensões devidas aos debates de idéias e desses fatores afetivos desemboca talvez, em alguns casos, numa patologia do intelectual. Com toda certeza, uma tal abordagem é delicada, pois uma tal constatação pôde ser desviada e, de clínica, tornar-se polêmica, alimentando sobretudo uma certa visão antiintelectualista. Podemos por isso abandoná-la totalmente?

De fato, nas representações do intelectual no espelho francês, abundam as notações psicológicas ou pseudo-psicológicas, cujo inventário e análise constituiriam um belo estudo de história sociocultural. Mas a história política também extrairia daí suas vantagens. Os textos mais conhecidos não são precisamente os textos polêmicos? Por exemplo, Maurice Barrès fazendo, em *Le Journal* de 1º de fevereiro de 1898, um diagnóstico implacável sobre intelectuais que, por serem pró-Dreyfus, nem por isso eram, afinal de contas, seus congêneres: “Esses gênios mal desenvolvidos, esses pobres espíritos en-

venenados, dos quais *L'Aurore* faz coleção, merecem uma sorte de piedade indulgente, análoga àquela que nos inspiram os porquinhos-da-Índia nos quais os mestres do laboratório Pasteur inoculam a raiva.” Ao que respondem em eco, 57 anos depois, as invectivas de Pierre Poujade, que escreve em janeiro de 1955, no primeiro número da revista *Fraternité Française*: “Não cabe a mim, que aos 16 anos ganhava a minha vida, dizer a ti, intelectual, o que é o espírito da França. Entretanto, posso e devo voltar-me para ti, pois, sem nós, não serias mais que uma máquina de pensar, um tambor vulgar que ressoa, por certo, mas que, sob o couro, tem apenas vento.” Mas essas imprecações do “Príncipe da Juventude” ou do “Papeleiro de Saint-Céré” não são as mais significativas, devido precisamente a seu caráter imprecatório.

Outros textos, visivelmente mais neutros, são de fato mais reveladores, e isto em épocas diversas e contextos diferentes. Na Atenas dos séculos V e IV antes da nossa era, os “sábios” são muitas vezes ridicularizados pelas comédias, que os dotam de um físico ingrato e frágil, de uma crosta de sujeira e de um odor incômodos, e de um comportamento muitas vezes estranho.²⁹ Na Europa ocidental do século XVIII, “os homens de letras” são vítimas da “insônia” e da “hipocondria”, abusam do tabaco, e o dr. Samuel Auguste André David Tissot aconselha-os a “fazer mais exercícios” — especialmente jogando péla — e a seguir um melhor regime alimentar.³⁰ E Augustin Cartault, professor de poesia latina na Sorbonne, propõe em 1914, em *L'intellectuel*,³¹ um “estudo psicológico e moral” deste último. Um dos capítulos, consagrado às “influências que condicionam o pensamento”, inquieta-se com o “estado doentio” que às vezes surge e insiste na “influência da sensibilidade”.

Seria interessante, de qualquer forma, tentar levantar os casos em que essa “sensibilidade” desempenhou com certeza — ao menos parcialmente — um papel. Conhecemos as frases

redigidas por Sartre no dia seguinte da morte de Camus: “Estávamos brigados, ele e eu: uma briga não é nada — mesmo que não se veja nunca mais o outro —, apenas uma outra maneira de viver junto e sem se perder de vista no pequeno mundo estreito que nos foi dado. Isto não me impedia de pensar nele, de sentir seu olhar na página do livro, no jornal que ele lia, e de me dizer: ‘Que será que ele diz disso? Que será que ele está dizendo disso neste momento?’” Quantas polêmicas, que às vezes definiram parcialmente a atmosfera intelectual de uma época, foram ditadas a seus autores pela preocupação de que o “outro” respondesse publicamente a esta última pergunta? Inversamente, seria sem dúvida um grave erro científico e... psicológico supervalorizar a importância e o papel dos arroubos emocionais dos intelectuais.

Mas, repitamos, esta dimensão não deve ser por isso apagada.³² E num registro diferente mas não desvinculado, o caráter de lugar “estreito” — ao menos para seu núcleo central — deve sugerir ao historiador a pista dos “boatos”: sem reduzir o estudo dos intelectuais ao de um triângulo mágico situado entre o Sena e as ruas do “Quartier Latin”, o diz-que-diz que aí corre sobre a saúde, os amores, as evoluções políticas, as adesões e as defecções, as rupturas e os reencontros, as bruscas conversões a as ilusões perdidas, é um objeto de história, na medida em que esses elementos influem — às vezes — no funcionamento desse ecossistema que é a *intelligentsia*. E isto sem precisar afirmar “que está na essência da *intelligentsia* acreditar em certos rumores”.³³

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto

de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. Poderíamos multiplicar os exemplos de tais microcosmos. Assim, o meio dos jovens da Ação Francesa no período entre as duas guerras: o pensamento de Maurras e de Daudet lhe confere uma coesão ideológica, a página cultural de *L'Action Française* modela e depois reflete — quando esses jovens nela colaboram — uma sensibilidade, e a liga e sua organização estudantil lhe fornecem uma estrutura de recepção; mas esse meio pode se definir também por uma vida relacional própria: Philippe Ariès, por exemplo, escreveu, após ter evocado seus camaradas políticos dos anos 1930, que essa época foi para ele, acima de tudo, o “tempo da amizade” — tema recorrente, e portanto significativo, das lembranças de antigos maurrassianos —, e propunha aliás aplicar o termo “sociabilidade” aos laços que uniam o pequeno grupo de maurrassianos ao qual ele pertencia.³⁴

Do mesmo modo, mas em escala menor, o microcosmo dos alunos do filósofo Alain, professor da classe preparatória para a École Normale no Liceu Henri-IV até 1933, constituiu no período entre as duas guerras um grupo ao mesmo tempo unido pela admiração comum por um homem, consolidado pela leitura de uma revista de tiragem quase confidencial, *Les Libres Propos*, e animado por uma profunda fé pacifista.³⁵ Nem homem dos bastidores nem homem da ribalta da cena intelectual — situado no interior de uma *intelligentsia* que, é verdade, ainda não havia entrado até aquela data no “ciclo da mídia” analisado por Régis Debray, mas se encontrava cronologicamente na transição do “ciclo universitário” para o “ciclo editorial” —,³⁶ Alain poderia ser definido como um homem da ágora, participando do debate intelectual da cidade e deixando aí direta ou indiretamente seu rastro, nem homem da sombra, nem figura de proa, mas inspirador de um grupo atento e ardorosamente prosélito. Guardadas todas as propor-

ções, seu papel não deixa de lembrar aquele de um Louis Althusser ou de um Jacques Lacan antes de sua fama na mídia: de início, também no caso destes, a influência se exerceu num círculo, restrito mas relativamente homogêneo, de jovens intelectuais que serviram em seguida de amplificadores para o pensamento do mestre.

Gerações

A descrição do microcosmo alainiano ou do feudo maurrassiano e a análise das “redes” que os subtendem exigem que as peças sejam minuciosamente desmontadas e que seu arranjo seja mostrado. Ora, entre essas peças constitutivas freqüentemente se incluem as solidariedades de idade.

Os pais fundadores dos *Annales* haviam emitido, ao que parece, um julgamento desigual sobre as virtudes heurísticas da noção de geração: “É melhor deixá-la de lado!”, aconselhava Lucien Febvre em 1929; “ela parece destinada a fornecer a uma análise racional das vicissitudes humanas, cada vez mais, seu primeiro balizamento”, escrevia, em compensação, Marc Bloch em 1941.³⁷ Para o historiador dos intelectuais, o emprego desta noção parece, numa primeira análise, duplamente perigoso. De um lado, não é preciso dizer que seria inábil buscar aí uma chave-mestra para o estudo da sociedade intelectual e de suas relações com a política. Um tal uso poderia, por outro lado, levar a enunciar truísmos, já que a sucessão das classes de idade é a própria essência das sociedades humanas e que os fenômenos decorrentes deste dado básico são, por isso mesmo, inerentes à vida dessas sociedades. É preciso contudo, ao que nos parece, ir adiante e levar em consideração os efeitos da idade e os fenômenos de geração.³⁸

E isto por duas razões, pelo menos. No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um in-

telectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, e exatamente por esta razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio. Por exemplo, se a clivagem direita-esquerda continua sendo em parte funcional para explicar as tomadas de posição dos intelectuais franceses no momento do conflito argelino, o parâmetro da idade deve ser igualmente levado em consideração, especialmente no interior da esquerda intelectual, que ficou, de fato, muito mais dividida em relação à Argélia³⁹ do que se disse ou se escreveu.

E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.

O estudo dos intelectuais, como se pode ver, não pode ser reduzido à simples assimilação destes a um grupo de pressão, estudado enquanto tal. Utilizando instrumentos como os que acabaram de ser evocados, ele pode se tornar uma janela aberta

para a história da França contemporânea. Por isso, longe de ser um nicho da história política, ele ocupa aí um lugar central, com vista para vários setores importantes dessa história.

Uma História A Seguir

Vários pontos devem entretanto ser esclarecidos imediatamente, sob pena de vermos os fundamentos desta história em construção abalados pelos mal-entendidos ou as falsas pistas.

Como as idéias vêm aos intelectuais

Uma certa visão do intelectual definido por sua função crítica corre o risco de desembocar na observação segundo a qual “o conceito de intelectual de direita é contraditório em sua própria essência”.⁴⁰ Um tal perigo de hemiplegia intelectual, desenvolvido após o descrédito da direita intelectual depois da Liberação, pode ser facilmente evitado.

Erraríamos, na verdade, se deduzíssemos das invectivas de um Maurice Barrès ou de um Pierre Poujade que as relações entre a direita e os intelectuais não passaram de imprecisões e incompreensões. Seria esquecer que, ao menos até o segundo conflito mundial, a espécie do intelectual de direita, sem dúvida multiforme mas bastante real, era talvez estatística e ideologicamente dominante. E mais, esse intelectual que aparentemente só sentia desprezo por sua corporação e que se proibia, teoricamente, de assumir qualquer papel enquanto intelectual, freqüentemente militava, na verdade, em organizações de alto teor cultural e não hesitava em terçar armas com a esquerda no debate cívico. O caso da Ação Francesa é, nesses dois pontos, altamente revelador.

Mas esse restabelecimento de uma visão — ao menos — dualista da sociedade intelectual nem por isso deve apagar as

especificidades. Para nos limitarmos a um único exemplo, é verdade que a função “crítica”, que foi mais freqüentemente reivindicada pelo intelectual de esquerda, acarretou relações complexas entre este último e o poder político. Seria necessário sobretudo estudar com cuidado, nessa perspectiva, os períodos em que a esquerda francesa esteve na direção do Estado. Pois o exemplo das boas relações entre a Frente Popular e seus intelectuais não deve iludir. Se aparentemente estes últimos e o governo de Léon Blum estavam — pelo menos no início — “em fase”, em função de uma harmonia ao mesmo tempo ideológica e afetiva, esse caso, quando observamos mais de perto, é relativamente raro na história da esquerda francesa no século XX. O mais das vezes, na verdade, a vitória política sobreveio a contracorrente, no momento de um refluxo ideológico. Com, a partir daí, duas variantes: refluxo de uma ideologia no interior de seu próprio feudo político, em proveito de uma outra corrente concorrente e conquistadora, ou refluxo em proveito do campo oposto. À primeira variante corresponde, por exemplo, a fase do Cartel das Esquerdas, quando a “República dos Professores” radical, que trouxe ao poder os quinquagenários que tinham 20 anos na época do caso Dreyfus, foi ideologicamente ultrapassada à esquerda pela corrente socialista (sem contar as vanguardas atraídas pelo comunismo): Blum, de algum modo, mais que Herriot. O segundo caso representativo ocorreu na primavera de 1981, quando a esquerda política chegou ao poder no exato momento em que a esquerda intelectual estava numa fase de confusão e de recuo, situação que explica aliás a nostalgia de um Max Gallo, porta-voz do governo de Pierre Mauroy, que perguntava em julho de 1983: “Onde estão os Gide, os Malraux, os Alain, os Langevin de hoje?”⁴¹

Um outro mal-entendido, já assinalado, deve ser evitado. Mais que à direção da paisagem ideológica, é a uma observação da localização dos intelectuais — e eventualmente de

seu deslocamento — no interior dessa paisagem que o historiador deve particularmente se dedicar. Como salientava com razão Jacques Julliard, “é tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as idéias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”.⁴² Na verdade, na fronteira entre a história das idéias políticas, evocadas em outro capítulo, e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas idéias no meio dos intelectuais, se abre ao o pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção dessas idéias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico.

Por que algumas “ideologias” — ao mesmo tempo princípios de inteligibilidade e elementos de identidade para os intelectuais — se aclimatam no meio intelectual,⁴³ adquirem vigor em certos terrenos e se enfraquecem em outros momentos? Quais são as causas das grandes transumâncias ideológicas? Estas perguntas são essenciais mas ultrapassam os limites da história dos intelectuais. Em compensação, o estudo das estruturas elementares da sociabilidade dos intelectuais, e em particular dos jovens intelectuais, deveria permitir precisar como se impõem a eles os dados imediatos da consciência política. Do mesmo modo, esse estudo da sociabilidade do meio intelectual facilitaria a análise deste outro problema essencial: por que alquimia, no caso de certas revistas, como *La Nouvelle Revue Française* ou *Les Temps Modernes*, ou de alguns grupos, como a Ação Francesa, um microclima se transforma em zona cultural? Ou, para formular a pergunta de outro modo, por que essas revistas e esses grupos, após terem ditado as regras num domínio estreito, conseguiram um dia impor sua lei à República das Letras?

Mas se há bons motivos para nos perguntarmos assim como as idéias vêm aos intelectuais, também é preciso estudar a

descida, das cúpulas da *intelligentsia* até a sociedade civil, dessas idéias fecundadas e analisadas, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação — ou não — pela cultura política da época. Quanto à influência,⁴⁴ é, no pano de fundo, a questão da responsabilidade do intelectual que se coloca. E quanto às relações com a cultura política, é preciso, ao que nos parece, distinguir vários níveis de análise.

Intelectuais de responsabilidade limitada?

No que diz respeito à influência e, eventualmente, à responsabilidade, uma constatação preliminar de bom senso se impõe: ao contrário da imagem que veicula muitas vezes de si mesmo, o intelectual não é infalível. A intelectualidade algumas vezes pecou.

A aptidão reivindicada para decidir sobre o Bem e o Mal não é, desse ponto de vista, um defeito específico. Uma certa dose de maniqueísmo é inevitável quando os intelectuais se engajam na luta política, em essência partidária e dualista. E mesmo as considerações de Julien Benda sobre o intelectual que trai sua função quando se envolve nas contendas políticas, em vez de reservar seu poder de fogo intelectual para os grandes debates e para a defesa de certos valores, só fazem transferir essa inevitável dualidade das camadas inferiores do humilde político no quotidiano para a estratosfera da luta pelas grandes causas escritas com letra maiúscula.

No inventário dos fatores de fracasso intelectual, é preciso portanto procurar em outro lugar. E constatar, antes de mais nada, que se a coragem — às vezes até o sacrifício — muitas vezes caracterizou o engajamento dos intelectuais, tal virtude, também neste caso, não pode ser creditada apenas à corporação, e não representa em si mesma um dos traços constitutivos

do meio intelectual. Os defeitos que o historiador não pode senão assinalar em alguns casos, especialmente uma extrema ingenuidade e um desconhecimento das relações de força — às vezes amplificados pelos fenômenos de influência intergeracional —, tampouco são específicos, no fundo, e não podem constituir uma coluna do “passivo” da intervenção política dos intelectuais. Não se pode contudo repelir tão rapidamente tais defeitos, pois eles resultam do entendimento, reivindicado pelos intelectuais de todas as opiniões. A ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez,⁴⁵ ela própria alimentada pela Razão. E forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevaleceram sobre a Razão.

Sem dúvida, tais motores da ação são em si mesmos altamente respeitáveis. Mas surge assim mesmo uma contradição, é preciso insistir nisso, quando, ao mesmo tempo, é precisamente em nome da Razão que se faz a intervenção, e quando é esta referência que legitima, aos seus próprios olhos e nas representações coletivas, a ação dos intelectuais. E há aí, convenhamos, uma verdadeira questão de história, cuja resposta varia sem dúvida com os indivíduos ou os grupos estudados, e com os contextos históricos. Mas o pesquisador não pode se eximir inteiramente, a não ser correndo o risco de alterar sua abordagem e de falsear a perspectiva.

Do mesmo modo, podemos ignorar, numa abordagem histórica, o problema — complexo — da responsabilidade do intelectual, especialmente pela influência exercida? Certamente não. Mas nem por isso devemos perder de vista que, para o historiador, essa questão é forçosamente delicada. De fato, ela corre o risco de levá-lo, se ele não tomar cuidado, a distribuir condenações e aprovações. Não seria questão, portanto, de fazer um julgamento moral e de concluir pelo benefício ou, ao contrário, a nocividade de uma influência:

o problema não é ético, mas histórico, mesmo que — e isso complica ainda mais a tarefa do pesquisador — freqüentemente tenha sido colocado, inclusive pelo próprio intelectual, em termos éticos. Nem complacente, nem membro, *a contrario*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum.

Uma história em três níveis

Há coisa melhor a ser feita. Sobretudo, tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época.

Num primeiro estágio de análise, limitemo-nos a observar uma certa defasagem entre o despertar das gerações intelectuais sucessivas e a “atmosfera” política da maioria da sociedade em uma determinada data. Esta defasagem está ligada especialmente à natureza do campo estudado, o meio intelectual. Este meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo). E entre os dois níveis, há uma defasagem, e portanto um fosso, quase constantes. O exemplo dos anos 20 é particularmente gritante. Certamente, a vitória do Cartel das Esquerdas em 1924 assinala o triunfo político — ao menos aparente — do radicalismo. E no entanto, na mesma data, esse radicalismo, alentado pelos combates do fim do século XIX, já está moribundo nos meios da “alta *intelligentsia*”, onde os fenômenos de retenção ideológica e inércia cultural, embora não desprezíveis, são menos ricos que no resto da sociedade. Nessa “alta *intelligentsia*”, as participações de morte do radicalismo da *Belle Époque* começam a chegar no exato momento em que as declarações de vitória do Cartel estão sendo redigidas.

Mas a constatação desse fosso deve se integrar numa visão ternária da história política. Maurice Agulhon propunha uma “explicação em dois níveis” na sua investigação da França contemporânea e chamava a atenção para a importância das “mentalidades coletivas”, constatando que a “clássica história das idéias, das opiniões, das políticas teorizadas e organizadas não explica a totalidade dos comportamentos” e que a “história das mentalidades coletivas parece diferir das opiniões, das idéias e dos programas políticos, um pouco como o inconsciente do consciente”.⁴⁶ Para o papel dos intelectuais, seria preciso estabelecer um terceiro nível, pois como vimos não há transubstanciação das “idéias” em “opiniões” e “programas políticos”. Uma observação baseada na circulação — e no *dégradé* — entre os três níveis — ideologias, cultura política e “mentalidades coletivas” — constitui portanto um procedimento que, partindo do papel cultural e político dos intelectuais, desemboca numa história política transformada em história global e numa abordagem nova da França do século XX,⁴⁷ para as quais a história dos intelectuais é um observatório de primeira ordem. Entre o coro dos intelectuais e a peça cheia de “clamor e fúria” que é representada na frente do palco, urdiram-se relações complexas, cuja observação toca o âmago do político e faz portanto dessa história dos intelectuais uma história a seguir, em todos os sentidos do termo.

Notas

1. *Revue Française de Science Politique*, vol. 9, nº 4, dezembro de 1959, p. 833-1045: Louis Bodin e Jean Touchard, “Définitions, statistiques et problèmes”, p. 835-859; René Rémond, “Les intellectuels et la politique”, p. 860-880.

2. Em registros diferentes e a partir de ambientes ideológicos distintos, ver, por exemplo, o artigo de Dionys Mascolo, “Misère des intellectuels français”, no mensário de Maurice Nadeau, *Les Lettres Nouvelles*, outubro de 1957, p. 435-456 (p. 445: os intelectuais “não fazem nada, não pensam nada”), e o panfleto de Maurice Schumann, publicado pela Plon, sobre *Le vrai malaise des intellectuels de gauche* (“Tribune Libre”, 1957) — o verdadeiro “mal-estar” dos intelectuais de esquerda teria origem na existência da União Soviética, que seria “o próprio princípio da cisão moral que os dilacera”. Em seu número de novembro de 1957, o mensário *Réalités* retomava os principais aspectos do ataque de Maurice Schumann, sob o título “Le véritable rôle des intellectuels de gauche”, e constatava: “Quer o aplaudamos ou o lamentemos, eles não tiveram participação visível nas decisões relativas à modernização do nosso equipamento, à expansão da nossa economia, à orientação das nossas alianças, à edificação européia” (*Réalités*, nº 142, novembro de 1957, p. 64-69, citação p. 66).

3. A sociologia dos intelectuais teria contudo permanecido, segundo alguns dos que a praticam, como uma “especialização marginal” (Louis Pinto, “Une science des intellectuels est-elle possible?”, *Revue de Synthèse*, 4ª série, nº 4, out-dezembro de 1986, p. 345-360). A situação provavelmente varia com as “escolas” e é evidente, por exemplo, que o feudo reunido em torno de Pierre Bourdieu mostrou-se mais que outros atraído pelo estudo dos intelectuais: entre 1975 e 1985, a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* dedicou 32 artigos aos intelectuais, enquanto a *Revue Française de Sociologie* lhes deu atenção apenas em três artigos entre 1960 e 1980 (ibid.).

4. Ver as linhas de pesquisas propostas no final de 1950 por René Rémond e que foram, em sua maioria, exploradas nos 30 anos seguintes (“Plaidoyer pour une histoire délaissée. La fin de la Troisième République”, *Revue Française de Science Politique*, vol. 7, nº 2, abril-junho de 1957, p. 253-270).

5. *Intellectuels français, intellectuels hongrois. XIII^e-XX^e siècles*, sob a direção de Jacques Le Goff e Béla Köpeczi, Budapeste, Akadémiai Kiado, Paris, Éd. du CNRS, 1985, p. 223.

6. A expressão é de Jean-Paul Sartre, após a morte de Albert Camus (*France-Observateur*, 7 de janeiro de 1960, reproduzido em *Situations VI*, Paris, Gallimard, 1964, p. 16).

7. Mas que resulta em mal-entendidos: particularmente o de que a história dos intelectuais, a das idéias políticas e a da cultura política eram três domínios totalmente estranhos entre si. A obra de Jean Touchard prova exatamente o contrário. Coordenador de uma célebre *Histoire des idées politiques* em dois volumes, ele também dedicou uma tese a Béranger, poeta incensado em vida e depois totalmente esquecido: tentando fazer reviver “a glória de Béranger”, era, de fato, o reflexo de um intelectual na imaginação ou na sensibilidade de seus leitores que ele pretendia estudar, fazendo assim um verdadeiro corte no subsolo da cultura política (*La gloire de Béranger*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1968, 2 vol.). As pesquisas de Raoul Girardet sobre o nacionalismo francês e, mais recentemente, sobre o imaginário político (*Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éd. du Seuil, 1986) constituem outra prova gritante: a história das idéias políticas é inseparável da de uma sociedade e de uma cultura. Acrescentemos que a última obra citada atesta também, se é que havia necessidade disso, a riqueza da história política atual, dedicando-se a descobrir e a decifrar “mitos”, domínio que se acreditava reservado até então à história antiga e à das religiões.

8. E essa cultura política está ela própria (voltaremos a isto) em desacordo em relação a alguns comportamentos políticos que têm mais a ver com a história das “mentalidades coletivas” (ver, sobre este ponto, as observações de Maurice Agulhon em sua aula inaugural no Collège

de France, na sua cátedra de história da França contemporânea, Paris, Collège de France, *Leçon inaugurale* faite le vendredi, 11 avril 1986, em particular p. 15, 25 e 27).

9. Iniciativas como a de alguns intelectuais que no final de 1980 apoiaram a candidatura de deboche do fantasista Coluche à eleição presidencial, contribuíram sem dúvida alguma para essa perda de magia do meio intelectual. O manifesto, assinado sobretudo por alguns intelectuais ligados à Universidade, indicava que essa candidatura, precisamente, não era uma “intervenção marginal ou debochada” e que o *showman* era especialmente legitimado em sua iniciativa por sua denúncia “da degradação do estado das liberdades na França”!

10. Claude Jamet, *Notre Front populaire. Journal d'un militant (1934-1939)*, Paris, La Table Ronde, 1977, p. 23-24.

11. A definição que propomos coincide em grande medida com a de Seymour Martin Lipset (*Political man*, 1960, trad. francesa, *L'homme et la politique*, Paris, Éd. du Seuil, 1963, p. 340), que, entretanto, especifica: “Nos Estados Unidos, onde o ensino de nível universitário é muito difundido, não se distingue os diplomados do conjunto da sociedade”, e propõe portanto, para este país, limitar-se aos “criadores” e “distribuidores”. A explosão dos efetivos universitários no último terço de século coloca doravante o mesmo problema de classificação na França para o meio estudantil e as camadas de diplomados dele oriundas.

12. Com, entretanto, as reservas formuladas no fim da nota anterior.

13. Claude Willard, “Les intellectuels français et le Front populaire”, *Cahiers de l'Institut Maurice-Thorez*, nº especial 3-4, outubro de 1966-março de 1967, 2º ano, p. 115-124, mais precisamente p. 116.

14. Madeleine Rebérioux, “Classe ouvrière et intellectuels”, in *Les écrivains et l'affaire Dreyfus*, sob a direção de Géraldi Leroy, Paris, PUF, 1983, p.186.

15. E mesmo por 45, se admitirmos a avaliação de Christophe Charle que calcula, por seu lado, que “os intelectuais formam, no fim do século XIX, um grupo de cerca de 10.000 pessoas” (“Naissance des intellectuels contemporains (1860-1898)”, in *Intellectuels français, intellectuels hongrois. XIII^e-XX^e siècles*, op. cit., p. 178)!

Christophe Charle especifica, é verdade, que se “pode dobrar ou triplicar” esse número se se ampliar a definição.

16. A título de comparação, observar-se-á que, em suas avaliações respectivas, Madeleine Rebérioux e Christophe Charle concordam ao estimar que em um quarto de século, de 1876 a 1901, o número dos intelectuais dobrou (loc. cit.).

17. Abordagem extensiva que deve desembocar, para o historiador do político, num estudo político mas também sociocultural desses atores coletivos que são as diferentes categorias que constituem este domínio: é o caso das pesquisas de Paul Gerbod sobre o mundo dos professores.

18. Em *Les intellectuels français, de l'affaire Dreyfus à nos jours* (Paris, Colin, 1986), obra escrita em colaboração com Pascal Ory e que pretendia ser antes de tudo uma história política do meio intelectual francês, oscilamos de propósito entre uma definição na maioria das vezes estreita — os “intelectuais engajados” — e uma outra ampliada: os estudantes, por exemplo, ou a participação desse meio intelectual francês entendido na sua acepção sociológica nas fraturas das guerras ou das grandes crises da comunidade nacional.

19. Alexis de Tocqueville, *Oeuvres complètes*, t. VIII, vol. 3, Lettre à Gustave de Beaumont, 28 décembre 1853, Paris, Gallimard, 1967, *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Gustave de Beaumont*, texto organizado, anotado e prefaciado por André Jardin, p. 177.

20. Auguste Anglès, *André Gide et le premier groupe de “La Nouvelle Revue Française”*, t. II, *L'âge critique 1911-1912*, Paris, Gallimard, 1986, p. 11.

21. Jean-François Sirinelli, “Le hasard ou la nécessité? Une histoire em chantier: l'histoire des intellectuels”, *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, nº 9, jan-março de 1986, p. 97-108.

22. Jeannine Verdès-Leroux, *Au service du Parti. Le parti communiste, les intellectuels et la culture (1944-1956)*, Paris, Fayard-Minuit, 1983, et *le Réveil des somnambules. Le parti communiste, les intellectuels et la culture (1956-1985)*, Paris, Fayard-Minuit, 1987. Sobre os intelectuais comunistas do período entre as duas guerras, ver especialmente os trabalhos de Nicole Racine.

23. Philippe Burrin, *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery. 1933-1945*, Paris, Éd. du Seuil, 1986.

24. Pierre Boutang, *Maurras. La destinée et l'oeuvre*, Paris, Plon, 1984, p. 14.

25. Anna Boschetti, *Sartre et “Les Temps Modernes” . Une entreprise intellectuelle*, Paris, Éd. de Minuit, 1985.

26. Ver, por exemplo, os trabalhos já citados de Auguste Anglès, sobre *La Nouvelle Revue Française*.

27. É o caso da revista *Esprit* estudada por Michel Winock, *Histoire politique de la revue “Esprit”, 1930-1950*, Paris, Éd. du Seuil, 1975.

28. Preparamos, nesta dupla perspectiva (sismógrafo e janela aberta para alguns fenômenos de sociabilidade), um estudo sobre os grandes momentos da produção de abaixo-assinados no século XX.

29. Ver Pascale Alexandre, “L'intellectuel dans la comédie athénienne (V^e-IV^e siècles avant J.C.), un corps ambigu”, *Sources. Travaux historiques*, nº 5, 1^o trimestre de 1986, p. 5-11.

30. Segundo seu “discurso” inaugural pronunciado em Lausanne em 1766, no dia de sua posse na nova cátedra de medicina fundada nessa cidade; ver seu *Avis aux gens de lettres et aux personnes sédentaires sur leur santé*, Paris, J. Th. Hérisant fils, 1767, texto que ele renega (em virtude de uma “tradução detestável” de seu “discurso” proferido em latim) no prefácio de *De la santé des gens de lettres*, Lausanne, Grasset, Paris, P.-F. Didot le Jeune, 1768. Referimo-nos portanto a esta edição, em particular p. 46, 51, 145 e 210.

31. Augustin Cartault, *L'intellectuel*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1914.

32. Num plano próximo, “as principais tipologias da personalidade” podem se revelar preciosas para explicar as *tomadas de posição* do intelectual “em situação”: a abordagem seria então próxima, de certa maneira, daquela preconizada por Jean-Baptiste Duroselle para o estudo das decisões do “estadista” no domínio das relações internacionais (Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'histoire des relations internationales*, Paris, Colin, 1964, cap. IX.). De maneira mais ampla, a distinção e o estudo complementar, preconizados por Robert Mandrou

- (*Introduction à la France moderne (1500-1640). Essai de psychologie historique*, Paris, Albin Michel, 1ª parte, p. 15-105), do “homem psíquico” podem se revelar preciosos. A proximidade cronológica do objeto estudado — o intelectual do século XX — não deve dispensar a exploração de tais pistas: o artigo tópico de Daniel Roche sobre o intelectual da época moderna (“L’intellectuel au travail”, *Annales ESC*, 37º ano, 1982, p. 465-480) é, sob este aspecto, um modelo do gênero.
33. Jean-Noël Kapferer, *Rumeurs. Le plus vieux média du monde*, Paris, Éd. du Seuil, 1987, p. 119. Dito isto, a — breve — passagem consagrada em *Rumeurs à intelligentsia* coloca questões pertinentes.
34. Philippe Ariès, *Un historien du dimanche*, Paris, Éd. du Seuil, 1980, p. 52.
35. Ver Jean-François Sirinelli, *Khâgneux et normaliens des années vingt. Histoire politique d'une génération d'intellectuels (1919-1945)*, tese de doutorado de Estado, Université de Paris-X, 1986, Paris, Fayard, 1988, sob o título *Génération intellectuelle*; ver também nosso artigo, “Alain et les siens”, *Revue Française de Science Politique*, vol. 38, nº 2, abril de 1988.
36. Régis Debray, *Le pouvoir intellectuel en France*, Paris, Ramsay, 1979, cap. II, “Les trois âges”, p. 49-114.
37. Lucien Febvre, “Génération”, *Bulletin du Centre International de Synthèse. Section de synthèse historique*, nº 7, junho de 1929, *Supplément à la Revue de Synthèse Historique*, t. XXI, nº 139-141, p. 37-43, citação p. 42; Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire*, Paris, Colin, reed., “U. Prisme”, 1974, p. 151.
38. Para o sentido recoberto por esses dois termos, ver nossa introdução no *Cahier de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, dedicado a esses efeitos e esses fenômenos (nº 6, novembro de 1987, estudos coordenados por Jean-François Sirinelli).
39. Ver Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels français, de l'affaire Dreyfus à nos jours*, op. cit., p. 198; ver também “La guerre d'Algérie et les intellectuels français”, *Cahier de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, sob a direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, publicado em novembro de 1988.

40. Frédéric Bon e Michel-Antoine Burnier, *Les nouveaux intellectuels*, 2ª ed. Paris, Éd. du Seuil, 1971, p. 10.
41. *Le Monde*, terça-feira, 26 de julho de 1983, p. 7.
42. Jacques Julliard, “Sur un fascisme imaginaire: à propos d'un livre de Zeev Sternhell”, *Annales ESC*, 39º ano, nº 4, julho-agosto de 1984, p. 849-859, citação p. 855. Ver o capítulo dedicado nesta obra por Michel Winock às idéias políticas.
43. *L'idéologie ou l'origine des idées reçues*, de Raymond Boudon (Paris, Fayard, 1986), coloca a questão — indo além, com razão, do meio intelectual — e propõe elementos de resposta. A dimensão histórica, em compensação, quase não é lembrada. Mas este não era o objetivo do autor.
44. Sobre os canais dessa influência, ver em particular as observações fundamentais de Raymond Boudon — especialmente sobre “os três mercados” — em “L'intellectuel et ses publics: les singularités françaises” (in *Français, qui êtes-vous?*, sob a direção de Jean-Daniel Reynaud e Yves Grafmeyer, Paris, La Documentation Française, 1981, p. 465-490).
45. “A lucidez é realmente a lei primordial de inteligência, escrevia um jovem professor titular de filosofia, designado para o Institut Français de Berlim, numa carta datada de ... janeiro de 1933 (Raymond Aron, “Lettre ouverte d'un jeune français à l'Allemagne” *Esprit*, 1º ano, nº 5, 1º de fevereiro de 1933, p. 735-743, citação p. 743).
46. Maurice Agulhon, *Leçon inaugurale*, loc. cit., p. 15, 25 e 27.
47. Foram evocados aqui apenas os intelectuais franceses. Os feudos intelectuais de outros países naturalmente também foram o objeto de estudos fecundos: ver, por exemplo, *Revue Française de Civilisation Britannique*, vol. 4, nº 1, outubro de 1986, “Intellectuels et politique en Grande-Bretagne”.

As idéias políticas

Michel Winock

QUE LUGAR se deve atribuir às idéias no campo político dos Estados contemporâneos? Duas respostas antigas ainda dividem as opiniões. Uma, otimista, remonta ao século das Luzes, cujos filósofos conferiram às idéias e à educação destinada a difundilas uma função motriz na marcha das sociedades em direção ao progresso. Do lado oposto, no século seguinte, Marx denunciou o que lhe parecia ser uma ilusão na *Ideologia alemã*: as idéias são apenas o reflexo dos interesses de classe; por conseguinte, a seu ver, era preciso, não partir “daquilo que os homens dizem, imaginam, concebem, nem de como são descritos, imaginados, concebidos, a fim de chegar aos homens de carne e osso”. Era preciso, ao contrário, partir dos homens “na sua atividade real”: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” E Marx opunha a análise científica da realidade (a teoria) à *ideologia*, ou seja, a um pensamento que se engana a si próprio quanto à sua autonomia (“a falsa consciência”), e que não passa na realidade de um sistema de justificação das relações sociais, em benefício da classe dominante. Entretanto, idealismo filosófico e materialismo dialético, em seus avatares históricos, tiveram que reconsiderar o lugar das idéias na sociedade.

Na França, um problema capital foi colocado pela Revolução: como recompor a unidade espiritual da nação, já que ela não estava mais reservada à Igreja Católica? Uma convicção unia todos os pensadores pós-revolucionários: a de que um regime estável devia basear-se numa visão de mundo comum. Os contra-revolucionários preconizavam a volta à religião do Estado. Os outros, doutrinários ou positivistas,

estavam em busca de um novo poder espiritual: Guizot falava do necessário “manejo dos espíritos” e Auguste Comte, de um “verdadeiro governo da opinião”. Os fundadores da Terceira República, com Jules Ferry à frente, continuaram a projetar a volta à unidade espiritual, pela ciência e a pedagogia. Ora, os regimes de democracia liberal do século XX iriam aos poucos reforçar suas bases, não mais sobre essa ambição, mas ao contrário sobre o pluralismo: a sociedade aberta, moderna, liberal, impunha progressivamente a competição das idéias na Cidade, mediante um progresso econômico que em grande medida preencheria os abismos entre as classes.

No feudo marxista, a função da ideologia foi reavaliada na práxis revolucionária e na instauração de um Estado socialista. Lenin reatribuiu assim à ideologia uma virtude positiva: ela é um instrumento de combate; ela se torna um instrumento de poder. O reino do partido único impõe o monolitismo: “a unidade de vontade” deve decorrer da unidade de pensamento. As idéias transformam-se em propaganda. Uma nova sociedade fechada se institui, sobre um sistema de crenças radicalmente novo. Um tempo viria em que se denunciaria o marxismo-leninismo como a ideologia de uma nova camada dominante ou “nova classe” (Djilas); como a “Novlangue” da “Nomenklatura”.

Contudo, enquanto as idéias se enunciam no jargão da propaganda política naqueles Estados que detêm seu monopólio público, uma certa forma de pluralismo moderno tende a tornar insignificante a produção intelectual dos Estados liberais. Alain Finkielkraut alerta-nos para isso em sua *Défaite de la pensée*.¹ Um certo consenso na mediocridade, o abandono da “alta cultura” em proveito da cultura de massa, que os novos meios de comunicação estimulam, um “tudo é permitido” debochado que alinha no mesmo plano a ópera e o rock, a filosofia e a arte culinária, a beleza e o *look*, e que

autoriza um escritor (Patrick Besson) a escrever simultaneamente em *L'Humanité* e *Le Figaro*, sem que os diretores desses jornais aparentemente se incomodem com isso; uma adulação da juventude, como valor em si; um indiferentismo básico em benefício de uma supervalorização das aparências... em suma, uma sociedade do vazio intelectual seria o preço a pagar por um nivelamento por baixo. Não há necessidade da voz do Big Brother nos nossos telões de televisão: o *pot-pourri* confusionista das mensagens equivale ao discurso monolítico no trabalho de uniformização dos espíritos. Em todo caso, colocase mais uma vez na França a questão do papel dos intelectuais na sociedade: sobreviverão eles à revolução da mídia?

Uma História pelos Pináculos?

A história das idéias políticas, antes de se tornar objeto de ensino sistemático na École Libre des Sciences Politiques, que incumbiu Jean-Jacques Chevallier de ministrá-lo a partir de 1943, havia merecido na França algumas obras pioneiras que são até hoje mencionadas: penso em particular nos trabalhos de Albert Thibaudet (por exemplo, em seu ensaio sobre *Les idées de Charles Maurras*); em Daniel Mornet (sobretudo em suas *Origines intellectuelles de la Révolution française*); ou ainda em André Lichtenberger e em seu *Socialisme au XVIII^e siècle*, cujo subtítulo era: *Essai sur les idées socialistes dans les écrivains français du XVIII^e siècle, avant la Révolution*, obra datada de 1895.

Contudo, esta disciplina não tinha *status* universitário. Foi André Siegfried quem concebeu, para a École des Sciences Politiques, um ensino complementar ao mesmo tempo da história política e da história literária: “André Siegfried”, escreve François Goguel, “impressionara-se com o fato de que a preocupação dominante de nosso ensino clássico era a do conhe-

cimento da literatura geral; a literatura política só era considerada ocasionalmente, quase acessoriamente, e menos por si mesma que sob o ângulo puramente literário. Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, eram antes de tudo vistos como escritores, do ponto de vista do estilo, da composição, e, no caso do segundo, da sensibilidade, e não como tendo escrito sobre a política, e por isso mesmo tendo exercido uma atividade ao mesmo tempo em que construíam uma obra.”²

Era importante dar aos alunos da “Sciences Po” uma “cultura política”, isto é — assim se entendia de início a história das idéias políticas — assegurar-lhes uma certa familiaridade com as grandes obras teóricas. Jean-Jacques Chevallier, encarregado de assumir esse ensino na rua Saint-Guillaume de 1943 a 1965, abriu-lhe o caminho e deu-lhe suas cartas de nobreza. De formação jurídica, fora antes professor de direito constitucional e de direito internacional público em Grenoble, mas sua obra permanece inseparável dos 22 anos de cursos que deu aos alunos das Sciences Politiques — dos quais um trabalho várias vezes reeditado, traduzido em várias línguas, continua sendo o testemunho vivo: *Les grandes oeuvres politiques, de Machiavel à nos jours* (Armand Colin).

Para Jean-Jacques Chevallier, a história das idéias políticas assumia a aparência de uma história-galeria: a das “grandes obras”. Ele entendia por grandes obras as obras políticas que “marcaram profundamente o espírito dos contemporâneos ou o das gerações posteriores”. Só o valor intrínseco não bastava, a ressonância política desse ou daquele texto determinava mais ainda a escolha dos autores. De modo que algumas obras eram alijadas de seu estudo, apesar de suas qualidades próprias; e ele citava o livro de Cournot, datado de 1872, *Considérations sur la marche des idées et des événements dans le temps moderne*, que não teve eco.

Sob esse critério de “grande obra”, o autor organizava a apresentação de seus escritores em função dos grandes problemas políticos que balizavam a História: a marcha dos Estados modernos para o absolutismo monárquico, a reação — no fim vitoriosa — contra a monarquia absoluta, as conseqüências imediatas da Revolução, a ascensão e a explosão do socialismo e do nacionalismo, cuja carga “ainda mais passional que intelectual não se esgotou”.

No entanto, essa concepção da história das idéias estava marcada por uma finalidade pedagógica. Chevallier estava menos preocupado em estudar a genealogia das grandes idéias políticas, sua difusão e sua função nas diversas sociedades onde nasciam que em oferecer um capital cultural a jovens que se destinavam a servir ao Estado ou a assumir funções de direção. Ele preferia assim acentuar o que escapava ao transitório, ia além da “cor local”, e, inversamente, propunha respostas duradouras aos “principais problemas políticos, colocados há séculos para o espírito humano”.³

Essa história pelos pináculos continua a alimentar legitimamente uma disciplina indispensável, segundo três abordagens complementares: a monografia de uma obra, o estudo de uma corrente e o estudo de um tema. Na primeira categoria, o historiador muitas vezes cede lugar ao filósofo ou ao ensaísta, mais afeito a esse debate intelectual face a face, do qual extrai uma visão pessoal e com freqüência atualizada dos problemas políticos — lembremos o *Penser la guerre, Clausewitz*, de Raymond Aron,⁴ ou o *Moment Guizot*, de Pierre Ronsavallon.⁵ Entretanto, biografias intelectuais, mais descritivas, enriqueceram o conhecimento de alguns autores, em relação aos quais muitas vezes as paixões prevalecem sobre a análise. Penso sobretudo em Charles-Péguy, cuja obra foi puxada de um lado e de outro, segundo as necessidades das causas, pela direita ou pela esquerda, pela Resistência ou pelo vichismo, pelo socia-

lismo ou pelo catolicismo. Dois trabalhos recentes permitem uma visão mais clara de uma obra aparentemente contraditória e profusa: *Péguy et le nationalisme français*,⁶ de Éric Cahm, e, mais abrangente, *Péguy entre l'ordre et la révolution*,⁷ de Géraldi Leroy. Por seu lado, Jacques Julliard, ao criar em 1983 os *Cahiers Georges-Sorel*, quis estimular as pesquisas sobre uma outra obra cuja amplitude e variações muitas vezes também dividiram os comentários ou causaram perplexidade, mas cuja repercussão, sobretudo na Itália, é indiscutível; nesta linha, já temos em mão o trabalho de Shlomo Sand, *L'illusion du politique, Georges-Sorel et le débat intellectuel 1900*.⁸ Seria preciso acrescentar a essas monografias, e sem que entrem *stricto sensu* na história das idéias políticas, algumas biografias que ainda assim participam dela, como o livro de André Jardin dedicado a Alexis de Tocqueville.⁹ Observemos ainda que, nesse gênero, a redescoberta de pensadores esquecidos é uma maneira de refrescar o conhecimento do passado: François Furet, de há muito preocupado em reabilitar uma certa visão liberal da Revolução contra a tradição jacobino-marxista, recolocou assim em evidência, em seu *Edgar Quinet et la question du jacobinisme*,¹⁰ uma análise que fora fossilizada pela escola histórica da Sorbonne. A vida póstuma de uma obra é muitas vezes digna de um interesse atento, pois ela pode ser suscetível de interpretações divergentes, instrumentais ou reducionistas... Jacques Julliard ilustrou o gênero em *La faute à Rousseau*.¹¹

O estudo dos autores pode também inscrever-se na história das correntes de pensamento. Em 1977, Paul Bénichou publicava *Le temps des prophètes*, cujo subtítulo especificava a orientação: *Doctrines de l'âge romantique*. Nesse painel, sem se restringir apenas às idéias políticas, ele nem por isso deixava de analisar suas grandes tendências pós-revolucionárias: o liberalismo, através das obras de Benjamin Constant, Guizot e Jouffroy; o neocatolicismo, em particular o de Ballanche, de Chateaubriand e de Lamennais; a “utopia pseu-

do-científica” cujos representantes mais célebres foram Saint-Simon e Augusto Comte; as obras de Pierre Leroux e Charles Fourier, classificadas sob a rubrica “da utopia à democracia humanitária”; enfim, o “movimento humanitário” — e, essencialmente, suas duas figuras de proa, Edgar Quinet e Michelet. O aparente ecletismo desse trabalho se apaga atrás da unidade profunda desse início de século XIX que Paul Bénichou assim descreve: “Essa época é, tanto quanto qualquer outra, uma época de doutrinas, e a novidade das circunstâncias a estimulou a sê-lo mais que qualquer outra, entre um mundo antigo destruído e um futuro obscuro.”¹² De fato, uma boa parte dos grandes movimentos de idéias políticas finca suas raízes nessa época tão doutrinária.

A renovação do interesse que a França experimenta nos anos 1980 em favor do pensamento liberal não é alheia à publicação simultânea das grandes sínteses de Louis Girard e de André Jardin. O primeiro, retomando um curso ministrado na Sorbonne nos anos 1960, escreveu *Les libéraux français 1814-1875*;¹³ o segundo, uma *Histoire du libéralisme politique de la crise de l'absolutisme à la Constitution de 1875*,¹⁴ que se apresenta como o mais vasto afresco jamais pintado sobre o tema. Num caso e no outro, as “grandes obras” continuam a fornecer o principal objeto de reflexão, mas os dois autores, historiadores da história geral, introduzem uma preocupação mais marcada de recolocar a análise das obras no contexto móvel de sua época e de verificar os efeitos deste sobre as cenas da vida política.

Essa história pelos “faróis” pode ainda se adaptar ao estudo de um tema particular sobre uma longa duração. O trabalho sobre *La décadence*, de Julien Freund,¹⁵ é um bom exemplo. Após ter definido a palavra e suas diversas significações, o autor percorreu o longo caminho que, da Antiguidade grega até o século XX, reverberou o interminável desfile dos profetas da

decadência — com o “paradigma da queda de Roma” e o “declínio do Ocidente” suscitando os mais numerosos discursos. Obra erudita, nutrida de grande cultura, mas que oferece, *in fine*, uma bela ilustração do mito estudado, já que o autor — que mostrou, ao longo de todo o seu trabalho, a confusão da noção de “decadência” pelas contradições de seus utilizadores — não consegue se impedir de avançar alguns motivos consistentes que, segundo ele, devem incitar seus contemporâneos a não mais duvidar, desta vez, de estarem em plena decadência. Prova suplementar — se necessário for — de que o historiador nunca é estranho à história que vive.

Este último exemplo deixa o leitor com uma dúvida. Já que o tema da “decadência” é recorrente desde os gregos até hoje, pode o historiador contentar-se em seguir seu encaminhamento nas obras escritas? Não teria ele de observar as variações da palavra — e sobretudo suas variações de intensidade, de receptividade, de acordo com os diferentes momentos? Não deveria ele examinar suas repercussões na sociedade global, na sociedade política, na ideologia dos grupos e dos partidos? Com essa noção de “decadência”, tão pouco “científica”, tão carregada de emotividade, tão aproximativa, esbarramos na insuficiência da história das idéias pelas grandes obras. Essa abordagem despreza, por definição, a expressão corriqueira e banalizada dos temas políticos: os clichês, as idéias prontas, os preconceitos, as crenças coletivas, os mitos, as palavras de ordem, os *slogans*, a herança precariamente formulada das convicções, a própria vulgarização das grandes obras, seja nos manuais escolares, na vulgata das organizações políticas, seja através da imprensa, das canções, dos congressos e dos banquetes, dos discursos e das moções, dos panfletos, da panoplia dos símbolos e das imagens sonoras ou visuais dos novos meios de comunicação de massa... Em suma, as idéias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum. Pela extensão de seu campo de curiosidade,

a história das idéias políticas faz necessariamente fronteira com a história da opinião pública e a história da propaganda; distingue-se delas, mas seus entendimentos com uma e outra encontram-se numa relação de reciprocidade, numa sociedade de expressão pública desenvolvida. Daí resulta uma primeira renovação da história das idéias pela extensão da curiosidade a fontes antes inusitadas.

A Renovação do *Corpus*

Duas teses de doutorado demonstraram a fecundidade de uma nova pista na história das idéias políticas: em 1959, a de René Rémond, *Les États-Unis devant l'opinion française 1815-1852*,¹⁶ e, em 1968, a de Jean Touchard, *La gloire de Béranger*.¹⁷ Concentrando-se na mesma época, mas em dois tipos de temas — os estereótipos sucessivos da representação da República americana na França e o imenso sucesso de um cantor-compositor popular — os dois autores, que ensinavam lado a lado no Institut d'Études Politiques, empenharam-se em descobrir as marcas das idéias em todos os setores da sociedade. Com essa finalidade, descendo do Olimpo das “grandes obras”, ambos saíram ao enalço de todos os elementos de seu tema nos diferentes meios de expressão e particularmente naqueles que atingiam grandes camadas da população naquele início de século XIX: os almanaques, as canções, os autores de *vaudeville* e a imprensa que aos poucos se libertava da censura do Estado.

Jean Touchard, que sucedera Jean-Jacques Chevallier no IEP, explicava a escolha de Béranger, de quem Raymond Lebègue, professor na Sorbonne, havia dito: “Hoje se teria vergonha de ler Béranger, e sobretudo de confessá-lo”, pela extraordinária audiência do autor do “Roi d'Yvetot”: “Ocorre que esse personagem pouco sedutor desfrutou durante meio

século de uma glória sem par.” Essa glória que ultrapassa as medidas deve ser levada em consideração pelo historiador, queiram ou não os historiadores da literatura. Ainda mais porque no caso ela foi alimentada por um sucesso indiscutível em todas as camadas sociais: dos “salões da Chaussée d’Antin” às “ginguettes dos subúrbios” [bares populares onde se dançava ao ar livre]. Sem dúvida essa admiração universal, que não resistiu ao desprezo do tempo, foi plurívoca: se a França inteira admirou Béranger, nem todo mundo aderiu às suas diversas inspirações, patriótica, social, liberal... Por isso, o autor dedicou-se às formas variadas e as compartimentações de uma moda de amplitude diferencial. Para compreender seu sentido e sua originalidade, Jean Touchard lançou mão de todas as luzes e até das mínimas fagulhas: além dos “grandes escritores” da época, os que caíram no esquecimento (Arnault, Jouy, Jay, Étienne, Tissot, Andrieux, Lebrun, Latouche etc.), os pequenos e grandes jornais (*Le Nain Jaune*, *La Minerve*, *L’Album*, *Le Mercure du XIX^e Siècle*, *La Revue Encyclopédique*, *Le Figaro*, *Le Constitutionnel*, *Le Courrier Français*, *Le Globe*, *Le Charivari*, *Le National*, *Le Journal des Débats* etc.), os almanaques e os *vaudevilles*, e ainda e sobretudo os outros cantores — não apenas aqueles cuja memória foi preservada, como Pierre Dupont, Jean-Baptiste Clément, Gustave Nadaud e Eugène Pottier, mas aqueles que conseguiu arrancar da noite do passado, apesar da fugacidade de sua reputação: Collé, Laujon, Armand Gouffé, o cavaleiro de Piis, Désaugiers, as coletâneas do *Caveau Moderne*, dos *Soupers de Momus*, da *Lice Chansonnière* ou da *Ruche Populaire*, as obras de Émile Debraux, d’Altaroche, de Charles Le Page, de Hégésippe Moreau, de Vinçard, de Louis Festeau, e de alguns outros versejadores, que tinham em comum o ouvido do público: “Um dos meios mais seguros” — e são raros esses meios, diz Jean Touchard — “de apreender em sua realidade cotidiana as opiniões populares”.¹⁸ Enfim, Touchard

fazia também pesquisa iconográfica, de tal forma os desenhos eram inseparáveis das canções do “poeta nacional”.

Essa renovação do *corpus* renovou assim ela própria a abordagem dessa história, outrora presa aos pináculos. Podemos lembrar alguns exemplos retomando os três modelos estudados acima: monografia, corrente de pensamento ou tema particular. No primeiro grupo, pensadores “secundários”, jornalistas notórios, romancistas de grandes tiragens, todos os tipos de autores outrora indignos do panteão do pensamento político tornam-se interessantes, devido exatamente ao seu sucesso, ao seu caráter de representatividade. Chevallier se detivera nas *Réflexions sur la violence* de Georges Sorel; Jacques Julliard, por sua vez, penetra sem dúvida melhor na ideologia do sindicalismo revolucionário analisando as idéias e a vida entrelaçadas de Fernand Pelloutier, que foi o incentivador das *Bourses du Travail*.¹⁹ Entre os jornalistas célebres do final do século XIX e início do XX, dois homens exerceram uma espécie de autoridade na formação de um nacional-populismo francês, sobretudo parisiense, chauvinista, antiparlamentar e anti-semita: Rochefort — sobre quem ainda nos falta um trabalho consistente — e Drumont, que recentemente suscitou trabalhos.²⁰ No mesmo feudo, seria conveniente estudar os textos de dois folhetinistas de pena incansável, Gyp²¹ e Pierre l’Ermite, cujos romances e historietas, impregnados de nacionalismo e de anti-semitismo, tiveram certamente mais força de persuasão que as obras de Vacher de Lapouge, e até mesmo de Maurice Barrès.²² O estudo de Anne-Marie Thiesse, *Le roman du quotidien*, consagrado aos “leitores e leituras populares da Belle Époque”, descreve os métodos e a atração do romance-folhetim antes da Primeira Guerra Mundial: modestos objetos culturais, mas poderosos fatores de impregnação ideológica!²³ Que se meça ainda hoje as influências respectivas de um Alain de Benoist e de um Louis Pauwels ou de um Jean Cau: para a análise das novas direitas dos anos 80, esses dois últimos escritores, beneficiando-se de porta-vozes

tão poderosos como *Le Figaro Magazine* e *Paris-Match*, deverão chamar uma atenção particular, ainda que suas produções semanais não estejam no nível teórico de que se vangloria o chefe da “Nova Escola”. Dedicar-se às mediações e aos mediadores, tanto quanto aos “pensadores”, resulta da necessidade metodológica, quando o historiador quer avaliar o trabalho das idéias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística. O repertório das dissertações de mestrado e de DEA, a lista dos temas de teses, defendidas ou não, mostram esse deslocamento da curiosidade do qualitativo para o quantitativo, dos grandes autores para os fabricantes do pensamento cotidiano ou semanal. O público dito “culto”, assim como os eleitores “sem bagagem”, são submetidos sem cessar aos discursos infra- e metapolíticos, e esse contato é muito maior que seu acesso à obra dos teóricos. Se a qualidade de um pensamento se impõe à “cultura política”, aquele que permanece, quando tudo o mais foi esquecido, de Aristóteles a Raymond Aron, é buscado em Jean Daniel ou Jean Dutourd: o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea — sem prejuízo dos meios concorrentes da mídia audiovisual. Em nome das exigências da “alta” cultura, pode-se lamentar, à maneira de Alain Finkielkraut, os efeitos da cultura de massa, mas Tocqueville, há mais de um século, os havia previsto na sociedade democrática. O historiador, por seu lado, não pode se deixar dissuadir por juízos de valor: o homem comum lhe interessa tanto quanto a pequena elite dos leitores de obras filosóficas.

Na segunda série dos objetos de estudo — a das correntes de pensamento e das famílias políticas — é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os “fatos”. Assim, *L'Action Française* foi a matéria-prima

mais fecunda do trabalho de Eugen Weber sobre o movimento monarquista de Charles Maurras.²⁴ Do mesmo modo, a análise atenta de *Je suis partout* representa a parte mais consistente do trabalho de Pierre-Marie Dioudonnat sobre o pequeno grupo de escritores fascistas, dissidentes da Ação Francesa, reunidos em torno de Robert Brasillach.²⁵ Contudo, a ampliação do *corpus* não se limita à decifração da imprensa ou das obras de ficção mais ou menos menores. Jean Touchard, em seu estudo sobre *La gauche*, extraiu o melhor de sua informação de uma das expressões mais vulgarizadas do pensamento político, já que ela emana da propaganda eleitoral: trata-se das coleções do “Barodet”, em que convivem as profissões de fé dos diferentes candidatos às eleições legislativas.²⁶

Ainda mais difuso, mais fragmentado, o *corpus* dos panfletos, das moções de assembléia e dos *graffiti* pode ser a documentação por excelência de uma história ideológica de Maio de 1968, como o demonstram Alain Schnapp e Pierre Vidal-Naquet em seu *Journal de la Commune étudiante*.²⁷ Mas estamos ainda limitados, neste caso, às fontes escritas; ora, numa civilização que privilegia cada vez mais os meios de comunicação audiovisuais, o historiador das idéias não poderá mais ignorar os arquivos sonoros, iconográficos, filmográficos. As técnicas de conservação dos documentos não escritos devem permitir o acesso a esses novos filões. Em seu ensaio sobre *L'anarchisme de droite*, Pascal Ory não hesitou em se servir maciçamente da produção cinematográfica francesa de ficção para tentar definir os estereótipos da corrente de idéias estudada.²⁸ Jean-Noël Jeanneney e Monique Sauvage, por seu lado, abriram o caminho da decifração dos telejornais.²⁹ Mas, antes mesmo da difusão do cinema ou da televisão, a pintura e a escultura oferecem ao historiador um conjunto de representações, nas quais ele poderá, em relação a certos temas, acompanhar a evolução de uma sensibilidade, de uma crença, de uma profissão de fé. Assim, Maurice Agulhon, em sua

Marianne au combat, expôs a “imagística e a simbologia republicanas de 1789 a 1880” através dos bustos de Marianne e suas variações emblemáticas.³⁰ Chegando a este ponto, podemos nos perguntar se continuamos na história das *idéias* políticas. Mas esta pergunta torna-se de uma pertinência discutível, se admitimos que esta disciplina é inseparável da história da difusão das idéias, de sua repercussão, de sua metamorfose ou de sua diluição em diversas fórmulas de representações gráficas ou plásticas. O especialista não pode desprezar as contribuições dessa semiologia e etnologia históricas.

Quanto à terceira categoria do gênero — a análise dos temas — Raoul Girardet ilustrou admiravelmente seu rejuvenescimento em *Mythes et mythologies politiques*, publicado em 1986.³¹ O sucessor de Jean Touchard no Institut d'Études Politiques demonstrou o quanto as “idéias” tinham pouca influência em comparação com os “mitos”. Estudando três mitos seculares — os da unidade, do complô e do salvador — o autor tentou, sob a luz de alguns especialistas das ciências humanas, estabelecer os fundamentos antropológicos e psicológicos dos comportamentos políticos julgados aberrantes do ponto de vista da consciência racional.

Assim, nos últimos 20 anos, a história das idéias desceu daquele empíreo onde freqüentava apenas autores de renome; interessou-se pelas mil degradações do modelo original, pelas formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos estereótipos, pelos novos suportes dos enunciados ideológicos... Mais preocupada em acompanhar o trabalho das idéias na sociedade política, ela passou de uma certa forma da história da literatura e da filosofia para uma história das *mentalidades* políticas. Sempre atenta à *produção intelectual* personalizada, está, entretanto,

cada vez mais empenhada em apreender o que Michel Foucault chamava de “filosofia espontânea” daqueles que não filosofam:

“A história das idéias se dirige a todo esse pensamento insidioso, a todo esse jogo de representações que corre anonimamente entre os homens; no interstício dos grandes monumentos discursivos, ela faz aparecer o solo quebradiço em que eles repousam. É a disciplina das linguagens flutuantes, das obras disformes, dos temas não vinculados. A análise das opiniões mais que do saber, dos erros mais que da verdade, não das formas de pensamento, mas dos tipos de mentalidade.”³²

Outras Curiosidades, Outras Abordagens

Já que a finalidade da história das idéias políticas não é mais oferecer os elementos quase intemporais de uma “cultura política”, e sim conhecer melhor os sistemas de representações das sociedades, o estudo desses sistemas tornou-se inseparável do dos aparelhos de produção e de mediação: não é apenas a idéia que age, é também o lugar de onde ela vem. Louis Althusser foi o primeiro a formular a teoria dos aparelhos nas estruturas sociais; foi ele quem forjou o conceito de “aparelho ideológico de Estado”, dando a entender que em toda sociedade a ideologia dominante é a da classe dominante e que todos os meios de difusão das idéias (exército, igrejas, escolas, associações, imprensa, edição etc.) merecem afinal o rótulo de “AIE” (aparelhos ideológicos de Estado), já que são submetidos à classe dirigente ou controlados por ela. Inspirando-se nas pesquisas de Althusser, mas criticando essa simplificação, Robert Fossaert tentou, por sua vez, elaborar a teoria dos aparelhos ideológicos, recusando o determinante “de Estado”, em nome do “embaralhamento do real”:

“Todos os aparelhos ideológicos opõem-se num confronto incessante, para fazer valer a variedade de ideologia de que cada um deles é o produtor e o guardião, confronto esse em que se refletem todos os conflitos de toda a sociedade,... donde resulta que a expressão ‘aparelhos ideológicos de Estado’, tomada em sua pretensa generalidade, oferece uma representação errônea do real social.”³³ Assim, ao lado dos *aparelhos de Estado* (governamental, militar, diplomático, financeiro etc.), devemos singularizar, em sua especificidade, os *aparelhos ideológicos* (igrejas, escolas, partidos, associações, pesquisa, imprensa, edição, cinema, publicidade etc.), se quisermos compreender a formação e a difusão das idéias correntes e concorrentes. É verdade que Jacques Ozouf não esperou a criação do conceito de “aparelho ideológico” para publicar os primeiros resultados de sua extensa pesquisa sobre os professores primários da Terceira República, *Nous les maîtres d'école*.³⁴ Os depoimentos colhidos, classificados, analisados, demonstram luminosamente o jogo variável das interferências entre a doutrina do Estado e as idéias próprias desses mediadores espalhados até nas mais humildes comunas. Idéias ligadas a condições materiais precisas, sobre as quais não se pode silenciar.

Intermediários privilegiados, no início da Terceira República, entre o mundo erudito e as classes populares, os professores primários cederam pouco a pouco essa função aos profissionais da mídia: jornalistas, autores de romances de grande circulação, produtores de rádio etc. Um seminário realizado em 1980 sobre os “mediadores culturais” deixa entrever todo um campo de pesquisa ainda em grande parte abandonado. A emergência dos *intelectuais*, no despontar do século XX, e sua função na difusão dos modelos políticos atraem o interesse de um número cada vez maior de pesquisadores. O estudo dos pequenos grupos atuantes, em torno de um jornal ou uma revista, pertence a um

gênero antigo: aos saint-simonianos³⁵ de um Charléty seguiram-se trabalhos como os de Jean-Louis Loubet del Bayle sobre *Les non-conformistes des années 30*³⁶ ou o estudo que pessoalmente fiz sobre a revista *Esprit*,³⁷ abordagens que misturam a análise de um meio e de uma ideologia. Mas o gênero acaba de ser renovado pela tese que Jean-François Sirinelli defendeu sobre os alunos da classe preparatória e os próprios alunos da École Normale Supérieure dos anos 20.³⁸ Esses trabalhos esclarecem em particular, a partir de diferentes grupos, o pacifismo que dominou o espírito dessa geração e dessa época.³⁹ Nessa descrição das pequenas sociedades intelectuais, as teorias de Pierre Bourdieu, seja lá o que se pense delas aliás, estimularam algumas pesquisas de boa qualidade, à frente das quais podemos colocar *Sartre et “Les Temps Modernes”*, de Anna Boschetti.⁴⁰ Rompendo com o idealismo corrente e o marxismo mecânico de tantos ensaios, Pierre Bourdieu introduz na análise das idéias o papel das estratégias individuais, conscientes ou não, que embasam as influências intelectuais na realidade mais prosaica das disputas do poder. Daí resulta, no caso de Sartre diagnosticado por Anna Boschetti, uma desmistificação aguda mas sobretudo uma tentativa de explicação muito estimulante. Outro exemplo: em relação ao conflito moral do caso Dreyfus, Christophe Charle propôs uma análise sociológica dos dois grupos antagônicos que dá uma dimensão de “luta de classe” (entre o “pólo dominante” e o “pólo dominado”) a um confronto de aparência puramente idealista.⁴¹ De maneira mais empírica, Hervé Hamon e Patrick Rotman publicaram uma pesquisa bastante fina sobre esses novos mediadores culturais, para os quais criaram o neologismo *intellocrates*, cujas atividades cruzam com o mundo universitário, a imprensa e o mundo editorial.⁴²

Se a história da imprensa já produziu um certo número de monografias e de sínteses apreciáveis,⁴³ a história da edição da época contemporânea está apenas em seus primórdios. Ano-

temos entretanto o trabalho de Jean-Yves Mollier, *Michel et Calmann-Lévy ou la naissance de l'édition moderne 1836-1891*,⁴⁴ publicado em 1984, como também, no mesmo ano, a biografia mais jornalística, mas rica em documentação, de *Gaston Gallimard* por Pierre Assouline.⁴⁵ Foi lançada uma primeira síntese da história geral da edição sob a direção de Roger Chatier.⁴⁶ Numerosas monografias continuam sendo necessárias para se tentar uma história aprofundada da edição francesa no século XX. Esses estudos de editoras são também estudos de meios literários, de meios de sociabilidade que, assim como a história dos salões do século XVIII, indispensável ao conhecimento do movimento das Luzes, permitem elucidar as atitudes de uma corporação e o encaminhamento das idéias — em particular nos períodos de turbulência política.

Se os métodos da sociologia — e sobretudo a equipe das *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*⁴⁷ — propõem instrumentos conceituais e sugerem campos de pesquisa, a lingüística oferece por sua vez meios de investigação cuja eficácia foi multiplicada pela informática. Já em 1974, Antoine Prost aplicara o método da análise fatorial em seu *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 et 1889*⁴⁸ e também na terceira parte, “Mentalités e idéologies”, de sua tese de doutorado de Estado sobre os *Anciens combattants*.⁴⁹ Na mesma época, Dominique Labbé submetia *Le discours communiste*⁵⁰ à análise léxica, ao final da qual podia estabelecer “os níveis de mudança” na prosa do PCF e “os elementos invariantes da ideologia comunista” pelos quais o Partido garante a mobilização ótima de suas forças militantes e sua “coesão interna”. Em 1980, o Institut de la Langue Française, inspirado pelo ensino de Robert Léon Wagner, publicava o primeiro número da revista *Mots*,⁵¹ aberta aos “trabalhos de lexicometria e lexicologia política”. Essa revista dava continuidade a um primeiro ensaio, mais modesto, saído do laboratório de “lexicologia e textos políticos”, criado em 1967 na

École Normale Supérieure de Saint-Cloud, e que se chamava *Travaux de lexicométrie et de lexicologie politique*, cuja produção se resumiu a três fascículos anuais, de 1976 a 1978. *Mots* dá conta dos trabalhos de lexicologia sociopolítica e traz suas próprias contribuições a uma disciplina que toma seu impulso e que os historiadores das idéias não poderão mais ignorar. Sem dúvida, essa abordagem léxica muitas vezes é apenas a confirmação quantitativa da análise empírica; mesmo nesse caso, ela assenta a pesquisa tradicional em dados sólidos. Pode fazer mais que isso: dar sentido a discursos emaranhados ou incoerentes, descobrir as linhas de força sob uma aparente confusão, identificar melhor o que muda e o que permanece nas idéias em curso. Essa disciplina está ainda na infância; o estudo lingüístico das idéias não pode limitar-se aos trabalhos lexicológicos. Mas, pelo menos, é um começo.

Através de uma amostragem limitada de alguns trabalhos, pretendi mostrar a evolução e o enriquecimento de uma das disciplinas fundamentais da história política. O movimento geral observado é bastante claro: descemos dos picos rochosos para o fundo dos vales; das obras mais ou menos imortais para o saco de gatos da produção literária, jornalística, política; do comentário das “grandes idéias” ao inventário das “mentalidades correntes”. Nessa descida, essa disciplina se diversificou enormemente; em consequência, ela também se desunificou. Será que ela ainda é autônoma, ou não se tornou um dos componentes de uma história mais vasta, em que as idéias são concomitantes aos seus centros de emissão, às suas redes de circulação e aos seus campos de recepção; em que o seu conteúdo é inseparável da função social do sistema de representações que elas organizam; em que colaboram os métodos e as disciplinas vizinhas da história: a lingüística, a psicologia social, a sociologia, a informática, todas provedoras de conceitos, diante dos quais o historiador, por não tê-los produzido ele mesmo, pode se deixar intimidar?

Parece entretanto que resta ao historiador das idéias políticas uma vocação de síntese que só ele pode assumir. É sua função, com efeito, levar em consideração todas as abordagens e todas as descobertas com as quais as ciências limítrofes alimentaram o conhecimento dos discursos, dos signos e dos símbolos políticos, para recolocar seus resultados numa perspectiva de longa duração. Ele pode assumir as práticas das “ciências humanas” como “ciências auxiliares” — mas elas não poderão substituir a abordagem necessária do historiador, empenhado em estabelecer as continuidades e os inícios de mudança; em inscrever os termos no universo material das coisas: o Estado, a sociedade civil, a conjuntura interna e a internacional; em repor as palavras na boca e na pena de atores que pertencem a grupos, a meios e a memórias. A recuperação dos antecedentes, das filiações, das fusões, toda essa hidrologia das correntes de pensamento continua sendo de sua competência: a duração, a continuidade, o desaparecimento, o ressurgimento, a queda em catarata, a convergência, a afluência, a canalização, o reservatório, a descarga, a derivação — não acabaríamos nunca de brincar com a metáfora hidráulica, pois ela simboliza bem essa história das idéias, ciência dos fluidos. *La gauche, Les droites en France, L'idée coloniale*,⁵² cabe aos historiadores descrever esses grandes feudos, esses panteões antagônicos, essas variações de fervor e essas transferências de idéias nas longas frequências cronológicas. Dar novamente sentido ao passado e tornar, por isso mesmo, o presente mais inteligível é a finalidade de uma história política, para a qual a história das idéias traz, pelo ajuste de seus instrumentos e a multiplicação de seus materiais, uma contribuição indispensável.

Notas

1. Alain Finkielkraut, *La défaite de la pensée*, Paris, Gallimard, 1987.
2. François Goguel, “Jean-Jacques Chevallier aux Sciences po”, *Histoire des idées sur l'histoire. Études offertes à Jean-Jacques Chevallier*, Paris, Éd. Cujas, 1977, p. 272.
3. Ver seu “Avant-propos” em *Les grandes oeuvres politiques, de Machiavel à nos jours*, Paris, Colin, 1970, p. 7-9.
4. Raymond Aron, *Penser la guerre, Clausewitz*, Paris, Gallimard, 1976, 2 vol.
5. Pierre Ronsavallon, *Le moment Guizot*, Paris, Gallimard, 1985.
6. Éric Cahm, *Péguy et le nationalisme français*, Cahiers de l'Amitié Charles-Péguy, 1972.
7. Géraldi Leroy, *Péguy entre l'ordre et la révolution*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1981.
8. Shlomo Sand, *L'illusion du politique, Georges-Sorel et le débat intellectuel 1900*, Paris, La Découverte, 1985.
9. André Jardin, *Alexis de Tocqueville: 1805-1859*, Paris, Hachette, 1984.
10. François Furet, *La gauche et la révolution au milieu du XIX^e siècle. Edgar Quinet et la question du jacobinisme, 1865-1870*, Paris, Hachette, 1986.
11. Jacques Julliard, *La faute à Rousseau*, Paris, Éd. du Seuil, 1985.
12. Paul Bénichou, *Le temps des prophètes. Doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977.
13. Louis Girard, *Les libéraux français 1814-1875*, Paris, Aubier, 1985.
14. André Jardin, *Histoire du libéralisme politique de la crise de l'absolutisme à la Constitution de 1875*, Paris, Hachette, 1986.
15. Julien Freund, *La décadence*, Paris, Sirey, 1985.
16. René Rémond, *Les États-Unis devant l'opinion française 1815-1852*, Colin, 1959, 2 vol.
17. Jean Touchard, *La gloire de Béranger*, Paris, Colin, 1968, 2 vol.
18. *Ibid.*, p.15.

19. Jacques Julliard, *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*, Paris, Éd. du Seuil, 1974.
20. Stephen Wilson, *Ideology and experience of antisemitism in France at the time of the Dreyfus Affair*, London, Associated University Press, 1982; Frederick Busi, *The pope of antisemitism. The career and legacy of Édouard Drumont*, New York, University Press of America, 1986. Ver também Michel Winock, *Édouard Drumont et Cie*, Paris, Éd. du Seuil, 1982, e mais recente, Pierre Birnbaum, *Un mythe politique: "la République juive"*, Paris, Fayard, 1988.
21. Uma tese sobre Gyp está sendo elaborada no Institut d'Études Françaises da New York University por Willa Silvermann.
22. Sobre Maurice Barrès, ver o importante trabalho de Zeev Sternhell, *Maurice Barrès et le nationalisme français*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1972. Do mesmo autor, é preciso mencionar dois trabalhos que despertaram atenção e (sobretudo o segundo) controvérsia, todos os dois dedicados às "origens" e às variantes francesas do fascismo: *La droite révolutionnaire*, Paris, Éd. du Seuil, 1978, e *Ni droite ni gauche*, Paris, Éd. du Seuil, 1982.
23. Anne-Marie Thiesse, *Le roman du quotidien*, Paris, Le Chemin Vert, 1984.
24. Eugen Weber *L'Action Française*, Paris, Stock, 1964.
25. Pierre-Marie Dioudonnat, *"Je suis partout", les maurrassiens devant la tentation fasciste*, Paris, La Table Ronde, 1973.
26. Jean Touchard, *La gauche*, Paris, Éd. du Seuil, 1977.
27. Alain Schnapp e Pierre Vidal-Naquet, *Journal de la Commune étudiante, textes et documents, novembre 67-juin 68*, Paris, Éd. du Seuil, 1969; reed. 1988.
28. Pascal Ory, *L'anarchisme de droite*, Paris, Grasset, 1985.
29. Jean-Noël Jeanneney e Monique Sauvage, *Télévision, nouvelle mémoire. Les magazines de grand reportage, 1959-1968*, Paris, Éd. du Seuil e INA, 1982.
30. Maurice Agulhon, *Marianne au combat, l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*, Paris, Flammarion, 1979.

31. Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éd. du Seuil, 1986. Ver também Jean-Jacques Becker e Serge Berstein, *Histoire de l'anticommunisme en France*, Paris, Orban, 1987.
32. Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.
33. Robert Fossaert, *La société*, t. III, *Les appareils*, Paris, Éd. du Seuil, 1978.
34. Jacques Ozouf, *Nous les maîtres d'école*, Paris, Julliard, 1967.
35. Sébastien Charléty, *Histoire du saint-simonisme*, Paris, Paul Hartmann, 1931; reed. Paris, Médiations, 1965.
36. Jacques Loubet del Bayle, *Les non-conformistes des années 30*, Paris, Éd. du Seuil, 1969.
37. Michel Winock, *Histoire politique de la revue "Esprit" 1930-1950*, Paris, Éd. du Seuil, 1975.
38. Jean-François Sirinelli, "Khâgneux et normaliens des années vingt. Histoire politique d'une génération d'intellectuels (1920-1945)", tese de doutorado de Estado, 1986. Do mesmo autor, em colaboração com Pascal Ory, citemos a primeira síntese sobre *Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Colin, 1986.
39. Ver também Nicole Racine-Furlaud, "Le comité de vigilance des intellectuels antifascistes 1934-1945", *Le Mouvement Social*, nº 101, outubro-dezembro de 1977.
40. Anna Boschetti, *Sartre et "Les Temps Modernes"*, Paris, Éd. de Minuit, 1975.
41. Christophe Charle, "Champ littéraire et champ du pouvoir: les écrivains et l'affaire Dreyfus", *Annales ESC*, março-abril de 1977.
42. Hervé Hamon e Patrick Rotman, *Les intellocrates*, Paris, Ramsay, 1981.
43. Em particular, Claude Bellanger et al., *Histoire générale de la presse*, Paris, PUF, 1975, 5 vol.; Jean-Noël Jeanneney e Jacques Julliard, *"Le Monde" de Beuve-Méry ou le Métier d'Alceste*, Paris, Éd. du Seuil, 1979; Aline Coutrot, *Un courant de la pensée catholique: l'hebdomadaire "Sept", mars 1934-août 1937*, Paris, Éd. Cana, 1980.
44. Jean-Yves Mollier, *Michel et Calmann-Lévy ou la naissance de l'édition moderne 1836-1891*, Paris, Calmann-Lévy, 1984.

45. Pierre Assouline, *Gaston Gallimard. Un demi-siècle d'édition française*, Paris, Balland, 1984.
46. Roger Chatier (sob a direção de), *Histoire de l'édition en France*, Paris, Promodis, 1985-1986, vol. 4.
47. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, publicadas com a colaboração da Maison des Sciences de l'Homme et da École des Hautes Études en Sciences Sociales, distribuídas pelas Éditions de Minuit.
48. Antoine Prost, *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 et 1889*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1974.
49. Antoine Prost, *Les anciens combattants et la société française*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, 3 vol.
50. Dominique Labbé, *Le discours communiste*, Paris, PFNSP, 1977.
51. *Mots*, revista trimestral, PFNSP.
52. Raoul Girardet, *L'idée coloniale en France 1871-1962*, Paris, La Table Ronde, 1972; reed. Paris, Hachette, 1986, "Pluriel".

10

As palavras
Antoine Prost

QUEIRAM OU NÃO os historiadores, a história não resume em si mesma o conjunto das ciências do homem e da sociedade. É uma disciplina entre outras e tributária, como as demais, das evoluções que afetam o conjunto desse campo científico. Nessa perspectiva, a emergência e a afirmação, nos anos 60, de uma lingüística bastante diferente da filologia, que até então fazia seu papel, representou uma séria convulsão. A etnologia tomou emprestados modelos de análise dos fonologistas e dos formalistas russos e aliou-se à lingüística para propor, contra a história, um novo modelo de racionalidade. O estruturalismo parecia então ser o único capaz de fornecer um princípio de explicação das sociedades humanas. É a própria configuração do campo intelectual que é alterada. Retomando os termos utilizados por Michel Foucault exatamente nessa época em *Les mots et les choses* (1966), a base epistemológica oscila. E acreditou-se que a lingüística iria se tornar a disciplina dominante nas ciências do homem e da sociedade, da mesma forma como a biologia, com a qual ela tem mais de um traço em comum, era dominante nas ciências exatas.

Esse abalo não atingiu de maneira igualmente direta todas as formas de história. A história econômica e social havia muito fazia uso da palavra e do conceito de "estrutura". Portanto, quase não foi abalada pelo estruturalismo, limitando-se a fazer notar que, no interior das estruturas, as contradições fundamentavam a possibilidade de evoluções. Em compensação, a história política e, mais ainda, a história política factual, já questionada pela *École des Annales*, foi atingida em cheio. Não se interessava ela por um teatro de

sombras? Não se contentam os políticos em retomar um discurso que tem origem alhures, ainda quando imaginam fazer prevalecer proposições pessoais? Era o que sugeria Robert Escarpit em *Le littératron*, publicado em 1964: para ser eleito, bastaria sustentar o discurso estatisticamente esperado pelos eleitores, tal como um estudo científico o teria determinado em todos os detalhes. De maneira mais séria, mas mais profunda, a tese capital de Jean Dubois, publicada em 1962, *Le vocabulaire politique et social de la France de 1869 a 1872*, impôs um nova visão sobre o discurso político, portanto, sobre a história política. Do mesmo modo que, para Lucien Febvre, o problema da descrença no século XVI era uma questão de instrumental mental, desde então tornou-se forçoso nos perguntarmos em que medida as políticas são determinadas de antemão pelo vocabulário que permite formulá-las.

Esse novo clima intelectual acarretou um duplo movimento, aliás desigual, de historiadores em direção à lingüística, e sobretudo de lingüistas em direção à história. Do lado dos historiadores, foi feita a grande pesquisa de Alphonse Dupront sobre os *cahiers de doléances*. Na área da história contemporânea, o primeiro a perceber a renovação de que a lingüística era portadora foi Louis Girard, que orientou nesse sentido as pesquisas da equipe que então dirigia: é ao seu convite generoso, mas decidido, que devo o fato de ter-me dedicado aos discursos eleitorais, inicialmente de 1881 — era a primeira eleição para a qual o “Barodet” tornava os textos facilmente acessíveis —, depois de 1885 e de 1889. Mas Louis Girard praticamente não fez escola nesse campo. Os historiadores que consentiram no desvio pela lingüística são pouco numerosos. Citemos Michel-F. Launay, que estudou na última parte de sua tese os editoriais do mensário da CFTC no período entre as duas guerras, e Denis Peschanski, que consagrou sua tese de doutorado de terceiro ciclo ao vocabulário de *L'Humanité*, de janeiro de 1934 a agosto

de 1936. Eles não teriam concebido — e levado a bom termo — seus projetos sem o apoio dos lingüistas, dos quais iremos falar agora.

Simultaneamente, de fato, alguns lingüistas procuravam aplicar seus métodos a textos políticos e históricos. Sob a égide de Robert-Léon Wagner, e com o apoio do CNRS, eles fundaram o Laboratoire de Lexicologie Politique da École Normale Supérieure de Saint-Cloud. Maurice Tournier foi o incontável incentivador desse grupo. O primeiro seminário de lexicologia política que foi por ele organizado, em 1968, deu a essas pesquisas um impulso decisivo. Várias equipes se formaram para tratar de textos semelhantes. Após dez anos de trabalho, a fecundidade desse grupo justificou a criação, em 1980, de uma revista semestral, *Mots: Mots... Ordinateurs... Textes... Sociétés*, publicada pela Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. A lexicologia política estruturava-se assim como domínio científico autônomo.

A história contemporânea não é a única afetada pelo desenvolvimento da lexicologia política. Uma das equipes mais ativas do laboratório de Saint-Cloud, com R. Robin, A. Geffroy, J. Guilhaumou e alguns outros, consagrou-se aos textos da Revolução Francesa. Mas a maioria das outras equipes trata de textos contemporâneos, principalmente textos comunistas de 1932 a 1946 e textos sindicais recentes. Os historiadores não poderiam menosprezar sua contribuição, que é completada por trabalhos mais dispersos de ciência política. Mas o que eles podem esperar daí?

É exatamente a esta pergunta que eu gostaria de tentar responder aqui, apoiando-me em exemplos precisos. De imediato, para clarear o debate, podemos distinguir duas grandes preocupações. O historiador pode se interessar pelos métodos lingüísticos por seu valor demonstrativo ou por seu valor heurístico. No primeiro caso, pede-lhes que lhe forneçam provas para sustentar afirmações verossímeis, mas frágeis. No segun-

do, espera que o coloquem no caminho das descobertas, façam aparecer aproximações, diferenças, estruturas que não se percebiam na simples leitura dos textos. É claro que esses dois usos dos métodos lingüísticos se combinam estreitamente na pesquisa. Nem por isso deixam de ser diferentes logicamente, e a análise lucra em não confundi-los.

Estatística Léxica e Administração da Prova

A crítica da história positivista já foi feita, mas talvez tenha ido um pouco longe demais. Não basta, na verdade, que uma interpretação seja nova, interessante, que apresente os fatos sob uma luz inédita: precisamos de razões para preferir a uma outra. E se a idéia de uma verdade definitiva parece arriscada, pedimos argumentos; toda interpretação deve ser argumentada e sua verdade é provada pela dificuldade de ser refutada.

Sob esse aspecto, é preciso reconhecer, os historiadores muitas vezes se contentam com uma versão melhorada do argumento de autoridade. Pedem que os sigamos, em virtude de sua familiaridade com o assunto: "Acreditem-me," dizem em essência, "há cinco anos (ou dez, ou quinze...) trabalho com os documentos relativos ao meu tema (o Partido Comunista, ou a CTFC, os ex-combatentes etc.) e conheço-os bem. Eis o que penso..." Sem dúvida, a convicção íntima de um pesquisador sério merece consideração, e a familiaridade com os textos constitui uma condição prévia indispensável de que nenhum historiador poderia liberar-se. Mas não garante nada: um espírito equivocado tira conclusões inexatas dos documentos após 15 anos de estudo assim como após alguns meses... Em consequência, os historiadores não pedem que se creia neles sob palavra; sentem-se impelidos a apresentar algumas provas: é este o papel que conferem às citações.

Mas o que prova uma citação? Que uma opinião ou um julgamento determinados foram formulados, em condições determinadas, por um determinado indivíduo. De modo algum que essa opinião ou esse julgamento são majoritários, ou dominantes ou representativos. No seu uso habitual — e não me refiro aqui nem ao caso de citações obrigatórias — a citação ilustra a análise e estabelece a sua possibilidade, até mesmo a sua verossimilhança, mas não a verdade. Isto leva os historiadores a multiplicar as citações convergentes, de fontes diferentes, para mostrar que o ponto de vista que destacam não tem nada de excepcional. Ainda assim a multiplicação de citações que têm valor ilustrativo jamais constitui uma prova irrefutável: ela manifesta a erudição do historiador, seu conhecimento do caso; incita a que se lhe deposite confiança, mas tudo se baseia, em última instância, nessa confiança. Na verdade, o acúmulo de citações tem uma função dissuasiva, invertendo a obrigação de apresentar provas: o contraditor que forneça, por sua vez, a prova do erro de uma interpretação de tal forma argumentada... É a lógica do advogado, não a do erudito.

Parece só haver um meio de escapar a esse impasse: os métodos quantitativos, como a análise de conteúdo ou a estatística léxica. A frequência dos termos, das expressões, das opiniões ou dos julgamentos parece ser um indicador seguro de sua importância objetiva. Sem dúvida, poderíamos sustentar que há termos tão carregados de sentido que bastaria empregá-los uma vez para colorir todo um texto: por exemplo, *autogestão*, no discurso sindical dos anos 1960, ou *re-pública*, nos discursos eleitorais de 1881. Mas os estudos mostraram que esses termos fortemente marcados são também relativamente frequentes (Bergounioux *et al.*, 1982; Prost, 1974). As frequências léxicas constituiriam portanto um guia confiável na exploração dos textos.

A estatística léxica começou assim por elaborar índices de frequência. Programas de indexação automática foram criados desde muito cedo, sobretudo por Pierre Lafon no laboratório de Saint-Cloud: uma vez colocado o texto na memória, o que impõe uma manipulação prévia, o computador estabelece a lista exaustiva dos termos utilizados com, para cada um deles, o número de vezes em que foi empregado (seu número de ocorrências). Já nessa etapa, colocam-se problemas teóricos como o da lematização: deve-se reagrupar ou não formas aparentadas, o plural com o singular, as diferentes formas de um mesmo verbo? O uso da não-lematização prevaleceu, e a palavra foi definida como forma gráfica. *Liberdade e liberdades, direito e direitos, classe e classes* são pois tratadas como palavras diferentes, porém nada permite ao computador distinguir o substantivo do adjetivo quando têm a mesma ortografia, como o francês *politique*, ou saber se *juge* é um juiz ou o verbo *juger* (julgar) na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Com maior razão não pode ele saber se classes designa classes escolares ou classes sociais.

Essas dificuldades não são no entanto irremediáveis. Mais grave, no meu entender, é a pobreza dos resultados a que conduzem essas contagens: sozinhos, os índices de frequência praticamente não sugerem nenhuma conclusão original. Um dos primeiros trabalhos publicados por uma outra equipe apoiada pela IBM, o de Jean-Marie Cotteret e René Moreau sobre o vocabulário do general de Gaulle (1969), chegou a algumas observações significativas, como a oposição entre os discursos-apelos, caracterizados por uma grande frequência de *eu* e *vós*, e os discursos-balanços, em que domina o *nós*. Mas esse estudo pioneiro, e por isso mesmo absolutamente admirável, nem por isso deixava o leitor completamente satisfeito. Para fazer os textos falarem, era preciso ter métodos mais sofisticados. Três métodos principais foram simultaneamente desenvolvidos.

A Análise Fatorial das Correspondências

O primeiro desses métodos, cujo desenvolvimento é, além disso, exatamente contemporâneo dos primórdios da lexicologia política, é a análise fatorial das correspondências. Desde então ela se disseminou muito, pelo menos na França, o que nos dispensa de expô-la longamente.¹ Sabemos que ela extrai as estruturas latentes dos quadros de dados e que as representa graficamente. Se dispomos, por exemplo, de um quadro que cruza um conjunto de textos com um conjunto de palavras e dá o número de ocorrências de cada palavra em cada texto, a análise fatorial das correspondências produz gráficos em que as palavras empregadas simultaneamente nos mesmos textos são representadas por pontos vizinhos, assim como os textos onde elas são empregadas, enquanto os textos que as ignoram e as palavras características desses outros textos são representados por pontos tanto mais distantes quanto maior é a diferença.

Aplicada a textos de história política, a análise fatorial das correspondências revela-se bastante eficaz, sob a condição, no entanto, de que a aprofundemos o bastante e não hesitemos em lhe submeter quadros de grandes dimensões. Uma análise rápida, realizada em um pequeno número de textos e de palavras, praticamente só consegue confirmar evidências, aquelas mesmas que presidiram a seleção dos textos e/ou das palavras. Em compensação, se, como Denis Peschanski em sua tese, analisamos quadros que mostram o emprego de 855 palavras em 32 amostras mensais de artigos de *L'Humanité*, à razão de um artigo a cada três dias, podemos esperar algumas descobertas. De fato, Denis Peschanski mostrou que o diário oficial do PCF havia passado, entre janeiro de 1934 e agosto de 1936, de um vocabulário de classe (*burguês, burguesia, operários, proletária [adjetivo], capitalistas, proletários [substantivo], classe, proletariado, proletário [adjetivo]*), não para um vocabulário nacional ou jacobino, como

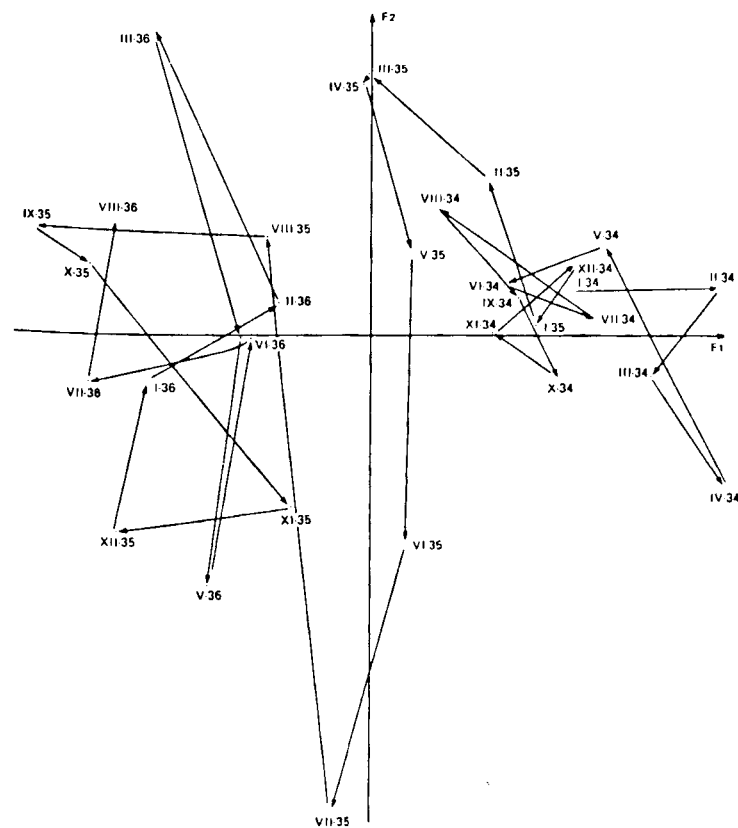
se acreditava, mas para um vocabulário no qual o povo é o centro. Mais precisamente, a análise fatorial permitiu-lhe datar essa mudança (ver gráfico): foi em julho de 1935 que a alteração se produziu. Da mesma forma, a análise dos discursos eleitorais de 1881 e 1889 revela muitos traços interessantes. Para nos limitarmos a dois deles, ela mostra por exemplo que Ferry e Gambetta estavam muito próximos: sua rivalidade não os impedia de assumir compromissos eleitorais vizinhos. A análise fatorial prova, por outro lado, que os boulangistas de 1889, apesar de sua origem muitas vezes radical, pertenciam a uma centro-direita democrática e nacional: seu discurso os inscrevia na vizinhança dos bonapartistas de 1881, e não no feudo radical-socialista.

Poderíamos multiplicar os exemplos (Bergounioux *et al.*, 1982; Habert e Tournier, 1987; Demone *et al.*, 1975), pois as análises fatoriais em lexicologia histórica e política se contam às dezenas. Tornaram-se quase um procedimento de rotina, o que não ocorre sem suscitar problemas. A análise fatorial é, na verdade, bastante sensível às diferenças de peso das variáveis; portanto é preferível submeter-lhe textos de comprimento equivalente. É ainda mais necessário que ela trate na realidade das frequências condicionais de palavras nos textos. Se um termo é empregado três vezes num texto longo com cem ocorrências de 30 termos diferentes, será, para a análise fatorial, como se o termo tivesse tido seis ocorrências num texto de comprimento total de duzentas ocorrências. Ora, essa assimilação não é absolutamente legítima.

É preciso tomar cuidado aqui, na verdade, com as leis de extensão do vocabulário: a extensão do vocabulário depende em parte do comprimento dos textos. Dividamos, por exemplo, um texto dado em duas partes de mesmo comprimento. Observemos, na primeira metade, as palavras diferentes que aparecem, com sua frequência. Ao passar da metade ao texto integral, não duplicaremos a extensão do vocabulário

UMA ANÁLISE FATORIAL DAS CORRESPONDÊNCIAS:
L'HUMANITÉ MÊS A MÊS (JANEIRO DE 1934-AGOSTO 1936)
SEGUNDO SEU VOCABULÁRIO

(gráfico elaborado a partir de Peschanski (1981, 1), p. 112)



(o número total de palavras diferentes), pois algumas palavras, empregadas na primeira metade, o serão também na segunda: o número de palavras diferentes aumentará, mas não duplicará. Inversamente, a frequência de cada uma das palavras do vocabulário da primeira metade também não dobrará: alguns termos que tinham aparecido na primeira metade desaparecerão na segunda e conservarão a mesma frequência total; outros, muito empregados, o serão um pouco menos ou inversamente, e sua frequência aumentará, mas numa proporção variável. A extensão do vocabulário aumenta cada vez menos rapidamente à medida que o texto se alonga.

Essa lei, há muito conhecida, impede de utilizar a frequência relativa (número de ocorrências de uma palavra para 100 ou 1.000 ocorrências totais de palavras do texto) para comparar o uso das mesmas palavras em textos de comprimento diferente. A tentação é contudo real, mas é preciso resistir a ela: a frequência relativa de uma palavra depende do comprimento do texto. Utilizá-la para comparar a importância atribuída às mesmas palavras por textos diferentes só é aceitável quando esses textos têm aproximadamente as mesmas dimensões. Caso contrário, é tomar por efeitos de sentido desigualdades de comprimento.

A Análise das Especificidades

Para responder a essa dificuldade, os lingüistas de Saint-Cloud conceberam a análise das especificidades (Lafon, 1980 e 1984). Esse método supõe um conjunto de textos diferentes ou um texto subdividido em partes distintas. *La parole syndicale* (Bergounioux *et al.*, 1982) estuda assim as resoluções de orientação geral dos congressos ou dos conselhos (comitês) nacionais da CGT, da CFDT, da FO e da CFTC, de 1971 a 1976. Vemos que esse *corpus* pode ser dividido

de várias maneiras: em 4, por confederações, em 6, por anos, ou em 24, pela combinação dos dois critérios. A análise das especificidades calcula para cada termo, em cada parte de um *corpus* dividido, a probabilidade que ele teria tido de aparecer com tanta frequência, ou tão pouca frequência, se o seu emprego tivesse sido repartido igualmente no conjunto do *corpus*. Em função do seu nível de exigência, o pesquisador decide então considerar como *específicos* de uma parte do *corpus* os termos que não tinham 10 chances em 100, ou 5, ou 2, ou 1, de aparecer com tanta ou tão pouca frequência. Basta-lhe então analisar essas especificidades positivas (superempregos) ou negativas (subempregos).

O modelo matemático em que se apóia a análise das especificidades foi discutido (Guerreau, 1986), e o debate continua aberto. Por outro lado, os resultados a que esse método conduz dependem em parte da divisão do *corpus*. Habert (1985) observa com razão que a divisão de um *corpus* em um número muito grande de partes tem o efeito de diluir as especificidades e reduzir o número de termos específicos. Como a norma em relação à qual se calcula as especificidades é o emprego no conjunto do *corpus*, o método às vezes também conduz a descobertas por construção. Assim, *La parole syndicale* descobriu que as siglas que designam cada uma das confederações — CGT, CFDT, FO, CFTC — são específicas positivamente das confederações que designam e negativamente das outras. Isto era por si só evidente, já que essas siglas são frequentemente usadas como sujeitos das declarações das organizações. Mas, aplicada de maneira sistemática, estudando-se a totalidade dos termos específicos, sem escolher entre eles os aparentemente mais significativos, a análise das especificidades é de uma notável fecundidade.

La parole syndicale mostra bem isso. O estudo foi conduzido por um grupo de historiadores do sindicalismo (A. Ber-

gounioux, M.-F. Launay, R. Mouriaux) e de lingüistas (J.-P. Sueur, M. Tournier). Uma análise fatorial permitiu-lhes primeiro opor a CFDT ao grupo FO/CFTC, situando-se os textos da CGT numa posição intermediária e num segundo eixo. A análise das especificidades confirma esse isolamento relativo da CFDT. De fato, se fizermos a lista das formas ultra-específicas, ou seja, daquelas que são específicas positivamente para uma única confederação e negativamente para as três outras, encontraremos 24 termos para a CFDT, 5 para a CGT, 5 para a FO e apenas 1 para a CFTC (que é precisamente CFTC). Esses termos ultra-específicos da CFDT incluem *objetivos, socialismo, transformação, socialista, capitalismo, união, populares, autogestionário* — termos que não surpreendem, mesmo que esperássemos ver alguns deles utilizados pelo menos normalmente pela CGT, como *capitalismo*, por exemplo. Mas outros termos são igualmente ultra-específicos da CFDT: *ação, organização, sociedade* encabeçam uma lista onde figuram igualmente *estratégia e análise* (op. cit., p. 151).

O exame das especificidades das palavras-ferramentas permite levar a análise mais longe. *Que* é específico da CFTC e, em menor grau, da FO, assim como a maior parte dos verbos declarativos que pedem esta conjunção (*destaca, denuncia, afirma, lamenta, declara* etc.). É o índice das moções no sentido clássico, reivindicativo e estereotipado do termo, o que é enfatizado pelo emprego específico de *considerando* pela CFTC. A CGT e a CFDT apresentam suas moções como análises da sociedade. Enquanto o subjuntivo, introduzido por verbos declarativos, é específico da CFTC e da FO (*seja, sejam*), ou só da CFTC (*tenham*), o presente é específico da CGT e da CFDT. Mas essas duas centrais se distinguem em pontos secundários. A CGT singulariza-se pelo superemprego de *de, dos (das) e e*, o que indica a importância das enumerações e das associações em suas moções: nelas são frequentes expressões como *o Estado e os monopólios* ou *os*

monopólios e o Estado, o poder e o patronato, padrões e governo, o capitalismo e o poder burguês. A CFDT, em compensação, como a CFTC, superemprega *um e uma*, o que os autores explicam pela importância das considerações sobre o “projeto de sociedade” desta confederação. Por oposição à sociedade capitalista, a CFDT fala de *uma* sociedade autogestionária (op. cit., p. 180). Vê-se que enorme erro se cometeria pensando-se que todas as moções de congressos se parecem.

As tradições do sindicalismo francês sofreram, portanto, um profundo remanejamento. Poderíamos ter pensado que as duas confederações saídas da antiga CGT teriam conservado alguns traços de vocabulário comuns, e da mesma forma a CFTC e a CFDT, cuja cisão remonta apenas ao final dos anos 1970. Ora, não é nada disso. A originalidade da CFDT se manifesta de maneira gritante. Um estudo posterior (Habert e Tournier, 1987) mostra que a CFDT realmente divergiu da tradição CFTC a partir do congresso de 1970: as moções dos congressos de 1965 são ainda muito próximas. Uma reaproximação entre os discursos das duas centrais se delineia, a partir de 1979, em função da evolução da CFDT. Mas isto não anula a “ruptura léxica” de 1970.

O interesse da análise fatorial e da análise das especificidades merecia ser ilustrado por um exemplo um pouco mais detalhado. Mas esses métodos apresentam um vício maior: tratam os textos como populações de palavras. Raciocinam como se a língua fosse uma vasta urna, cheia de palavras, e como se falar fosse tirar palavras dessa urna ao acaso. Ora, a língua é linear. As palavras se encadeiam em enunciados: uma vez pronunciada uma palavra, a escolha da palavra seguinte não é mais aleatória. A lexicometria não leva em consideração esse caráter fundamental da língua.

Co-Ocorrências e Inventários dos Segmentos Repetidos

Esta crítica é forte. Para enfrentá-la, os lexicólogos de Saint-Cloud elaboraram sucessivamente dois métodos que levam em conta o encadeamento das palavras.² O primeiro, a análise das co-ocorrências, consiste em pesquisar sistematicamente os termos que aparecem na vizinhança de cada termo, antes e depois dele. A estatística constrói assim as "expansões" à esquerda e à direita dos termos estudados. Esse método continua sendo, contudo, puramente estatístico, cabendo aos termos que constituem as expansões um lugar mediano; ele não apreende os enunciados que ligam as expansões. Por outro lado, é um método de emprego bastante pesado, e os melhores exemplos de sua aplicação (Tournier, 1987) não conseguem convencer. Um outro caminho, por conseguinte, se oferece: a recuperação sistemática das expressões que se repetem num texto, o que P. Lafon e A. Salem (1983) denominam o "inventário dos segmentos repetidos de um texto". Mas aí também ainda estamos à espera de exemplos realmente conclusivos do emprego desse método. A lexicometria parece atingir seus limites. Tratando os textos como coleções de palavras, não é possível ir mais longe: devemos adotar um caminho completamente diferente e nos interessar pela sintaxe, sem a qual não haveria frases.

Os lexicólogos cedem então lugar aos gramáticos. Os trabalhos destes últimos são de acesso ainda mais difícil para os historiadores. Seu método consiste em decompor os enunciados efetivamente produzidos, para formalizar sua estrutura profunda. Esse procedimento foi sistematizado por Michel Pêcheux, que definiu um método de análise automática do discurso. O texto, analisado segundo as regras da gramática chomskiana, é decomposto em seqüências discursivas autônomas que são em seguida comparadas, reaproximadas e compactadas. Simone Bonnafous aplicou esse método, junto

com os métodos lexicométricos, às moções apresentadas pelas correntes Mitterrand, Rocard e CERES no congresso de Metz (1979) do Partido Socialista. A lexicometria e a análise do discurso não produzem os mesmos objetos científicos (Bonnafous, 1983). A análise fatorial aproximava as moções Mitterrand e Rocard, para opô-las à moção CERES. A análise das especificidades (Bonnafous, 1981) permite delimitar a originalidade das três moções. A análise automática do discurso mostra que, na moção Rocard, o tema da autogestão está na realidade dividido em dois: um tema economista, que se liga com facilidade ao Plano, e um tema que se integra ao do controle operário, sem se ligar ao anterior.

Estas conclusões não são desprovidas de interesse. O historiador se pergunta, entretanto, se justificam o enorme trabalho de decomposição dos enunciados para se chegar até elas. Quando o historiador vê P. Achard (1985), que pratica uma forma diferente de análise do discurso, gastar 29 páginas para analisar os dois primeiros parágrafos de um documento ministerial de duas páginas, se sente tomado de vertigem: nesse ritmo, seria necessário um livro para explicar essas duas páginas! Ele não pode se decidir pela inflação exponencial da literatura científica. E volta, então, lancinante, a pergunta que os historiadores se fazem a respeito de todos esses trabalhos feitos pelos lingüistas, e que fundamenta seu ceticismo: não é muito trabalho para um resultado tão pequeno? A montanha não pariu um rato?

Perguntas e Lingüísticas e Perguntas de Historiadores

A questão dos resultados de um estudo lingüístico para a história não é necessariamente pertinente. O valor de uma pesquisa lingüística deve ser apreciado primeiro por seus resultados lingüísticos, e evidentemente os lingüistas não se

fazem as mesmas perguntas que os historiadores. Tomando emprestados métodos dos lingüistas, os historiadores se extravariam, portanto, impor-se-iam um pesado trabalho suplementar para resultados insignificantes, e seria melhor desaconselhar-lhes esse turismo científico que os desviaria de suas tarefas próprias.

Esta contestação radical não é expressa em voz alta, mas é feita pela maioria dos historiadores, e não se consegue abalá-los defendendo o valor demonstrativo dos métodos lingüísticos. Para eles, na verdade, a lingüística permite provar obviedades, e dedicar tempo a tais *gadgets* metodológicos significa perder tempo. Há aí um preconceito tão mais tenaz na medida em que, para dissipá-lo, seria necessário ler trabalhos que adotam os métodos lingüísticos, e que a tecnicidade desses trabalhos com muita frequência dissuade de lê-los.

Mesmo que fossem lidos, isso não dissiparia o preconceito. Esbarramos aqui na força retroativa do óbvio. A exposição dos resultados suscita uma tal impressão de obviedade que se imagina tê-los sempre conhecido. A evidência provocada pelo estudo se impõe como anterior ao estudo, e o leitor conclui de boa fé que o estudo era inútil, já que suas conclusões eram evidentes... Sem dúvida esse argumento pode ser válido, contra análises sumárias e superficiais. Porém, na maioria das vezes, ele contradiz diretamente o sentimento dos pesquisadores: para eles, esses resultados eram tão pouco evidentes antes da pesquisa que eles às vezes nem mesmo os intuía. O argumento então se desloca: não se defende mais o valor demonstrativo desses métodos independentemente de seu valor heurístico. Seu interesse não consiste em provar evidências, mas em estabelecer, com a força da evidência, fatos novos.

O fato de um procedimento lingüístico trazer aos historiadores, junto com provas, descobertas, se explica por muitas

razões. O primeiro mérito desses métodos é o de "esvaziar" os textos. Eles provocam o distanciamento do pesquisador e o obrigam a considerar os documentos em seus detalhes e suas particularidades formais, por intermédio de construções abstratas que exigem reflexão, em vez de se precipitar sem mediação sobre seu sentido. Sob esse aspecto, os inventários não constituem um fim em si mesmos, mas um meio de penetrar mais fundo nos textos. Pode-se ver aí uma disciplina, uma ascese, inúteis aos conscienciosos. Mas, além de ser melhor nos precavermos contra nossas próprias deficiências, podemos conduzir uma investigação aprofundada sem nos impormos constrangimentos?

Tudo depende de fato do *status* que o historiador confere aos textos e das perguntas que lhes faz. Se os textos não têm outra função que não a referencial, como dizem os lingüistas, a única pergunta a lhes fazer é sobre o que dizem, e seu sentido documental esgota sua leitura. O interesse dos métodos lingüísticos limita-se então ao que acabamos de dizer deles. Ele redobra, ao contrário, se consideramos os textos não somente como testemunhos intencionais, mas também como rastros involuntários de uma atividade que os ultrapassa; se, independentemente da pergunta sobre seu sentido, lhes perguntamos o que eles revelam ou traem, involuntariamente, das atividades que os produziram. A abordagem lingüística impõe-se então para descobrir, além e ao lado do sentido explícito, de primeiro grau, um sentido secundário, implícito e mascarado. Aliás, é por isso que os textos ocios, aparentemente vazios de sentido, ou os mais convencionais, constituem um dos terrenos preferidos dos métodos lingüísticos: moções de congressos em que triunfa "o jargão político", discursos eleitorais, discursos de banquetes. É por isso que eles se detêm, em todos os textos, nas palavras insignificantes, nas palavras-ferramentas aparentemente mais banais como *e*, *um*, *uma*, *que*, como acabamos de ver. É por isso, inver-

samente, que as análises léxicas que se limitam às palavras mais evidentemente portadoras de sentido, como o estudo da campanha presidencial de 1974 (Cotteret *et al.*, 1976), deixam o leitor um tanto insatisfeito. O desvio pela lingüística só tem sentido se procuramos *tudo* o que um texto revela: para sabermos o que ele quer dizer, basta lê-lo com atenção.

Na base de um uso historiador da lingüística, encontra-se pois um interesse pela maneira como os textos dizem o que dizem: pelo *como?*, e não apenas pelo *que?*. As maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade denominando-a. Traem os preconceitos e os tabus por seus estereótipos ou silêncios. Em suma, ao lado dos métodos etnológicos, os lingüísticos constituem uma das vias mais seguras de uma história das mentalidades.

Nessa perspectiva, a atenção se fixa de maneira prioritária nas estruturas léxicas e semânticas. A fecundidade da estatística léxica liga-se, aliás, ao fato de que ela põe em evidência os termos fortes dessas estruturas, aqueles que lhes servem de pivôs, apoiando assim em critérios quantitativos incontestáveis um estudo mais qualitativo. Esse estudo dos campos semânticos e/ou lexicais inspira-se nos trabalhos do lingüista americano Harris. Consiste em estabelecer, de maneira sistemática, classes de equivalência, isto é, séries de termos ou de expressões suscetíveis de serem substituídas umas pelas outras num texto dado e, simetricamente, redes de oposições ou de exclusões. As configurações assim reconhecidas delineiam de certo modo um mapa onde se inscrevem os itinerários possíveis do discurso; revelam as estruturas às quais se submetem os enunciados efetivamente produzidos.

Um dos exemplos mais simples do interesse desse tipo de análise é o estudo da autodesignação e da designação dos parceiros e dos adversários nos textos políticos. Como um

partido designa a si mesmo? Como designa seus aliados e seus inimigos? Robert Benoît (1985) estudou assim os empregos de *nós*, *nosso(a)*, *nossos(as)* e *Partido* em amostras de textos dos *Cahiers du bolchevisme (communisme)* de 1932, 1935-1936 e 1945-1946. Lançando mão inicialmente dos métodos lexicométricos, em particular o estudo das co-ocorrências, ele analisa sistematicamente os contextos onde figuram esses quatro termos. Os resultados são particularmente convincentes. Em 1932, *Partido* e *nós* não coincidem: o *Partido* é mais que o conjunto das pessoas que podem dizer *nós*. *Nós* é, mais de uma vez em duas, sujeito de um verbo no futuro ou de *devemos*, mas *Partido* é três vezes mais freqüente. A identificação com o Partido pertence à norma para a qual devem tender os filiados. Por outro lado, trata-se de um partido fechado sobre si mesmo: em 16% de seus empregos, *nosso* é seguido de um termo como *luta*. Em 1935-1936, *nós* é quase duas vezes mais freqüente que *Partido*. *Nós* designa de maneira geral o Partido, mas inclui às vezes os socialistas: o discurso abre-se para o exterior. O *nós*, *comunistas*, da época é um *nós* frentista. E logo o horizonte se alarga: em 12% de seus empregos, *nosso* é seguido de *país* ou de um termo equivalente (substituível). Em 1945-1946 completa-se a evolução: *nós* e *Partido* tornam-se praticamente intercambiáveis, e *nosso* é utilizado 55 vezes em 100 em expressões tais como *nosso país* ou *nosso povo*, *nosso economia*, enquanto os empregos do tipo *nosso Partido* ou *nosso Comitê Central* tornam-se minoritários (40%). Quando *nós* não é sujeito, o que é então relativamente freqüente (40% dos empregos), encontra-se em oposição ao inimigo externo: *Hitler versus nosso país* ou *sobre nós*. Isto confirma e precisa perfeitamente a evolução do Partido Comunista, do sectarismo para a união nacional.

Nem todos os estudos de contextos ou de campos semânticos — falta-nos tempo para distingui-los — têm tanto inte-

resse para o historiador, e devemos refletir sobre os fatores que explicam esse interesse desigual. Tomemos, por exemplo, dois estudos de Jean-Paul Honoré (1981 e 1982) sobre o vocabulário do anti-semitismo e do anticlericalismo na época do caso Dreyfus. O lingüista certamente se beneficia deles, pois as estruturas desses vocabulários, assim como seus modos de constituição, por sufixação pejorativa por exemplo, estão aí admiravelmente dissecados. Mas é muito difícil tirar conclusões históricas de trabalhos como esses. Há um outro estudo, em si mesmo apaixonante, de Maurice Tournier (1981) sobre as denominações sociopolíticas no início da Terceira República. As observações sugestivas abundam: é finamente mostrado que o termo *ação*, por exemplo, recebe determinações que precisam ora quem age (*ação católica*), ora a finalidade com a qual se age (*ação popular*), ora as duas coisas (*ação liberal popular*); que o adjetivo *republicano* remete ora à República como objetivo (*defesa republicana*), ora aos republicanos como atores (*concentração republicana*). Mas o que o historiador pode concluir disso? Sem dúvida, se ele estuda a lenta emergência do partido como forma moderna de organização política, ficará feliz de ver que o termo *partido* designava ao mesmo tempo o grupo que já estava lá de cidadãos a serem organizados e a estrutura pela qual se tentava organizá-los. Enunciados como: "O Congresso [...] pretende chegar a uma maior união do partido operário" (moção do Congresso Nacional dos Sindicatos Operários, Lyon, 1886), ou como: "Viemos organizar o grande partido do Trabalho" (Founière no Congresso de Marselha, 1879); designações de partido como "Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas da França" (1879) ilustram perfeitamente o duplo sentido do termo. Mas isto, para o historiador, é uma simples confirmação. Então, por que alguns estudos lingüísticos são historicamente pertinentes e fecundos, enquanto outros, que tratam de temas aparentemente tão históricos quanto, não o são?

É um problema ao mesmo tempo de perguntas e de *corpus*, pois os *corpus* dependem das perguntas. É primeiro um problema de perguntas: as dos lingüistas não são as mesmas dos historiadores. Para o lingüista, as estruturas da língua, seu funcionamento, constituem em si mesmos problemas centrais. Esses problemas deixam o historiador indiferente. O historiador procura informações sobre as mentalidades e as maneiras de pensar de grupos sociais e políticos determinados, em datas e lugares precisos. Não pode extrair nada, ou muito pouco, de estudos que se baseiam em conjuntos heteróclitos de textos de origem incerta e de data variável. O importante para ele se define, portanto, no momento da definição do *corpus*.

Um estudo lingüístico supõe, de fato, a definição prévia de um *corpus*, ou seja, de um conjunto limitado e definido de textos sobre os quais se irá trabalhar de maneira sistemática. Os textos exteriores ao *corpus* não são necessariamente ignorados; é mesmo lícito referir-se a eles; mas os textos que constituem o *corpus* devem se tornar objeto de uma aplicação exaustiva do método adotado. Ora, a definição dos *corpus* depende da indagação do pesquisador. O lingüista pode ter interesse em trabalhar com *corpus* muito diversificados e pode se contentar com um quadro cronológico aproximativo. O historiador tem necessidade de *corpus* situados muito mais precisamente e, se quer que apareçam contrastes entre grupos e/ou entre períodos, deve constituir seus *corpus* de textos comparáveis, distribuídos por várias datas e/ou emanando de vários locutores que possa considerar como representativos. Os exemplos que citamos baseiam-se em *corpus* desse tipo: moções de congressos das quatro confederações operárias representativas durante sete anos, amostras mensais de artigos de *L'Humanité* de janeiro de 1934 a agosto de 1936 etc. Há aí, a meu ver, uma restrição metodológica a que o historiador-lingüista não pode escapar.

Ela repercute por sua vez no alcance das conclusões da pesquisa. Como não existe estudo lingüístico possível a não ser em textos bem-determinados, pode-se perguntar o que um tal estudo prova fora dos textos do *corpus*. Pelo fato de Gambetta e Ferry terem em 1881 discursos eleitorais semelhantes, pode-se concluir que preconizavam a mesma política? Não é certo, pois seus discursos podiam mascarar suas verdadeiras intenções. Diremos então que seus eleitores tinham as mesmas expectativas? É possível, tanto mais que constatamos que, no caso de Clemenceau e Pelletan, seus discursos eram muito mais radicais nas Bouches-du-Rhône que no Sena: os destinatários dos discursos incontestavelmente determinam seu vocabulário. São problemas de interpretação delicados, e o primeiro mérito de um estudo lingüístico é permitir formulá-los, se ao menos o *corpus* no qual ele se baseia foi construído de maneira rigorosa.

Denis Peschanski levantou esses problemas de interpretação com uma particular nitidez. Ele constata, como já vimos, uma virada importante no vocabulário de *L'Humanité* no verão de 1935. E se pergunta: a mudança do que ele chama de "estratégia discursiva" do Partido Comunista traduziria uma virada na sua estratégia política? A resposta não pode ser extraída do estudo lingüístico. Em compensação, se este fosse prolongado por outros estudos paralelos de jornais comunistas de província, por exemplo, permitiria saber se a estratégia discursiva do PCF era homogênea, se as mesmas inflexões se encontravam em toda parte e nas mesmas datas, ou se existiam defasagens. Constatação que, por sua vez, colocaria problemas de interpretação: atraso da província ou prudência da direção?

Para além dessas questões de interpretação, percebemos o impacto fundamental de uma abordagem lingüística em história. Esse impacto não é, na verdade, consequência propria-

mente desses métodos, e sim, muito mais, da decisão inicial que leva o historiador a recorrer a eles. Tudo se coloca, na verdade, no momento em que decidimos considerar os textos por eles mesmos, neles mesmos, e não apenas pelo que eles querem dizer. Se fazemos deles objetos autônomos de estudo sistemático, eles não se tornam transparentes, longe disso. Ao contrário, no próprio movimento com que a pesquisa lingüística aprofunda o conhecimento dos textos, ela os torna mais pesados, mais opacos. É que, para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos ou posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fazer, e a lingüística, fazendo o historiador compreender isso, devolve-lhe a questão do sentido histórico desses atos particulares.

Histórias e Atos de Linguagem

Após a estatística léxica e o estruturalismo harrissiano, vemos assim se delinear uma terceira abordagem, que se caracteriza por recuperar o homem na sua ação "linguajeira", no seu ambiente, e perante seus interlocutores, o que interessa diretamente aos historiadores. Podemos reagrupar esses processos sob o nome de pragmática.³ Eles se distinguem dos métodos anteriores, que de modo algum são excluídos, mais pelas perguntas que fazem que pelos procedimentos que utilizam.

Um dos primeiros eixos de perguntas, quando se considera os discursos como atos, é sobre a relação entre o texto e aquele que o produziu, entre o enunciado realizado e o enunciador. Isto significa estudar a enunciação, pesquisar, no texto produzido, os rastros do processo que o produziu, a marca daquele que o enunciou. Devemos então examinar particularmente o sistema dos pronomes, os advérbios de circunstância, que assinalam o tempo e o lugar onde o texto

foi produzido (*hoje...*), as conexões, o tempo dos verbos e suas modalizações, ou seja, os semi-auxiliares como *dever*, *poder*, *ter que* etc., que permitem acrescentar à ação do verbo uma modalidade (possibilidade, probabilidade, obrigação moral, necessidade material etc.).

Um dos melhores exemplos, para o historiador, de uma análise da enunciação e de sua fecundidade é um artigo já antigo de Lucile Courdresses (1971) sobre dois discursos, um de Léon Blum e outro de Maurice Thorez, de maio de 1936. O contraste é surpreendente: em todos os pontos os dois textos se opõem. No discurso de Thorez, a enunciação é quase ausente. Thorez diz *nós* e se apaga diante da constatação de uma realidade ou da afirmação da posição do Partido. É um discurso didático. Ao contrário, Blum se envolve pessoalmente em seu discurso. Ele diz *eu* sete vezes mais que Thorez, e não, como ele, em incisos, mas como sujeito que assume a responsabilidade de análises e posições, aqui e agora, em enunciados fortemente modalizados e em constante relação de tensão com o *vós* do público. Nesse sentido, é um discurso polêmico.

Esse tipo de análise coloca os mesmos problemas de interpretação histórica que as outras análises lingüísticas. As diferenças entre os dois discursos remetem seguramente às diferenças de personalidade dos dois homens e as reencontramos em outras circunstâncias. No célebre *meeting* do Luna-Park, onde foi recebido em setembro de 1936 por uma multidão hostil, que escandia: "Canhões, para a Espanha...", Blum se pôs em cena ainda mais diretamente; interpelou a audiência perguntando-lhe se acreditava que ele deixara de ser socialista, e se achava que a guerra da Espanha não o impedia de dormir. Mas o problema de Blum era fazer prevalecer uma posição contestada, num momento em que ele aparecia para os militantes socialistas como um intelectual

meio burguês e não era o secretário geral do seu partido. Bem diferente era a posição de Thorez em seu próprio partido: seguro de sua autoridade e expondo posições já tomadas no *bureau* político, sem oposição a desarmar, ele tinha mais que explicar que convencer. Sua impessoalidade era fruto de um discurso de aparelho. Estamos diante de duas formas muito diferentes de autoridade política, tributárias de duas formas diferentes de organização.

Na mesma direção do estudo da enunciação, podemos nos interessar pelos personagens do discurso. Oswald Ducrot chamou a atenção, de fato, para a multiplicidade dos personagens postos em cena pelo discurso. Essa multiplicidade não aparece sempre porque, na maioria das vezes, aquele que fala, o sujeito falante, confunde-se com o autor dos enunciados, e o texto é efetivamente destinado ao ouvinte. Mas o sujeito falante pode muito bem colocar em cena, no seu próprio discurso, um autor diferente dele e que se dirige a "alocutários" diferentes dos ouvintes. A análise pode ser ainda mais afinada, e O. Ducrot distingue também o enunciador do destinatário. É claro, por exemplo, que num enunciado do tipo: "Dizem-nos que..." o sujeito falante se coloca como destinatário do enunciado.

A atenção dirigida aos personagens do discurso é particularmente fecunda para o historiador. Incita-o, por exemplo, a diferenciar informações na aparência equivalentes, como, na imprensa do tempo da guerra da Espanha, "Os republicanos recuam no front do Ebro" ou "Os nacionalistas avançam..." Trata-se da mesma batalha, mas, pela escolha de um sujeito e não do outro, os jornais assinalam o campo para o qual vão suas simpatias. No mesmo espírito, e de maneira bastante simples, é interessante observar todas as transformações da forma ativa para a forma passiva e para a forma nominal ou a frase infinitiva. Dizer: "O Estado deve controlar

a economia” ou “A economia deve ser controlada pelo Estado”, à primeira vista, é dizer a mesma coisa. Mas na segunda formulação, o Estado, de sujeito, torna-se agente da passiva; a perspectiva é invertida; insiste-se no objetivo, e não no agente. Um passo a mais, e o agente desaparece em: “A economia deve ser controlada”, ou, se quisermos ir ainda mais longe: “controlar a economia”, “economia controlada” ou “controle da economia”. Existe aí uma gama extensa de maneiras de falar que permitem aos discursos, sobretudo programáticos, escamotear alguns personagens de uma maneira que escapa à primeira leitura, mas que o estudo sistemático revela.

O estudo dos personagens do discurso pode conduzir a outras direções. A análise já citada do discurso comunista de 1932, 1935-1936 e 1945-1946 (Benoît, 1985) se detém em vários enunciados muito interessantes sob esse ponto de vista. Assim, em: “Devemos fazer de cada um de nossos filiados um militante”, quem fala? O *nós* sujeito de *devemos* não remete apenas ao sujeito falante, nem mesmo ao grupo dirigente do Partido, mas também aos militantes em formação, *vós* que deveis vos tornar idênticos a *nós*. O *militante* só se compreende por referência ao Partido, que não é nomeado, é um militante do Partido como *nós*. Quanto a *cada um de nossos filiados*, são os filiados a *nós* que ainda não são *nós*. “Esta construção em abismo [...]”, observa o autor, “só pode ser compreendida sob o olhar fundador do *Partido*. Esse *Partido* não é nem o conjunto dos filiados, nem o conjunto dos militantes, ou o conjunto dos militantes dirigentes, nem mesmo a união desses três conjuntos; é o horizonte do *nós*, futuro e ideal, para o qual tendem igualmente os três conjuntos anteriores” (p. 116-117). Na verdade, nesse enunciado, é o Partido que fala consigo mesmo, para se fazer existir. Nessas condições, concluir que o discurso do PCF em 1932 é dominado pelo ideal do Partido não é absolutamente arriscado.

Somos assim progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A atenção aos personagens do discurso se completa com o estudo da maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles. O diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados. O exemplo mais evidente desse confronto de estratégias discursivas é o debate entre os senhores Giscard d'Estaing e Mitterrand transmitido pela televisão por ocasião da campanha presidencial de 1981.⁴ Giscard d'Estaing pergunta a seu rival quanto vale o marco, pois acha que ele o ignora e quer fazê-lo endossar o personagem do candidato que não conhece os índices econômicos, apoderando-se desse modo ao mesmo tempo do papel superior do presidente em exercício, que tem o direito de fazer perguntas, e do papel de especialista em economia. Mitterrand começa por recusar o papel que seu interlocutor lhe designa, dizendo-lhe: “Vou lhe responder”, o que significa que não é o ignorante por quem se quer fazê-lo passar. Em seguida, ante a insistência de Giscard d'Estaing, ele lhe nega categoricamente o papel que este reivindica: “Não gosto muito desse método. Não sou seu aluno e o senhor não é o presidente da República aqui. É simplesmente o meu debatedor...”

O estudo das estratégias discursivas abrange outros aspectos. Oswald Ducrot chamou igualmente a atenção para a argumentação e para o que o texto dá a entender sem o dizer, o que é duplamente cômodo, pois permite ao mesmo tempo armar uma cilada para o interlocutor, se ele aceitar o enunciado, e livrar a própria responsabilidade pela afirmação contestada, se ele a recusar. O. Ducrot distingue entre o implícito e o pressuposto, e deve-se levar em conta essa distinção num estudo sistemático. Para fazer entender o interesse desse tipo de pesquisa, contentar-me-ei com alguns exemplos. Quando Jean Boissonnat diz: “Queria lhe pergun-

tar, sr. Giscard d'Estaing, se o senhor se sente prisioneiro dos fracassos de seu setenato", coloca implicitamente como fato dado que houve fracassos no decorrer do setenato, e o presidente que deixa o cargo deve recusar a pergunta, pois se a respondesse, reconheceria ao mesmo tempo esses fracassos.

As transformações enfáticas ou exclusivas são igualmente interessantes. Escrever, a propósito da consulta dos sindicatos e das organizações de profissionais: "Este acordo contraditório geralmente não representa senão os interesses ou as paixões de grupos que têm alguma coisa a defender ou a atacar", é subtrair antecipadamente à contradição e pôr fora de discussão a afirmação fundamental segundo a qual esse acordo representa interesses e paixões. A contradição eventual consistirá em julgar a afirmação exagerada e em dizer que esse acordo não representa *apenas* interesses e paixões. Discutir-se-á sobre um ajuste secundário, e o *geralmente* do enunciado mostra que, de antemão, o autor será conciliador. Pode sê-lo: o recurso à formulação exclusiva *não...senão* permitiu-lhe impor sua afirmação central.

Sem dúvida uma negação exclusiva isolada não autoriza conclusões gerais. Mas sua freqüência em alguns textos é suspeita. Em certos sociólogos, por exemplo, e em numerosos políticos, a multiplicação de *não...senão* compensa a fraqueza ou a superficialidade dos argumentos ou das provas: é uma das características de um procedimento de intimidação.

O Historiador e a Diversidade dos Métodos Lingüísticos

A abordagem lingüística enriquece assim a percepção dos textos históricos. Revela o texto como colocação de personagens em cena, campo fechado onde se confrontam estratégias discursivas: o discurso como ato, até mesmo como ato de violência. Estamos, ao que parece, bem longe das traba-

lhosas contagens da estatística léxica. O pavilhão valorizador da lingüística não cobre várias mercadorias?

Aí reside realmente uma das principais dificuldades do método lingüístico para o historiador. Se o historiador aceita o desvio pela lingüística, em sua tecnicidade e seu rigor, sem se contentar com observações esparsas que não provam nada, ele deve primeiro definir seu *corpus*. Vimos que esse *corpus* devia apresentar três características: ser contrastivo para permitir comparações; ser diacrônico, ou seja, estender-se no tempo para permitir recuperar continuidades e viradas; enfim, ser constituído, senão de textos de organizações que emanam de locutores coletivos, ao menos de textos significativos, referentes a situações de comunicação determinadas.

Uma vez constituído o *corpus*, começam as verdadeiras dificuldades. Qualquer que seja o estudo lingüístico pretendido, ele tem de ser sistemático. Se fizermos estatística léxica, ela terá de ser exaustiva: enumerar algumas palavras seria de um amadorismo sem interesse. Se estudarmos a enunciação, será preciso pesquisar todos os seus signos, em todo o *corpus*. Se decidirmos estudar as transformações ativas/passivas, ou as exclusivas, será necessário examiná-las no *corpus* inteiro. A análise é sistemática ou não o é. Mesmo se o recurso à informática permite reduzir o investimento, ele é pesado.

Ora, no momento em que o historiador deve decidir isto, ele não tem meios de avaliar a fecundidade heurística das diversas investigações lingüísticas que se lhe oferecem. O lingüista não encontra essa dificuldade porque, para ele, de toda maneira, o resultado será lingüisticamente pertinente. Mas um resultado lingüístico pertinente pode não ter nenhum interesse histórico. Eu, por exemplo, estudei as formas ativas/passivas, os sujeitos, os agentes da passiva e seu apagamento eventual em todo um *corpus*; do ponto de vista da história, o resultado foi nulo. Em outros casos, em outros *corpus*, o mesmo

estudo se mostrou, ao contrário, bastante rico. Sem dúvida este é um risco normal. Existem também caixas de arquivos ou jornais que proporcionam apenas um magro ganho após dias de trabalho... A diferença é que se chega mais rápido ao fim de uma caixa de arquivo quando ela não contém nada de interessante que quando ela é rica. Num estudo lingüístico é preciso esperar o término do trabalho para saber se ele será proveitoso. O historiador hesita portanto em se lançar num empreendimento cujos resultados não podem ser garantidos.

De fato, para que o desvio pela lingüística seja fecundo, é preciso que o historiador tenha, evidentemente, trabalho, sorte — pois encontrar bons arquivos é também uma questão de sorte... — intuição e lógica. A intuição permite, quando se conhece intimamente os textos de seu *corpus*, pressentir qual forma de análise se mostrará eficaz. Temos a impressão, por exemplo, de que a enunciação é importante, localizamos alguns sinais disso, e apostamos que seu estudo será fecundo. A lógica, enfim, é indispensável: é preciso assegurar a coerência entre as questões históricas que nos colocamos, a definição do *corpus* e o tipo de análise lingüística que empreendemos. Assinalemos enfim que a informatização do texto e o estabelecimento de um índice de frequências constituem uma preliminar geralmente útil: qualquer que seja a análise posterior, ela deverá ser sistemática, e as apurações são facilitadas quando se dispõe do texto na memória eletrônica.

Sob a condição de respeitar esses princípios de bom senso, o recurso à lingüística enriquece e renova tanto a história política quanto a das mentalidades. Segundo os assuntos, os métodos eficazes são aqui análises de especificidades, ali análises de contexto e mais além análises da enunciação e da argumentação. O historiador deve evitar deixar-se fechar numa ou noutra das subdisciplinas entre as quais se dividem os lingüistas; deve pegar o que lhe interessa onde o encontrar e pode

encontrá-lo em quase todos os métodos lingüísticos. O ecletismo e o pragmatismo são de rigor... mas não poderíamos pretextar o próprio desenvolvimento da lingüística, que prova sua riqueza, para nos refugiarmos numa ignorância preguiçosa, que seria também uma forma de incultura. De resto, as experiências já feitas são promissoras.

Se, no entanto, os historiadores se deixarem desanimar pelo peso das análises lingüísticas e se recusarem a correr o risco de empreendê-las, a contribuição da lingüística moderna para a história nem por isso é desprezível. Por uma espécie de osmose ou por um uso difuso, porque ela é de agora em diante parte integrante da nossa cultura, a lingüística alarga incontavelmente o horizonte dos historiadores. Ela faz os textos perderem sua transparência referencial; dissolve a evidência das significações imediatas. Dá aos textos uma consistência própria e multiplica as questões que eles colocam. Aqueles historiadores para quem a lingüística é, em suma, uma maneira pedante e complicada de fazer explicações de textos, e que preferem continuar a explicar os textos segundo o seu bom e velho método que, justamente, não é um método, mesmo esses tomam emprestado da lingüística, sem se dar conta, um termo aqui, uma pergunta ali, uma referência acolá. Sem dúvida seria melhor que esses empréstimos fossem assumidos com plena lucidez. Mas a lingüística aguçou e enriqueceu o olhar cotidiano do historiador; a explicação de textos não é mais, após seu desenvolvimento, o que era antes. Essa contaminação involuntária constitui sem dúvida a melhor homenagem que a história pode prestar à lingüística, mesmo que não seja o melhor uso que pode fazer dela.

Notas

1. No capítulo VI do nosso *Vocabulaire des proclamations électorales* (Prost, 1974), expusemos detalhadamente este método visando os leitores “literários”. Permitimo-nos indicá-lo, porque este texto foi revisto por Jean-Paul Benzecri, promotor do método entre os estatísticos. Para uma apresentação completa e sistemática, ver o tratado em dois volumes deste autor: *L'analyse des données*, Paris, Dunod, 1973.

2. Na língua técnica dos lingüistas, passou-se então da lexicometria *paradigmática*, visada pelas críticas precedentes, à lexicometria *sintagmática*.

3. Poderíamos acrescentar-lhes a sociolingüística, que excluí deste artigo porque suas preocupações atuais são muito mais etnológicas ou sociológicas que históricas. Os raros exemplos de sociolingüística aplicada a temas históricos que conheço não me convenceram.

4. Tomo emprestado este exemplo de Benoît Habert, “Énonciation et argumentation: Oswald Ducrot”, *Mots*, nº 5, 1982, p. 203-218.

BIBLIOGRAFIA

Achard, Pierre. “Analyse d’une préface ministérielle: Robert Boulin et la revue *Économie et Santé*”, *Mots*, nº 11, 1985, p. 93-125.

Benoît, Robert. “Le lexique communiste (1932-1946). Description d’une évolution”, *Mots*, nº 3, 1981, p. 67-78.

—. “Les figures du Parti. Formation et définition du groupe (1932-1946)”, *Mots*, nº 10, 1985, p. 109-132.

Bergounioux, Alain; Launay, Michel-F.; Mouriaux, René; Sueur, Jean-Pierre; Tournier, Maurice. *La parole syndicale*, Paris, PUF, 1982.

Bourdieu, Pierre. *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard, 1982.

Bonnafous, Simone. “Le vocabulaire spécifique des motions Mitterrand, Rocard et CERES au congrès de Metz (1979)”, *Mots*, nº 3, 1981, p. 79-94.

- . "Bilan critique d'une recherche en analyse du discours", *Mots*, n° 6, 1983, p. 135-159.
- Cotteret, Jean-Marie; Émeri, Claude; Gerstlé, Jacques; Moreau, René. *Giscard d'Estaing-Mitterrand, 54.774 mots pour convaincre*, Paris, PUF, 1976.
- Cotteret, Jean-Marie; Moreau, René. *Recherches sur le vocabulaire du général de Gaulle. Analyse statistique des allocutions radiodiffusées 1958-1965*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1969.
- Courdesses, Lucile, "Blum et Thorez en mai de 1936: analyse d'énoncés", *Langue française*, n° 9, 1971, p. 22-33.
- Demonct, Michel; Geffroy, Annie; Gouazé, Jean; Lafon, Pierre; Mouillaud, Maurice; Tournier, Maurice. *Des tracts en Mai 1968. Mesures de vocabulaire et contenu*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1975.
- Dubois, Jean. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, Paris, Larousse, 1962.
- Escarpit, Robert. *Le littératron*, Paris, Flammarion, 1964.
- Fiala, Pierre; Habert, Benoît; Lafon, Pierre; Pineira, Carmen. "Des mots aux syntagmes. Figements et variations dans la Résolution générale du congrès de la CGT de 1978", *Mots*, n° 14, 1987, p. 47-87.
- Gerstlé, Jacques. *Le langage des socialistes*, Paris, Stanké, 1979.
- Guerreau, Alain. Compte rendu de Pierre Lafon, *Dépouillements et statistiques en lexicométrie. Histoire et mesure*, 1/1986, p. 105-110.
- Habert, Benoît. "Étude des formes spécifiques et typologie des énoncés (les résolutions générales des congrès de la CFTC-CFDT de 1945 à 1979)", *Mots*, n° 10, 1985, p. 191-221.
- Habert, Benoît; Lefèvre, Josette. "Nous chez Edmond Maire et Henri Krasucki", *Mots*, n° 7, 1983, p. 97-121.
- Habert, Benoît. "L'analyse des formes 'spécifiques'. Bilan critique et propositions d'utilisation", *Mots*, n° 11, 1985, p. 127-154.
- Habert, Benoît; Tournier, Maurice. "La tradition chrétienne du syndicalisme français aux prises avec le temps. Évolution comparée des résolutions confédérales CFTC, CFDT et CFTC- maintenue (1945-1985)", *Mots*, n° 14, 1987, p. 21-46.

- Histoire et Linguistique* (Actes de la table ronde "Langage et société", ENS Ulm, avril de 1983), Paris, Éd. de la MSH, 1984.
- Honoré, Jean-Paul. "Le vocabulaire de l'antisémitisme en France pendant l'affaire Dreyfus", *Mots*, n° 2, 1981, p. 73-91.
- . "Vocabulaire de l'anticlericalisme en France de l'Affaire à la Séparation (1898-1905)", *Mots*, n° 5, 1982, p. 69-84.
- Labbé, Dominique. *Le discours communiste*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1975.
- . "Le discours communiste", *Revue Française de Science Politique*, 1/1980, p. 46-77.
- . "Moi et l'autre. Le débat Giscard d'Estaing-Mitterrand". *Revue Française de Science Politique*, 5-6/1981, p. 951-981.
- . "Nous, les communistes...", *Mots*, n° 10, 1985, p. 133-146.
- Lafon, Pierre., "Sur la variabilité de la fréquence des formes dans un corpus", *Mots*, n° 1, 1980, p. 127-165.
- . "Analyse lexicométrique et recherche des cooccurrences", *Mots*, n° 3, 1981, p. 95-148.
- Lafon, Pierre; Salem, André. "L'inventaire des segments répétés d'un texte", *Mots*, n° 6, 1983, p. 161-177.
- Lafon, Pierre. *Dépouillements et statistiques en lexicométrie*, Genève-Paris, Slatkine-Champion, 1984.
- Landowski, Éric. "Le débat parlementaire et l'écriture de la loi", *Revue Française de Science Politique*, 3-1977, p. 428-441.
- Maldidier, Denise. "Lecture des discours de De Gaulle par six quotidiens parisiens: 13 mai 1958", *Langue française*, n° 9, 1971, p. 34-46.
- . "Le discours politique de la guerre d'Algérie: approches synchronique et diachronique", *Langages*, n° 23, 1971, p. 57-86.
- Peschanski, Denis. "Discours communiste et 'grand tournant'. Étude du vocabulaire de *L'Humanité* (1934-1936)", thèse de 3^e cycle, Université de Paris-I, 1981.
- . "Discours communiste et 'grand tournant'. Étude des spécificités dans le vocabulaire communiste (1934-1936)", *Mots*, n° 2, 1981, p. 123-138.

Prost, Antoine. "Vocabulaire et typologie des familles politiques", *Cahiers de lexicologie*, 14, 1969, p. 115-126.

—. "Le rapport de Déat en faveur d'un parti national unique (juillet 1940): essai d'analyse lexicale", *Revue Française de Science Politique*, 5/1973, p. 933-965.

—. "Combattants et politiciens. Le discours mythologique sur la politique entre les deux guerres", *Le Mouvement social*, 4/1973, p. 117-154.

—. *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 et 1889*, Paris, PUF, 1974.

Robin, Régine. *Histoire et linguistique*, Paris, Colin, 1973.

Tournier, Maurice. *1848. Des ouvriers et des mots*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

—. "Vers une grammaire des dénominations socio-politiques au début de la Troisième République (1879-1905)", *Mots*, n° 2, 1981, p. 51-72.

—. "Le lexique des luttes et de l'organisation ouvrières en France", *Mots*, n° 5, 1982, p. 103-126.

—. "Les jaunes: un mot-fantasma à la fin du XIX^e siècle", *Mots*, n° 8, 1984, p. 103-126.

—. "Cooccurrences autour de *travail* (1971-1976)", *Mots*, n° 14, 1987, p. 89-123.

Religião e política

Aline Coutrot

AS LIGAÇÕES ÍNTIMAS entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas pela história do político, que se interessava sobretudo pelas relações entre as Igrejas e o Estado e pelos períodos de crise. Contudo, desde a década de 20 Charles Seignobos se interrogava sobre os componentes religiosos do voto, e André Siegfried, no seu monumental *Tableau politique de la France de l'ouest* (1913), estudava os diferentes tipos de atitudes políticas segundo os modos de ligação com a Igreja católica, e depois analisava o voto protestante.¹

Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos.

Convergências

Esse aprofundamento da história só pôde ser realizado em virtude da convergência de vários movimentos.

O mérito pertence em primeiro lugar à história religiosa, que experimenta um notável desenvolvimento, como mostra a obra dirigida por Jean-Marie Mayeur, *Histoire religieuse de la France XIX^e- XX^e s.: problèmes et méthodes*.²

"A história religiosa não é mais estritamente eclesiástica ou apologética, ela se estende a todos os domínios da vida religiosa e de suas expressões culturais e sociais, apreende a permanência e a mudança da Igreja numa sociedade em transformação."³

“O cristão qualquer” se tornou tão digno de interesse quanto os bispos ou as ordens religiosas. É revivificado nas condições concretas de sua existência. É nessa perspectiva que François Lebrun dirige a *Histoire des catholiques en France*,⁴ que completa e dá continuidade à *Histoire du catholicisme en France* de A. Latreille e R. Rémond.⁵ A abordagem bastante rica mas tradicional de A. Dansette em sua volumosa *Histoire religieuse de la France contemporaine*⁶ renova-se em sua última obra, *Destin du catholicisme français*,⁷ que descreve uma Igreja em estado de missão, marcando a sociedade francesa com suas intuições inovadoras. Os títulos relativos ao protestantismo na sociedade francesa do século XX são menos numerosos, e o interesse maior está nos artigos.⁸ A obra de S. Schram, *Protestantism and politics in France*,⁹ situa-se no centro de nosso tema. Citemos também, de R. Mehl, *Le protestant français*¹⁰ e *Crises et mutations institutionnelles dans le protestantisme français*.¹¹ Em relação à atualidade, a obra mais recente de J. Baubérot, *Le pouvoir de contester*,¹² apresenta uma brilhante análise de sociologia histórica que trata em ampla medida das relações entre cristianismo e política. O desenvolvimento da sociologia religiosa, que se esboça nos anos 30 com os trabalhos de G. Le Bras, de F. Boulard e de seus discípulos, contribui ao mesmo tempo para o avanço da história religiosa e da história política. Implica uma vontade de realismo no olhar voltado para as realidades religiosas, interessa-se pelas sociedades de crentes tomadas em sua globalidade e introduz a dimensão quantitativa pela contagem sistemática dos praticantes, fornecendo material tanto para a sociologia e para a geografia eleitoral quanto para a história da sociedade. Numerosas monografias sobre dioceses perscrutam todas as formas de vidas e engajamentos cristãos. Hoje a sociologia se aventura em todos os domínios das manifestações religiosas. Os *Archives de sociologie religieuse*, que se transformaram em *Archives des sciences socia-*

les des religions, por seu conteúdo e suas resenhas bibliográficas, permitem avaliar a dimensão dos campos explorados.

A sociologia política, ao integrar as variáveis religiosas, também contribuiu grandemente para enriquecer a história do político, particularmente no que diz respeito aos fenômenos eleitorais, a tal ponto que estamos em condições de trabalhar com o médio prazo. Indiquemos para o período recente a obra coletiva *France de gauche vote à droite*¹³ como exemplo de uma grande fineza de análise da intervenção do fator religioso.

No cruzamento do religioso e do político encontramos trabalhos importantes, dos quais o mais marcante se deve a G. Michelat e M. Simon. Trata-se de *Classe, religion et comportement politique*,¹⁴ que constitui a demonstração gritante da ligação entre política e religião. A obra constitui, além disso, uma fonte bibliográfica de primeira ordem.

Finalmente, um instrumento de investigação em muito contribuiu para o conhecimento das escolhas éticas, sociais e políticas dos cristãos: dispomos hoje de séries de pesquisas de opinião, cujo principal inconveniente era a dispersão até que a recente tese de J. Sutter, *La vie religieuse des Français, trente-trois ans de sondages d'opinion*,¹⁵ eliminou o obstáculo.

Essas contribuições teriam sido em vão sem um alargamento e um aprofundamento da pesquisa histórica. A partir do momento em que o historiador leva em consideração a interdependência dos campos disciplinares, em que privilegia a longa duração, ele descobre a força explicativa do religioso.

Mediações

As situações de fato, de que a história nos fornece tantos exemplos, não poderiam evitar uma pergunta preliminar. Em

que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político? O que há de comum entre a religião, que propõe a salvação no além, e a política, que rege a sorte dos homens nesta terra? À primeira vista, parece que uma diz respeito ao íntimo do ser, a outra ao coletivo. Religião e política não são da mesma natureza se não adotamos as teses marxistas, e é exatamente por serem distintas que podemos nos interrogar sobre suas relações. Para alguns, não deve haver nenhuma relação: o pensamento liberal considera a religião como uma questão de ordem estritamente privada, e os autores da Lei de Separação se empenharam para que ela voltasse a sê-lo. Se consideramos que religião e política são distintas, é preciso então pesquisar as mediações que estabeleceriam entre elas relações de interdependência. Da natureza e da amplitude destas decorrerá o interesse que lhes devotará a história do político.

O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.

Além disso, a religião vivida no seio das Igrejas cristãs se inscreve em manifestações coletivas que marcam às vezes os grandes ritos de passagem, que são portadoras de um conteúdo cultural e agentes de socialização. Mas se é fácil compreender que as intervenções das autoridades religiosas, exprimindo-se

em nome de vários milhões de fiéis, têm uma influência política e não podem ser ignoradas pelo Estado, a influência específica dos crentes não é evidente. Trata-se de uma população até hoje numericamente muito importante, mas extremamente heterogênea pela idade, pelas características sócioeconômicas e geográficas e pelas experiências humanas. Ainda por cima, a vida das Igrejas e a crença cristã se exprimem no seio de um regime leigo e de uma sociedade secularizada e descrentizada. No entanto, o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. A política não pára de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. Os desafios do mundo moderno que provocaram muitas recusas e conflitos, se contribuem para marginalizar as Igrejas, não servem apenas para precipitar seu declínio. Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as remanescências e as permanências. A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade.

Identidade Cristã e Atitudes Políticas

Estudar as relações entre religião e política na França do século XX nos leva a tratar de duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, como a filiação a uma Igreja modela as atitudes políticas dos cristãos? Em segundo, por quais vias as forças religiosas intervêm no domínio do político a ponto de constituir

uma dimensão deste? Historiadores e sociólogos estabeleceram correlações bastante estreitas entre prática religiosa e atitudes políticas. Podemos nos espantar que o simples praticante, que tem como único alimento o culto ou a missa semanal, seja modelado pelo ensinamento da Igreja a ponto de nele se inspirar em suas condutas sociais e políticas. É preciso então levar em conta todo o seu itinerário. Em geral ele nasceu numa família praticante, e os trabalhos de A. Percheron¹⁶ fazem aparecer de maneira gritante a influência da família nos processos de socialização. Os jovens praticantes com menos de 18 anos já indicam preferências partidárias diferentes das dos não praticantes da mesma idade. O praticante foi catequizado numa idade em que o indivíduo é muito maleável, fez sua primeira comunhão, cerimônia de grande carga emotiva. A própria missa semanal, ou o culto, é carregada de influências em função de seu efeito repetitivo e sua grande valorização afetiva. Devemos nos interrogar sobre o efeito produzido pelos ritos, o cerimonial, o cenário, os gestos obrigatórios, as posições prescritas, tudo isso vivido no seio de uma comunidade consensual. Além disso, a mensagem da Igreja não pode ser transmitida a não ser por expressões culturais próprias de cada época. A homília, os cantos, a prece universal são assim atualizações da mensagem que reúnem os crentes na sua vida quotidiana. Não é por acaso, por exemplo, que o engajamento político repugna a tantos católicos: sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confrontos e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se "sujam as mãos".¹⁷

Socializados por práticas coletivas — seria necessário evocar aqui todas as atividades das paróquias, das obras e dos movimentos —, os cristãos adquirem um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subtende suas atitudes políticas. Esse sistema de valores foi objeto de três abordagens.

G. Michelat e M. Simon construíram, a partir de entrevistas não diretivas, um modelo de sistema de valores próprio daqueles que se declaram espontaneamente católicos.¹⁸ Esse modelo estrutura-se em torno da religião. Todas as pessoas entrevistadas explicam suas opiniões ou suas condutas em função de seu pertencimento religioso, ao passo que o comunismo constitui o principal pólo repulsivo, sistema destrutivo daquilo que os católicos mais respeitam. O modelo privilegia enfaticamente a família, da qual a pessoa é indissociável, o trabalho e a tradição. Existe uma ordem natural que compreende inevitáveis desigualdades, e governar é, antes de tudo, gerir essa ordem natural. É certo que um sistema como esse, para se tornar um fator sócio-histórico real, deve ser recebido e adotado por indivíduos concretos que se constituem como tais em ambientes de socialização caracterizados por subculturas específicas. Contudo, ele é bastante revelador de uma concepção do mundo amplamente compartilhada pelos católicos e que os orienta para as forças de conservação.

A crítica que se pode fazer ao modelo de Michelat e Simon é de ser único e não dar conta da pluralidade das culturas religiosas. Foi a isso que se dedicou René Rémond quando escreveu em 1958 "Droite et gauche dans le catholicisme français contemporain",¹⁹ fruto de uma reflexão teológica, filosófica e histórica. Da mesma forma que sempre existiram muitas correntes teológicas, há muitas espiritualidades modeladoras de comportamentos profundamente dessemelhantes em relação ao mundo e à sociedade política. A indiferença básica pelas realidades temporais de cristãos que voltam todos os seus pensamentos para a outra vida opõe-se a uma espiritualidade da encarnação que leva a sério a prefiguração do reino a ser construído desde aqui embaixo, o engajamento na Igreja que une o homem ao Cristo, a salvação não individual, mas coletiva, de toda a humanidade. No final, duas teologias, e as duas espiritualidades correspondentes, mesmo se o católico médio

não leu santo Tomás de Aquino ou meditou sobre a natureza da verdade, se encarnam em dois tipos humanos de cristãos, o católico apolítico e o militante engajado. Se existem militantes engajados na defesa da civilização cristã e da Cidade católica, uma corrente durante muito tempo minoritária impõe-se desde a Segunda Guerra Mundial. Não mais guetos nem lugares de segurança, mas o engajamento nas instituições comuns. Com o passar do tempo, alguns desses militantes são levados a aderir aos valores da esquerda. Para René Rémond, que está convencido da consistência própria e da autonomia dos fatos da cultura, o religioso é o primordial. Na verdade, não é por se ligarem à sociedade tradicional que católicos de direita inclinam-se para o integrismo, é o inverso. Limitar-se, como se faz às vezes, às posições políticas é deter o olhar na superfície das coisas. Elas são inseparáveis de uma concepção determinada da verdade, das relações entre o espiritual e o temporal, e inexplicáveis sem isso.

No registro da investigação psicossociológica, J.-M. Donégani²⁰ está bastante próximo de René Rémond. Além da prática religiosa, cuja validade reconhece como critério de pertencimento, lembrando que ela inclui sempre a crença em um "credo mínimo" e que não é portanto um simples procedimento de conformismo social, ele constata com toda a razão que o abrandamento atual da disciplina cultural não traduz obrigatoriamente um desligamento das crenças religiosas. É significativo, aliás, que 26% dos franceses se declarem praticantes regulares, enquanto a taxa de prática semanal caiu para 10 ou 15%. Também pelo método das entrevistas, ele define três tipos de identidade cristã que correspondem a diferentes modos de relação com o mundo. Cada um desses três tipos finca suas raízes numa forma privilegiada de crença. A fé teocêntrica, submissão a um Deus todo poderoso, dá ao crente o sentimento da sua fragilidade. Ele se insere numa ordem natural que é preciso respeitar, ligada à estabilidade da

sociedade fortemente estruturada por imagens paternais e familiares. O prolongamento de uma tal atitude no domínio político se deixa adivinhar. Esse tipo de crente será levado a preferir os regimes que se apóiam numa figura de autoridade indulgente, será atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar sem tensões nem rivalidades.

O modelo cristocêntrico é inteiramente diferente. Cristo é Deus encarnado na história e, portanto, os homens reconciliados com o tempo. Cada vida individual deve contribuir para o progresso coletivo da história, donde uma propensão ao engajamento. A atitude fundamental diante do divino não é marcada pela deferência, a devoção, o respeito, mas pelo entusiasmo, o fervor e a identificação que se torna possível pela aparência humana da divindade. Essa maneira de ver desenvolve o sentido do engajamento, a aceitação da mudança. Se o princípio da direita é a hierarquia natural e o princípio da esquerda é a fraternidade, vemos as afinidades que os cristãos podem manter com uma ou outra dessas grandes tendências da vida política francesa.

Sugerindo, enfim, a existência de uma corrente mais frouxa que associa ao Espírito todo um simbolismo que traduz valores e atitudes específicas, J.-M. Donégani associa a ela práticas antigas, mas que vêm se desenvolvendo entre os leigos na última década: movimentos espirituais, grupos de oração, tal como a Renovação Carismática, comunidades de base. Esse terceiro modelo, mais hipotético, tem o mérito de enfatizar todas as inflexões possíveis das espiritualidades em resposta às necessidades de uma época e de abrir caminho à pesquisa de outros modelos à medida que o cristianismo se torna mais pluralista.

A existência de subculturas cristãs que veiculam diferentes concepções da sociedade e predis põem a realizar escolhas sociais e políticas é prenhe de conseqüências para a explicação histórica.

Ela dá conta ao mesmo tempo da força política, da filiação religiosa e da pluralidade de suas manifestações.

Mais que qualquer outro período, talvez, o século XX vive a coexistência muitas vezes conflituada entre as forças de conservação e as de mudança. Este século marca também o deslocamento do centro de gravidade da Igreja católica outrora contra-revolucionária e que hoje se quer consciência da sociedade moderna.

Uma vez estabelecidos os fundamentos das relações entre religião e política, é preciso medir sua eficácia na sociedade francesa. As forças religiosas intervêm com mais frequência de forma coletiva — autoridades religiosas, movimentos, imprensa confessional —, mas o voto e a adesão partidária ligam-se à decisão individual. Enfim, um único conflito continua a opor a Igreja católica ao Estado: é o conflito em relação à escola, que se transforma em alguns momentos no debate central da vida política francesa.

Pode-se medir toda a riqueza de uma análise das forças religiosas católicas e protestantes na obra coletiva *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*,²¹ que constitui um modelo na matéria, mas se limita ao período 1945-1960. Menos aprofundada, mas remontando ao fim do século XIX, a obra de A. Coutrot e de F.-G. Dreyfus, *Les forces religieuses dans la société française*, tem o mérito de levar em conta a evolução considerável das forças religiosas ao longo do século XX.²²

O Episcopado Intervém na Vida Social e Política

As declarações da Hierarquia são uma das formas mais notáveis de intervenção da Igreja na vida da cidade. Uma única obra abordou esta questão: — A. Deroo, *L'épiscopat*

français dans la mêlée de son temps,²³ mas a posição do episcopado sob o governo de Vichy foi extensamente analisada por J. Duquesne em *Les catholiques sous l'Occupation*,²⁴ nos três colóquios consagrados aos cristãos durante a Segunda Guerra Mundial²⁵ e por um estudo dedicado à análise das Semanas Religiosas.²⁶ As contribuições de J.-M. Mayeur sobre o período posterior a 1945²⁷ são um modelo de análise.

Muitas distinções deveriam ser estabelecidas entre as declarações coletivas e as declarações individuais, que não apresentam todas o mesmo tom. Muitas perguntas sobre as condições de elaboração desses textos e suas repercussões continuam sem resposta.

Se nos contentamos em observar a tendência geral desde o início do século XX, constatamos que as declarações episcopais visaram a fazer da Igreja católica, num primeiro momento, uma força de segregação e, num segundo momento, fruto de uma lenta evolução, uma força de animação no interior da sociedade francesa. O discurso, de imperativo, passou a ser incitativo. Força de segregação, a Igreja o foi até os anos 30: as declarações episcopais exprimiam como que uma vontade de direção da sociedade, condenando a separação das Igrejas e do Estado, vilipendiando a República leiga e exercendo pressões sobre os cristãos a fim de que votassem no “candidato certo”. Existem poucos textos tão virulentos quanto a Declaração dos Cardeais e Arcebispos de 1925 condenando as leis de laicidade e convidando os católicos a se constituírem como grupo de pressão para combatê-las. A ação do episcopado tendia então a fazer da Igreja um corpo na defensiva e, dos católicos mobilizados por suas declarações, um exército encarregado de exprimir no plano político reivindicações confessionais e a aspiração de retorno a uma sociedade contra-revolucionária. A evolução, precedida por muitas iniciativas condenadas por Roma — a democracia cristã (1901),

o Sillon (1910) —, foi favorecida pela Primeira Guerra Mundial e pela política de Pio XI. Mas a evolução religiosa não teria podido se produzir sem a existência de forças de vanguarda e de um clima político favorável que distendeu as relações entre a Igreja e o Estado. Léon Blum foi o primeiro chefe de governo desde a separação a visitar o núncio, a Frente Popular não era anticlerical, e o legado do papa foi recebido em 1937 com as honras devidas a um chefe de Estado.

Conhece-se a adesão do episcopado ao regime de Vichy. Tendo-se tornado mais reticente sob a pressão dos acontecimentos, nem por isso ele deixou de manter a constância de seu ensinamento sobre o respeito ao poder estabelecido, que constituía para o regime um trunfo incontestado. Se individualmente alguns bispos ajudaram a Resistência, eles a ignoraram coletivamente, a ponto de recusar capelães aos *maquis*. Para René Rémond as posições do episcopado se explicam pela preocupação de manter a unidade entre os católicos, já que a Resistência era minoritária, e de não comprometer a re inserção, adquirida recentemente, da Igreja no Estado e na sociedade francesa.

Insensivelmente, as declarações episcopais iriam desenhar o perfil de uma Igreja que renunciava às suas prerrogativas de direção da sociedade em proveito de uma animação do mundo. É nessa perspectiva que se situa a importante declaração da Assembléia dos Cardeais e Arcebispos em 1945, aceitando a laicidade não como filosofia, mas como a expressão da autonomia do Estado no seu domínio do temporal. A Igreja e o Estado iriam então viver em harmonia a maior parte do tempo.

A partir da Segunda Guerra Mundial, René Rémond observa uma “desconexão” entre o religioso e o político no nível episcopal. Com exceção do problema da escola, o episcopado não tem mais reivindicações religiosas a fazer prevalecer, não apóia nenhum partido político, nem mesmo oficialmente o

MRP, e sua descrição se torna cada vez maior por ocasião das campanhas eleitorais. A evolução se completa quando, em 1972, a Assembléia plenária de Lourdes, no texto “Pour une pratique chrétienne de la politique”, justifica a não-imiscuição dos clérigos em postos políticos e legitima o pluralismo político dos cristãos.

Há desconexão em relação às formas passadas de intervenção política do episcopado, mas certamente não há perda de sua influência nesse domínio, muito ao contrário.

Desde antes do Concílio e mais ainda depois, o episcopado propõe elementos de reflexão mais que impõe soluções, mas estende seu campo de intervenção a todos os grandes problemas da atualidade social e política. Na maioria das vezes ele assinala confrontos éticos, mas alguns bispos foram mais longe, tomando o partido dos trabalhadores por ocasião de greves ou se insurgindo contra as explosões atômicas de Mururoa, o que originou uma verdadeira crise política. A justiça social e a paz estão no primeiro plano dessas declarações coletivas do episcopado, que tomou posições comedidas, mas firmes, durante a guerra da Argélia,²⁸ descontentando a direita católica, e que, por uma verdadeira propaganda em favor da cooperação com o Terceiro Mundo, constituiu o mais seguro baluarte contra o cartierismo. Há apenas um domínio em que o ensinamento da Igreja permaneceu intocável: o da moral sexual e familiar, embora ela seja cada vez mais transgredida por alguns católicos, mesmo os praticantes. Restaria apreciar o alcance dessas declarações divulgadas pelas homilias, os movimentos, a imprensa confessional e até, em casos importantes, pelo rádio e depois pela televisão. Graças à mídia, parece que os grandes momentos da vida da Igreja são mais conhecidos pelo público.

A Igreja influencia, diretamente ou não, as opiniões políticas dos franceses? Parece que, se no passado as interven-

ções episcopais eram geralmente interpretadas como uma marca de clericalismo, elas progressivamente parecem responder a uma expectativa da opinião pública, mais pronta hoje a censurar na Igreja o seu silêncio que o próprio fato da intervenção. Suas declarações suscitam em todo caso a curiosidade e os comentários atentos dos grandes meios de comunicação, e na opinião de Jean-Marie Mayeur, como de François Goguel, a autoridade moral da Igreja parece bem mais considerável que no início deste século. Em compensação, ela se choca com a indiferença de uma parte da população, mas também com a de cristãos para quem a Igreja não deve "fazer política", seja por acharem que isso não é da sua competência, seja por lhe reprovarem aventurar-se a tratar de questões cujas injunções técnicas e políticas ela ignora.

Os Movimentos, Lugar de Socialização Política

Enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século XX: os movimentos leigos. Sem dúvida, os séculos passados conheceram uma multiplicidade de obras dirigidas por notáveis e de associações de caridade, mas os movimentos confessionais são de uma outra natureza. Criados e animados por leigos, mesmo que pastores e capelães exerçam neles uma função importante, são representativos das aspirações espirituais e humanas de seus membros. Os movimentos como tais são lugares de formação total, particularmente cívica, extremamente rica pois que ela se encarna em ações concretas desenvolvidas em comunidade. Suas atividades, que em geral não comportam engajamentos políticos, a não ser em períodos excepcionais, ultrapassam de muito o quadro de seus membros; são com frequência reconhecidos como corpos representativos pelos poderes públicos. Poderíamos facilmente demonstrar que são, num registro

diferente daquele dos partidos políticos, engrenagens importantes de uma sociedade democrática.²⁹ Esses movimentos confessionais são muito numerosos e, em fase de desenvolvimento desde o fim dos anos 30 — os anos 1945-1970 são privilegiados —, representam muitos milhões de jovens e de adultos — a Ação Católica, seguida pelo escotismo, reúne os maiores efetivos. Contudo, os movimentos numericamente menos importantes, como o Sillon de Marc Sangnier,³⁰ a Vie Nouvelle oriunda do escotismo,³¹ ou a Alliance des Équipes Unionistes, protestante, foram viveiros de militantes particularmente ativos na vida social e política.

Algumas organizações são ligadas às formas tradicionais da Igreja, que elas se empenham em defender, e há até mesmo uma corrente integrista minoritária mas muito ativa.

Mas os movimentos confessionais, católicos e protestantes, em sua maioria constituíram as tropas de choque da Igreja e da sociedade francesa. Como movimentos nascidos para evangelizar seus semelhantes ou educar jovens cristãos podem intervir no campo do político? É preciso remontar à fonte de sua inspiração, que corresponde exatamente ao modelo cristocêntrico analisado por J.-M. Donégani. O Evangelho chama todos os homens à missão de salvação coletiva da humanidade, salvação espiritual mas também prefiguração do reino dos céus desde aqui na terra pela organização da sociedade. Foi assim que a Associação Católica da Juventude Francesa formou gerações de jovens republicanos sociais em uma época em que os católicos estavam pouco unidos e muitas vezes eram adeptos da Ação Francesa, que nos anos 30 os movimentos da Ação Católica e as juventudes protestantes vulgarizaram um ensinamento sobre o nazismo que abriu caminho para a Resistência.³² Do mesmo modo, durante a guerra da Argélia os militantes cristãos engajados nos combates alertaram a opinião metropolitana para os procedimentos degra-

dantes da guerra e as torturas.³³ A ação mais bem-sucedida é incontestavelmente a da Juventude Agrícola Católica, cujos métodos de formação e cuja ação modernizadora no meio rural³⁴ foram estudados por M.-J. Durupt, e que ocupa um lugar importante na *Histoire de la France rurale*, dirigida por Georges Duby. À frente das transformações técnicas, a JAC homologa o Centro Nacional dos Jovens Agricultores, e alguns de seus dirigentes assumirão a chefia da FNSEA, enquanto outros, 3.000 ao que se diz, se tornarão prefeitos de comunidades rurais.

Mais comumente, os movimentos formam militantes para a ação social e política. Um movimento como a Ação Católica Operária faz disso uma obrigação para seus membros. Um número especial de *Esprit*³⁵ apresenta com perfeição esses militantes e analisa a variedade de seus itinerários. Os compromissos sociais são os mais numerosos, e os militantes cristãos estão presentes em toda parte no movimento associativo que contribuíram para criar e em organismos parapúblicos. Sua formação os torna mais capazes que outros de assumir responsabilidades e até mesmo de criar associações novas. Os militantes cristãos são também mais freqüentemente sindicalizados que os outros franceses. O afluxo dos militantes da JOC para a CFTC³⁶ amplia as ambições de uma Central extremamente confessional, e a ação do grupo Reconstrução animado por P. Vignaux, um dos pais fundadores da JOC,³⁷ repleto de jocistas, dos quais E. Descamps é o mais conhecido,³⁸ resulta não somente na desconfessionalização da Central, mas na elaboração de temas novos da segunda esquerda.³⁹

Alguns militantes inclinam-se para a ação política. Seu afluxo para o MRP é considerável. A tese de F. Bazin demonstra, sobretudo nos primeiros anos, que cerca da metade dos parlamentares eleitos em 1945 e 1946 saíram da Ação Católica.⁴⁰ Além disso, até os anos 60, os militantes da Ação

Católica assumem responsabilidades entre os quadros do MRP, e hoje encontramos sua posteridade tanto no CDS quanto no RPR, na UDF e entre as forças de esquerda. Assim, o pluralismo político dos cristãos afeta também os militantes. Na verdade conhecemos mal, a não ser por alguns nomes ilustres, os que militam na direita, e o fenômeno do cristão de esquerda vem chamando a atenção na última década, a ponto talvez de superestimarmos sua importância. De fato, sempre houve uma “esquerda de Cristo”: Sillon, Jeune République e, após a Segunda Guerra Mundial, uma extrema esquerda de cristãos progressistas, companheiros de estrada do Partido Comunista — cisão do movimento operário da Ação Católica —, que se torna o MLP antes de aderir à UGS e depois ao PSU.⁴¹ Não se poderia desprezar tampouco o afluxo de eleitores e de militantes em torno de Pierre Mendès France, apaixonado por uma política moderna, uma democracia viva e uma linguagem da verdade, que deixou uma nostalgia duradoura e favoreceu numerosos engajamentos na esquerda. A atração pela esquerda acelera-se, no entanto, por volta de 1965, tanto no interior de certos movimentos quanto entre os militantes cristãos: alguns participam da campanha presidencial de F. Mitterrand, outros entram para o PSU. M.A. Poisson refaz o itinerário do movimento Vie Nouvelle, que adere ao Partido Socialista depois do Congresso de Épinay. Em 1973 havia no congresso do PS 30% de delegados católicos, dos quais 12% eram católicos praticantes. As reuniões do socialismo de 1974 levam a novas uniões, e J.-M. Donégani estuda os processos de encaminhamento para o Partido Socialista.⁴² A atração pela esquerda obedece a motivações complexas, e os itinerários são variados. Alguns se sindicalizam, depois se filiam ao PS por solidariedade com o mundo operário; outros, após terem durante muito tempo denunciado no seu movimento as injustiças da sociedade capitalista, procuram na esquerda um novo modo de sociedade. Um número espe-

cial da revista *Autrement*⁴³ analisa os encaminhamentos de uns e de outros. Mas o contexto favorece esse movimento: crise da Igreja e da sociedade que provoca os questionamentos, sedução de um partido de oposição. Assistimos, entre os militantes, a uma espécie de secularização dos valores religiosos e a uma inversão das perspectivas. É no fogo da ação que podemos reencontrar os valores evangélicos, enquanto antigamente era um conjunto de crenças, pouco questionadas, que constituía a base do engajamento. Às vezes, mesmo, o engajamento político constitui uma espécie de transferência de uma Igreja para uma outra, encarnada pelo Partido.

Hoje muitos desses militantes estão no poder dentro do Partido, no Parlamento, nos gabinetes ministeriais e mesmo no governo. Mas o viveiro constituído pelos movimentos, que em alguns casos se tornaram grupúsculos políticos, não está mais em condição de assegurar sua substituição. Quem formará os militantes cristãos de amanhã?

Uma Imprensa Engajada

A imprensa confessional tem com os movimentos mais de uma analogia. Como eles, são órgãos militantes que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo: mantêm estreita relação com seus leitores, que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos e que se reúnem em congressos. A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado. O jornal cristão é lido em família. O interesse da imprensa confessional é primeiro apreender o extensíssimo leque de posições políticas e sociais do cristianismo francês. F.-G. Dreyfus e J. Maître estudam as estruturas dessa imprensa católica e protestante, a

multiplicidade dos títulos, as tiragens que formam um impressionante total.⁴⁴

O nascimento de uma publicação é sinal da estruturação de uma corrente de opinião: é assim que, desde o fim do século XIX, às grandes tiragens dos títulos da Bonne Presse, dirigida pelos assuncionistas, impetuosos inimigos da República,⁴⁵ vem se opor uma floração de publicações democratas cristãs, das quais o *Ouest Éclair* é a mais representativa. Após a Primeira Guerra, as expressões mais intransigentes da direita perdem terreno. René Rémond analisa a evolução considerável de *La Croix*⁴⁶ que, no conjunto, segue a linha traçada por Pio XI, fazendo evoluir uma parte importante da opinião católica. É a época em que uma floração de revistas militantes democratas efetua uma abertura importante no seio do catolicismo francês. Cada uma tem sua vocação própria e não se poderia confundi-las, mas *La Vie Intellectuelle*,⁴⁷ *Sept*,⁴⁸ *Temps Présent*, *Esprit*,⁴⁹ *Aube*,⁵⁰ procedem de uma mesma intuição: dissociar o catolicismo das forças de conservação, remediar as injustiças da sociedade capitalista e tomar parte nos grandes debates de seu tempo. Essas publicações fundamentam tudo aquilo de que viveria o catolicismo do pós-guerra, depois que Vichy as obrigou a fechar as portas e que o clandestino *Témoignage Chrétien* tornou-se a tocha da Resistência cristã, largamente difundida por democratas-cristãos e por militantes das juventudes católicas.⁵¹

No pós-guerra, *La Croix* permanece o único diário católico. Jornal democrata, aberto a todos os grandes problemas da época, difunde uma informação de qualidade. Mas não se poderia esquecer que *Ouest France*, o primeiro diário francês em tiragem, é dirigido por uma equipe de militantes cristãos. Nos dois extremos encontramos uma pequena imprensa integrista e alguns hebdomadários de esquerda — *Témoignage Chrétien*,⁵² *Réforme* —, mas o principal fenômeno é o desen-

volvimento de numerosos mensários e hebdomadários dirigidos por militantes que se empenham em fazer a opinião evoluir. Frequentemente discretos em matéria de tomadas de posições políticas, a maneira como eles tratam alguns grandes problemas da sociedade nacional e internacional, aqueles relativos à ética e à cultura, é subtendida por um sistema de valores cristãos. Entre os mais lidos figuram *Le Pèlerin*, *La Vie*, *Panorama Aujourd' Hui* e *Clair Foyer* para o meio rural. Seria necessário acrescentar a estes todos os títulos destinados às crianças, aos adolescentes, às pessoas mais idosas, e revistas especializadas: as *Informations Catholiques Internationales*, *Croissance des Jeunes Nations*. Reservadas a um público mais intelectual, revistas jesuítas, como as bem antigas *Études* e *Projet*, impõem-se por sua qualidade, mesmo fora dos meios confessionais.

Assim a imprensa, com exceção de alguns órgãos minoritários, deve ser considerada hoje como agente de modernização política; entendamos por aí que ela adota uma atitude crítica mais receptiva em relação à mudança.

Isso não é tudo: muitos trabalhos se basearam, no todo ou em parte, em análises da imprensa confessional. Com base nelas René Rémond escreveu *Les catholiques français des années trente*,⁵³ que muito contribuiu para a história do período; o mesmo ocorreu com estudos sobre as campanhas eleitorais,⁵⁴ a questão escolar, a descolonização, Maio de 1968.⁵⁵ Nem por isso se deve menosprezar a imprensa profana. Se há um domínio entre outros em que ela é insubstituível, é o do anticlericalismo, que não poderíamos separar do estudo das forças religiosas, das quais ele é de certo modo o reverso. Que ele foi um fator frequentemente decisivo das lutas políticas, toda a nossa história política o proclama. Ele provocou alguns debates mais turbulentos de nossas crônicas parlamentares. Consultas eleitorais o tiveram como objeto, ele foi a solda que

uniu muitas maiorias, o motor de certos governos. Variável nas suas expressões e sua intensidade, o anticlericalismo se esvaiu em benefício da indiferença, renunciou às suas formas mais grosseiras, mas não morreu: tem mesmo um futuro ao qual é preciso estar atento e que transparece na imprensa.

O Voto Cristão

O estudo das forças coletivas não poderia fazer esquecer as determinações individuais dos cristãos diante de um acontecimento periódico comum a todos os franceses: as eleições que escandem a vida política. O estudo do voto cristão é de uma importância capital devido à importância dos efetivos envolvidos: até um período bastante recente, mais de um quarto dos franceses eram praticantes regulares, sem contar os milhões de praticantes irregulares.

Há muito tempo — e tudo o que precede aponta nesse sentido — sabia-se que a filiação religiosa tinha relação com o comportamento eleitoral. Estudos recentes permitem medir a intensidade dessa correlação. Alain Lancelot, em *L'abstentionnisme électoral en France*,⁵⁶ demonstrou que os católicos se abstêm menos que a média dos franceses e, portanto, que seu voto pesa muito no interior do eleitorado. Podemos pensar que nesse ponto eles seguem as injunções do clero — “abster-se é uma falta grave” —, e também que são mais bem integrados socialmente que outros.

Em compensação, a abstenção é mais elevada nos cantões com forte implantação protestante. Em lugar de invocar o espírito da Reforma, Alain Lancelot avança uma explicação sociopolítica: trata-se de grupos minoritários voltados para si mesmos. E F.-G. Dreyfus observa que o abstencionismo é um refúgio para um eleitorado tradicionalmente de esquerda, que se afasta mas ainda hesita em votar em partidos moderados.

Mais importante ainda é que, desde os estudos de M. Brulé⁵⁷ e de Michelat e Simon, sabe-se que o critério de católico praticante é o que tem a maior importância na determinação do voto. Michel Brulé escreve que ele é aquele que tem o maior valor preditivo. Assim, mais que a idade, a filiação socioprofissional, o local de residência, para citar apenas estas variáveis, a filiação religiosa é determinante. F.-A. Isambert, num estudo de correlação por departamento, verificou que a ligação entre voto e prática era mais ou menos estreita segundo as regiões, mas que subsistia sempre.⁵⁸ Michelat e Simon demonstram que, qualquer que seja a categoria socioprofissional, registram-se grandes variações do voto em função do nível de integração religiosa:

Em todo caso, o apego ao catolicismo parece sempre prevalecer sobre as determinações sociodemográficas da orientação política. Os fatores sociodemográficos travam ou acentuam os efeitos do fator religioso, mas não o substituem, estão sempre em segundo lugar.

Além disso, Michelat e Simon demonstram que o critério religioso também atua nos praticantes irregulares e mesmo nos não-praticantes que declaram rezar com frequência.

O voto protestante é mais difícil de determinar. Outrora considerado como um voto majoritariamente de esquerda, como o provam os estudos de André Siegfried, ele resvala para a direita a partir das eleições de 1951, segundo os resultados estabelecidos por F.-G. Dreyfus,⁵⁹ que evoca o declínio do liberalismo protestante fortemente ligado à ideologia republicana e radical. Mas ocorre também o declínio do voto anticatólico e a recuperação dos votos pelo gaulismo.

Assim, na análise do voto é preciso fazer intervir a dimensão temporal. Se o voto dos católicos sempre foi ma-

ciçamente orientado para as formações de direita, do integrismo contra-revolucionário, para a direita clássica e o gaulismo, tradições cujos componentes ideológicos e cuja perenidade R. Rémond estudou em *Les droites en France*,⁶⁰ uma minoria sempre votou nos republicanos, e em seguida nos democrata-cristãos.

Uma questão permanece: os católicos não têm a exclusividade do voto na direita nem da filiação aos partidos de direita. Será possível que exista secularização completa de alguns valores comuns aos praticantes e aos não-crentes, herdados de um passado histórico comum e de uma experiência de vida comum? Encontramos aí fatos de cultura que são sem dúvida a explicação última do voto.

O fenômeno recente — que data de meados dos anos 60 — é o afastamento de uma parte dos católicos praticantes das organizações de direita. Um em cada quatro aproximadamente vota hoje nas formações de esquerda. O fenômeno é difícil de interpretar, e está sem dúvida ligado à evolução da sociedade e da Igreja e talvez à influência dos militantes da Ação Católica.

A passagem de uma parte dos católicos para a esquerda modifica substancialmente os critérios que separam a direita da esquerda. René Rémond, em *Les droites en France*, reconhece que não havia pedra de toque mais infalível para separar direita e esquerda que a laicidade, mas acrescenta que também não há nada cuja função e significação tenham mudado mais em uma geração. Certamente, subsiste uma correlação entre o grau de filiação à Igreja e o voto na direita. Contudo, o fato de que um em quatro de seus fiéis praticantes tenha dado seu voto a candidatos da esquerda constitui uma das mudanças mais fundamentais que o eleitorado francês operou em nossos dias.⁶¹ A questão religiosa, a não ser sob seu aspecto escolar, não separa mais a direita da esquerda.

Uma Questão que Continua a Dividir os Franceses: A Escola

Resta a questão escolar, que é tão atual em 1984 quanto era em 1880, e que contradiz toda a evolução das relações entre Igreja e política, último vestígio da querela da laicidade e das reivindicações confessionais. Ela nasceu, contudo, em condições bem diferentes das de hoje, quando o Estado republicano, para realizar sua missão, não podia deixar de atacar os privilégios da Igreja.

São então dois sistemas de pensamento radicalmente antagônicos que se defrontam. A hierarquia católica condena formalmente a laicidade tanto em seu princípio como em suas aplicações. A lei de Deus deve informar o poder e as instituições políticas. É exatamente de ignorá-lo que se acusa a laicidade, e o pensamento católico assume uma posição desconfiada em relação ao domínio crescente do Estado. O pensamento leigo forma um segundo sistema igualmente coerente e totalmente estranho ao primeiro. A laicidade não é apenas um quadro jurídico. Ligada a uma filosofia de inspiração racionalista, a uma definição extensiva do papel do Estado e a uma concepção unitária da comunidade nacional, ela considera que o ensino leigo deve emancipar os espíritos sem referência a nenhum absoluto, com exceção da razão, e constituir o cadinho unificador de bons cidadãos.

Paradoxalmente, é no momento em que todo o contencioso entre a Igreja e o Estado é resolvido que a questão escolar volta a ser um problema político de primeira importância, do qual René Rémond analisa todas as peripécias sob a IV República, enquanto Aline Coutrot estuda a crise de 1958-1959 que culmina na votação da lei Debré,⁶² posta em questão a partir de 1972 pelo programa comum da esquerda e a seguir pelo governo socialista que chegou ao poder em 1981.

O problema da alocação de fundos públicos para a escola particular, confessional em mais de 90%, não é financeiro: as

crianças da escola particular, se fossem escolarizadas pela escola pública, custariam mais caro ao Estado, e por outro lado o Estado subvenciona uma quantidade de organizações, religiosas ou não. A disputa é filosófica e política, pondo em questão a concepção da verdade, do pluralismo da sociedade, dos deveres respectivos do Estado e dos pais.

A posição da Igreja permanece imutável em sua essência. A única diferença considerável é que ela não ataca mais a escola pública, no passado qualificada por um bispo "de escola de impiedade e de crime"; ao contrário, marca sua solicitude em relação a ela, assim como em relação a seus numerosos professores cristãos. A palavra episcopal não bastaria, sem dúvida, se os pais ligados à escola confessional não constituíssem um formidável grupo de pressão de 800.000 famílias constituídas em APEL, com freqüência mais intransigentes que o episcopado, que usam de todos os meios para chegar a seus fins: imensas reuniões de onde às vezes saem palavras de ordem provocadoras como a de recusa do imposto, pressão junto a candidatos por ocasião das campanhas eleitorais, que acarreta a criação de um grupo de pressão parlamentar — a Associação Parlamentar para a Liberdade do Ensino, que desempenhou um papel decisivo em 1951.

As APEL tomam geralmente a iniciativa da reivindicação e suscitam então a reação do Comitê Nacional de Ação Leiga, bastante forte ele também para fazer pressão sobre os partidos políticos e os parlamentares, organizar reuniões e reunir num abaixo-assinado 10 milhões de assinaturas de protesto após a votação da lei Debré.

Há poucos assuntos que suscitam tantas paixões na população, embora a opinião pública tenha evoluído consideravelmente desde a Liberação, e hoje cerca de três quartos dos franceses sejam favoráveis à escola particular. A defesa leiga está portanto se desacelerando, perdeu a partida quando da votação da

lei Barangé e da lei Debré, e em 1984 suas exigências fizeram malograr o projeto de lei Savary. Muitas vezes despertada pelos grupos de pressão, a batalha escolar é objeto de debates parlamentares tempestuosos ao final de negociações extremamente complexas. Às vezes objeto de promessas redobradas, tal como o RPF diante do MRP em 1951, carregado de conseqüências políticas, como a ruptura entre o SFIO e o MRP em 1951 e a crise de 1984, o debate escolar opõe a esquerda (mas somente uma parte dos radicais, sinal entre outros de sua passagem para a direita) à direita engrossada com votos radicais. São os socialistas, mais que os comunistas, que são os campeões da defesa da laicidade em matéria escolar. O fato merece que nos detenhamos nele. Como uma tal herança pôde manter sua atualidade, apesar das mudanças profundas por que passaram a sociedade política e a Igreja? Permanência surpreendente das ideologias leigas e anticlericais, mas também razões políticas. A esquerda não pode descontentar os grupos de pressão leiga, em particular a Liga do Ensino e a FEN, que têm uma grande influência sobre os eleitores e que não sobreviveriam sem o elemento de ligação da laicidade. Os políticos tentaram pôr um fim definitivo à querela escolar que envenena a vida política. Guy Mollet e Maurice Deixonne não negociaram em segredo durante cinco anos com a Santa Sé nos anos 50 e Alain Savary não procurou uma lei de conciliação? Apesar da presença de elementos moderados de um lado e de outro, os católicos estão mesmo francamente divididos em relação à questão, os acontecimentos de 1984 mostraram a força dos grupos de pressão e o peso da base sempre pronta a se mobilizar. Uma solução que aparecesse como a vitória de um campo sobre o outro teria poucas chances de ser duradoura.

A história do político adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso, não somente sob suas formas institu-

cionais tais como foram analisadas, mas também através do acontecimento, o que pôde ser apenas sugerido. Ela responde, ao fazê-lo, às críticas que concorreram durante algum tempo para desacreditá-la.

Torna-se agora evidente que as escolhas políticas não são simples decalques das relações sócioeconômicas e que elas valorizam a consistência própria do político: a análise do voto e a questão escolar o demonstram amplamente: a política tem seu caráter próprio, mas nem por isso deixa de ter relações com outros domínios. René Rémond escreve como introdução: "A política é uma modalidade da prática social", e nada ilustra melhor esta proposição que a análise dos movimentos confessionais que exercem ao mesmo tempo uma prática social e política. Através da consideração do religioso, apreende-se as massas, os comportamentos coletivos: episcopado, imprensa, movimentos, sindicatos, grupos de pressão. Apreende-se também elementos importantes da cultura política na longa duração, clericalismo, anticlericalismo; mesmo a laicidade nas suas manifestações concretas se define em relação ao cristianismo. O próprio inconsciente tem seu lugar nos fenômenos de socialização que foram analisados e dos quais se esboçaram alguns modelos.

Tudo isso só é possível por uma convergência de diferentes disciplinas e métodos que caracteriza hoje a abordagem do político e cuja importância era sublinhada desde as primeiras páginas, da sutileza da psicossociologia ainda em seus primórdios à necessária abordagem quantitativa, da teologia ao estudo dos meios de comunicação. Só a multiplicidade das abordagens permite aprofundar uma realidade sempre mutável.

No último século, as relações entre religião e política não pararam de se modificar, mas não é certo que se tenham distendido. Sem dúvida, algumas formas de religiosidade estão morrendo, mas a própria modernidade é um grande desafio em

que as Igrejas podem desempenhar um papel. E. Poulat eleva o debate em *Une Église ébranlée*:

“Torna-se claro que se procura uma nova aliança não mais entre o homem e Deus, mas da humanidade com ela mesma e com a natureza. E a religião em tudo isso? E o cristianismo? Eles participam da imensa redistribuição em curso no planeta. Trunfo inesperado para a Igreja, para as Igrejas, para outros, antigos e novos. Desafio fantástico pelos problemas inéditos de todas as ordens que levanta. O jogo aparece incomparavelmente mais aberto que se imaginava há muito pouco tempo.”

E o futuro das relações entre religião e política também.

Notas

1. André Siegfried, *Géographie électorale de l'Ardèche sous la III^e République*, Cahier FNSP, Paris, Collin, 1948. Nesta e nas próximas notas as seguintes siglas foram utilizadas: *RFSP*: *Revue Française de Science Politique*; *FNSP*: *Fondation Nationale des Sciences Politiques*; e *PFNSP*: *Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*.
2. Jean-Marie Mayeur (sob a direção de), *L'histoire religieuse de la France XIX^e-XX^e s.: problèmes et méthodes*, Paris, Beauchesne, 1975.
3. Émile Poulat, *Une Église ébranlée. Changement, conflit et continuité de Pie XII à Jean-Paul II*, Paris, Casterman, 1980.
4. François Lebrun (sob a direção de), *Histoire des catholiques en France du XV^e siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1980.
5. André Latreille e René Rémond, *Histoire du catholicisme en France, époque contemporaine*, 2^a ed. Paris, SPES, 1964.
6. Adrien Dansette, *Histoire religieuse de la France contemporaine*, Paris, Flammarion, 1952.
7. Adrien Dansette, *Destin du catholicisme français*, Paris, Flammarion, 1957.
8. Ver especialmente a bibliografia organizada por François-Georges Dreyfus em *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, Cahiers FNSP, Paris, Colin, 1965. Ver também as organizadas por Jean Baubérot em sua obra *Le pouvoir de contester*, Paris, Labor et Fides, 1984, e por Jean-Marie Mayeur, *L'histoire religieuse de la France XIX^e-XX^e s.*, op. cit.
9. Stuart R. Schram, *Protestantism and politics*, Alençon, Corbière et Hugain, 1954.
10. Roger Mehl, *Le protestant français*, Paris, PUF, 1955.
11. *Crises et mutations institutionnelles dans le protestantisme français*, Colloque de Sociologie du Protestantisme, Paris, Librairie Protestante, 1974.
12. Jean Baubérot, *Le pouvoir de contester*, op. cit.

13. Jacques Capdevielle, Élisabeth Dupoirier, Étienne Schweisguth e Colette Ysmal, *France de gauche vote à droite*, Paris, PFNSP, 1978.
14. Guy Michelat e Michel Simon, *Classe, religion et comportement politique*, Paris, PFNSP e Éditions Sociales, 1977.
15. Jacques Sutter, *La vie religieuse des Français, trente-trois ans de sondages d'opinion*, Paris, Éditions du CNRS, 1984.
16. Annick Percheron, *L'univers politique des enfants*, Paris, PFNSP, 1974.
17. Henri Madelin, *Les chrétiens entrent en politique*, Paris, Éd. du Cerf, 1975.
18. Guy Michelat e Michel Simon, *Classe, religion et comportement politique*, op. cit.
19. René Rémond, "Droite et gauche dans le catholicisme français contemporain", *RFSP*, nº 3 e 4, 1958.
20. Jean-Marie Donégani, "L'appartenance au catholicisme français du point de vue sociologique", *RFSP*, abril de 1984.
21. René Rémond (sob a direção de), *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, Cahier FNSP, Paris, Colin, 1965.
22. Aline Coutrot e François-Georges Dreyfus, *Les forces religieuses dans la société française*, Paris, Colin, 1966.
23. André Deroo, *L'épiscopat français dans la mêlée de son temps 1930-1954*, Paris, Bonne Presse, 1955.
24. Jacques Duquesne, *Les catholiques sous l'Occupation*, Paris, Grasset, 1966.
25. Xavier de Montclos, M. Luirard, François Delpech e Pierre Bolle (sob a direção de), *Églises et chrétiens dans la Seconde Guerre mondiale dans la région Rhône-Alpes*, Actes du Colloque de Grenoble, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978; *Églises et chrétiens pendant la Seconde Guerre mondiale dans le Nord-Pas-de-Calais*, Actes du Colloque de Lille, Lille, 1977, Lille, *Revue du Nord*, abril-junho, julho-setembro de 1978; *Églises et chrétiens dans la Seconde Guerre mondiale*, Actes du Colloque de Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1982.
26. Claude Langlois, "Le régime de Vichy et le clergé d'après les Semaines religieuses des diocèses de la zone libre", *RSFP*, agosto 1972.

27. Jean-Marie Mayeur, "Documents de l'épiscopat", in *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, op. cit.; "L'évolution des positions des autorités religieuses en matière politique", *Politique et foi*, Strasbourg, Cerdic-Publications, 1972.
28. Marcel Merle (sob a direção de), *Les Églises chrétiennes et la décolonisation*, Paris, Colin, 1967.
29. Aline Coutrot, "Les mouvements confessionnels", in *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, op. cit.
30. Jeanne Caron, *Le Sillon et la démocratie, 1894-1910*, Paris, Plon, 1967.
31. Marie-Aude Poisson, *La Vie nouvelle*, dissertação inédita, 1972.
32. Georges Casalis, "La jeunesse protestante en zone non occupée", in *Églises et chrétiens dans la Seconde Guerre mondiale: la France*, op. cit.; A. Michel, "La jeunesse chrétienne face au nazisme", in *Églises et chrétiens dans la Seconde Guerre mondiale: la France*, op. cit.
33. *Les Églises françaises et la décolonisation*, op. cit.
34. Marie-Josèphe Durrupt, *Les mouvements d'action catholique facteurs d'évolution du monde rural*, trabalho depositado na biblioteca da FNSP, 1963.
35. "Les militants d'origine chrétienne", *Esprit*, abril-maio, 1977.
36. Gérard Adam, *La CFTC 1940-1958, histoire politique et idéologique*, Cahier FNSP, Paris, Colin, 1964.
37. Paul Vignaux, *De la CFTC à la CFDT. Syndicalisme et socialisme*, Paris, Éditions Ouvrières, 1980.
38. Eugène Descamps, *Militer*, Paris, Fayard, 1971.
39. Hervé Hamon e Patrick Rotman, *La deuxième gauche, Histoire intellectuelle et politique de la CFDT*, Paris, Ramsay, 1982.
40. François Bazin, "Les députés MRP élus les 21 octobre 1945, 2 juin et 10 novembre 1946", *Itinéraire politique d'une génération catholique*, tese de 3º ciclo registrada na biblioteca da FNSP.
41. Jean-Marie Donégani, "De MPF en PSU un mouvement entre en socialisme", *Autrement*, Paris, fevereiro de 1977.
42. Jean-Marie Donégani, "Itinéraire politique et cheminement religieux", *RFSP*, agosto-outubro de 1979.

43. "La gauche des chrétiens", *Autrement*, Paris, fevereiro de 1977.
44. *Forces religieuses et attitudes politiques dans la France contemporaine*, op. cit.
45. Jacqueline e Philippe Godfrin, *Une centrale de la presse catholique: la maison de la Bonne Presse et ses publications*, Paris, PUF, 1965.
46. René Rémond, "L'évolution du journal *La Croix* et son rôle auprès de l'opinion publique française 1919-1939", *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, 12º ano, sessão de 1º de junho de 1958; ver também André Metzger, "*La Croix*" et la vie politique française, trabalho depositado na biblioteca da FNSP, 1970.
47. Jean-Claude Delbreil, *La Vie intellectuelle face aux problèmes de son temps*, DES, 1965.
48. Aline Coutrot, *Un journal, un combat*, Paris, Ed. Cana, 1982.
49. Entre os numerosos trabalhos consagrados a *Esprit*, citamos Michel Winock, *Histoire politique de la revue "Esprit", 1930-1950*, Paris, Éd. du Seuil, 1975.
50. Françoise Mayeur, "*L'Aube*", *étude d'un journal d'opinion*, Cahier FNSP, Paris, Colin, 1966.
51. Renée Bédarida, *Les armes de l'esprit, "Témoignage chrétien", 1941-1944*, Paris, Éditions Ouvrières, 1977.
52. Jean-Pierre Gault, *Histoire d'une fidélité: "Témoignage chrétien", 1944-1956*, Paris, Éditions du Témoignage Chrétien, 1963.
53. René Rémond, *Les catholiques français des années trente*, Paris, Ed. Cana, 1979.
54. Ver, por exemplo, René Rémond, "Les catholiques et les élections", *Le référendum de septembre et les élections de novembre 1958*, Cahier FNSP, Paris, Colin, 1960; e Aline Coutrot, "Les catholiques et la campagne électorale", "L'élection présidentielle, 5-19 décembre 1965", Cahier FNSP, Colin, 1970.
55. Aline Coutrot, "Des catholiques s'expriment à travers des communiqués de presse", *Politique et prophétisme 1968*, Desclée de Brouer, 1969.

56. Alain Lancelot, *L'abstentionnisme électoral en France*, Paris, Cahier FNSP, Colin, 1968.
57. Michel Brulé, *Sondages*, Paris, IFOP, 1965.
58. François-André Isambert, "Comportement politique et attitudes religieuses", *Politique et foi*, Strasbourg, Cerdic-Publications, 1972.
59. Aline Coutrot, François-Georges Dreyfus, *Les forces religieuses dans la société française*, Paris, Colin, 1966.
60. René Rémond, *Les droites en France*, Paris, 1982.
61. René Rémond, "Laïcité et question scolaire dans la vie politique française sous la IV^e République", *La laïcité*, Université d'Aix-Marseille, Paris, PUF, 1960.
62. Aline Coutrot, "La loi scolaire de décembre 1959", *RFSP*, junho de 1963.

Política interna e política externa

Pierre Milza

AS RELAÇÕES entre a chamada política *interna* dos Estados e os relacionamentos que estes mantêm com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional constituem um campo de pesquisa e reflexão em que se cruzam com uma frequência cada vez maior, e com uma crescente eficácia, as abordagens, os métodos e os trabalhos provenientes de duas “escolas”, de resto nitidamente distintas na paisagem historiográfica francesa: a da história “política” propriamente dita — da qual esta obra se dedica a definir os contornos e a medir os avanços — e a das relações internacionais contemporâneas, à qual uma “comemoração” recente permitiu efetuar um balanço tão completo quanto possível.¹ E isto ocorre, ao que me parece, em benefício tanto de uma quanto de outra.

A iniciativa partiu incontestavelmente dos “internacionalistas”, instigados há duas décadas a se aprofundarem neste caminho pelas reflexões teóricas de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, e a considerar a política interna dos Estados como uma das principais chaves de explicação do jogo internacional. Se o primeiro fez apenas breves incursões nesse domínio,² o segundo em compensação consagrou-lhe partes importantes de sua obra,³ e sobretudo deu nessa direção um impulso decisivo à pesquisa. Comprovam-no a maioria das teses de doutorado de Estado que orientou,⁴ assim como os debates do seminário que dirigiu durante mais de 15 anos na Université de Paris-I, e que prosseguem hoje no âmbito do Institut d’Histoire des Relations Internationales Contemporaines.⁵ As orientações historiográficas da revista *Relations Internationales*,⁶ os colóquios “franco-suíços”⁷ e “franco-ita-

lianos”,⁸ os da École Française de Rome⁹ e os que foram organizados por René Girault e Raymond Poidevin ao longo dos últimos anos, e que tiveram respectivamente como objeto a percepção do poder na Europa¹⁰ e o início da construção europeia,¹¹ confirmam a tendência e mostram a que ponto a escola francesa da história das relações internacionais fez do tema da “política interna”, tomada no sentido lato, um dos pivôs de sua problemática.

Inclinada no mesmo sentido pela evolução da sociologia e da ciência política — de Raymond Aron¹² a Marcel Merle¹³ e às admiráveis equipes de pesquisadores que constituem o CERI¹⁴ —, a história política não demorou a seguir os mesmos passos e a encampar a preocupação com as relações entre o que se passava do lado de dentro e o ambiente internacional, entre as escolhas de política interna e as que se supõe ligadas aos assuntos externos. Não mostrara René Rémond o caminho, já em 1959, dedicando sua tese de doutorado à compreensão de uma realidade estrangeira (os Estados Unidos na primeira metade do século XIX) por uma coletividade nacional (a “opinião pública francesa”) e à influência que a imagem razoavelmente deformada dessa realidade pudera exercer sobre a política interna (pelo viés dos modelos políticos institucionais) e externa da França?¹⁵ A partir dessa data, e sobretudo na última década, o fator externo não parou de ganhar terreno, como o mostram diversos trabalhos realizados ou não na órbita “nanterriana”,¹⁶ assim como os grandes seminários da Fondation Nationale des Sciences Politiques¹⁷ ou os do Comité d’Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale¹⁸ e do Institut d’Histoire du Temps Présent.¹⁹ A tal ponto que a osmose entre as duas escolas está hoje bem adiantada e que muitos historiadores podem, sem exagero, invocar tanto uma quanto outra.²⁰

Feitas estas observações preliminares, eu gostaria de examinar aqui algumas das questões que se colocam para o historiador do político no que concerne à política externa e suas relações com os assuntos internos.

1. A primeira delas pode ser formulada da seguinte maneira: existe uma esfera da política externa, um domínio distinto das outras categorias do político e que funcionaria de maneira mais ou menos autônoma? A resposta variou muito com o tempo, em função tanto da teoria política como das mudanças ocorridas no sistema e na prática diplomáticos.²¹ Ela implica, por outro lado, julgamentos diversos segundo a natureza das sociedades e dos regimes políticos interessados, já que a estanqueidade das barreiras entre o interior e o exterior — por menos que essas noções ainda tenham um sentido no momento atual — não é a mesma numa democracia parlamentar e pluralista, sujeita às flutuações do sentimento público, e num Estado autoritário ou totalitário.

Ao longo das duas ou três últimas décadas, a história e a ciência política, tanto quanto a prática do poder e a reflexão realizada sobre este por seus detentores presentes ou passados,²² avançaram no sentido da derrubada de barreiras e do abandono do que podia subsistir do dogma hobbesiano segundo o qual teria havido uma diferença de natureza entre os “assuntos de fora” e os de “dentro”. Isto não ocorreu, aliás, sem resistência, vinda às vezes de autoridades incontestáveis. Por ocasião de um seminário reunido em Dijon em 1969 e cujo tema referia-se à “elaboração da política externa”, Jacques Vernant declarou o seguinte em sua palestra introdutória:

Enquanto a sociedade internacional for composta de Estados cuja característica essencial continuar sendo a soberania, a relação entre a política interna e a externa poderá ser esquematizada como a relação entre o dentro e o fora.²³

Reconhecendo ao mesmo tempo que havia interações entre as duas esferas do político, ele as fechava numa definição rígida, considerando que elas pertenciam a categorias fundamentalmente distintas e vinculando-se nesse ponto à filosofia aroniana:

O fato primordial de que deriva a distinção entre a política interna e a política externa — escrevia em 1962 o autor de *Paix et guerre entre les nations* — é o da pluralidade das ordens sociais, cada uma sendo imposta a todos os membros de uma coletividade. O caráter obrigatório das normas que governam a existência coletiva, a diversidade dessas normas, criam a oposição entre o compatriota e o estrangeiro.²⁴

E Aron acrescentava, referindo-se à dualidade do religioso e do militar nas sociedades indo-européias estudadas por Georges Dumézil:

Ela consagra a distinção essencial que a análise sugere. Toda coletividade comporta uma dupla definição, no interior por um sistema de normas ou de valores, em direção ao exterior pela independência ou a soberania militar.²⁵

Muitos teóricos e práticos das relações internacionais tendem hoje a recusar esta dicotomia. Ora consideram que não se pode aplicar ao tempo presente as mesmas categorias que se aplica ao passado; que as coisas mudaram de maneira radical com a crescente complicação dos aparelhos de Estado, a multiplicação das engrenagens da economia, a proliferação dos atores transnacionais etc. Tal é por exemplo a atitude de um Claude Cheysson, que se tornou em 1981 ministro das “Relações Exteriores” do gabinete Mauroy (a escolha do título, preferido pelos novos dirigentes da França a “Assuntos

Estrangeiros”, é em si mesma significativa) e declarou nessa data, diante da Associação de Imprensa Anglo-Americana:

[...] Não há mais assuntos estrangeiros. Há uma tradução externa das políticas internas, há uma capacidade de expansão para o exterior daquilo que constitui as prioridades internas.²⁶

Ora esse postulado é estendido a períodos mais antigos. É o que faz a cientista política e historiadora britânica Zara Steiner quando escreve, numa obra publicada em 1982:

Num certo sentido, as políticas interna e externa sempre formaram um simples *continuum*, e, quando se procurou separá-las, os resultados foram desastrosos para os países envolvidos.²⁷

Sem dúvida isto é ir um pouco longe demais. Para falar de tempos contemporâneos, Stanley Hoffmann prefere dizer que “há novos tipos e novas regras de conduta que muitas vezes levam a política internacional a se parecer com a política externa”.²⁸ E no caso da história propriamente dita, Jean-Baptiste Duroselle adverte-nos contra os perigos que resultariam da pura e simples confusão das duas esferas. Não há, reconhece ele, clivagens herméticas resultantes dos conceitos reificados de “dentro” e de “fora”, mas o simples bom senso implica que se admita a existência “de numerosos atos de política interna pura” (como decidir, por exemplo, “se é preciso fazer uma barragem no Gardon d’Alès ou no Gardon d’Anduze”).²⁹ Em compensação, “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”, quer se trate dos atos mais importantes da vida dos Estados ou das manifestações cotidianas da atividade inter-

menos reduzido hoje ao campo da cultura e da afirmação de princípios, mas que durante muito tempo serviu de álibi àqueles que concebiam de maneira mais palpável a presença externa de nosso país. Os debates de idéias e os combates políticos que opuseram, no final do século XIX e início do século XX, partidários e adversários da colonização, muitas vezes se referem à mesma matriz ideológica e a uma tradição histórica semelhante. Assim, defender a “Argélia argelina” ou a “Argélia francesa”, aplaudir a expedição a Suez porque ela representava para muitos franceses uma interrupção abrupta das ambições conquistadoras de um “novo Hitler”, ou ao contrário protestar contra um imperialismo pouco respeitoso do direito dos povos de disporem de si mesmos, podia resultar — pelo menos para aqueles que abraçavam esses valores e que formavam a maioria da nação — de uma mesma preocupação de afirmar, perante os “colonialistas” ou o “totalitarismo”, os valores de que eram portadoras a ideologia e a cultura da República.

O mesmo vale para os Estados Unidos, onde a noção messiânica de “destino manifesto”, herdada do puritanismo dos Pais fundadores, pode se adaptar tão bem à prioridade conferida por alguns aos princípios e à moral quanto aos imperativos reais da defesa do “mundo livre” invocados por outros. John Kennedy engaja seu país na Guerra do Vietnã em 1961 porque, declara ele então, “[...] no que diz respeito ao resto do mundo, nossa ambição deve ser não só a de defender a integridade desta sociedade democrática, mas trabalhar para fazer progredir a causa da liberdade humana e do direito”.³³ Por sua vez, cerca de 15 anos depois, Jimmy Carter lança sua cruzada pelos direitos humanos em nome daquilo que constitui para ele a própria identidade do povo americano. “Nossa sociedade” — explica por ocasião de sua chegada à Casa Branca — “foi a primeira a se definir em termos de

espiritualidade e de liberdade humana. Foi esta afirmação única da nossa identidade que nos conferiu uma irradiação excepcional.”³⁴

Ainda assim é preciso que o hiato entre os princípios apreendidos e as necessidades da “*Realpolitik*” não seja demasiado grande. Por terem-se esquecido disso por um tempo um tanto longo, Lyndon Johnson e Richard Nixon correram o risco de ver desenvolver-se a maior crise de identidade jamais vivida pela nação americana, e isto com as incidências externas que se conhece. O movimento de opinião pública que conduziu Jimmy Carter à chefia do Executivo no final de 1976 não se inspirou, na verdade, na dupla constatação do desastre moral causado pela guerra no Sudeste asiático, e da perversão que havia sofrido nessa ocasião o sistema político que os americanos até então consideravam que devia ser um modelo para o mundo? Foi desse questionamento identitário que decorreram as iniciativas que, já durante a breve presidência de Gerald Ford, depois de maneira mais ostensiva com Carter, levaram a República imperial a evacuar, ou a deixar vago na África e na Ásia um certo número de “casas” sobre as quais os soviéticos e seus aliados logo avançaram seus peões. Crise dos valores, política interna e política externa estão aqui, como se vê, estreitamente misturadas.

— A este problema da identidade — uma identidade que, como acabamos de ver, está longe de ser percebida da mesma maneira — vincula-se o dos *modelos externos* que em alguns países esta ou aquela facção da classe política e da opinião pública podem reivindicar. Vemos assim, na Itália do final do século XIX, oporem-se os defensores de um modelo alemão julgado mais adaptado às necessidades do jovem Estado unitário. Os primeiros eram recrutados essencialmente nas fileiras da grande burguesia moderada, entre os discípulos de Cavour e os campeões de um liberalismo progressista, mas

também na extrema esquerda, entre os radicais e os republicanos para quem a francofilia decorria naturalmente de escolhas ideológicas feitas muito tempo atrás.³⁵ Os segundos vinham igualmente de dois setores bem distintos da cena política — a “esquerda constitucional”, de tradição jacobina, aliada havia pouco à monarquia de Savóia, e a direita conservadora — para os quais o desenvolvimento da Itália e sua emergência na cena internacional, assim como a paz social e a ordem política, passavam pela imitação ao menos parcial do Reich bismarkiano. Em 1870, o secretário geral do Ministério dos Assuntos Estrangeiros, Alberto Blanc, escrevia:

A Alemanha, depois da Inglaterra e da América, assumiu uma tal dianteira em relação ao resto do mundo que é preciso apertar o passo e correr atrás da realidade, deixar para trás os afetos, os sonhos e o ideal sentimental, e agarrar vigorosamente as únicas coisas sólidas e seguras, a ciência positiva, a produção, e a força que provém de uma e de outra.³⁶

A crítica da influência francesa, daí em diante considerada dissolvente, não se limita aos meios políticos da península. Desembocando na aspiração a uma verdadeira “revolução cultural”, ela invade a literatura, a história e a filosofia. Federico Chabod, no belo livro que dedicou aos fundamentos da política externa italiana de 1870 a 1896,³⁷ dá, entre muitos outros exemplos, o absolutamente significativo de Nicolò Marselli, professor da Escola Superior de Guerra e autor de um livro sobre “os acontecimentos de 1870-1871”.³⁸ Marselli opõe a França, país periodicamente sujeito às convulsões revolucionárias e perigo permanente para a tranquilidade européia, a uma Alemanha disciplinada e serena, verdadeiro modelo para os países que aspiram ao advento da “democracia harmônica e do progresso regular”.³⁹

Toda a história da política externa italiana entre 1870 e 1915 decorre parcialmente do choque desses dois modelos e do confronto das forças políticas que os subtendem, do mesmo modo que as escolhas internas e externas do fascismo — a radicalização totalitária do regime, a aproximação com a Alemanha hitlerista e por fim a decisão de entrar na guerra ao lado desta em junho de 1940 — resultam em grande parte do desejo do Duce de perenizar sua dominação e reduzir a influência das elites tradicionais, julgadas responsáveis pelo aburguesamento do regime e o enfraquecimento demográfico que começou a se manifestar logo depois da guerra e que a política natalista do fascismo não conseguiu deter.

Para Mussolini, o drama da história contemporânea da Itália não está na industrialização enquanto tal, realizada na Alemanha por iniciativa e em benefício exclusivos de uma burguesia nacional cujos traços específicos ela não destruiu: a germanidade, o apego aos valores tradicionais, individuais e coletivos. Reside mais na alteração do clima moral que acompanhou as transformações da economia. Isso porque o processo de industrialização foi durante muito tempo impulsionado e controlado pelo exterior, e junto com os capitais e as técnicas vindos de outros lugares, penetraram as idéias e os costumes das burguesias “cosmopolitas”. Também porque a nova classe dirigente italiana a partir do século XVIII conformou-se a modelos dissolventes, sobretudo o modelo francês, liberal, individualista e hedonista. E porque ela perdeu aí a sua alma e as virtudes que fazem os grandes povos.⁴⁰

É, pois, o enfraquecimento das elites, impelidas para o terreno do capitalismo selvagem, que está em questão. Em todos os lugares onde este triunfou sobre as antigas estruturas, eliminando os valores, as hierarquias e as autoridades tradicionais, triunfaram com ele o individualismo burguês, o egoísmo de classe, a recusa do esforço e do sacrifício pessoais, em

suma, todos os ingredientes de uma filosofia hedonista cuja consequência principal é — no sentido estrito do termo — a adoção de um comportamento malthusiano. Daí a idéia de que é preciso romper, e de modo radical, com o modelo externo e corruptor. É preciso que a Itália mude de história, reencontre o fio de sua própria evolução, de sua própria cultura.

Ao mesmo tempo em que mede o fracasso de sua política natalista,⁴¹ Mussolini tira a amarga lição da evolução do regime ao longo da primeira metade dos anos 1930 e se pergunta sobre as chances que este tem de sobreviver ao seu próprio desaparecimento. São poucas. Certamente, nenhuma ameaça séria, interna ou externa, pesa de imediato sobre o fascismo. Fabricado ou não, o consenso jamais foi tão forte quanto logo após a proclamação do Império. Com a questão etíope resolvida, nada impede a Itália de retomar o diálogo com as democracias, como o desejam as antigas elites e também toda uma facção do *establishment* fascista — o que comporta um triplo perigo. Seria ao mesmo tempo renunciar aos objetivos expansionistas concebidos pela diplomacia mussoliniana, recolocar a Itália na órbita das antigas forças dominantes, e sobretudo criar as condições de uma desmobilização progressiva dos espíritos, até mesmo de uma liberalização do regime desejada por uma parte daqueles que contribuíram outrora para a sua instauração. Daí a necessidade que se impõe ao Duce, para sustar esse desvio conservador, esse aburguesamento do fascismo, que culminaria após sua morte num retorno puro e simples ao passado, de radicalizar o regime, de enraizá-lo profunda e duradouramente no país, de imprimir à sociedade italiana um movimento irreversível, proibindo aos representantes da antiga classe dirigente a aos detentores da autoridade espiritual a possibilidade de reconquistar suas posições perdidas. A virada totalitária dos anos 1936-1938, e opção pela aliança alemã, o recurso a uma mitologia futurista visando a manter o país em um estado de tensão permanente, decorrem grandemente dessa opção interna

inicial e conduzem quase inelutavelmente a Itália a se engajar no conflito mundial.⁴²

— A esta oposição de ordem interna entre partidários e adversários deste ou daquele modelo externo, soma-se uma outra que decorre da estratégia revolucionária e da estratégia do desenvolvimento e diz respeito sobretudo aos Estados socialistas e a numerosos Estados do Terceiro Mundo. Num país como a URSS, por exemplo, estudada nessa perspectiva pelo historiador canadense Jacques Lévesque,⁴³ as tendências aparentemente contraditórias da política externa se esclarecem muito quando as relacionamos com as opções “internas” que se impuseram aos seus dirigentes ou serviram a estes para mobilizar as massas e o partido contra seus próprios concorrentes. De Lenin a Gorbachev, a alternância de fases de tensão e de *détente* com os países ocidentais explica-se assim freqüentemente tanto pelos imprevistos da conjuntura e da política econômicas, quanto pelas rivalidades entre indivíduos ou facções no interior do aparelho partidário.

A tese da “trégua”, desenvolvida por Lenin no início de 1921, e a substituição da estratégia de atacar frontalmente o capitalismo pela de contorná-lo são, sob vários aspectos, a projeção da NEP sobre a política internacional do jovem Estado bolchevique.⁴⁴ Assim também a opção de Stalin pelo “socialismo num único país”, que prolongaria após 1927 a coexistência com o Ocidente, traduz em termos de relações com o exterior os compromissos internos estabelecidos entre suas próprias idéias,⁴⁵ as da corrente direitista, favorável à conciliação internacional e à construção do socialismo numa base nacional e camponesa (Zinoviev e Bukharin), e as da esquerda enfim, particularmente de Trotski, para quem a sobrevivência do bolchevismo passava pela primazia dada ao proletariado urbano no processo revolucionário interno e pela aliança ofensiva com a classe operária dos países capitalistas.⁴⁶

A China,⁴⁷ assim como diversos Estados e movimentos comunistas do mundo em desenvolvimento, de uma certa forma vivenciou depois da guerra oposições de mesma natureza que determinaram a adoção de uma linha dura, ou, ao contrário, de uma atitude conciliatória em suas relações com o exterior. Embora essas mudanças de linha pertençam em geral ao curto prazo, é a sua recorrência, e a perenidade das correntes em oposição, que nos inclinam a falar aqui de fenômenos inscritos na longa duração.

— A relação entre ideologia, política interna e política externa é de extrema complexidade e não poderia ser evocada aqui em todas as suas implicações. Abordaremos apenas alguns de seus aspectos essenciais, sem pretender de modo algum esgotar a questão.

Existe, para começar, toda uma série de problemas que têm a ver com a natureza do Estado e o tipo de relações que este mantém com a sociedade civil. No caso dos regimes totalitários, a resposta é aparentemente simples. A ideologia sendo constitutiva do sistema e prevalecendo sobre qualquer outra consideração, poderíamos esperar que a ação internacional fosse sua pura e simples projeção externa. Ora, isto, como se sabe, está longe de ser a regra. De um lado porque os objetivos de longo prazo apregoados pelo poder — a conquista do “espaço vital”, a “revolução mundial”, a propagação do Islã fundamentalista etc. — justificam de saída todos os compromissos e todas as sinuosidades da *Realpolitik* e dão uma coerência às ações mais contraditórias. A URSS pode entregar carvão a Franco por ocasião da greve das Astúrias, ou financiar a construção de uma barragem a pedido dos coronéis gregos, ou a China pode expulsar o embaixador Uribe no outono de 1973 e reconhecer antes da maioria das outras potências o governo golpista do general Pinochet: que importância tem isso, se o desrespeito à ideologia de classe

— que deveria inspirar a ação do mundo comunista — constitui o preço a ser pago para garantir sua vitória final. De outro lado, a ideologia recobre classicamente interesses setoriais e é utilizada pelos grupos dirigentes com a finalidade única de perpetuar seu poder e assegurar sua própria reprodução: em outras palavras, de explorar, com finalidades internas, numa perspectiva de conservação do sistema, os estímulos e as tensões do mundo exterior.

Embora funcionando de maneira mais sutil, as coisas não são fundamentalmente diferentes nos regimes pluralistas, no sentido de que também aí existe uma ideologia dominante que tem suas implicações externas e que os detentores do poder são muitas vezes levados a transgredir. No caso da França, cuja política externa foi continuamente colocada sob o signo dos direitos humanos e da defesa dos grandes princípios universais, Stanley Hoffmann pôde mostrar com facilidade em um artigo recente que ela entra muitas vezes em contradição consigo mesma:

[...] por trás da retórica que arrebatava e de alguns grandes gestos, por trás de Dom Quixote, estão as negociações, o velho bom senso, o realismo terra-a-terra de Sancho Pança. O idealismo da “querela do homem” e da resistência às dominações convive com as vendas de armas em todas as direções e se acomoda a clientes incômodos na África.⁴⁸

Por outro lado, as opções da política externa podem, é claro que em menor grau que nos países autoritários e totalitários, mas não sem uma certa eficácia, ser utilizadas pelos grupos dirigentes para cultivar um mínimo de consenso na opinião pública, preservar a ordem social e defender o regime contra as investidas de seus adversários. Sem compartilhar, naquilo que elas têm de excessivo e de demasiado sistemático,

as teses da historiografia alemã que gravitam em torno do conceito de “social-imperialismo”,⁴⁹ podemos admitir, com Pierre Renouvin, que no fim do século XIX havia uma ligação estreita entre o nacionalismo e as políticas conservadoras,⁵⁰ e, com Pierre Guillen, que os objetivos expansionistas da Terceira República serviram antes de 1914 ora para fortalecer o regime, atacado à direita pelos monarquistas,⁵¹ ora para relançar a ideologia antidemocrática e antiparlamentar,⁵² ora ainda para dividir o bloco das esquerdas de maneira a evitar o programa de reformas por ele definido — “sendo o imperialismo um pomo de discórdia entre os radicais patriotas e os socialistas internacionalistas”⁵³ — ou simplesmente a facilitar a reinserção no jogo político de grupos marginalizados: os católicos durante a última década do século, ou os conservadores convertidos ao “nacionalismo dos nacionalistas” no período imediatamente anterior ao primeiro conflito mundial.⁵⁴

A busca do consenso pela política externa, visando a integrar as massas e a transcender as ideologias antagonicas e as lutas partidárias, pode inclinar os estadistas e os grupos dirigentes a propor ao país “um grande projeto” mobilizador cujo objetivo principal é construir a unidade da nação ou preservar a nação, diante do jogo dissolvente das forças centrífugas. A política externa do general de Gaulle inscreve-se evidentemente nessa perspectiva, assim como a dos dirigentes italianos da época do pós-*risorgimento*, particularmente a de Crispi, que, como nos mostra Sergio Romano, procurava menos talvez desviar para o exterior o descontentamento das categorias sociais desfavorecidas pelo processo de industrialização que “educá-las” através de grandes empreendimentos nacionais, de uma grande “promessa” suscetível de despertar as imaginações e mobilizar as vontades.⁵⁵

b) No curto prazo, a influência da “política interna” sobre as escolhas internacionais feitas por uma equipe dirigente pode ser percebida em diferentes níveis.

O primeiro é o das grandes famílias políticas, a respeito das quais está claro, de um lado, que elas têm cada uma sua própria “política externa” — tornada visível no momento atual através das comissões especializadas das formações partidárias, das relações que estas mantêm com suas homólogas estrangeiras, dos encontros entre dirigentes etc. — e, de outro lado, que elas concorrem para a elaboração das escolhas decididas pelo governo vigente, seja por referência às idéias da família dominante (a concepção gauliana do papel da França sob a Quinta República), por compromisso entre as preferências dos diferentes grupos associados ao poder (o atlantismo ou a política colonial dos anos 1950), ou por reação às opções internas e externas de um adversário comum (o anticomunismo das organizações democráticas pluralistas na Europa do pós-guerra).

Os desdobramentos recentes da política mediterrânica da Itália oferecem um bom exemplo desse tipo de interação. Tradicionalmente, o olhar sobre o Mediterrâneo entra no campo de predileção dos católicos, cujo ingresso na política externa coincidiu com a intervenção na Tripolitânia (1911-1912), e desde a guerra ela constitui um dos pontos de sustentação da democracia cristã. Embora tenha estado, por motivos essencialmente políticos e ideológicos, no centro do projeto europeu dos anos 1950, esta se sentia mais atraída pelo Sul, rural e tradicionalista, que pela Europa do Norte, urbanizada e menos permeável às influências da Igreja. Se não a democracia cristã em seu conjunto, pelo menos certos setores influentes dessa formação compósita, cuja principal base eleitoral se situa, não o esqueçamos, no Sul da Europa, e para a qual a opção mediterrânica constitui um contrapeso importante à modernidade euro-americana. Assim, escreve Sergio Romano:

[...] quando Fanfani e Moro, nos anos 60 e 70, apresentam-se como mediadores entre os árabes e os israelenses, eles não são impelidos apenas pelo desejo de evitar um conflito que prejudicaria a Itália, nem por essa sede de primazia à qual uma parte do país continua sensível. Eles são movidos pela vontade de construir um espaço político italiano distinto e em conseqüência separado do Ocidente jacobino e tecnocrático. Aqui, no Mediterrâneo, independentemente da religião das populações que o habitam, os católicos reencontram o perfil de uma história comum em que as estruturas comunitárias têm raízes mais profundas e antigas que as do Estado. Aqui eles encontram interlocutores marcados pelas mesmas experiências históricas e esperam se entender com eles no respeito pelo passado, uma evolução menos traumatizante, uma modernização menos alienante.⁵⁶

Se é verdade que a democracia cristã sofreu na última década uma forte erosão eleitoral, nem por isso ela tem uma situação menos privilegiada no panorama político italiano e, sobretudo, seu concorrente melhor colocado no interior da coalizão governamental não está nesse ponto muito longe de suas próprias posições. Sem dúvida porque o PSI de Bettino Craxi, ainda que alardeie posturas modernistas e aspire a representar as novas camadas da sociedade italiana, é ele também mais fortemente representado no Sul que nas grandes metrópoles industriais do Norte: conseqüência, entre outras razões, de práticas clientelistas que não têm muito que invejar das da democracia cristã. A política “mediterrânica” de Craxi pode assim se vincular, como a de seus aliados democrata-cristãos, ao desejo que têm os socialistas italianos de não perder o contato com uma parte importante de seu eleitorado potencial.⁵⁷

O segundo nível é aquele dos grupos de pressão parlamentares, os quais só coincidem parcial e episodicamente com as

clivagens ideológicas e partidárias. No caso da França, sabemos que papel representaram ao longo das últimas décadas do século XIX nebulosas tão pouco homogêneas como o “Partido Colonial” e o *lobby* protecionista. A primeira, constituída, segundo a definição que dá de si mesma, de “deputados com assento nas mais diversas bancadas, mas todos reunidos pelo desejo de assegurar a força e a grandeza da França colonial e exterior”⁵⁸ — eles somam uns 40 em 1893, e cerca de 200 no fim do século —, exerceu forte influência nas opções imperiais dos governos da República e em conseqüência nas orientações diplomáticas da França.⁵⁹ As implicações internacionais das questões tunisiana e marroquina, como aquelas decorrentes das iniciativas visando a reabrir a questão do Egito e a contrariar os projetos britânicos de expansão na África, segundo um eixo Cabo/Cairo, lhe são grandemente imputáveis.⁶⁰ A segunda exerceu, num sentido negativo, sua influência nas relações com a Alemanha⁶¹ e sobretudo com a Itália,⁶² travando a aproximação com este país no final dos anos 1890 e criando assim um obstáculo constrangedor à política conduzida por Delcassé para voltar contra os Impérios centrais a estratégia de cerco e de isolamento praticada por Bismarck.

Não se deve, é claro, exagerar a importância da pressão das formações partidárias e dos *lobbies* que estruturam o mundo parlamentar. Na maior parte do tempo, este está suficientemente dividido em relação aos problemas de política externa, ou dominado pelos assuntos internos, para que a equipe dirigente disponha da autonomia necessária à realização de seus projetos internacionais. Em princípio, essa autonomia é tão mais forte quanto mais o Executivo é poderoso e seus detentores gozam de poderes amplos em matéria internacional, ou de um carisma pessoal capaz de manter um consenso global apesar das oposições e desacordos pontuais emanados da classe política.

Num regime de assembleias sujeito ao jogo dos partidos como o da Quarta República, ou como aquele que preside há 40 anos os destinos de nossa vizinha do Sudeste, os confrontos ideológicos, as lutas partidárias, as estratégias de conquista ou de monopolização do poder podem ter como efeito paralisar toda iniciativa de envergadura no campo internacional. Para evitar inconvenientes comparáveis aos que se seguiram à rejeição da CED pelo Parlamento Francês em 1954, ou simplesmente para não serem derrubados, os governantes tendem a adotar uma linha mediana entre os impulsos contraditórios do pluralismo, portanto a não fazer nada que seja de natureza a romper os equilíbrios entre as diversas famílias da coalizão majoritária. Eles se limitam assim às grandes opções consensuais — num país como a Itália seria o caso, por exemplo, do atlantismo e da opção européia — e evitam contrariar o mundo parlamentar tomando a direção oposta à da corrente dominante.

No sentido inverso, os regimes presidenciais ou semipresidenciais parecem beneficiar-se de uma margem maior de manobra. Apoiado por uma opinião pública com a qual se encontrava em ligação direta e que extraía incontestáveis gratificações psicológicas de sua ação internacional, o general de Gaulle pôde, na contramão da classe política — e de sua própria maioria — manter distância em relação a Israel e aos americanos, retirar a França da OTAN e recusar à Grã-Bretanha um lugar na CEE, iniciar uma política com o Leste e reconhecer a China popular, dar a independência à Argélia e praticar em Bruxelas a política da “cadeira vazia”: isto, sem provocar, entre os adversários deste ou daquele aspecto de sua política verdadeiras tempestades, tão grandes são os temores dos dirigentes das principais formações partidárias de se indisponem com uma opinião pública que apóia globalmente a ação presidencial.

A regra contudo está longe de ser absoluta. De um lado, repitamos, as divisões do mundo parlamentar, a ausência de interesse manifestada por vários de seus representantes pelas questões internacionais, ou o simples peso das pressões internas, fazem com que aqueles que tomam decisões tenham muitas vezes, em regimes de assembleias, maior liberdade de movimento para assegurar a condução da política externa que a consideração da relação das forças partidárias permitiria prever — pelo menos enquanto não forem frontalmente contrariados os compromissos fundamentais e as opções consensuais. Ao contrário, num regime autenticamente presidencial como o dos Estados Unidos, não é raro ver as decisões ou intenções do Executivo em matéria internacional atacadas por uma oposição parlamentar que não se limita necessariamente ao partido adversário e que, pelo viés sobretudo de questões orçamentárias diretamente ligadas às pressões internas, pode obrigar o chefe de Estado a modificar de forma radical suas próprias escolhas de política externa. Os presidentes Nixon e Ford, em relação ao Sudeste Asiático e à África, como mais recentemente Ronald Reagan, no tocante aos assuntos da América Central, tiveram a oportunidade de testar quais podiam ser nesse domínio os limites de seu poder.

Chegamos aqui a um terceiro nível que corresponde ao que se designa com freqüência pelo termo *ambiente*, o qual se aplica ao mesmo tempo às tendências dominantes do mundo político e à maneira como estas são percebidas pelos que tomam decisões. Jean-Baptiste Duroselle, que situa essa “visão da realidade interna”⁶³ no centro das análises que dedica à “ação das forças profundas sobre o estadista”,⁶⁴ admite de bom grado que a noção é vaga:

Mas ela indica por si mesma que se trata de uma

realidade pouco acessível. O estadista, que está incapacitado de conhecer *objetivamente*, de modo incontestável, a opinião pública ou a conjuntura, é obrigado a fazer delas, o tempo todo, uma idéia *subjetiva*. É por intermédio dessa idéia que as forças profundas agem então sobre ele.⁶⁵

Esta consideração da imagem que os responsáveis pela condução da política externa de um Estado fazem das realidades internas tem constituído nos últimos 15 anos um dos pontos fortes do exame dos processos de tomada de decisão. A maioria das grandes teses de história das relações internacionais contemporâneas, assim como numerosos artigos⁶⁶ e obras de base⁶⁷ que se referem à decisão ou à “não decisão” concedem um lugar importante ao *ambiente*, ao que ele permite e ao que ele não permite.⁶⁸ O desinteresse majoritário pelas questões coloniais no início da Terceira República, o pacifismo francês dos anos 1930, a vontade isolacionista dos norte-americanos na época do New Deal, sua aspiração a se reconciliar, no final do reinado de Nixon, com seus ideais tradicionais, o anticomunismo das sociedades ocidentais nos tempos da Guerra Fria, tudo isso — para nos restringirmos a esses poucos exemplos — constitui um certo número de dados internos conjunturais com os quais aqueles que tomam decisões devem contar, seja conformando seus objetivos às tendências dominantes do mundo político (caso de longe mais freqüente), seja correndo o risco calculado de enfrentar o sentimento majoritário numa perspectiva de sucesso a curto prazo (como o fizeram os responsáveis pela entrada da Itália na guerra na primavera de 1915), seja procurando modificar esse sentimento por uma campanha de explicação e persuasão (Roosevelt a partir de 1937) ou ainda esforçando-se para “derivar” para o exterior reivindicações internas, difundidas ou não pelos aparelhos políticos.⁶⁹ Por mais importantes que sejam essas

questões, eu pessoalmente as considero demasiado ligadas à problemática das opiniões públicas⁷⁰ para se tornarem objeto aqui de desenvolvimentos substanciais.

3. Resta-nos examinar no que as injunções externas e os elementos que pertencem em princípio à esfera das relações internacionais podem determinar a conduta e as inflexões da política interna.

Entre as “forças profundas” que se supõe deveriam comandar *do exterior* o comportamento internacional de um Estado, com as implicações internas daí resultantes, é preciso em primeiro lugar lembrar os dados “geopolíticos”. A geopolítica está na moda. No catecismo epistemológico dos “internacionalistas”, pelo menos daqueles que trabalham com períodos muito recentes, ela tende a substituir como chave universal de leitura a sacrossanta explicação econômica, herdada da vulgata marxista. “A política de um Estado”, dizia Napoleão, “está na sua geografia.” Com isso, ele queria dizer — como mais tarde os geopolíticos alemães — que os “dados” da geografia determinavam diretamente a ação diplomática dos atores internacionais e que, das escolhas fundamentais que eram assim impostas a estes últimos, decorriam diversos imperativos de ordem interna: estabilidade institucional, manutenção da ordem social, afirmação da coesão nacional oposta ao jogo de eventuais forças centrífugas etc. Sob muitos aspectos, e sem formulá-lo sempre de maneira muito explícita, alguns dos atuais acólitos da explicação geopolítica fazem um raciocínio semelhante e introduzem no exame do sistema internacional (passado e presente) um determinismo que não tem muito que invejar em rigidez dogmática daquele que faz da luta de classes o motor principal da história.

Por certo, tem-se menos tendência hoje a levar em conta apenas os “dados” da geografia física: o espaço, o relevo, a

hidrografia, o encravamento, os recursos do solo e do subsolo etc. Ainda assim, continua-se a evocá-los como elementos importantes, e até mesmo a considerá-los como “provas” geográficas, “imperativos” ligados à “natureza das coisas”, a uma distribuição das riquezas e dos fatores do poder oriunda implicitamente de não se sabe qual desígnio transcendente. Não está muito longe o tempo em que, por ocasião dos debates do Conselho dos Quatro em Versalhes, o representante da Itália evocava, a propósito dos territórios de língua alemã situados imediatamente ao sul de Brenner, “as fronteiras que Deus deu à Itália”. Escreve Yves Lacoste:

Os “dados” geográficos, como os argumentos da história, são na maioria das vezes *escolhidos* em função das necessidades da causa, e uns e outros são em grande medida contestados pela parte adversa.

Os raciocínios geográficos, como os históricos, não são neutros e — em matéria de relações internacionais — pode-se constatar que formam pares contraditórios: tal argumento que convém ao dirigente de tal Estado é recusado pelos dirigentes do Estado rival.⁷¹

Formuladas por um dos melhores geógrafos franceses, estas reservas referentes à aplicação dos raciocínios geográficos às relações internacionais não implicam que se deva deixar de recorrer a eles. É preciso simplesmente, nos diz Yves Lacoste, ter consciência da extrema complexidade dos problemas, evitar todo determinismo latente, considerar de maneira muito ampla a idéia de fator geográfico (incluindo aí a demografia, a economia, a organização social e política), cruzar, como faz o historiador com o “tempo longo” e os “tempos curtos”, os diferentes níveis de análise espacial e admitir que a “análise geográfica não trata apenas das ‘permanências’, mas também das situações de crise”.⁷² Pagando-

se esse preço, a *geopolítica* pode contribuir muito para o estudo das relações internacionais.

Se submetemos com Lacoste as certezas dos geopolíticos às perguntas que se fazem hoje os geógrafos, constatamos que o primado da política externa, que constitui para os primeiros um axioma, está longe de estar universalmente estabelecido. Decerto, no mundo de interdependência em que vivemos, a pressão externa é mais forte que nunca. É evidente, por exemplo, que a situação energética dos países europeus influencia fortemente há 15 anos suas escolhas diplomáticas e estratégicas, e as incidências dessas escolhas na evolução interna de cada Estado são óbvias. Não é por acaso que os documentos de apresentação do Plano Francês começam hoje por um exame panorâmico da situação mundial.⁷³ Dito isto, seria completamente abusivo ver na política interna dos membros da Comunidade Européia apenas a projeção do ambiente internacional, assim como não se poderia reduzir este último à soma ou à resultante dos “dados” geopolíticos e geo-estratégicos. Um país como a França não deveria, se o interno dependesse exclusivamente dos estímulos externos, modificar seu sistema e seus costumes políticos numa direção mais consensual a fim de enfrentar em condições menos detestáveis que as do momento os desafios do fim do século? Ora, se o ambiente e as pressões internacionais inclinam uma parte dos dirigentes e da opinião a seguir nessa direção, as disputas de poder, a persistência de clivagens ideológicas claras, o jogo recorrente das divisões partidárias, tudo o que pertence em suma — no sentido estrito do termo — à política interna e a seu enraizamento no passado, impele com força na direção inversa.

Continua a ser verdade, contudo, que o estado do sistema internacional pode modificar, e às vezes de maneira duradoura, as opções de política interna. Assim, na França do final do século XIX, a opção dos dirigentes moderados, depois radicais,

por uma política externa e colonial ativa, em parte imposta por imperativos externos (a competição imperialista, a corrida dos armamentos e alianças, a ameaça real ou subjetiva constituída pelo aumento da força da Alemanha wilhelmiana), teve como efeito levar os partidos governamentais a pôr em segundo plano seu programa de reformas sociais, portanto a estimular as oposições de esquerda e a deslocar nessa direção o eixo da vida política francesa.⁷⁴ Ao contrário, a revolução bolchevique e a ação da Internacional Comunista inclinaram os socialistas a se aproximar do centro, enquanto a assimilação da esquerda revolucionária a um “partido do estrangeiro” oferecia às forças de conservação um instrumento de propaganda continuamente utilizado para travar as mudanças sociais.

Essa influência externa, que não é específica da França, foi particularmente forte durante os anos da Guerra Fria. Entre os estudos que há alguns anos são dedicados à análise das forças e das constelações políticas durante esse período — além dos seminários da FNCP e do IHTP, mencionados no início deste estudo⁷⁵ — pode-se citar o que a universidade de Lille-III consagrou em outubro de 1986 a Guy Mollet, os trabalhos de Danièle Zérafra sobre os centristas, de Hughes Portelli, Alain Bergounioux e François Lafont sobre os socialistas etc.⁷⁶ E a cada vez a ênfase é dada ao papel exercido por essa influência externa e aos limites que ela impôs à ação interna dos dirigentes governamentais.

A influência do ambiente internacional sobre a política interna francesa foi pelo menos igualmente forte no período entre as duas guerras. Por um lado, é a partir desse período que o campo político tende a se estruturar em função do movimento comunista internacional. É por referência ao “perigo bolchevique” que a maioria dos franceses leva ao poder o Bloco Nacional na primavera de 1919, e é em parte por motivos idênticos que numerosos radicais deixam em 1937 de apoiar

o governo da Frente Popular. Em sentido inverso, a constituição desta última em 1935 deve muito à consideração pela esquerda do perigo que representam para a democracia e para a paz a política agressiva dos fascismos e o fortalecimento do Reich hitlerista. Ao mesmo tempo que a situação internacional determina pois clivagens e alianças que não coincidem estritamente com as fronteiras ideológicas, compondo e recompondo as maiorias eleitorais, famílias políticas e correntes de pensamento sentem, com força cada vez maior, a atração de modelos externos: a atração da URSS, que se exerce não apenas sobre os PCs mas sobre todo um segmento de intelectuais companheiros de estrada, a atração sobretudo do *fascismo*, que condiciona a partir de 1933-1934 todo um setor da evolução interna francesa. É em relação a ele e à sua ação internacional que se situa o amplo movimento de questionamento da democracia parlamentar e que se preparam os desvios “não conformistas”, as heresias e as cisões que afetam diversas formações políticas, do Partido Radical ao PC e da SFIO à Ação Francesa. É para melhor resistir a esses empreendimentos e para munir a democracia de armas tão eficazes quanto as suas, que um Bergery ou um Déat se engajam em meados dos anos 30 no caminho de um revisionismo enérgico,⁷⁷ e é para deter o “declínio” da nação que intelectuais nacionalistas e monarquistas exacerbados rompem com a família maurassiana para filiar-se ao CSAR de Deloncle ou à equipe de *Je suis partout*. É enfim, por achar — entre outras razões — que o parlamentarismo e a Frente Popular enfraqueceram a França, que os admiradores das ditaduras italiana e alemã, às vezes inclinados nessa direção pelos subsídios que estas não deixam de lhes fornecer,⁷⁸ enfileiram-se no campo dos “pacifistas”, quando não conclamam, à maneira de um Drieu, a grande agitação de onde poderiam surgir a “revolução” e a renovação nacional.

No caso de conjunturas breves, é preciso mencionar ainda a influência que podem ter sobre a política interna alguns

acontecimentos e decisões de ordem internacional. Diferentes configurações são aqui possíveis. Ora, difundido pela mídia e provocando na opinião reações mais ou menos vivas,⁷⁹ o acontecimento terá o efeito de carrear uma mudança de pessoal governamental (o desastre de Adoua em março de 1986 elimina o gabinete Crispi e traz de volta ao poder uma coalizão da direita e da extrema esquerda, o que muda radicalmente os dados internos), de maioria eleitoral (o custo da política de Poincaré no Ruhr não é inteiramente estranho ao sucesso do Cartel em 1924)⁸⁰ ou de regime, como testemunham neste último caso os efeitos retardados da derrota de Suez, vindo somar-se às desilusões da guerra da Argélia. Ora, ao contrário, os sucessos registrados no domínio internacional consolidam um regime (o da Quinta República após 1962) ou uma simples equipe dirigente (a de Margaret Thatcher depois da guerra das Malvinas). Ora, enfim, o peso do ambiente internacional inclina os dirigentes a modificar sua política interna, em geral no sentido de uma revisão com redução de seus programas de reformas. Léon Blum e seus sucessores às vésperas do segundo conflito mundial, Guy Mollet no contexto atormentado dos acontecimentos da África do Norte, Lyndon Johnson preso na cilada do engajamento no Vietnã, passaram, em graus diferentes, pela temível experiência dessa pressão.

Não pudemos evocar aqui senão alguns dos pontos de encontro entre os domínios, cada vez menos estanques — será que algum dia o foram completamente? — da política interna e da política externa. Esses pontos de encontro são hoje numerosos e mereceriam muito mais que esta breve incursão no campo imenso das interações entre a política interna e a externa. Pelo menos tentamos explorar algumas das pistas nas quais circulam especialistas das relações internacionais e historiadores do “político”. Para o maior benefício, repitamos, de suas disciplinas, que se tornaram complementares. E, mais globalmente, para o bem da história contemporânea.

Notas

1. Trata-se de um seminário internacional realizado em Paris, sob a iniciativa do Institut Pierre Renouvin (Université de Paris-I), em 25 e 26 de janeiro de 1985. O objetivo dos promotores do evento foi, 20 anos após a publicação da obra pioneira de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'histoire des relations internationales* (Paris, Colin, 1964), expor a situação em que se encontrava a disciplina e fazer um balanço das pesquisas realizadas durante esses 20 anos, interrogando-se ao mesmo tempo sobre as problemáticas e as perspectivas atuais. As comunicações e o debate foram publicados na revista *Relations Internationales*, nº 41 (primavera de 1985) e nº 42 (verão de 1985).

2. Encontram-se alguns elementos nas páginas que Pierre Renouvin dedica às ideologias na *Introduction à l'histoire des relations internationales*, op. cit., mas não um capítulo ou seção tratando especificamente de política interna.

3. Tudo o que na segunda parte da *Introduction...* acima mencionada trata das relações entre as forças profundas e o estadista, assim como a seção 3 do capítulo 2 de *Tout empire périra*, Paris, Publications de la Sorbonne (“Politique étrangère et politique interne”). Por outro lado, os dois volumes publicados com sua assinatura na coleção “Politique étrangère de la France” (Imprimerie Nationale), *La décadence* (1979) e *L'abîme* (1982), abrem um grande espaço aos problemas internos.

4. Entre aquelas em que o tema da política interna é particularmente posto em evidência, é preciso citar Jean-Claude Allain, *Agadir 1911*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1976; Yves-Henri Nouailhat, *France et États-Unis (août 1914-avril 1917)*, Lille, PUL, 1979; Pierre Milza, *Français et italiens à la fin du XIX^e siècle*, Roma, Publications de l'École Française de Rome, 1981, 2 vol.; Maurice Vaisse, *Sécurité d'abord, la politique française en matière de désarmement*, Paris, Pedone, 1984.

5. Transformado em 1984 em uma associação nacional, presidida por Jean-Baptiste Duroselle, e sediada no Institut de France.

6. Além de numerosos artigos que abordam esta questão, a revista dedicou-lhe dois números especiais: o nº 14, de dezembro de 1975, *Politique intérieure et politique extérieure*, e o nº 37, da primavera de 1984, *Vie politique et politique extérieure en Europe occidentale après 1945*.

7. Organizados a partir de 1974 pelo IHRIC e o Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genebra e que ensejaram a publicação na revista *Relations Internationales*.

8. Organizados pelo Comité Franco-Italien d'Études Historiques. Ver sobretudo: *Italia e Francia dal 1919 al 1939*, Milão, ISPI, Franco Angeli, 1981, e *Italia e Francia, 1919-1939*, Milão, ISPI, Franco Angeli, 1984.

9. "Les sociétés françaises devant l'impérialisme", Roma, fevereiro de 1978, e os três seminários sobre "Opinion publique et politique extérieure", publicados pela École Française de Rome: I. 1870-1915, 1981; II. 1915-1940, 1984; III. 1945-1981, 1985.

10. Três seminários foram realizados sobre esse tema, um em Sèvres, em 1982, o segundo em Augsburg em 1984, o terceiro em Florença em 1987. Ver *La puissance en Europe, 1938-1940*, sob a direção de René Girault e Robert Frank, Paris, Publications de la Sorbonne, 1984.

11. "Histoire des débuts de l'Europe, 1948-1950", Institut des Hautes Études Européennes, Strasbourg, novembro de 1984.

12. Raymond Aron, *Paix et guerre entre les nations*, Paris, Calmann-Lévy, 1962, p. 294 sq.

13. Em seu trabalho sobre a *La politique étrangère*, publicado pela PUF em 1984, Marcel Merle dedica toda a quarta e última parte ao tema "Politique extérieure et politique intérieure".

14. O Centre d'Études et Recherches Internationales da Fondation Nationale des Sciences Politiques, atualmente dirigido por Jean-Luc Domenach.

15. René Rémond, *Les États-Unis devant l'opinion française (1815-1852)*, Paris, Colin, 1962, 2 vol.

16. À primeira categoria pertencem por exemplo as teses de Jean-Noël Jeanneney, *François de Wendel en République. L'argent et le*

pouvoir (1914-1940), Paris, Éd. du Seuil, 1976, e Serge Berstein, *Histoire du parti radical*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980 e 1982, 2 vol. À segunda pertence a tese de Philippe Burrin, defendida em Genebra em 1985 (IUHES) e publicada em 1986 pelas Éditions du Seuil: *La dérive fasciste, Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*.

17. Em particular: "La France sous le gouvernement Daladier, d'avril 1938 à septembre 1939". Ver 1. *Daladier, chef de gouvernement*; 2. *La France et les français en 1938-1939*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977 e 1978.

18. Ver os seminários: *Français et britanniques dans la drôle de guerre*, Paris, Éd. du CNRS, 1979; *La France et l'Allemagne, 1932-1936*, Paris, Éd. du CNRS, 1980.

19. Sobretudo o seminário de dezembro de 1984: *Mendès France et le mendésisme*, sob a direção de François Bédarida e Jean-Pierre Rioux, Paris, Fayard, 1980.

20. É o caso do autor destas linhas, mas também de muitos outros, na primeira fileira dos quais colocarei Jean-Jacques Becker. Sua tese, publicada em 1977 pelas Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques com o título *1914: comment les français sont entrés dans la guerre. Contribution à l'étude de l'opinion publique; printemps-été 1914*, é uma demonstração magistral do que o historiador pode extrair do estudo das relações entre os assuntos internos de um Estado (ideologias, opinião pública, grupos de pressão, partidos etc.) e um grande acontecimento internacional.

21. Marcel Merle, *La politique étrangère*, op. cit., cap. 2, p. 34-47.

22. Ver sobre este ponto as inúmeras memórias, lembranças, testemunhos etc., publicados ao longo dos últimos anos por diversos atores da política externa, a começar pelas memórias de Nixon e de Kissinger, muito esclarecedoras sobre as relações entre diplomacia e política interna nos Estados Unidos.

23. Jacques Vernant, "Les conditionnements internes de la politique étrangère", in *L'élaboration de la politique étrangère*, sob a direção de Léo Hamon, Paris, PUF, 1969, p. 13.

24. Raymond Aron, *Paix et guerre entre les nations*, op. cit., p. 294.
25. *Ibid.*, p. 295.
26. Conferência de 9 de julho de 1981.
27. Zara Steiner, *The Times survey of foreign ministries of the world*, Londres, 1982.
28. Stanley Hoffmann, Prefácio do livro de Robert L. Rothstein, *Planning, prediction and policy making in foreign affairs*, citado em Marcel Merle, *La politique étrangère*, op. cit., p. 146.
29. Jean-Baptiste Duroselle, *Tout empire périra*, op. cit., p. 43.
30. Pierre Guillen, "Politique intérieure et relations internationales", *Vingt ans d'histoire des relations internationales 1: Relations Internationales*, nº 41, primavera de 1985, op. cit., p. 111-124.
31. Vorochilov representava a URSS na época das negociações de Moscou de julho-agosto de 1939.
32. Segundo as memórias de Paul Reynaud. Ver Jean-Baptiste Duroselle, *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*, 7ª ed. Paris, Dalloz, 1978, p. 247-248.
33. John Fitzgerald Kennedy, *Stratégie et paix*, Paris, Calmann-Lévy, 1962, p. 11.
34. Jimmy Carter, *Discours inaugural*, janeiro de 1977. Citado em Marcel Merle, *La politique étrangère*, op. cit., p. 153.
35. Pierre Milza, *Français et italiens à la fin du XIX^e siècle*, op. cit., vol. 1, p. 5 sq.
36. Carta a Minghetti, 12 de outubro de 1870, Biblioteca Comunale di Bologna, documentos Minghetti, caixa XV, fasc. 66.
37. Federico Chabod, *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1871*, I. *Le premesse*, Bari, Laterza, 1951.
38. Nicolò Marselli, *Gli avvenimenti del 1870-1871*, Turim, 1972.
39. *Ibid.*, p. 208.
40. Ver Renzo De Felice, *Mussolini, il Duce. II. Lo Stato totalitario*, Turim, Einaudi, 1981.
41. Em 1936, ao ler os números fornecidos pelos demógrafos, Mussolini constata que em dez anos a taxa de natalidade caiu 5 pontos apesar dos esforços consideráveis para estimular os casamentos e os nascimentos.

42. Pierre Milza, "Le fascisme italien et la vision du futur", *Vingtième Siècle*, nº 1, janeiro de 1984, p. 47-56.
43. Jacques Lévesque, *L'URSS et sa politique internationale de 1917 à nos jours*, Paris, Colin, 1980.
44. O essencial da bibliografia sobre essa questão está escrito em língua inglesa. Ver Max Beloff, *The foreign policy of Soviet Russia. Socialism in one country*, Londres, 1964; em francês, consultar o trabalho de Jean Laloy, *La politique extérieure de l'URSS*, Paris, IEP, 1962-1963, fasc. I.
45. Jacques Lévesque, *L'URSS et sa politique internationale de 1917 à nos jours*, op. cit., cap. VI, "Les 'synthèses' de Lénine".
46. *Ibid.*, p. 73 sq.
47. Ver sobretudo a recente e admirável síntese de Jean-Luc Domenach e Philippe Richer, *La Chine, 1949-1985*, Paris, Imprimerie Nationale, 1987.
48. Stanley Hoffmann, "La France face à son image", *1936-1986. 50 ans de politique étrangère de la France. Politique Étrangère*, 1/1986, p. 28.
49. Segundo esta teoria do *Sozialimperialismus*, desenvolvida por alguns historiadores alemães que sofreram a influência do marxismo, o imperialismo constituiria um fator de integração das massas pelas classes dirigentes, de modo a torná-las inofensivas e a impedir que seja posta em questão a posição dominante das elites.
50. Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction....*, op. cit., p. 232-233.
51. Pierre Guillen, "Politique intérieure et relations internationales", op. cit., p. 114.
52. Ver os capítulos que Pierre Guillen dedica à política interna e às suas relações com a diplomacia em seu admirável trabalho *L'expansion, 1881-1898*, Paris, Imprimerie Nationale, 1985.
53. Pierre Guillen, "La société française devant l'impérialisme", *Les sociétés européennes devant l'impérialisme*, op. cit.
54. Ver sobre esta questão Raoul Girardet, *L'idée coloniale en France de 1871 à 1962*, Paris, La Table Ronde, 1972.

55. Sergio Romano, *Histoire de l'Italie du Risorgimento à nos jours*, Paris, Éd. du Seuil, 1977, p. 134.
56. Sergio Romano, "Plaidoyer pour une Italie ambiguë", *Politique Étrangère*, nº 2, 1981, p. 326.
57. Pierre Milza, "L'Italie a-t-elle une politique étrangère?", *Politique Internationale*, nº 30, inverno de 1985-1986, p. 319-334.
58. Estes são os próprios termos do "manifesto" do grupo colonial. Ver Pierre Guillen, *L'expansion, 1881-1898*, Paris, Imprimerie Nationale, 1985, p. 278.
59. Pierre Guillen, *ibid.*, cap. 8, seção 3, "Le parti colonial". Ver também H. Brunschwig, *Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français*, Paris, Colin, 1960; Charles-Robert Ageron, *France coloniale ou Parti colonial?*, Paris, PUF, 1978.
60. Pierre Guillen, *op. cit.*
61. Raymond Poidevin, *Les relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914*, Paris, Colin, 1969.
62. Pierre Milza, *Français et italiens...*, *op. cit.*
63. Jean-Baptiste Duroselle, *Tout empire périra*, *op. cit.*, p. 128-132.
64. Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction...*, *op. cit.*, cap. 11, seção 7.
65. *Ibid.*
66. Ver, por exemplo, Jean-Baptiste Duroselle e Jean-Claude Allain, "Politique intérieure et politique extérieure sous la III^e République. L'exemple des années 1881-1911", *Relations Internationales*, nº 4, dezembro de 1975, p. 3-38.
67. Ver o capítulo que Jean-Baptiste Duroselle dedica ao ambiente em seu trabalho sobre a política externa da França nos anos 30: *La décadence*, *op. cit.*
68. Ver na *Introduction...* de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle o cap. 11, seção 3 ("L'ambiance").
69. *Ibid.*, p. 322.
70. Sobre as relações entre opinião pública, ideologia, política interna e política internacional, ver Pierre Milza, "Opinion publique et politique étrangère", in *Opinion publique et politique extérieure. I. 1870-1915*, Roma, 1985, p. 663-687.

71. Yves Lacoste, "Géographie, géopolitique et relations internationales", em *Vingt ans d'histoire des relations internationales. I. Relations Internationales*, nº 41, primavera de 1985, p. 45.
72. *Ibid.*, p. 46.
73. Marcel Merle, *La politique étrangère*, *op. cit.*, p. 162.
74. Pierre Guillen, "Politique intérieure et relations internationales", *Relations Internationales*, nº 41, primavera de 1985, *op. cit.*, p. 122.
75. Ver acima, notas 17-19.
76. Ver, neste livro, o estudo de Serge Berstein sobre as forças políticas.
77. Ver sobre esta questão a tese de Philippe Burrin, *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, *op. cit.*
78. Michael Ledeen, *Universal fascism*, Nova York, Howard Fertig, 1972; Pierre Milza, *Les fascismes*, Paris, Imprimerie Nationale, 1985, p. 281-287.
79. Pierre Milza, "Opinion publique et politique étrangère", in *Opinion publique et politique extérieure*, *op. cit.*
80. Sobre as relações entre política externa, política interna e problemas financeiros em 1923-1926, ver os trabalhos de Jean-Noël Jeanneney, especialmente *Leçon d'histoire pour une gauche au pouvoir. La faillite du Cartel (1923-1926)*, Paris, Éd. du Seuil, 1977, e *L'argent caché. Milieux d'affaires et pouvoir politique dans la France du XX^e siècle*, Paris, Fayard, 1981, p. 193-230.

A guerra

Jean-Pierre Azéma

1515: MARIGNAN. Nos bancos da “escola leiga”, desde muito cedo inculcaram-me que este par era um acontecimento histórico de primeiríssima grandeza, que deveria ser estocado na memória para o resto da vida. Um pouco mais tarde, eu soube em pormenores o que havia sido tramado em Austerlitz nos dias 1º e 2 de dezembro de 1805: a esperteza da manobra do imperador dos franceses, atraindo os austríacos para seu flanco direito a fim de melhor desbaratá-los no centro, serviu-me de lição cívica, patriótica e militar. Com a ajuda do sistema escolar, minha geração, que sofreu os anos negros sem participar deles, teve a cabeça cheia de todo um anuário de generais e de batalhas.

E foi esse anuário que deu à história da guerra, como aliás à história política, à qual — sem qualquer nuance — ela foi integralmente assimilada, a pior das reputações: em lugar do problemático, o caótico; em lugar do serial, o excepcional; em lugar de saltos frutíferos pelas alamedas régias do social e do econômico, a irrupção desordenada do contingente: a famosa “sorte das armas”. Se, por exemplo, Braudel consente em não excluir a guerra de suas sínteses monumentais, ele a bane do estrutural — o andar nobre —, concede-lhe um lugar secundário no conjuntural e de fato a confina no factual.

Historiadores de renome, é verdade, haviam sido menos mesquinhos. A começar por Marc Bloch, que escreveu em plena crise, no verão de 1940, *L'étrange défaite*:¹ aquela “deposição de um vencido” transformava a condenação de todos os responsáveis pela derrocada em uma meditação lúcida sobre as relações entre a guerra e a política, entre o

alto comando e a classe política, entre a desastrosa incompetência do primeiro e a notória fraqueza da segunda. Quinze anos antes, um outro historiador-ator, sobrevivente das trincheiras, Pierre Renouvin, dedicara um dos seus trabalhos às *Origines immédiates de la guerre, 28 juin-4 août 1914*.² Mais tarde, mal encerrados os combates da Liberação, ele incentivou o que veio a se tornar o Comité de la Deuxième Guerre Mondiale a estudar o segundo conflito mundial sob todos os ângulos; os dois volumes de *La Seconde Guerre mondiale*,³ redigidos por Henri Michel, são uma boa síntese desses trabalhos. E, nos últimos 20 anos, vem crescendo na comunidade acadêmica francesa o número daqueles que trabalham com as guerras do tempo presente: temos a tese de Jean-Jacques Becker sobre a evolução da opinião pública francesa na primavera e no verão de 1914;⁴ a tese de Antoine Prost dedicada aos ex-combatentes,⁵ à sua sociabilidade, aos seus ritos comemorativos, à sua ideologia, enfim, à sua influência política. Por nosso lado, tentamos, num livro de balanço e avaliação,⁶ dar conta principalmente das conclusões que se pode tirar de colóquios realizados sobre a Segunda Guerra Mundial (citamos, entre outros, *Le gouvernement de Vichy*,⁷ *La Libération de la France*,⁸ *Le PCF des années sombres*⁹). As guerras coloniais propriamente ditas começam a ser estudadas o suficiente para permitir a publicação do trabalho de síntese escrito por Évelyne Lever e Bernard Droz sobre *L'histoire de la guerre d'Algérie*.¹⁰ Em suma, guerra e historiadores podem ter uma boa convivência; sinal dos tempos, William H. MacNeill (ler no número de julho de 1984 de *Vingtième Siècle* a resenha que Yves Chevrier faz de seu último livro, *The pursuit of power, technology armed force and society since A.D. 1000*) afirma que foi muito mais a guerra que a evolução dos meios de produção que modelou em profundidade a história da humanidade: para o historiador de Chicago, foi ao passar da caça à guerra que a horda se

hierarquizou para conquistar o poder; com a acumulação racional dos meios de produção, rapidamente emergiram o que ele chama de “complexos político-militares”, que são o motor da História.

Tem-se a impressão de que chegamos a uma virada importante na história das ciências humanas; aquela que permite também aos sociólogos procurar compreender — além das especificidades próprias de cada conflito — como funcionavam as relações entre a guerra e a vida da cidade; é aconselhável ler sobretudo, de Raymond Aron, os dois volumes de seu admirável *Penser la guerre, Clausewitz*¹¹ (o leitor mais apressado consultará na Encyclopaedia Universalis — sob o título “Clausewitz” — o verbete sucinto mas penetrante de André Glucksmann). Ultrapassamos, de fato, a deploração moralista. Não que ela não tenha interesse: os próprios biólogos chamam a atenção para a singularidade da espécie humana,¹² a única — se excetuarmos o rato — que em combate individual ou coletivo se extermina, eliminando por exemplo os vencidos. Mas ironizar, como o faz Pascal (“Poderá haver algo mais engraçado que um homem ter o direito de me matar porque mora do outro lado do rio e seu príncipe tem querela com o meu, embora eu não tenha nenhuma com ele!”), mantém a guerra nos limites do inexplicável. Freud mostrou um caminho quando deixou de se espantar que o homem mate; em seu ensaio *Considérations actuelles sur la guerre et sur la mort*,¹³ publicado em 1915, antes portanto de ele ter formalizado a noção de pulsão de morte, mas que permanece interessante sob vários aspectos, quis pensar sobre essa especificidade, e essa legitimação social da violência: enfatizou a ambivalência da relação que o homem mantém com a morte do outro (desejo de imortalidade ao mesmo tempo que um obscuro sentimento de culpa), na qual se insere a guerra. A seu ver, de fato, a satisfação de nossas pulsões — nem boas nem más em si mesmas — pode tender a condu-

tas altruístas sob o efeito conjugado de dois fatores: fator interno, o componente erótico (o fato de ser amado torna-se uma vantagem tal que permite renunciar a todas as outras); fator externo, a impregnação cultural que se exerce principalmente através da educação. Quanto à guerra, ela “nos despoja das camadas recentes depositadas pela civilização e faz reaparecer em nós o homem das origens; ela nos leva de novo a sermos heróis que não podem acreditar na sua própria morte; ela nos designa os estrangeiros como inimigos cuja morte se deve praticar ou desejar”. E, acrescenta Freud, o Estado moderno tem sua parte nessa regressão, pois “não teme confessar sua rapacidade e sua sede de poder que o indivíduo deve então aprovar por patriotismo”.

Outra maneira de recusar o inexplicável da guerra é a de Georges Dumézil, que a situa como uma prática social; comparando lendas ou epopéias indo-européias, ele elaborou, como se sabe, uma divisão trifuncional da sociedade: a administração do sagrado, do poder e do direito; a força física; a abundância e a fecundidade. Em sua obra recente, *Heur et malheur du guerrier*,¹⁴ ele refinou o estudo do segundo componente de sua tríade, em que estão implicados ao mesmo tempo heróis solitários dotados de força prodigiosa e “sociedades de guerreiros” encarregados de garantir a segurança dos deuses e dos reinos; necessariamente, esses guerreiros tornavam-se a ponta-de-lança da conquista. Privilegiemos duas das características específicas dos heróis e guerreiros que Dumézil deduziu de sua leitura das narrativas épicas: de um lado, eles são levados, para realizar suas façanhas ou suas missões, a cometer, às vezes contra a vontade, atos vis e até mesmo crimes; de outro lado, dispõem de fato, em relação às normas aceitas, de uma autonomia que corre o risco de se voltar contra a sociedade como um todo. Essa divisão trifuncional foi reinventada, nos diz Georges Duby,¹⁵ na França do século X: “Aqui na terra, uns rezam, outros combatem, outros, ainda,

trabalham”, escreve Adalberan de Laon em 1031; emerge então novamente uma estrutura mental que se irá impor até a Revolução. Ora, um grande número dos que “têm como quinhão a força”, em vez de se contentar em ser os responsáveis seculares pela *ordo* imaginada pela Igreja, prefere participar das guerras privadas, uma doença social que se tornou endêmica e um ritual próprio de profissionais das armas que queriam agir conforme lhes aprouvesse. Max Weber já havia enfatizado que a prática da guerra, na Europa ocidental, estivera na origem da diferenciação estrutural dos papéis políticos, ao mesmo tempo modelando uma casta de guerreiros e enraizando o poder real, quando este teve condições — por volta do século XI — de pôr fim a essas “guerras privadas” após ter incitado aqueles que se haviam tornado “cavaleiros” a dar mostras de sua virtude em guerras “justas”, entre elas as cruzadas.

Este último exemplo nos introduz em outra maneira de pensar a guerra que responde a uma interrogação ética fundamental já em filigrana nas narrativas védicas, mas que perpassou todas as abordagens: trata-se da problemática da guerra justa. Quando interpeladas, as grandes religiões mono-teístas de fato, e de bom grado, fizeram do braço de César um instrumento secular da vontade divina. Era o que afirmava mais uma vez T. Ortolan no verbete “Guerre” do *Dictionnaire de théologie catholique* (publicado em 1924 sob a direção de É. Amann). Se esse “flagelo social” constitui “uma das mais desastrosas conseqüências do pecado original”, a guerra “não é intrinsicamente má e contrária ao direito natural” e, embora seja sempre um grande mal físico, nem sempre é um mal moral; o teólogo, lembrando que Santo Agostinho havia — com toda razão — fustigado os maniqueístas que condenavam toda guerra como um mal absoluto, retomava, argumentando-o, o *distinguo* que um grande número de Pais da Igreja fizera entre guerras justas e guerras injustas. Para T. Ortolan, as

“guerras de diversão” declaradas “para resolver uma crise interna de seu próprio Estado” são em todos os sentidos condenáveis; as “guerras de conquista, ditas de expansão colonial”, são na maioria das vezes duvidosas; a longa guerra defensiva que a França acabava de suportar era, sem dúvida alguma, “justa” (o verbete detalha ao longo de colunas a lista impressionante das “atrocidades” alemãs). Esse *distinguo* entre o justo e o injusto havia tido e iria ter um destino extraordinário. Grotius, um dos pais putativos do “direito natural”, conhecido por seu *De jure belli ac pacis* (publicado em 1625), um tratado de direito internacional da guerra (a paz ocupava apenas um lugar reduzido em sua obra), admite entre outros motivos que um Estado possa legitimamente declarar guerra a uma outra potência que tenha infringido as regras da concorrência comercial. Um século depois, o longo verbete “Guerre” (que foi redigido principalmente por Jaucourt em 1757) da *Encyclopédie* inova muito pouco na matéria. A guerra é definida como uma “desavença entre os soberanos que é resolvida pela via das armas”; é preciso, segundo nos é dito, afastar os conselhos perniciosos dos cortesãos e “só chegar a esse extremo terrível após as mais maduras considerações”, isto lembrando que os “direitos da guerra” devem estar subordinados em todas as circunstâncias às “leis eternas”; de qualquer maneira, a distinção retomada por Jaucourt entre guerra “legítima” e “ilegítima” deixa o leitor do presente insatisfeito. Com o passar do tempo, os próprios governantes iriam caprichar na lista de argumentos que, além da diversidade dos vocábulos empregados, forneceria, se preciso retrospectivamente, a justificação ideológica e política necessária. Mao Tsé-tung, por seu lado, em um de seus textos militares, *De la guerre prolongée*,¹⁶ redigido em 1938, não complicava muito: “A história só conheceu dois tipos de guerra, as guerras justas e as guerras injustas; todas as guerras contra-revolucionárias são injustas, todas as guerras revolucionárias são justas.”

Semelhante confusão entre a ética e a política iria fazer do simples relato da guerra um empreendimento incômodo se o cronista pretendesse não ceder à verdade oficial, à razão de Estado. E como as guerras se tornaram uma disputa cada vez mais ideológica, o historiador do contemporâneo viu-se particularmente confrontado com um certo número de problemas metodológicos específicos. Assim, a corporação dos historiadores franceses foi praticamente intimada, mal foi assinado o armistício, a “demonstrar” a responsabilidade unilateral da Alemanha wilhelmiana no desencadeamento das hostilidades em 1914, que fora afirmada no artigo 231 do Tratado de Versalhes e por isso mesmo justificava o pagamento das Reparações.¹⁷ É por isso também que na França uma parte dos arquivos referentes aos franceses na guerra são de acesso restrito; a observação vale para aqueles referentes à Segunda Guerra Mundial que podem fazer ressurgir um passado ocultado e criar “casos”; mas foi preciso esperar até 1967, com a publicação do trabalho de Guy Pedroncini, *Les mutineries de 1917*,¹⁸ para conhecer com precisão as razões que haviam levado regimentos inteiros a se recusarem a ir para o front, e saber enfim o número dos que foram condenados e executados. À dificuldade de estudar serenamente a guerra desprezando as pressões das opiniões preconcebidas acrescenta-se uma desvantagem suplementar: em tempo de guerra, diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política; a vida parlamentar de fato atrofia-se, torna-se até mesmo quase inexistente (como foi o caso entre 1940 e 1943), os partidos políticos desempenham apenas de modo muito imperfeito seu papel de mediação; a imprensa deixa de ser livre: a partir de 1914, a censura não parou de se aperfeiçoar, deixando cada vez mais espaços em branco nas provas dos jornais, multiplicando as apreensões para manter o famoso “moral” da retaguarda, até mesmo para matar aos poucos os jornais mal-pensantes (a prática tornou-

se corriqueira durante os “acontecimentos” da Argélia). Em consequência, é lícito temer que os instrumentos clássicos de medida ou de apreciação da vida política nos faltem de maneira irremediável.

Na verdade, essas dificuldades são supervalorizadas. Tomemos o exemplo da opinião pública, um fenômeno em si incômodo de se delinear; pois bem, a análise das sínteses do controle postal telegráfico e telefônico do departamento do Lot permitiu a Pierre Laborie¹⁹ mostrar que desde 1941 a maioria das francesas e franceses, que recusavam a Colaboração de Estado, haviam adotado uma posição de expectativa; uma cronologia que outros trabalhos confirmariam, em particular o estudo sistemático dos relatórios dos *préfets*, representantes do poder central nos departamentos. Analisando os arquivos das Comissões de Controle Postal nos exércitos entre 1916 e 1918, Jean-Noël Jeanneney (em “L’année 1917”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, jan.-março de 1968) conseguiu reconstituir o moral da grande massa dos soldados franceses de 1914. Na mesma ordem de idéias, utilizando, entre outras fontes, as pesquisas realizadas por professores primários, Jean-Jacques Becker (consultar sua tese, 1914, *Comment les français sont entrés dans la guerre*²⁰) pôde pôr fim a uma idéia comumente aceita: a França rural não partiu com flores no fuzil; de início surpresa pela mobilização, ela manifestou acima de tudo resignação antes de embarcar resoluta, mas para acabar logo com tudo. Em suma, as dificuldades específicas de ordem metodológica não são insuperáveis. E sendo paciente, o historiador do contemporâneo acaba por estabelecer, inclusive para as guerras, as peças-mestras do dossiê; a obra de Jean-Baptiste Duroselle, *L’abîme*,²¹ escorada pelos arquivos do Quai d’Orsay, praticamente permite eliminar as últimas zonas de sombra que ainda envolviam a política de Colaboração de Estado conduzida por Vichy. Ampliemos a proposição com esta constatação estimulante: pode-

mos perfeitamente estudar o fenômeno de história global que são as guerras abrindo mão de alguns parâmetros que comumente se considera indispensáveis; tanto é verdade que a história do político não se reduz — ao contrário do que afirmam erroneamente muitos de seus detratores — apenas à vida parlamentar e às práticas exclusivamente institucionais.

Uma leitura política da guerra parece de fato ser não só possível mas necessária. Como torná-la mais funcional? Existe uma referência clássica, o modelo outrora proposto por Karl Clausewitz em sua obra fundamental, *Vom Kriege (Da guerra)*,²² lido e anotado por gerações de oficiais e de revolucionários profissionais. O que cristalizou a reflexão deste general e patriota prussiano foi a Revolução Francesa e aquele Napoleão que soube se lançar nas pegadas dos soldados do Ano II. Ao final de longa meditação sobre a maneira de conduzir e praticar a guerra, ele chegava à seguinte constatação: se as guerras podem ser decodificadas segundo uma “gramática” que pertence à esfera militar, elas só se tornam inteligíveis através de uma lógica induzida pelo político. Na verdade, três elementos intimamente entrelaçados devem ser necessariamente levados em consideração: a violência original e específica da guerra que desemboca na “ida aos extremos”; a arte militar simbolizada pelo comandante-em-chefe, senhor do terreno e da manobra; a subordinação da condução da guerra à diplomacia dos Estados. Afinal, nos diz Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios” — o que os clausewitzianos de estrita observância denominam “A Fórmula”. Fecunda e ambivalente ao mesmo tempo, a abordagem de Clausewitz presta-se *grosso modo* a duas interpretações que, por serem divergentes, nem por isso são antinômicas. Alguns, na verdade, ficaram muito mais fascinados pelo “objetivo” da guerra que, obedecendo a uma “gramática” específica, visa à destruição pura e simples. Outros — e entre eles Raymond Aron²³ — estimam que deve prevalecer e que

acaba prevalecendo o “fim” resultante de uma política racional que sabe avaliar do início ao fim a relação de forças e dosar a ida aos extremos para tirar proveito dela. São estas duas leituras possíveis da guerra que nos propomos ilustrar resumidamente.

Privilegiar a dimensão política da guerra subordinando seu desenrolar a procedimentos racionais implica um pressuposto: o desfecho do conflito é condicionado pelo conjunto da relação de forças, forças estas cujos dados especificamente militares não passam de uma variante entre outras e não desfrutam de nenhum *status* determinante. Seria portanto a vida política tomada no sentido lato do termo que condicionaria os fatores de variadas ordens que a guerra põe em jogo. Ilustremos esta afirmação, no final das contas banal, com uma comparação tirada da campanha da França de 1940: por razões tanto políticas quanto econômicas, Hitler necessitava imperativamente de um tipo de guerra bem-determinado, a guerra curta, a *Blitzkrieg*, na qual a motomecanização e a concentração dos meios compensariam as insuficiências de uma política de armamento que só podia ser implementada em “extensão” e não em “profundidade”. Num primeiro momento, a tática da *Wermacht* e a estratégia do Reich conviveram relativamente bem, tanto que Hitler soube dotar o novo exército dos Panzers e aviões exigidos pelo “fim” que se propusera. A classe política francesa continuava repetindo que era preciso fazer a política militar da sua demografia; com o pacifismo e o ensinamento dos “grandes chefes” ajudando, fora programada nos anos 1930 uma estratégia defensiva da qual a construção da linha Maginot foi o símbolo; mas em 1940, Daladier, marcado pela guerra das trincheiras e pelas lembranças da ocupação sofrida — em 1914 — pelos departamentos do Norte, deixou Gamelin lançar-se numa ofensiva na Bélgica dispersando meios ainda por cima pouco adaptados a uma guerra de movimento: os franceses pagariam caro por essa

série de inconseqüências.

Dito isto, eliminemos uma discussão preliminar: devemos valorizar de modo particular a influência das pressões econômicas? Hoje em dia nenhum historiador procura mais negar essas pressões. O que ainda é problemático é o seu lugar relativo. Pois em sua maioria os historiadores do contemporâneo recusam um economicocentrismo que faria do político no máximo o “reflexo” de uma infra-estrutura dominadora, a tal ponto que o desencadeamento das guerras seria programado apenas pelas contradições objetivas da economia; é a formalização da teoria do “imperialismo”, derivada inelutável da pauperização absoluta e matriz da Grande Guerra; numa tese recente,²⁴ Jacques Marseille demonstrou, apoiando-se em números, que o Império de fato se tornara, nos anos 1900, um campo de expansão privilegiado do capitalismo francês; este esclarecimento não enfraquece as conclusões matizadas formuladas por Jean Bouvier:²⁵ ele observa principalmente que, no caso francês, as tímidas mutações do capitalismo francês não correspondem ao esquema leninista e que os meios empresariais estavam no mínimo reticentes quanto à oportunidade de uma guerra. A historiografia recente tende a enfatizar muito mais as disputas estratégicas e o peso das mentalidades coletivas. Acrescentemos que, tanto quanto sabemos, nenhuma tese defensora do economicocentrismo conseguiu a mínima base que fosse para explicar o desencadeamento do segundo conflito mundial, embora durante alguns meses ele tenha sido batizado pelo Komintern de imperialista. No final das contas, parece mais funcional enfatizar, nesta matéria como em outras, a autonomia do político e *a fortiori* do mental.

As dimensões mais propriamente políticas da guerra modificaram-se profundamente depois da Revolução, que representa, como em muitos outros domínios, um corte decisivo. Até então, na verdade, as guerras pareciam relativamente

codificadas. Não exageremos, de resto, o caráter lúdico das guerras do Antigo Regime, qualificadas um pouco rápido demais de “guerras-balés”: as guerras de religião e também a expedição punitiva montada pelo Rei Sol no Palatinado demonstram, se necessário for, que não se praticava somente a guerra de punhos de rendas e que as “desgraças da guerra” sofridas pelos camponeses eram bastante reais. Em todo caso, em meados do século XVIII os soberanos esforçavam-se para recuperar esta ou aquela província, aproveitando esta ou aquela guerra de sucessão, esta ou aquela inversão de alianças: essa redistribuição territorial não era fruto nem de um projeto geopolítico coerente nem *a fortiori* de uma cruzada ideológica qualquer. Para realizar com êxito essas empreitadas afinal modestas, antes de tudo — senão exclusivamente — dinásticas, bastava reunir alguns milhares de homens, na maioria das vezes profissionais e até mesmo mercenários.

A Revolução Francesa traz em sua bagagem duas mutações decisivas: a democratização da guerra simbolizada pelo recrutamento maciço do Ano II decretado em 21 de agosto de 1793 e a invenção por essa nação armada daquilo que será chamado no século XX de guerra ideológica. Consideremos a situação: aqueles revolucionários haviam recebido uma pequena herança do Antigo Regime, entre outros legados uma artilharia de boa fabricação e eficiente. A posteridade lembraria que os jacobinos ganharam a aposta de que a massa dos recrutados faria frente a exércitos de profissionais: e foi assim em Valmy; depois, durante uma dezena de anos, os exércitos da República puderam travar batalhas de aniquilamento jogando com a manobra e a superioridade numérica, esta autorizando aquela, o que Bonaparte precocemente compreendeu. O novo Estado-nação cercava-se de Repúblicas irmãs; elas eram, na verdade, mais um prolongamento territorial de uma França cada vez mais insaciável do que territórios de missões revolucionários que teriam sido libertados

com o apoio de “patriotas” autóctones: a guerra subversiva propriamente dita ainda não estava na ordem do dia. De toda forma, esse povo armado conquistador estava expressamente encarregado de propagar após a conquista um catecismo político que prometia a emergência de uma idéia nova na Europa: a felicidade laicizada.

Pois, modificando de alto a baixo a distribuição de cartas político-militar, os jacobinos forjavam um tipo de guerra destinado a um belo futuro, a guerra ideológica: após ter declarado a paz ao mundo, a jovem República, é verdade que atacada e apossada, respondia proclamando querer libertar, de armas na mão, os povos subjugados, em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, uma trilogia de vocação universalista. Naquilo que pretendia ser ao mesmo tempo defesa da nação francesa e cruzada universal se encontra, em estado embrionário, a ambivalência profunda do nacionalismo francês do século XIX; e sabemos que nas vésperas de 1914 um grande número de socialistas franceses achava ainda que um ataque contra a França equivaleria a uma agressão contra a nação-farol campeã dos ideais de 89. Sem querer buscar estabelecer um paralelo ponto por ponto entre jacobinos e bolcheviques, devemos admitir que a URSS revolucionária empregaria em seu benefício a mesma ambigüidade politicamente rentável.

Um abalo decisivo fora portanto provocado pelos soldados do Ano II, e mesmo que as guerras nacionais, que iriam decorrer dele, ao longo de todo o século XIX mobilizassem menos conscritos e não provocassem a mesma turbulência na população civil, a “questão das nacionalidades” incomodou suficientemente as chancelarias para se deixar enredar em julho de 1914 na engrenagem do que Ludendorff denominou — com razão — a Primeira “Guerra Total”: ela não apenas exigiu uma mobilização sem precedentes das energias e dos

recursos, como — para retomar as palavras do vencedor da batalha de Tannenberg — envolveu “não apenas os exércitos mas também os povos”. Os vencedores tiveram muitas dificuldades — e isto é significativo — para forjar retroativamente uma consciência limpa, transformando esse duelo de Estados coalizados que buscavam a todo custo, e a qualquer preço, a batalha de aniquilamento ou a mortandade decisiva num combate travado em nome do direito. Que valiam essas defesas *pro domo* ao lado dessa realidade que seria necessário, querendo ou não, assumir: o mundo entrara numa nova seqüência cronológica em que iriam pesar cada vez mais os povos-massa; além disso, essa guerra decididamente fecunda em acontecimentos não programados havia dado à luz em dez dias — sem que se prestasse verdadeira atenção a isso — uma Revolução que iria abalar o mundo.

Vinte e cinco anos depois, aqueles dos sobreviventes que haviam jurado que o que haviam suportado seria “a última das guerras” tinham perdido suas ilusões: milhões de homens partiam mais uma vez, metidos em seus uniformes e suas botas, para uma nova guerra que, senão não logo de início, pelo menos bastante rapidamente assumiu ares de cruzada: os nazistas, com certeza, não pretendiam exportar — propriamente falando — o fascismo e queriam antes de tudo construir uma *Grosseuropa* germânica, controlada pelo Partido em nome do *Volk* alemão; mas eles souberam revestir sua política de *Lebensraum* em direção ao Leste com os trajes de uma cruzada antibolchevique, até mesmo cristã (quando Hitler odiava profundamente o cristianismo). Simetricamente, conformava-se sob o estandarte da liberdade, com ou sem variante antifascista, uma “Grande Aliança”, cujos objetivos de guerra declarados em janeiro de 1943 implicavam a capitulação incondicional das forças do Eixo e do Japão, e o banimento da humanidade dos regimes fascistas. Alguns protagonistas dispostos a vender caro sua pele ou militando nos

exércitos da sombra haviam recuperado aquela mistura de sobressalto nacional e de guerra ideológica que havia inaugurado em sua época a França do Ano II. “Camaradas, cidadãos, irmãos e irmãs, combatentes de nosso Exército e Marinha! Dirijo-me a vós, meus amigos!”: era nesses termos que começava o discurso que, em 3 de julho de 1941, Stalin em pessoa dirigia ao povo russo; se ele pregava antes de tudo as virtudes de uma “grande guerra patriótica”, tomava o cuidado de explicitar: “Esta guerra nos foi imposta e nosso país deve entregar-se a uma luta de morte contra seu inimigo mais nefasto, mais pérfido, o fascismo alemão.”

Surgira um novo tipo de guerreiro: o *partisan*, o guerrilheiro que substituíra o franco-atirador de antes, o qual defendia acima de tudo um território bem delimitado. O segundo conflito mundial deixava a porta escancarada para as guerras de libertação nacional, qualificadas muitas vezes de “guerras populares”, cuja principal variante iria ser a luta travada *in loco* contra as potências coloniais. Elas iriam modificar progressivamente a distribuição de cartas mundial, surgindo nas fraturas abertas na periferia do teatro de operações europeu. Sem se referir todas, longe disso, à vulgata marxista, na maioria das vezes elas encontrariam o apoio, pelo menos diplomático, senão militar, da União Soviética, depois da China de Mao Tsé-tung. Este último, além disso, teorizou sobre o que pensava que seria a guerra da segunda metade do século.

Com o século XX, haviam emergido em peso os povos-massa, e essa irrupção iria influir consideravelmente nas dimensões políticas da guerra. Seria de acreditar que os regimes fascistas, exaltando tanto o povo como a guerra, tivessem melhores condições de usar em seu benefício essa nova situação. De fato, para Mussolini como para Hitler, a guerra era a culminação de uma revolução cultural baseada na virilidade; ou melhor, ela constituía o núcleo duro desse

darwinismo social e nacional que ambos reivindicavam. Um dos dez mandamentos do miliciano fascista obrigava a “não acreditar na paz perpétua”; Hitler, que formulara em *Mein Kampf* o postulado de que a “paz não é senão a continuação da guerra”, fazia mais tarde esta observação complementar: “A paz não pode resultar senão de uma ordem natural. A condição dessa ordem é que entre as nações exista uma hierarquia”;²⁶ pois, digam o que disserem certos historiadores do além-Reno, guerra e *Weltanschauung* racial estavam estreitamente imbricadas: era a superioridade étnica do *Volk* que explicava os êxitos guerreiros da Raça dos Senhores e justificava ideológica e politicamente que a nova Europa se colocasse sob a autoridade do povo alemão; e como o homem novo demorava a surgir, era a guerra que, varrendo as velharias democráticas ou “reacionárias”, o moldaria em meio a uma comunidade solidária; McGregor Knox escreveu²⁷ que o desencadeamento da guerra da Etiópia se explica acima de tudo pela incapacidade que sentia Mussolini de poder transformar a Itália em profundidade do interior. Quanto a Hitler, estava profundamente convencido de que a guerra nacionalizaria as massas; em 20 de agosto de 1941, ele declarava aos mais íntimos: “Para o bem do povo alemão, é preciso lhe desejar uma guerra a cada 15 ou 20 anos”; um ano depois, em 26 de agosto de 1942, ele avançava um argumento biológico: “Creio que os povos como os indivíduos sentem necessidade de se regenerar pela perda de sangue.” Fazer da guerra uma condição preliminar de toda revolução interna, de todo condicionamento político e cultural das massas, eis aí uma originalidade dos regimes fascistas. Mas eles se limitaram a isso, não se lançaram numa cruzada ideológica, contentaram-se em conquistar territórios; em 10 de outubro de 1941, o Führer fazia esta outra constatação: “A guerra reencontrou sua forma primitiva. A guerra de povo contra povo cedeu o lugar a uma outra guerra, a que visa à criação dos

grandes espaços”; a Europa conquistada será um aglomerado de povos colonizados (a Leste) e vassalizados (a Oeste); conquistar os espíritos representava apenas um interesse medíocre e os senhores do Reich não procuraram verdadeiramente favorecer a emergência de regimes de tipo fascista. E se a raça dos senhores não estava à altura de sua missão e por isso viria a perder a guerra, restaria a esse povo que não soubera vencer suicidar-se.

Os marxistas-leninistas, por seu lado, prepararam uma mistura mais detonante e, melhor que ninguém, perceberam o quanto a tríade massas, guerra e política podia perturbar o curso da história. Sem fazer dela — como se sabe — o motor da história, os teóricos marxistas prestaram quase todos uma grande atenção à guerra. Os pais fundadores, é verdade, não elaboraram uma teoria muito precisa da guerra, antes reagindo em cada oportunidade em função do fortalecimento estimado das potencialidades revolucionárias do proletariado; assim, em 20 de julho de 1870, Marx escrevia a Engels: “Os franceses precisam ser surrados; se os prussianos vencerem, a concentração do poder do Estado será útil para a concentração da classe operária alemã”; Engels respondia-lhe em 15 de agosto: “Bismarck neste momento, como em 1866, trabalha para nós à sua maneira”; o mesmo Engels preconizava até o início dos anos 1880 uma subversão territorial que permitiria fazer emergir Estados suficientemente extensos; após o que, ele avaliou que, sobretudo depois do enfraquecimento da Rússia, a manutenção da paz se tornava mais vantajosa para o movimento socialista internacional. Duas escolas — esquematizando — iriam se dilacerar reivindicando essa herança ambivalente: uma fazia da defesa da paz uma virtude socialista fundamental, a outra considerava-a apenas um ingrediente da conquista revolucionária do poder.²⁸ Jaurès iria simbolizar a primeira: para ele, a paz era um combate que era preciso ganhar o tempo todo, pois, como o repisava na

Câmara dos Deputados, em 7 de março de 1895, esta “sociedade violenta e caótica, mesmo quando quer a paz, mesmo quando se encontra em estado de aparente repouso, traz consigo a guerra como a nuvem adormecida traz a tempestade”; mas ele negava de maneira categórica seu caráter inelutável e recusava-se, em todo caso, a fazer dela o instrumento da revolução social; era o que afirmava sem rodeios num discurso que não pudera proferir em Berlim e que reproduzia no número de *L'Humanité* de 9 de julho de 1906: “E quanto a nós, não queremos participar desse jogo de azar bárbaro, não queremos expor nesse lance de dados sangrento a certeza da emancipação progressiva do proletariado”; desse ponto de vista, o projeto jauressiano é absolutamente coerente, uma vez que não excluía — e ao que tudo indica preferia — “uma passagem da sociedade capitalista à ordem socialista... por etapas, por transições preparadas, sem violência e sem derramamento de sangue”: a paz era a continuação necessária de uma política de consolidação da democracia até mesmo burguesa de onde saíria, em algum momento, o socialismo (ver o capítulo X, particularmente explícito, de *L'Armée nouvelle*²⁹). Lenin, sobretudo após a conquista do poder obtida tanto política quanto militarmente, mas com as armas na mão, iria fazer o papel de prático e de teórico de uma outra escola que foi chamada — com justa razão — de marxista-leninista; desde o congresso de Stuttgart em 1907, onde se discutiu antes de tudo a paz e a guerra, e em todo caso quando do encontro de Zimmerwald, Lenin se convenceu de que a guerra pode servir de alavanca a revolucionários profissionais para abalar o mundo em seu elo mais fraco; é aliás antes de ir para Zimmerwald que ele redige, em agosto de 1915, *O socialismo e a guerra*,³⁰ um texto de circunstância relativamente curto mas interessante sob mais de um aspecto, pois está em desacordo em quase todos os pontos com o “reformismo” de Jaurès; assim ele denunciava como puro e

simples instrumento da burguesia a milícia suíça louvada pelo francês; sobretudo recusava qualquer arbitragem internacional, afirmando que, mesmo que o Marrocos fosse o primeiro a abrir as hostilidades contra a França, sua guerra seria “defensiva” e “justa”, pois era um país colonizado e oprimido; Lenin certamente contribuía para a festa com sua canção sobre “a empresa bárbara e bestial” que pode ser a guerra, mas era o refrão que o apaixonava mais: enquanto subsistir o capitalismo, a guerra é inelutável; ela pode até revestir-se de características “progressistas”, ajudando a destruir regimes reacionários; e naquele momento, o conflito mundial ia exacerbar a luta de classes dentro dos países beligerantes. De passagem, ele tirava o chapéu a Clausewitz, “um dos autores mais pertinentes em matéria militar”; aliás, “os marxistas sempre consideraram com razão esta tese como a base teórica da interpretação de cada guerra conhecida”; e esta tese era “A Fórmula”, revista e corrigida por Lenin, que lhe acrescentava um parêntese significativo: “A guerra é uma simples continuação da política por outros meios (pela violência)”; feita a revolução, em parte graças à guerra, ele pressentiu um pouco mais tarde (como o confirma o Congresso dos “Povos Orientais”, reunido em Baku em 1920) todas as virtualidades oferecidas pelas guerras periféricas de libertação nacional. Caberá a Mao Tsé-tung teorizar essas guerras de tipo novo e propor um modelo operatório para os países economicamente atrasados; antes de se considerar o Grande Timoneiro, ele escrevera uma série de textos militares, de valor sem dúvida desigual, mas dos quais um pelo menos. *De la guerre continuée*,³¹ merece passar para a posteridade; ele o redigiu em maio de 1938; mostrando-se bom profeta para o sucesso da revolução chinesa, falava da guerra como pedagogo e como combatente: assim, detalhava em pormenores as 18 “vantagens” que se podia extrair de operações conduzidas pelos “guerrilheiros”; como bom leninista, Mao Tsé-tung está con-

vencido de que as guerras são necessárias “quando a política atingiu um certo estágio de desenvolvimento que ela não pode ultrapassar pelos meios habituais”; então “uma guerra irrompe para eliminar os obstáculos encontrados [...] quando o obstáculo é retirado e o objetivo político é alcançado, a guerra termina”; eis por que, para ele, toda paz de compromisso deve ser banida; ele insistia longamente na necessidade de realizar um trabalho político incessante junto às massas, pois a mobilização do “povo” tornava-se a chave última de toda guerra; as etapas, ele as definia claramente: primeiro participar da guerra de libertação nacional, tendo como objetivo específico o aniquilamento das forças “imperialistas”; após o que, se preparar para a guerra civil cujo objetivo seria a conquista revolucionária do aparelho de Estado. Essas guerras estrategicamente ofensivas, mas que deveriam fazer longos desvios taticamente defensivos, iriam seguir um curso cada vez melhor balizado: subversão, insurreição, guerrilha e recrutamento de guerrilheiros — sobretudo entre os camponeses —, mobilização enfim de forças regulares.

Aqueles que, marxistas ou não, pensam que a condução e a solução de uma guerra dependem em última instância da racionalidade do político gostam de enfatizar que são os erros de cálculos políticos que se pagam mais caro; a conta é tão mais pesada na medida que — e este é o caso mais freqüente — os políticos são então levados a desprezar as regras mais elementares da “gramática” militar. Ilustremos esta afirmação analisando a conduta do Führer: ao final da campanha da França, ele soube certamente explorar politicamente o sucesso das *Panzerdivisionen*, pois em 18 de junho de 1940 dava uma aula muito boa a Mussolini (no caso, um aluno pouco imaginativo), demonstrando-lhe que a França vencida devia ser temporariamente poupada, que era preciso pois deixar instalar-se nela um governo legal, que seria obrigado a servir objetivamente aos interesses do Eixo; Pétain, como se sabe,

obcecado pela vontade de instituir custasse o que custasse sua “Revolução Nacional” e prisioneiro de uma visão exclusivamente galocêntrica, caiu na armadilha preparada. O mesmo Hitler iria perder politicamente a campanha da Rússia; ele, que já havia assumido o risco de conduzir uma guerra em dois fronts, obstinou-se, emparedado como estava na sua *Weltanschauung* racial, em julgar os russos em bloco como *Untermenschen* e em considerar como desprovida de interesse a reunião, em 1941, de um certo número de kolkhozianos; mordeu os dedos por causa disso; outro erro: ele teimaria, apesar das advertências formuladas de maneira cada vez mais insistente por alguns de seus generais, em querer tomar a qualquer custo Stalingrado, pois fizera disso um objetivo simbólico e político desmedido.

Simetricamente, surgira, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, um novo tipo de possibilidade: podia-se ganhar politicamente mesmo sendo dominado militarmente; mas a vitória política só podia ser conquistada com armas na mão. Grande parte dos resistentes interiorizara essa dialética. A descolonização veria se multiplicarem guerras estrategicamente defensivas e politicamente ofensivas. Giap declarou, segundo se diz, que a força expedicionária francesa perdera a primeira guerra da Indochina porque não soubera “fazer política”; alguns Jovens-Turcos do exército francês se persuadiram de que seu único erro havia sido não violar a classe parlamentar parisiense; fazer política significava, na boca do responsável militar pelo Vietminh, não perder a confiança da população de Tonquim. Por mais que os katibas da ALN fossem dizimados, que as barreiras nas fronteiras se tornassem cada vez mais difíceis de transpor, o GPRA pôde calcular que sua hora ia chegar quando conseguiu, apesar da lassidão provocada pela longa duração da guerra e os acertos de contas sangrentos, fazer descer maciçamente para a rua, em dezembro de 1960, os muçulmanos, homens e mulheres, e depois

fazê-los boicotar o *referendum* de 8 de janeiro de 1961; a margem de manobra de Charles de Gaulle tornava-se com isso mais estreita e os negociadores franceses não obtiveram mais em Évian o que haviam recusado em Melun.

Já em sua época, Clausewitz atribuíra um lugar premonitório ao que denominara “fatores morais”. Um deles, o moral puro e simples, ia se tornar, com o passar do tempo, uma das primeiras preocupações tanto do alto comando quanto dos dirigentes políticos. Essa solicitude era em grande medida justificada, como o comprovam as recaídas políticas do Êxodo: esse Grande Medo, como os franceses não tinham sentido igual desde 1789, esse transbordamento súbito ao mesmo tempo lógico e irracional de não-combatentes pelas estradas que levavam ao Loire, serviam de justificativa aparente para a assinatura do armistício e confortavam um velho marechal em sua estratégia de recuo friorento sobre o território francês. Compreende-se que para confortar seu sacrossanto moral e corroer o dos outros, os Estados tenham, com o passar das guerras, regateado cada vez menos os meios empregados. Foi primeiro uma guerra de palavras, a dos comunicados (com suas fórmulas estereotipadas, como o “recuo a posições preparadas”), desembocando numa “lavagem cerebral” pura e simples, que atingiu o clímax em 1914 com o incrível slogan: “As balas boches não matam.”³² Com a guerra de 1940, declarou-se a “guerra das ondas”,³³ e Goebbels soube conduzi-la de maneira precoce, a ponto de dar a Ferdonnet, ativista até então obscuro, a notoriedade desmedida de “traidor da Rádio-Stuttgart” que ele pagaria com a vida; e quando Philippe Henriot foi morto, em 27 de junho de 1944, era o ministro de Vichy, o colaboracionista comprovado, o miliciano declarado que era visado, mas sobretudo o homem de rádio cujos editoriais eram transmitidos duas vezes ao dia. A BBC, por seu lado, multiplicou as transmissões para os países da Europa ocupada; e sabe-se que os cinco minutos concedidos à França

Livre (“Honneur et Patrie”) deram ao general-de-brigada a título temporário, Charles de Gaulle, totalmente desconhecido em 1939 do francês médio, um trunfo político decisivo: sem que se tivesse criado um movimento de resistência especificamente gauliano, a França não-pétainista impregnava-se de gaulismo. Uma década depois, os oficiais da ativa do exército francês sentiam necessidade de se reciclar na “guerra psicológica”.

Precisamos agora responder à segunda pergunta que a leitura da “Fórmula” de Clausewitz pode inspirar: a especificidade da guerra, sua lógica própria, a fariam escapar da racionalidade política? Pois, aumentando o peso do jogo social e da intervenção dos dirigentes políticos na condução das guerras, corremos o risco de minorar a importância das regras específicas da “gramática” inerente não só ao exercício da arte militar mas igualmente à própria essência da guerra; não fosse ela em primeiro lugar violência recíproca, a violência do duelo, uma violência por natureza ilimitada, desembocando numa “ida aos extremos” que escapa aos cálculos dos políticos e não é gerível de maneira racional, já que os homens, programando ou fazendo a guerra, jamais abolirão o acaso.

O próprio Mao Tsé-tung, ao mesmo tempo em que formulava como postulado fundamental que “o Partido comanda os fuzis”, admitia que os “chefes militares” se distinguem pela “arte de saber nadar no oceano da guerra”. Não é de admirar que muitos “grandes chefes” tenham pensado, ao contrário de Clemenceau, que a guerra era suficientemente séria para ser confiada apenas aos militares. Estes, é verdade, gostam de julgar a classe política incompetente e consideram que um problema só se torna político se for tecnicamente mal colocado. Abertas as hostilidades, os tecnocratas da guerra sempre exigiram, alegando sua tecnicidade real ou suposta, ter total

liberdade de ação, de modo que a decisão militar dependa deles e só deles. Em *La guerre totale*,³⁴ Ludendorff procurou teorizar essa inversão de perspectivas em benefício dos chefes da guerra; para ele, “todas as teorias de Clausewitz devem ser substituídas” pelo motivo essencial de que a guerra total, a que nasceu em 1914, visa tanto os povos quanto os exércitos; ora, para obter o que ele denomina “a coesão anímica do povo”, é a política que deve servir à guerra, e não o inverso; e conclui sem rodeios: “O homem que, com as forças de seu cérebro, de sua vontade e de seu coração, terá de conduzir a guerra total para a consolidação da vida do povo, este homem é o general comandante-em-chefe.” Esse *lobby* militar, cada vez melhor organizado com o passar do tempo, teve uma eficácia variável mas real; em *L'étrange défaite*,³⁵ Marc Bloch descreve minuciosamente esse Estado dentro do Estado em que se transformara o alto comando, cuja responsabilidade pela derrocada é total; mesmo que esses generais vencidos tenham conseguido produzir, num primeiro momento, uma bela operação de transferência, transformando em bodes expiatórios da derrota os parlamentares, a classe política, a Frente Popular, a República e ainda os professores primários, os comunistas, os franco-maçães, os judeus (Ludendorff e alguns outros já haviam inventado em sua época, para efeitos externos, a célebre fórmula da “punhalada pelas costas”; o marechal de Noailles, por seu lado, atribuíra os reveses sofridos pelos exércitos de Luís XV à ação desmoralizante... dos filósofos).

Coloquemos entre parênteses as pretensões desmedidas dos senhores da guerra; em todo caso a guerra funciona segundo injunções cada vez mais específicas. Que se pense apenas na influência crescente da logística: o destino de batalhas já dependeu da possibilidade de se ter ou não abastecimento de combustível no tempo desejado. Do mesmo modo pode ocorrer que as injunções não programáveis produzam efeitos

inesperados: assim a gerontocracia de Vichy, embora reacionária até a raiz dos cabelos, foi levada a criar, no verão de 1940, comitês de organização, depois de distribuição, que tiveram de racionalizar de maneira autoritária a escassez e deram à Revolução Nacional, bem ou mal, um toque modernista imprevisto.³⁶

Numa ordem de idéias totalmente diferente, não nos espantaremos que a guerra, por menos que dure, pela sua própria violência modifique radicalmente os comportamentos políticos individuais e faça ressurgir o que Freud chamava “o homem das origens”. Foram os nazistas que sistematizaram pela primeira vez a tortura como arma de guerra, não apenas para extorquir por todos os meios possíveis informações de ordem militar, mas também para alquebrar física e moralmente o indivíduo. Depois deles, sua utilização iria se tornar de uma banalidade dramática. Para nos convencermos disso, basta lermos os diários íntimos mantidos por recrutas engajados em operações de pacificação na Argélia: a gangrena está à flor da pele e os profissionais da tortura recrutam colaboradores até entre homens que se poderia crer *a priori* vacinados, professores primários inscritos na Liga dos Direitos do Homem ou militantes de movimentos de ação católica que haviam entretanto meditado nos retiros sobre as Beatitudes.

Acrescentemos uma observação: a guerra não exclui de modo algum condutas que podem parecer, do ponto de vista da estrita lógica militar, profundamente irracionais. Tomemos o exemplo da “solução final”, tal como foi executada pelos nazistas; mesmo adotando as teses mais “intencionalistas” (o extermínio dos judeus estaria, desde o início, no centro do sistema hitlerista), é difícil compreender que comboios de “deportados raciais” tenham podido ter uma prioridade absoluta e passar na frente dos trens de munições de partida para o front oriental.

Ampliemos a observação: os meios (o “objetivo” em linguagem clausewitziana) podem influir sobre os fins a ponto de modificar profundamente as regras do jogo social e da situação política. A guerra com certeza pode, no final das contas, servir de pretexto, como Mona Ozouf me parece ter bem demonstrado em relação à emergência do Grande Terror;³⁷ pois, nos diz ela, se a posteridade tendeu a explicar, pela irrupção da guerra, a colocação do Terror na ordem do dia, este, na verdade, foi menos uma réplica que uma antecipação. De qualquer maneira, na maioria das vezes a guerra modifica pelo menos os dados políticos. Ela é em todo o caso um revelador implacável das apostas em jogo da vida social, que ela desnuda totalmente. Ela é, como se sabe, uma grande devoradora de regimes. Na França, no último século, o sistema institucional vigente raras vezes resistiu à sobrecarga gerada por campanhas perdidas: diante das exigências surgidas brutalmente, os apoios faltaram e os regimes se desfizeram. Em julho de 1940, a classe política demite-se complacientemente, sem qualquer resistência moral, e é a vítima conivente de algumas dezenas de parlamentares agitadores. Em maio de 1958, a única manifestação de envergadura que os “defensores da República” conseguem organizar é realizada no dia 28: de Gaulle estava então prestes a ganhar a parada, ele que podia jogar ao mesmo tempo com o medo da guerra civil e com a “eutanásia” (a expressão é de Jacques Juilliard)³⁸ do regime.³⁹ Um regime septuagenário cometera haraquiri, um outro, que resistira a esse ano terrível que fora 1947, desagregara-se. Nos dois casos, a guerra-catalisadora acelerara, com sua lógica própria, o jogo político.

Na melhor das hipóteses, um homem de pulso é então levado a exercer o poder, pondo entre parênteses os mecanismos regulares da democracia liberal; assim foi com Clemenceau, que amordaçou a oposição com frieza e tratou

o Parlamento com rispidez. Após o que, o movimento Ex-Combatente, sem ser propriamente faccioso (Antoine Prost o demonstrou bem), veicularia um antiparlamentarismo substancial, negando à classe política a capacidade de assumir realmente a defesa daquilo em nome de que seus camaradas haviam morrido. A derrocada dos anos 40 não melhorou a imagem de distinção da classe política; ela iria precisar do antídoto que representou o regime de Vichy para refazer sua virgindade e vencer politicamente os movimentos de resistência que desejavam contudo realizar a substituição das elites que haviam fraquejado.⁴⁰ No final das contas, as guerras na França geraram um fenômeno recorrente: o recurso ao tau-maturgo a quem os grandes batalhões dos franceses se entregaram; para o historiador, é difícil escolher entre “Monsieur Thiers”, o “Marechal”, o “PMF”, o “General”.

Semelhantes ciclones políticos explicam-se pelo fato de que as guerras recolocam em jogo de maneira ao mesmo tempo específica e brutal falhas antigas fornecendo o ingrediente decisivo. Ao confronto bipolar engendrado pela Revolução Francesa sobrepõe-se uma clivagem de conseqüências desmedidas, que desencadeia o conflito — e retomo a terminologia dos anos 30 — entre “belicistas” e “pacifistas”. Já em 1871, a explosão espontânea de 18 de março visava ao mesmo tempo os coveiros da República e os covardes, os vendilhões da Alsácia-Lorena.⁴¹ Em 1936, a vitória dos defensores da Frente Popular foi vivida pelo grosso das direitas reacionárias e radicais como uma provocação e como a premissa de um novo Outubro: dependeu exclusivamente do Partido Comunista não ser representado enquanto tal no governo; ora, as mesmas direitas, com algumas exceções, se insurgiram, por antibolchevismo, contra toda cruzada “ideológica” que fosse desferida contra a Alemanha nazista e preconizavam um neopacifismo seletivo que se exibiu sem disfarce e sem complexo quando da crise de Munique; a derrota radicalizou os cismas que se haviam

revelado,⁴² precipitou as misturas detonantes, inverteu as hierarquias nos sistemas de valores: nacionalistas intransigentes daí em diante, até então grandes ministradores de lições de patriotismo, chegaram a abraçar o colaboracionismo mais determinado — até mesmo alistando-se nas *Waffen-S.S.* — acima de tudo por ódio ao “inimigo interno”. Charles Rist, grande burguês e patriota de tradição dreyfusiana, percebeu logo esse desvio recorrente no Diário que mantinha (o livro foi publicado sob o título *Une saison gâtée*):⁴³ anotava, na data de 19 de janeiro de 1941.

Leio na *Correspondance* de Paul Cambon esta frase escrita em 20 de maio de 1873. Falando da atitude do centro-direita “esses homens não se controlam mais e são capazes de tudo, até de entregar-se a Bonaparte. É preciso pegá-los por aí, infligir-lhes a afronta *de confessar que preferem ver a França perecer que vê-la tornar-se republicana*”. O que os reacionários daquela época pensavam mas não ousavam confessar, eles o pensam ainda hoje e *o confessam*. A derrota, eles a saudaram, e o que temem na vitória inglesa é o retorno da República (que designam aos imbecis com as palavras franco-maçonaria).

Na seqüência, delineava-se em 1871 como em 1944 a guerra civil. Essa ida aos extremos inerente à guerra reduzia o campo político a um sistema cada vez mais fechado excluindo progressivamente vias intermediárias e soluções de compromisso: no fim do inverno de 1943-44, um grande número de francesas e de franceses foi intimado a escolher um lado, mesmo que alguns deles tivessem desejado continuar numa posição de relativa expectativa. Mais tarde, na Argélia, aqueles que foram chamados de “liberais”, cujas posições haviam sido abaladas ao mesmo tempo pelos massacres per-

petrados pela FLN no verão de 1955 e pela repressão selvagem que se seguiu, tiveram de ou se unir abertamente ao campo que era majoritário entre os “europeus”, ou se calar tornando-se muito discretos, ou correr o risco real de cair sob as balas assassinas lançadas pelos extremistas da Argélia francesa.

O historiador não endossará totalmente o resumo formulado por Hegel declarando que “os períodos de paz são as páginas brancas da História”; para ele, na verdade, diante desse tribunal do mundo que é a história, a guerra é o lugar da ética absoluta. O historiador, por ele, evita erigir em regra o excepcional e privilegiar sistematicamente a singularidade do acontecimento em relação à longa duração. Mas erraria se se privasse, através das descontinuidades e das rupturas, dos observatórios igualmente necessários, pois que reveladores implacáveis das regras não escritas do jogo social. A guerra — ter-se-á compreendido — é um desses laboratórios privilegiados. Em todo caso é isto o que a memória coletiva retém. Pois, na França, há pelo menos um século, a guerra funciona como um acontecimento datador, eminentemente geracional, moldando em profundidade — para além dos efeitos da idade — comportamentos culturais e políticos. Com certeza, essa memória sofre as conseqüências de uma erosão diferencial à medida que se sucedem as coortes de idade (assim se havia em parte embotado, a partir dos anos 1890, o culto das “províncias perdidas”). De toda forma, na hora das escolhas decisivas, a impregnação conservou-se suficientemente viva: no verão de 1914, a “re-atuação” do traumatismo de 1870, pelo menos na sua variante defensiva e jacobina, transformou o conscrito resignado em cidadão-soldado resolutivo. De maneira simetricamente inversa, o pacifismo adquirido, que torna solidário o grosso dos sobreviventes da guerra das trincheiras, tem um peso considerável na crise de Munique: Louis Marin,

que se conservou solidamente nacionalista, declarava em público que a França não podia se dar ao luxo de uma batalha do Marne a cada 20 anos. Sete anos depois, o rótulo infamante de homem de Munique colava na pele de Daladier, que fora o herói — um tanto involuntário — da recepção delirante que lhe reservara a Paris da rua. É que nesse meio tempo a derrocada de maio-junho de 1940 passara por lá, produzindo uma geração de filhos humilhados que os combates de 1944 só liberaram pela metade. E essa síndrome de Munique, o “nacional-molletismo” iria procurar utilizá-la a fim de vencer a opinião pública francesa e internacional da legitimidade da expedição preventiva enviada contra Nasser, o novo Hitler (“Salvar Israel era assim exorcizar Munique”, salienta Marc Ferro em seu livro *1956 Suez*).⁴⁴

Diferentemente das revoluções, as guerras raras vezes geram uma produção ideológica fecunda. Ocupam em compensação um lugar de destaque no imaginário coletivo. Puderam cristalizar um processo de identificação nacional (a Grande Guerra teve — de modo geral — essa função), servir de mito fundador (foi assim com o gaulismo gauliano) ou de instrumento de legitimação (foi a Resistência que verdadeiramente enraizou no tecido nacional o Partido Comunista Francês, isolado até então em alguns setores da classe operária). Na França do século XX, em todo caso, as guerras produzem batalhas de memória tão mais aguda na medida que suas “re-atuações” se interpenetram com as iniciativas dos *partisans*. Os anos 40 são sob esse aspecto exemplares; é verdade que ao traumatismo de uma derrota sem precedentes se sobrepujaram as escolhas políticas dramáticas feitas sob o olhar do ocupante. Em seu recente livro,⁴⁵ Henry Rousso estabeleceu uma cronologia fina de um dilema vivido em escala nacional: querer ao mesmo tempo esquecer e lembrar; é isso que engendra uma “síndrome”, saber os sintomas complexos das sobrevivências ainda perceptíveis do traumatismo. Para

ele, o trabalho de luto permaneceu inacabado, o que é ilustrado pela disputa dramática que levanta o Limousin contra a Alsácia após a condenação, depois a anistia dos 12 “*malgré nous*” alsacianos envolvidos no massacre de Oradour.⁴⁶ Após o que, do final dos anos 50 ao fim dos anos 60, se abre um período de recalque marcado sobretudo — como o simboliza a panteonização de Jean Moulin em dezembro de 1964 — pelo que se denominou a “honra inventada”: a França ocupada teria sido precoce e majoritariamente gauliana. O que explica que, nos anos 70, se assista a um “retorno do reprimido”, cujo pontapé inicial é dado por *Le chagrin et la pitié*, um filme suspeito aos olhos da classe política; paralelamente a essa releitura dos anos sombrios, surgia toda uma série de “casos” questionando, por seu passado político, a honra de alguns membros do *establishment*. De modo inverso e significativo, em matéria de memória-história, a guerra da Argélia continua sendo até hoje a prima pobre: sem dúvida ela envolveu um número menor de francesas e de franceses; mas tudo se passa como se a “honra inventada”, reinvestida nos anos 40, permitisse ocultar a batalha de Argel, os centros de “triagem” ou os “trabalhos forçados”; como se esse não-dito fosse a continuação da não-guerra que deveriam ser os “acontecimentos” da Argélia.

Antigamente, os historiadores interessavam-se de perto pelas batalhas, as campanhas, os “grandes chefes”. Depois instaurou-se um divórcio relativo entre as expectativas do grande público, que continuava ávido por narrativas ou biografias relacionadas às guerras, e a memória erudita. A tal ponto que se podia desejar que os historiadores participassem enquanto tais em maior número nos trabalhos dos cientistas políticos, sociólogos e polemólogos. Pois a guerra, querendo ou não, continua sendo um fenômeno da sociedade fundamental da história do tempo presente. A Terceira Guerra Mundial — ao contrário do que temia a maioria dos franceses

em 1946 — não ocorreu. Mas um instituto americano competente na matéria registrou que entre 1945 e 1983 surgiram 130 conflitos armados que fizeram, por baixo, cerca de 20 milhões de mortos. Por certo, essas guerras são em geral chamadas de “periféricas”, pois têm como teatro e como objeto de disputa os países do Terceiro e do Quarto Mundo. A violência foi apenas banalizada, sobretudo através do prisma dos meios de comunicação; e sabemos que, aqui e ali, a utilização sistemática desta ou daquela utopia religiosa ou cultural provocou e ainda provoca no momento atual uma ida total aos extremos.

Como decodificar esta dupla constatação? A irrupção do cogumelo atômico de Hiroshima modificou fundamentalmente os dados básicos da “gramática”, dando um prêmio absoluto à ofensiva e obrigando as potências a resistirem à primeira salva de bombas ou de artefatos, pouco numerosos, de pequenas dimensões, e capazes de riscar do mapa territórios inteiros. Mas se não existem mais santuários *a priori*, a arma atômica torna mais estreitos, entre aqueles que a detêm, os vínculos entre guerra e política. Pois tudo — ou quase — depende da credibilidade da dissuasão (quaisquer que possam ter sido suas variantes, a começar pela da resposta graduada), e tudo se passa durante a preparação em tempos de paz, e sem que se possa *a priori* verificar o crédito de títulos jamais sacados.⁴⁷ Semelhante dialética entre riscos e cálculos, seu equacionamento e sua informatização parecem dar novamente um brilho particular a toda abordagem racional da guerra.

A multiplicação das guerras clássicas implica contudo que a era atômica não simplificou obrigatoriamente as relações entre violência e política. O objeto de disputa das guerras foi bastante limitado por um combate ideológico — interessante sob todos os aspectos — que fez entrarem em choque, no início dos anos 60, os partidos comunistas da União Soviética

e da República Popular da China (consultar a avaliação de Mario Bettati, *Le conflit sino-soviétique*,⁴⁸ ler — se possível — *in extenso L'impérialisme et tous les réactionnaires sont des tigres de papier*, publicado sob forma de brochura em 1961, ou então *Les divergences entre le camarade Togliatti et nous*, um texto que data de 1965).⁴⁹ Em novembro de 1960, os soviéticos haviam feito com que fosse avalizada pela Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários a tese fundamental de que “as divergências ideológicas e políticas entre os Estados não devem ser tratadas pela guerra”; eles haviam sobretudo avançado o argumento de que o poderio dos países socialistas tornara-se de tal ordem que modificava qualitativamente a relação de forças e estava em condições de bloquear o processo de desencadeamento de uma guerra “imperialista”; acrescentando que a “coexistência pacífica” reforçaria ainda mais o campo socialista, que — a observação era importante — não baixaria sua guarda na guerra ideológica; em particular, dirigentes soviéticos — e não dos menos importantes — qualificavam de “aventureiros” todos aqueles que pretendiam querer agir como se o arsenal atômico fosse uma panóplia entre tantas outras. Quando a briga pegou fogo abertamente entre soviéticos e chineses, estes — e isto é significativo — dedicaram explanações alentadas à divergência sobre a guerra. O ponto nodal da argumentação está contido nesta declaração feita por Mao Tsé-tung em 27 de outubro de 1958, e retomada em 1961:

“A bomba atômica é um tigre de papel de que se servem os reacionários para apavorar as pessoas. Ela tem a aparência terrível mas na verdade não o é. É claro que a bomba atômica é uma arma que pode fazer imensos massacres, mas é o povo que decide o resultado de uma guerra, e não uma ou duas armas novas”.

Mais que isso, concentrar-se no tigre de papel atômico é conscientemente “confundir guerra justa e injusta” considerando desprezíveis as “guerras de libertação nacional”, quando são precisamente elas que darão o golpe decisivo no imperialismo. Se, desde o final dos anos 1970, os dirigentes chineses puseram água no vinho em relação a esse assunto, de toda forma o modelo maoísta mantém seu vigor numa parte do Terceiro Mundo. E, ampliando a proposição, devemos constatar: ressurgem um tipo de violência que, mesmo que possamos qualificá-lo de irracional, até mesmo de obscurantista, tende a perturbar a lógica das relações de força, deixando ao par guerra/política toda a sua ambivalência, aquela que, à sua maneira, Clausewitz havia formulado.

1515: Marignan, meu Deus, como a guerra ainda era bonita, comparada às trincheiras do Chemin des Dames, às pilhas de cadáveres de Auschwitz, à utopia demente de Pol Pot. No final das contas o que a humanidade fez não foi apenas ganhar na troca com a democratização da guerra. Mas esta torna necessário que se faça uma leitura política da guerra. Alguns podem ser tentados a privilegiar uma racionalidade global, apagando em parte a violência específica das guerras: isto é Clausewitz revisto e anotado por Raymond Aron. Os leninistas, igualmente clausewitzianos à sua maneira, não descartaram, por seu lado, a violência parteira oficial da história. Uma terceira leitura é possível, a que sistematicamente enfatizou a ida aos extremos; a leitura que se pode fazer de alguns conflitos contemporâneos torna este terceiro tipo de exercício particularmente árduo: como interpretar uma violência tão desconcertante para a maioria da opinião pública daqueles países europeus que viveram o cataclisma do segundo conflito mundial? Pois, para ela, a violência é no máximo o ressurgimento de um fanatismo hoje anacrônico e em todos os sentidos perigoso, na medida em que foge às regras codificadas do jogo político. Ela poderia adotar o

juízo que Nicolas Berdiaeff formulava:⁵⁰ “O mito da guerra bela e heróica, do Eros guerreiro que se eleva acima da prosa cotidiana, é um produto da escravidão humana”; e ela recusa, em todo caso, toda abordagem escatológica da guerra que fazia Lutero dizer que, através dela, Deus queria dizer que “se cansa[ra] da partida e joga[va] as cartas na mesa”. Podemos nos limitar a uma visão europocêntrica? Certamente não. Isto quer dizer que os dirigentes das nações ricas estão em condições de impor *urbi et orbi* uma abordagem política da guerra que, ao mesmo tempo que pretende ser tranqüilizadora, porque racional, conforta globalmente seus interesses? Nada é menos seguro.

Notas

1. Paris, Éd. Franc-Tireur, 1946.
2. Paris, 1925.
3. Paris, PUF, 1968-1969.
4. *1914: comment les français sont entrés dans la guerre*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. Ler do mesmo autor *Les français dans la Grande Guerre*, Paris, Laffont, 1980.
5. *Les anciens combattants*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.
6. Jean-Pierre Azéma, *De Munich à Libération, 1938-1944*, Paris, Éd. du Seuil, "Points Histoire", 1985.
7. *Le gouvernement de Vichy, 1940-1942*, Paris, Colin, 1972.
8. *La Libération de la France*, Paris, Éd. du CNRS, 1976.
9. Jean-Pierre Azéma, Antoine Prost e Jean-Pierre Rioux (sob a direção de), *Le Parti communiste français des années sombres, 1938-1941*, Paris, Éd. du Seuil, "L'Univers historique", 1986.
10. Paris, Éd. du Seuil, 1982.
11. *Penser la guerre. Clausewitz*, t. I. *L'âge européen*; t. II. *L'âge planétaire*, Paris, Gallimard, 1976.
12. O que já fora valorizado por Kant, que em seu *Projet de paix perpétuelle*, salientava que "a guerra não tem necessidade de um motivo determinante particular, ela parece enxertada na natureza humana..."; pode-se consultar Alexis Philomenko, *Essais sur la philosophie de la guerre*, Paris, Vrin, 1976.
13. *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1982. Pode-se também consultar *Pourquoi la guerre?*, uma carta de Freud a Einstein escrita em Viena em setembro de 1932, in *Auswahl aus Freud's Schriften*, Viena, Zurique, Psycho-Analystischer Verlag, 1971.
14. Paris, Flammarion, 1985.
15. *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978.
16. *Six écrits militaires de Mao Tsé-tung*, in *Oeuvres choisies*, t. I, Pequim, Éd. en Langues Étrangères, 1969.

17. Consultar Jacques Droz, *Les causes de la Première Guerre Mondiale*, Paris, Éd. du Seuil, "Points Histoire", 1973.
18. Paris, PUF, 1967.
19. Ler sua obra pioneira, *Résistants, vichyssois et autres, l'évolution de l'opinion et des comportements dans le Lot de 1939 à 1944*, Paris, Éd. du CNRS, 1980.
20. Op. cit.
21. *L'abîme 1939-1945*, Paris, Imprimerie Nationale, 1982.
22. Karl Clausewitz faleceu em 1831, sem ter podido terminar seu *opus magnum*. Seus escritos foram publicados após sua morte entre 1832 e 1837. Pode-se consultar a obra em edição de bolso na coleção "10/18".
23. Ver o excelente artigo de Emmanuel Terray, "Raymond Aron, lecteur de Clausewitz", *Revue Française de Science Politique*, abril de 1986.
24. *Empire colonial et capitalisme français, histoire d'un divorce*, Paris, Albin Michel, 1984.
25. Ler sobretudo "Les traits majeurs de l'impérialisme français avant 1914", *Le Mouvement Social*, jan.-março de 1974.
26. Consultar Adolf Hitler, *Libres propos sur la guerre et la paix*, recolhidos sob a orientação de Martin Bormann, Paris, 1952.
27. "Conquest, foreign and domestic, in fascist Italy and Nazi Germany", *Journal of Modern History*, março de 1984.
28. Consultar a esse respeito o minucioso trabalho de Milorad M. Drachkovitch, *Les socialismes français et allemand et le problème de la guerre (1870-1914)*, Genebra, Droz, 1953.
29. Paris, Flammarion, 1978.
30. *Le Socialisme et la guerre, Oeuvres complètes*, Moscou, Ed. en Langues Étrangères.
31. Op. cit.
32. Ver Stéphane Audoin-Rouzeau, *14-18, Les combattants des tranchées*, Paris, Colin, 1986.
33. Consultar *La guerre des ondes, histoire des radios de langue française pendant la Deuxième Guerre mondiale*, Paris, Colin; Lausanne, Payot; Bruxelles, Complexe; Montréal, Heurtebise, 1985. A obra foi publicada sob a direção de Hélène Eck.

34. Paris, Flammarion, 1937.
35. Op. cit.
36. Ver Richard F. Kuisel, *Le capitalisme et l'État en France. Modernisation et dirigisme au XX^e siècle*, Paris, Gallimard, 1984.
37. Ver "Guerre, terreur, discours révolutionnaire", in *L'école de la France*, Paris, Gallimard, 1984.
38. *La IV^e République (1947-1953)*, Paris, Calmann-Lévy, 1968.
39. Poder-se-á consultar com proveito René Rémond, *Le retour de De Gaulle*, Bruxelas, Complexe, 1983.
40. Consultar Marc Sadoun, *Les socialistes sous l'Occupation*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982; e, igualmente, *Jean Moulin et le Conseil National de la Résistance*, textos de Daniel Cordier, Paris, Éd. du CNRS, 1983.
41. Consultar Jacques Rougerie, *Paris libre, 1871*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.
42. Essa radicalização provoca desvios definitivos, interessantes sob muitos aspectos; Philippe Burrin analisou a trajetória de homens saídos da esquerda numa obra exemplar: *La dérive fasciste, Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, Paris, Éd. du Seuil, 1986.
43. *Une saison gâtée. Journal de la guerre et de l'Occupation, 1939-1945*, organizado, apresentado e anotado por Jean-Noël Jeanneney, Paris, Fayard, 1983.
44. Bruxelas, Complexe, 1982.
45. *Le syndrome de Vichy, 1944-1948...*, Paris, Éd. du Seuil, 1987, "XX^e siècle".
46. Ver o artigo perspicaz de Jean Pierre Rioux, "Le procès d'Oradour", *L'Histoire*, fevereiro de 1984.
47. Consultar o livro extremamente claro de Raoul Girardet, *Problèmes contemporains de défense nationale*, Paris, Dalloz, 1974.
48. Paris, Colin, 1970, 2 vol. Ver igualmente Jean-Luc Domenach e Philippe Richer, *La Chine, 1949-1985*, Paris, Imprimerie Nationale, 1986, e Jacques Lévesque, *L'URSS et sa politique internationale de 1917 à nos jours*, Paris, Colin, 1980.
49. Pequim, Ed. en Langues Étrangères.
50. *De l'esclavage et de la liberté de l'homme*, Paris, 1963.

Do político
René Rémond

AS CONTRIBUIÇÕES reunidas neste volume tratam de temas muito diversos: que há de comum entre o estudo dos meios de comunicação e a biografia de personalidades que marcaram sua época? Um traço os aproxima: a referência a uma mesma noção, aquela que é afirmada, sem timidez nem provocação, pelo título escolhido para exprimir a preocupação compartilhada por todos os autores: o político. Os diferentes temas mantêm com o político relações bastante desiguais. Para alguns, pouco numerosos, essa relação está ligada à sua própria essência. É o caso dos partidos, cuja formulação pede de maneira quase mecânica, como um complemento obrigatório, o epíteto político, a ponto de tornar-se um pleonasma: alguém conhece partidos que não sejam políticos? O mesmo já não ocorre com o fenômeno eleitoral, ainda que ele se identifique com a política, pois a operação que consiste em organizar a transmissão do poder ou a designação de representantes por um método eletivo tem outras aplicações além das políticas: as *sociétés savantes*, as sociedades acadêmicas, os clubes, que se recrutam por cooptação, há séculos recorrem a esse método para preencher as vagas que a morte abre em suas fileiras, sem por isso se tornarem instituições políticas, mesmo que aconteça de suas campanhas assumirem um aspecto político. Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas. Quanto à religião, vemo-la hoje na França muito preocupada em distanciar-se das marcas do político, e em ressaltar as características que estabelecem uma diferença

irredutível entre as sociedades políticas e as comunidades eclesiais.

Estas contribuições pressupõem todas elas uma certa idéia da política e uma concordância dos autores quanto à sua definição. Que é então que especifica o político em relação a outros domínios do social, o econômico ou o cultural? Opomos às vezes as eleições municipais, consideradas administrativas, àquelas que seriam eleições por natureza: a partir de que momento, portanto, uma consulta se torna política? Os meios de comunicação, como dissemos, não são políticos, mas podem se tornar objeto ou veículo da política: em que condições? Longe de nós a presunção de renovar um debate tão velho quanto o pensamento político e resolver definitivamente uma questão que há séculos perturba filósofos, juristas, sociólogos e subsidiariamente historiadores. Lembremos apenas alguns dados elementares, que possam servir de critérios operatórios para o discernimento dos objetos. Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.

— Descartemos a solução fácil que seria definir o político pela enumeração das questões que fariam parte de seu domínio, ou pela delimitação de um espaço que lhe seria próprio. Com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável, o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta

na realidade global é a resultante dessa conjunção. Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político? O moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação. O mesmo se dá com as crises. Outros setores, durante muito tempo mantidos longe da política, passam às vezes para a esfera do político; assim, há duas ou três décadas, viu-se na França aquilo que dizia respeito à cultura, à ciência ou à vida tornar-se objeto de decisão política, suscitar uma legislação, nutrir controvérsias políticas: a legalização da interrupção voluntária da gravidez ou os debates sobre a programação das Casas de Cultura alimentaram a crônica propriamente política.

O movimento não é de mão única: não apenas o Estado se desvencilha de algumas de suas atribuições, como questões que há muito tempo se achavam no centro da vida política deixam essa posição. O exemplo mais característico é sem dúvida o da questão religiosa: o *status* das igrejas na sociedade, as relações entre Roma e a República, a organização dos cultos, a liberdade de crer ou não crer, o direito da Igreja de reger as condutas privadas e os comportamentos coletivos foram, para gerações sucessivas, as principais questões postas em jogo pelas lutas políticas e o mais importante princípio de divisão; as eleições gerais giraram em seu redor; maiorias se constituíram ou se desmembraram em seu nome. Que resta disso hoje? Tanto pela solução amigável dos litígios quanto pelo avanço da indiferença religiosa, o religioso retirou-se quase que inteiramente do campo político. Na verdade, o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis.

Já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais

abstratas. A mais constante é pela referência ao poder: assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Mas não a qualquer poder! O abuso, a partir de 1968, da noção de poder e a extensão de sua aplicação desencadearam sua diluição: tudo seria relação de poder, no ensino, na família, nas relações interpessoais. Seriam então a escola e a família sociedades políticas, e os conflitos de que são teatro conflitos políticos? Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: existe uma política para a habitação assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas. Em torno de um núcleo estável e restrito que corresponde grosseiramente às funções régias do Estado tradicional, o campo da história política irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações. Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Conseqüentemente os

historiadores do político não poderiam acantonar-se nele e cultivar seu jardim secreto à margem das grandes correntes que atravessam a história. A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.

Se o político se comunica assim com todos os outros setores da atividade humana, em que sentido se exerce a influência ou a pressão? É o político que tem em seu poder o religioso ou o social, ou o inverso? O político não é apenas o último termo de uma série causal de uma outra natureza? Alguns vêem nele apenas o reflexo ou máscara de outras realidades mais determinantes. Mas não existe questão mais essencial; não existe tampouco questão da qual seja menos possível o historiador esquivar-se: quem quer que se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais defronta-se com ela. Um historiador interessar-se preferencialmente por esse capítulo das realidades, dedicar-lhe todas ou parte das suas pesquisas e trabalhos, implica evidentemente que ele recuse as teses reducionistas. Quem consentiria de bom grado em consagrar o melhor de sua atividade à observação de sinais que soubesse não passar de aparências? Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.

O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escape das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo. Foi — e continua sendo — uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que

nem todos eram políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado. Mas seria excessivo inferir a partir daí que a política nunca é mais do que a consequência de parâmetros que lhe são estranhos. A história contemporânea não poupou as ocasiões de demonstrar a força do acontecimento político e a fraqueza das explicações reductoras: a mudança do regime em 1958 não teria outra causa senão a necessidade de adaptar nossas instituições às necessidades do grande capital, cuja expansão teria sido travada pelo regime da Quarta República? Isto seria fazer pouco da personalidade e das idéias do general de Gaulle, e silenciar o papel das circunstâncias, sem falar da liberdade de escolha de 25 milhões de eleitores.

Os estudos, que felizmente se multiplicaram, sobre as motivações do voto e as pesquisas sobre as correlações possíveis entre os comportamentos políticos e outras variáveis sublinharam amplamente a impotência de todo sistema que visa a reduzir o político a outra coisa que não ele mesmo. Sabe-se agora de maneira irrecusável que as escolhas políticas dos indivíduos não lhes são imperativamente ditadas pelo seu *status* socioprofissional, e que eles tomam muitas vezes partidos que não coincidem com seus interesses materiais. Não nos livramos desta objeção, na qual tropeçam os empreendimentos reducionistas, insinuando que os indivíduos não têm ainda uma clara consciência de seus verdadeiros interesses, mas que, com o tempo e uma educação adequada, se reduzirá com certeza a fratura entre o social e o político. Livre para crer nisto e desejá-lo, o historiador não o é para enunciá-lo como uma certeza objetiva. Ele deve admitir que os homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias. Nada impõe tanto essa certeza quanto o fenômeno da guerra, que continua a ser o mais irredutível a toda explicação lógica, por sua profunda irracionalidade: em termos puramente racionais, nada pode justificar que o indivíduo con-

sinta em perder a vida. Forçoso é reconhecer que há mais coisas em política que nos sistemas de explicação.

Como as explicações das revoluções pela conjuntura econômica, pelo preço dos gêneros ou a rarefação dos víveres nos parecem pobres hoje, a nós que vimos explosões sociais em plena prosperidade e somos testemunhas da passividade das sociedades em crise! Forçoso é supor que no princípio dos abalos intervenham outros elementos mais propriamente políticos. Aliás, a análise dos processos de decisão mostra que os que decidem em política conservam uma certa liberdade de manobra: em sociedades tão complexas e diferenciadas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem aos políticos um poder de arbitragem. É excepcional os políticos verem-se diante de um único interlocutor mais determinado e poderoso que eles próprios.

Porque o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade: a votação do plano Schuman modificou profundamente a situação da siderurgia francesa. Primeiro a adoção pelos chefes de Estado e de governo, a seguir a ratificação, pelos Parlamentos dos 12 Estados da Comunidade, da Ata Única Européia, subvertem diante dos nossos olhos as estruturas da economia e o jogo das relações entre os parceiros. O historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia: não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social.

Entre outros fatores políticos que concorrem para moldar uma sociedade e influenciar o curso dos acontecimentos, estão as instituições. Se tivéssemos tido a intenção de dar a esta coletânea a aparência de uma enciclopédia, elas mereceriam uma notícia à parte. Um espírito malévolo provavelmente verá nesta ausência o sinal da indiferença dos historiadores por este aspecto das coisas. Na verdade, até há pouco tempo, eles ignoraram o impacto das instituições nos comportamentos. Admitia-se tacitamente que elas não tinham grande importância: seriam algo além da escritura pública que fixava um estado momentâneo da relação de forças destinada a caducar assim que a dinâmica dessas mesmas forças houvesse modificado o equilíbrio? Em reação contra o formalismo que só dava atenção à letra dos textos, invertia-se a relação: não eram as disposições institucionais que moldavam as práticas, mas as forças que assumiam uma vestimenta jurídica. Deixamos para trás essa visão demasiado estreita. A própria história contribuiu muito para abrir nossos olhos. A experiência que a França teve, depois da guerra, de regimes sucessivos esclareceu os efeitos das instituições; qualquer que seja o julgamento que se faça sobre a Terceira e a Quarta Repúblicas, ninguém pensa mais em contestar que as instituições tenham importância na decisão política e na existência coletiva: há instituições melhores e outras menos eficazes. A prática de vários regimes eleitorais também demonstrou que eles não eram neutros: eles não apenas modificam a conversão dos sufrágios em cadeiras, mas também afetam o comportamento dos eleitores e os sistemas partidários. Ora, que há de mais especificamente político que um tipo de escrutínio ou um esquema de organização dos poderes públicos?

Quem sabe se uma razão oculta, talvez inconsciente, em função da qual os historiadores mantiveram a história política sob suspeita não é o fato de que ela incomoda? Ela desorienta os esforços de explicação por uma causalidade algo mecânica.

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. O acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável, a despeito do esforço que os historiadores possam fazer para reabsorvê-lo e integrá-lo numa sucessão lógica. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, ou, para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência. Por certo, ela existe em toda parte, não é menor na ordem cultural: o aparecimento de um gênio literário ou artístico, a emergência de uma filosofia nova escapam igualmente à explicação pelos antecedentes, mas em política isso é o comum da história. O político é o ponto da maior convergência de séries causais, e sua complexidade torna-o mais difícil ainda de decifrar. O acontecimento é a derrota de uma certa racionalidade, mas nem por isso é a confusão da inteligência. O acontecimento, e com mais razão ainda a crise, que é um paroxismo do acontecimento, tem também a característica de ser irreversível: eles modificam irremediavelmente o curso das coisas. Ao contrário das utopias reacionárias, que sonham em reatar a cadeia dos tempos ou em fechar os parênteses, não se remonta o curso da história: as cesuras são definitivas. Daí os acontecimentos políticos serem fundadores das mentalidades: o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeitada.

Porque ele recapitula os outros níveis da realidade, o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua

literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos. Assim, na França, uma participação relativamente elevada nas consultas eleitorais, a fraca adesão às máquinas políticas, a desconfiança em relação aos partidos, um antiparlamentarismo latente, uma animosidade surda contra a classe política, uma aspiração intermitente a um governo forte mas a rejeição de toda autoridade que não procede da livre escolha dos cidadãos, as divisões incessantemente renascentes mas também o desejo de uma união que transcenda os desentendimentos, compõem uma mistura original que traz a marca de uma longa história política: o apego à eleição não é herança de uma prática quase ininterrupta do voto há quase um século e meio, que faz da França uma exceção na Europa? O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo.

Biografias

René Rémond, nascido em 1918, professor da Université de Paris-X-Nanterre e do Institut d'Études Politiques. Presidiu a Université de Nanterre. Preside a Fondation Nationale des Sciences Politiques. Realizou e dirigiu pesquisas sobre a história política, religiosa e intelectual da França contemporânea.

Jean-Pierre Azéma, nascido em 1937, professor *agregé* de história, doutor, *maître de conférence* no Institut d'Études Politiques de Paris. Publicou diversas obras sobre a França contemporânea; especialista no período da Segunda Guerra Mundial.

Jean-Jacques Becker, nascido em 1928, professor *agregé* de história, doutor, é professor de história contemporânea da Université de Paris-X-Nanterre. Especialista em opinião pública, dedicou sua tese à análise da opinião pública francesa no início da Primeira Guerra Mundial.

Serge Berstein, nascido em 1934, professor *agregé* de história, doutor, especialista em história política, professor de história contemporânea no Institut d'Études Politiques de Paris. Defendeu tese sobre o Partido Radical no período entre as duas guerras.

Aline Coutrot, 1926-1987, foi *maître de conférence* no Institut d'Études Politiques de Paris, especialista em história contemporânea da Igreja e dos movimentos da juventude cristã. Antes disso fora militante e chefe bandeirante, comissária internacional dos *Guides de France* e membro do Comitê Mundial de 1963 a 1972, encarregada especialmente da promoção desse movimento nos países em desenvolvimento.

Jean-Noël Jeanneney, nascido em 1942, formado pela École Normale Supérieure, professor *agrégé* de história, doutor, é professor do Institut d'Études Politiques. Foi presidente-diretor geral da Radio France e Radio France Internationale de 1982 a 1986 e foi nomeado em maio de 1988 presidente da Missão do Bicentenário da Revolução Francesa. É autor de uma dezena de obras sobre a história política da França, a influência dos meios empresariais e a história dos meios de comunicação.

Philippe Levillain, nascido em 1940, ex-aluno da ENS de Ulm, doutor, é professor da Université de Paris-X-Nanterre. Especialista em relações entre política e religião de 1870 aos nossos dias, consagrou sua tese de doutorado de Estado a uma biografia de Albert de Mun.

Pierre Milza, nascido em 1932, doutor, professor do Institut d'Études Politiques, especialista em Itália contemporânea, em relações internacionais e em fascismo, dirige o Centre d'Histoire de l'Europe du XX^e Siècle da Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Antoine Prost, nascido em 1934, professor da Université de Paris-I e do Institut d'Études Politiques de Paris. Tese sobre os ex-combatentes. Autor de várias obras sobre o ensino e a educação.

Jean-Pierre Rioux, nascido em 1939, é diretor de pesquisa no CNRS (Institut d'Histoire du Temps Présent) e redator-chefe de *Vingtième Siècle*. *Revue d'Histoire*. Seus trabalhos versam sobre a história política cultural da França contemporânea. Publicou entre outras uma história da França durante a Quarta República. É membro dos comitês de redação de *L'Histoire* e do *Mouvement Social* e assina uma crônica no jornal *Le Monde*.

Jean-François Sirinelli, nascido em 1949, professor de história contemporânea da Université de Lille-III. Autor de uma tese sobre a história da geração dos alunos dos liceus que se preparam para ingressar na École Normale Supérieure e dos próprios alunos da ENS, de Sartre e Aron, consagra suas pesquisas à história política e sociocultural da França

no século XX, especialmente à história dos intelectuais. Prepara um estudo sobre os grandes abaixo-assinados e, em co-direção com Éric Vigne, uma história das direitas na França a partir de 1815.

Michel Winock, nascido em 1937, professor *agrégé* de história, doutor. Autor de várias obras sobre a França dos séculos XIX e XX. Ensina história das idéias no Institut d'Études Politiques de Paris.